

Christianne Luce Gomes

**Significados de recreação e lazer no Brasil:
Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)**

Belo Horizonte

2003

Christianne Luce Gomes

**Significados de recreação e lazer no Brasil:
Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – Doutorado – da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Doutora em Educação.
Orientadora: Profa. Dra. Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos

Belo Horizonte

2003

Gomes, Christianne Luce

W491

Significados de recreação e lazer no Brasil : reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964) / Christianne Luce Gomes. – Belo Horizonte : UFMG/ FaE, 2003.

322 f.

Tese – Doutorado em Educação

Orientadora: Profa. Dra. Lucíola Licínio de C. P. Santos.

1. Lazer – história - teses 2. Recreação - Brasil. 3. Recreações infantis. 4. Trabalhadores – recreação. I. Título. II. Santos, Lucíola Licínio de Castro Paixão. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação.

CDD – 790.08

Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

Christianne Luce Gomes

Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)

Tese de Doutorado

Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação
Programa de Pós-graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação

Data de aprovação: 27/01/2003

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos – UFMG (Orientadora)

Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante – UNICAMP

Profa. Dra. Cynthia Greive Veiga – UFMG

Profa. Dra. Eustáquia Salvadora de Sousa – UFMG

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo – UFRJ

Para Henrique,
que nasceu junto com esta Tese e, apesar da
tenra idade, ensina belas lições de
companheirismo, afeto, carinho e persistência,
iluminando-me com seu carisma e com a
alegria contida no brilho de seu olhar.

Para Bernardo,
que encanta pela sua simplicidade, pela sua
nobreza de sentimentos e pela sua
sensibilidade. Sua doce e carinhosa presença
torna a minha vida mais “colorida”, suave e
bonita.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que vem conduzindo meus passos, iluminando o meu caminho e transformando as dificuldades em grandes oportunidades de crescimento. Obrigada por ser uma fonte de renovação, esperança e amor.

A meus pais, Silvio e Marluce, por serem pessoas dedicadas, amorosas e presentes. Vocês não são apenas os melhores pais do mundo, mas também o vovô mais carinhoso, e a vovó mais maravilhosa, que existem. Sem o apoio de vocês, certamente não seria possível conquistar mais este desafio. Por este motivo, esta vitória também pertence a vocês.

À Lucíola, minha querida orientadora. Obrigada pela acolhida no Doutorado e pela competência com que conduziu este processo em busca do conhecimento. Suas contribuições, ao longo dos últimos quatro anos, foram enriquecedoras e fundamentais para a minha trajetória acadêmica e profissional. Obrigada pela paciência, sensibilidade e carinho.

Aos professores Antonio Carlos Bramante e Cynthia Greive Veiga pelas sugestões apresentadas em meu Exame de Qualificação. Obrigada pela disponibilidade, pela bibliografia compartilhada, pela troca de idéias, pela constante presença. Tenho grande afeição e admiração por vocês!

Aos professores Eustáquia Salvadora de Sousa, Victor Andrade de Melo, Tarcísio Mauro Vago e Silvio Ricardo da Silva pelo apoio e pela força. Vocês, por razões diversas, são um exemplo para mim. Espero que ainda tenhamos muitas e muitas oportunidades para trocarmos idéias e experiências.

Aos meus queridos colegas professores do Departamento de Educação Física da UFMG. Obrigada por me concederem a possibilidade de realizar este curso de Doutorado, liberando-me de meus encargos didáticos e administrativos na universidade por dois anos. Agradeço também às secretárias Miriam Caldas e Cinira Veronezi, aos meus queridos alunos e alunas do grupo de estudos do CELAR.

Hélder Ferreira Isayama: nem todas as palavras do mundo seriam capazes de expressar meu agradecimento a você. Se eu cheguei até aqui, devo muito a você, por ter dividido e, muitas vezes, assumido minhas responsabilidades acadêmico-profissionais para que eu pudesse me dedicar esta pesquisa. Obrigada por ser também a pessoa competente, companheira, humilde, bem-humorada e animada com quem eu divido o meu trabalho, e muitos momentos de lazer.

Meus sinceros agradecimentos ao Dr. Arnaldo Lopes Sussekind, encantadora personalidade que me recebeu, com muito entusiasmo, para uma entrevista, disponibilizando diversos pertences de seu arquivo pessoal. Sua contribuição foi importantíssima para a realização desta pesquisa.

Agradeço as gentilezas de duas gaúchas: Silvana Vilodre Goellner, por ter me hospedado em sua casa nos períodos de coleta de dados em Porto Alegre; e Andréa Mostardeiro Bonow, com quem tive a honra de compartilhar histórias e memórias do primeiro Centro de Estudos de Lazer e Recreação criado em nosso país.

Agradeço também a todos os meus familiares, especialmente àqueles que residem em São Paulo. Roberto, Ana, Luciana, Rodrigo e Roberta: jamais esquecerei o carinho com que fui acolhida nas diversas vezes em que coletei dados na capital paulista. Obrigada por me acompanharem aos Arquivos e me auxiliarem sempre que necessário. Meus sinceros agradecimentos à minha madrinha Maria José e à minha tia Marly, por me possibilitarem ótimas oportunidades de crescimento pessoal, aspecto imprescindível para o meu êxito profissional.

Querida Karla Corrêa, se eu pudesse escolher uma irmã, seria você. Obrigada pela solidariedade, dedicação e sinceridade. Poucas pessoas conseguem alcançar uma amizade verdadeira e inabalável como a nossa. Sem seu apoio e carinho eu jamais teria conseguido superar as adversidades que surgiram em meu caminho. Fico orgulhosa de ter uma amiga especial como você.

Patrícia Costa Ferreira, obrigada pelos momentos de alegria, descontração e alto astral que você vem me proporcionando nestes 15 anos de amizade. Adoro ouvir suas (divertidas) histórias e, principalmente, viver algumas delas com você... Sua amizade “quebra” o ritmo desgastante que, muitas vezes, circunda o percurso acadêmico!

Aos professores e funcionários da Secretaria de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFMG, pela competência e atenção com que sempre me atenderam. Vocês foram fundamentais neste percurso. Obrigada por tudo!

“Eu caminho por um mundo que é um mundo de curiosidade, excitando constantemente minha curiosidade, algumas vezes maravilhando-me: por que tal ou qual coisa? E é isso que me faz pular para o passado: eu penso que nunca segui um comportamento histórico que não tivesse como ponto de partida uma questão colocada pelo presente.”

Philippe Ariès

RESUMO

Este estudo centra-se na discussão sobre trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer no Brasil, focalizando os significados incorporados, por ambos, na primeira metade do século XX. A metodologia utilizada baseou-se em estudo histórico que possibilitou a análise de três experiências institucionais no âmbito das políticas públicas, selecionadas a partir do destaque a elas conferido na literatura. O período abrangido tem, como marcos, a criação do *Serviço de Recreação pública* (1926) e a extinção do *Serviço de Recreação Operária* (1964). Considerando o referencial teórico, foram utilizados estudos de Basil Bernstein, sobretudo as idéias: de *classificação*, que diz respeito às fronteiras que objetos mantêm entre si, fundamentadas na questão do poder; e de *enquadramento*, que vincula-se com ritmo, compassamento e relações entre os atores, expressando formas de controle social. Em Porto Alegre (1926-1955) os significados de recreação foram construídos em relação à educação física, sendo a proposta marcada por um forte enquadramento das atividades desenvolvidas. Tendo como matriz a educação física, a recreação foi entendida como sinônimo das atividades proporcionadas nos Jardins de recreio, caracterizando-se por uma metodologia de trabalho diferenciada. Em São Paulo (1935-1947) predominou a idéia de recreação como conjunto de “atividades-meio”, cuja matriz fundamentou-se no pensamento escolanovista. Ao possibilitar recreio, assistência e educação para crianças pobres e adolescentes operários, a classificação adotada foi rígida, mas o enquadramento foi fraco. A preocupação em produzir conhecimentos sobre a recreação foi expressiva e, privilegiando o jogo infantil organizado, foi adotada uma postura prescritiva. Em ambas experiências o lazer assumiu o significado de tempo de “não-trabalho”. Na década de 1930 identificou-se uma preocupação em aprofundar conhecimentos sobre o lazer, fator determinante da proposta desenvolvida no Distrito Federal (1943-1964). Permanece o significado de lazer associado ao tempo, mas, a inevitável ampliação das horas de folga do trabalhador foi o ponto de partida para a realização de pesquisas sobre este tema. Seguindo uma forte classificação, paralela a um fraco enquadramento, o significado de recreação correspondeu à utilização adequada das horas de lazer, e o trabalho produtivo foi a matriz de pensamento que possibilitou a construção dos seus significados. Vários estudos sobre o lazer foram elaborados na primeira metade do século XX e ultrapassaram o caráter técnico e prescritivo geralmente associado à recreação, destacando-se obras de Arnaldo Sussekind. Mesmo que esses estudos tenham constituído iniciativas isoladas, podem ser considerados como evidência da emergência do lazer, no Brasil, enquanto campo de estudos. Nas experiências analisadas o *espaço*, relacionado com o poder, foi uma categoria determinante para a recreação, tendo como estratégia de organização do trabalho o desenvolvimento de atividades. A categoria fundamental que determinou o lazer foi o *tempo*, como mecanismo de controle social. Mesmo que as três experiências institucionais tenham sido propostas como estratégia de controle social, ampliaram oportunidades e geraram benefícios para os segmentos populares. A conclusão a que se chega é que recreação e lazer tiveram significados distintos em suas trajetórias. A princípio independentes, essas trajetórias passaram, posteriormente, a estreitar suas interfaces, mas recreação e lazer mantiveram suas especificidades no período focalizado.

Palavras-chave: Recreação, lazer, história.

ABSTRACT

This paper discusses the different trajectories followed by the concepts of recreation and leisure in Brazil during the first half of the twentieth century. The methodology was based upon historical studies that made possible the analyses of three institutional experiences. The period spanned has as its endpoints the creation of the Public Recreation Service (Serviço de Recreação Pública) in 1926 and the extinction of the Worker's Recreation service (Serviço de Recreação Operária) in 1964. Regarding theoretical references, the studies of Basil Bernstein were used, especially his idea of classification that talks about the borders objects maintain among themselves, questions of power, and the idea of framing involving rhythm, pace, and relationships among actors, thus expressing forms of social control. In Porto Alegre (1926-1955), the meanings of recreation were constructed in relation to physical education. This proposal was strongly framed by the activities developed there. With physical education as a matrix, recreation was understood as synonymous with activities taking place in designated recreation areas and as a different type of physical education. In São Paulo (1935-1947) the idea of recreation as a conjunct to "activities-as-means" predominated. Here, education based upon new ideas was the matrix for the construction of the meaning of recreation. By offering recreation, assistance, and education for poor children and working adolescents, the classification adopted was rigid but its frame was weak. The preoccupation with producing ideas about recreation was significant and, emphasizing organized juvenile games, it ended up adopting a prescriptive posture. In both the above experiences leisure meant a time resulting from an amplification of free time. In the 1930s, an interest in deepening concepts about leisure was identified and this was a determining factor of the proposal developed in Rio de Janeiro (1943-1964). Here, the meaning of leisure as a fraction of time persisted, but the amplification of free hours led to more research. Following a strong classification, parallel with a weak framing, the significance of "recreation" corresponded to the adequate use of leisure hours. Productive work became the matrix for the construction of recreation's meanings. Various studies of leisure were elaborated in the first half of the twentieth century, especially the work of Arnaldo Sussekind, which went past the technical and prescriptive character associated with recreation. Even though these studies constituted isolated initiatives, they are evidence of the emergence of leisure in Brazil as a field of study. The fundamental category that determined leisure were time as a mechanism of social control. Space, as an element that translates power relationships, was the determining category for recreation, and the development of activities as a strategy of work organization. Even though the three institutional experiences analyzed have been proposed as strategies of social control, they widened opportunities and generated diverse benefits for the population. The conclusion is that recreation and leisure have had distinctly different meanings during their trajectories as concepts. In the beginning independent of each other, their paths later tended to converge; however, recreation and leisure maintained their specificity during the period studied.

Key-words: Recreation, leisure, history.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Fotografia 1. Frederico Guilherme Gaelzer, [s.d.], p. 111
Fonte: *Centro de Memória do Esporte/CEME/UFRGS*
- Fotografia 2. Jardim de Recreio “Alto da Bronze”, [s.d.], p. 117
Fonte: *Centro de Memória do Esporte/CEME/UFRGS*
- Fotografia 3. Jardim de Recreio “Alto da Bronze”, [s.d.], p. 118
Fonte: *Centro de Memória do Esporte/CEME/UFRGS*
- Fotografia 4. Moças praticando vôlei no Jardim de Recreio “Alto da Bronze”, [s.d.], p.120
Fonte: *Centro de Memória do Esporte/CEME/UFRGS*
- Fotografia 5. Lenea Gaelzer no taboleiro de areia (Jardim “Alto da Bronze”), [s.d.], p. 123
Fonte: *Centro de Memória do Esporte/CEME/UFRGS*
- Fotografia 6. Crianças em momento de apresentação no Jardim de Recreio, [s.d.], p. 125
Fonte: *Centro de Memória do Esporte/CEME/UFRGS*
- Fotografia 7. Representantes da Praça de Desportos Jayme Telles, [s.d.], p. 130
Fonte: *Centro de Memória do Esporte/CEME/UFRGS*
- Fotografia 8. Frederico Guilherme Gaelzer entre normalistas, [s.d.], p. 135
Fonte: *Centro de Memória do Esporte/CEME/UFRGS*
- Fotografia 9. Fachada do Parque Infantil, 1937, p. 183
Fonte: *Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Fotografia 10. Educadora conduzindo crianças matriculadas no Parque Infantil, 1937, p. 188
Fonte: *Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Fotografia 11. Fase de evolução de um jogo infantil organizado, 1937, p. 193
Fonte: *Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Fotografia 12. Mário de Andrade entre crianças no Parque Infantil, 1937, p. 198
Fonte: *Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Fotografia 13. Crianças praticando ginástica com bastão, 1937, p. 201
Fonte: *Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Fotografia 14. Atividades de leitura ao ar livre no Parque Infantil, 1937, p. 204
Fonte: *Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo*

Fotografia 15. Apresentação teatral no Parque Infantil, 1937, p. 206

Fonte: *Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo*

Fotografia 16. Nicanor Miranda em solenidade formal no Parque Infantil, 1937, p. 213

Fonte: *Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo*

Fotografia 17. Menores operários na rua, 1937, p. 223

Fonte: *Divisão de Arquivo do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo*

Fotografia 18. Menores operários no Clube, 1937, p. 223

Fonte: *Divisão de Arquivo do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo*

Fotografia 19. Atividades de costura, tricô e bordado para meninas e moças, 1937, p. 230

Fonte: *Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo*

Fotografia 20. Atividades de marcenaria para meninos e rapazes, 1937, p. 231

Fonte: *Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo*

Fotografia 21. Instalação da sede do Serviço de Recreação Operária na Gávea, 1944, p. 262

Fonte: *Arnaldo Sussekind – Arquivo pessoal*

Fotografia 22. Público presente em apresentação cinematográfica do Serviço de Recreação Operária, [s.d.], p. 265

Fonte: *Arnaldo Sussekind – Arquivo pessoal*

Fotografia 23. Barraca do Serviço de Recreação Operária na praia de Ramos, [s.d.], p. 267

Fonte: *Arnaldo Sussekind – Arquivo pessoal*

Fotografia 24. Getúlio Vargas entre escoteiros do Serviço de Recreação Operária no Estádio do Pacaembu, 1944, p. 269

Fonte: *Arnaldo Sussekind – Arquivo pessoal*

Fotografia 25. Excursão do Serviço de Recreação Operária às ilhas das Flores e Brocoió, [s.d.], p. 271

Fonte: *Arnaldo Sussekind – Arquivo pessoal*

Fotografia 26. Solenidade de abertura da Mostra fotográfica das atividades realizadas pelo Serviço de Recreação Operária, [s.d.], p. 277

Fonte: *Arnaldo Sussekind – Arquivo pessoal*

Fotografia 27. Mostra fotográfica das atividades realizadas pelo Serviço de Recreação Operária, [s.d.], p. 277

Fonte: *Arnaldo Sussekind – Arquivo pessoal*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: INTERESSE DE PESQUISA	27
ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	40
CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA PARA O ENTENDIMENTO DO LAZER ..	52
CAPÍTULO 1 – A RECREAÇÃO PÚBLICA PROMOVIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (1926-1955): EXPERIÊNCIA PIONEIRA QUE POSSIBILITOU A PROPAGAÇÃO DE JARDINS DE RECREIO NA CAPITAL GAÚCHA E NO RIO GRANDE DO SUL	100
1.1 Porto Alegre e a inauguração dos Jardins de recreio: A busca da modernidade urbana.....	101
1.2 Os Jardins de recreio da capital gaúcha: Características e finalidades	113
1.3 A formação e a atuação de profissionais especializados para desenvolver a recreação por meio da educação física e dos esportes	131
1.4 A recreação como uma moderna metodologia de trabalho para a educação física e sua relação com o lazer.....	140
1.5 A fase crítica dos Jardins de recreio, a criação de um órgão específico em 1950 e os vínculos institucionais com a educação física	149
CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIA DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E RECREIO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E RECREAÇÃO (1935-1947): COMPREENDENDO OS SIGNIFICADOS DE RECREAÇÃO E DE LAZER CONSTRUÍDOS PELA EXPERIÊNCIA INSTITUCIONAL PAULISTANA.....	161
2.1 A criação do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura Municipal de São Paulo: Confluência de interesses.....	162
2.2 Da rua para o parque: Fundamentos que nortearam a estruturação do Serviço Municipal de Jogos e Recreio	171

2.3 Os programas de recreação desenvolvidos pelos instrutores nos Parques Infantis	189
2.4 Extensão dos programas de recreação para os adolescentes operários.....	216
CAPÍTULO 3 – SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA (1943-1964):	
ÓRGÃO IMPLANTADO PELO GOVERNO FEDERAL INCUMBIDO DE ORGANIZAR AS HORAS DE LAZER DOS TRABALHADORES OPERÁRIOS E SUAS FAMÍLIAS	
3.1 A política trabalhista adotada no governo Vargas: Seguindo as orientações internacionais que postularam a racional organização do trabalho... e do lazer ...	237
3.2 Criação do Serviço de Recreação Operária, em 1943: A recreação como aproveitamento adequado dos lazers do operário e sua família	250
3.3 A fase experimental do SRO e a diversidade de ações proporcionadas ao operariado do Distrito Federal nas suas horas de folga.....	259
3.4 “Caminhos e descaminhos” do <i>Serviço de Recreação Operária</i> no contexto do <i>Ministério do Trabalho</i> : Abrindo mão do lazer em benefício do trabalho.....	279
CONCLUSÃO.....	289
REFERÊNCIAS	299
FONTES	307
ANEXOS	308

INTRODUÇÃO: INTERESSE DE PESQUISA

Apresentação

Este estudo focaliza as trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer no Brasil, centralizando-se, especialmente, nos significados por ambos incorporados no contexto do século XX. O essencial não consistiu em reconhecer os sentidos literais ou denotativos atribuídos aos termos, mas, em compreendê-los em consonância com elementos históricos, políticos, sociais e pedagógicos que marcaram o percurso da recreação e do lazer em um contexto concreto preciso.

Metodologicamente, essa meta foi alcançada a partir da análise de três experiências institucionais, no âmbito das políticas públicas, concretizadas no período 1926-1964. Essas experiências, situadas no domínio das políticas públicas de intervenção, desenvolveram serviços especializados de recreação e foram selecionadas mediante o papel de destaque assumido na literatura da época. Ademais, essas propostas contaram com a contribuição de autores cuja produção revelou-se importante para a sistematização de conhecimentos sobre o tema.

A presente pesquisa se insere no campo da Educação, uma vez que as reflexões elaboradas procuraram compreender a recreação e o lazer a partir das inter-relações estabelecidas com a educação e com o trabalho produtivo e escolar. A importância deste estudo para a área da Educação decorre, sobretudo, das contribuições que fornece para os estudiosos deste campo interessados em aprofundar conhecimentos sobre as dimensões pedagógicas presentes nas trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer no Brasil. Além disso, traz à tona novas fontes que podem representar um ponto de partida para outras investigações sobre o assunto.

O problema de pesquisa emergiu de algumas questões elaboradas a partir das experiências de meu cotidiano profissional, enquanto docente e membro do Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR) do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais.

Por um lado há um consenso, entre os estudiosos do lazer, de que foi apenas a partir da década de 1950 que as primeiras obras brasileiras específicas sobre este tema foram publicadas no Brasil, sendo esta produção intensificada após 1970. Por outro lado, há uma polêmica sobre os significados e as relações historicamente constituídas entre a recreação e o lazer em nossa realidade. Neste âmbito, é possível identificar diversas interpretações: recreação e lazer possuem significados distintos; recreação e lazer compartilham o mesmo significado; a recreação é considerada como uma função do lazer. Em nosso país são escassas as pesquisas dedicadas a esta questão por ser ela considerada um tema polêmico e de difícil entendimento.

Os dois aspectos acima destacados – a emergência dos estudos sobre o lazer no Brasil e a construção de significados de recreação e lazer – deram origem ao problema da presente pesquisa, evidenciando a necessidade de voltar o meu olhar para a história dessas áreas, construída em nossa sociedade.

No Brasil é possível observar, já nas primeiras décadas do século XX, a publicação de algumas obras sobre a recreação. Como exemplo, cito o trabalho elaborado por Campos, Gouvêa e Cunha (1934), que relaciona a recreação com a educação. A discussão das autoras focaliza, sobretudo, o valor pedagógico do jogo e de outras práticas culturais para as crianças. Este conteúdo serviu de referência para a recreação, no contexto escolar, no antigo Distrito Federal.¹

¹ Outras informações sobre o assunto podem ser obtidas em Werneck (2003).

No caso do lazer a situação é diferente. Como será evidenciado posteriormente, a obra *Lazer Operário*, de Acácio Ferreira, foi publicada no ano de 1959 e é considerada, por vários autores, como o primeiro livro brasileiro sobre o lazer. As discussões empreendidas por Acácio Ferreira destacam a necessidade de conhecer as atividades recreativas vivenciadas, pela população operária baiana, nas suas “horas de lazer”.

Se a recreação e o lazer fossem sinônimos, a obra *Lazer Operário* não poderia ser considerada, pelos estudiosos da área, como a primeira publicação específica sobre o lazer no Brasil. Antes dela vários livros sobre a recreação já haviam sido editados, e publicações diversas (jornais, revistas e periódicos especializados) já haviam tratado do assunto. Considero que esta literatura pode fornecer importantes elementos para se compreender a emergência de estudos sistematizados sobre o lazer no Brasil.

Com exceção das referências feitas ao livro de autoria de Acácio Ferreira, faltam pesquisas sobre a emergência de estudos sobre o lazer no período que antecede as décadas de 1960-1970, bem como sobre as relações constituídas com a recreação em nosso país. Esta complexa situação norteou a definição do objeto de pesquisa deste estudo, considerando-se a necessidade de aprofundar conhecimentos sobre os significados incorporados pela recreação e pelo lazer, sobretudo na primeira metade do século XX.

Para abordar este problema eu poderia seguir várias perspectivas de análise. Entretanto, considerando que a década de 1950 é vista como um marco para a emergência de estudos sobre o lazer no Brasil, intensificando-se nos anos de 1970, optei por recuar na história. Assim, voltei minha atenção para as décadas que antecederam este período, caminhando na direção contrária de um possível “senso comum científico”, utilizando uma expressão formulada por Bourdieu (1998).²

² Esta expressão de Pierre Bourdieu (1998) faz referência à *reprodução* de conhecimentos no interior do próprio campo científico, fazendo com que este se assemelhe ao senso comum. Para o autor, o campo científico é pautado pela reflexão crítica, pela análise sistematizada e pelo exame criterioso dos diversos elementos que compõem uma teoria.

Alguns indícios mostravam que a produção de conhecimentos sobre a recreação até os anos de 1960 constituía um fecundo referencial para a busca de respostas às minhas indagações. Desta maneira, busquei compreender os significados de recreação e de lazer tomando, como referência, reflexões sistematizadas sobre o assunto.

Neste processo, logo de início, constatei que muitos dos autores que se dedicaram ao estudo da recreação eram personalidades que estavam liderando algumas experiências institucionais no âmbito das políticas públicas. Assim, por meio das intervenções do Estado, essas personalidades desenvolveram propostas encarregadas de ampliar a oferta de atividades recreativas para a população.

Para a compreensão dos significados incorporados pela recreação e pelo lazer, no contexto brasileiro, foi realizada a análise de três experiências institucionais, selecionadas em função do destaque a elas atribuído na literatura naquele momento histórico. Com este referencial tornou-se possível discutir a construção dos significados de recreação e de lazer, bem como conhecer quando, como e porquê o lazer foi analisado pelos intelectuais da época.

A pesquisa abrange os anos de 1926 a 1964, tomando como marcos a criação do *Serviço de Recreação pública* (Prefeitura de Porto Alegre, 1926) e a extinção do *Serviço de Recreação Operária* (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, suprimido em 1964). A outra experiência institucional selecionada (*Divisão de Educação e Recreio* do Departamento de Cultura de São Paulo) teve início em 1935 e foi analisada até o ano de 1947, conforme explicitado na metodologia do estudo.

Para discutir as matrizes de pensamento que influenciaram a construção de significados de recreação e de lazer foi de fundamental importância considerar o período assinalado. Mesmo ciente de que os significados de um termo mudam ao longo dos tempos, em decorrência da sua vinculação ao contexto, sabe-se que podem permanecer marcados pelas antigas tradições e pelas matrizes que os constituíram inicialmente. Como as trajetórias

percorridas pela recreação e pelo lazer, no Brasil, não haviam sido devidamente exploradas, busquei conhecer como estes campos foram sendo constituídos a partir das contribuições de algumas propostas implementadas pelo poder público. Para tanto, tornou-se fundamental voltar a minha atenção, sobretudo, para os significados que a recreação e o lazer foram assumindo neste processo.

Esta investigação me permitiu compreender, em síntese, os significados de recreação e de lazer no período 1926-1964. Além disso, possibilitou-me identificar em que momentos as trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer foram distintas, quando coexistiram e em que período e circunstância se sobrepuseram nos estudos da época, formulados em virtude de algumas propostas de intervenção desenvolvidas no período.

Emergência dos estudos brasileiros sobre o lazer: Origem do problema

Em termos da produção do conhecimento sobre o lazer, no Brasil, o sociólogo Renato Requixa salienta que foi somente a partir de 1950 que alguns estudos foram elaborados. Este autor destaca a tese *A crise da filosofia messiânica*, de Oswald de Andrade, onde é previsto um predomínio do *homo ludens* sobre o *homo faber* em decorrência do contínuo progresso técnico e social. Segundo Requixa (1977, p.89-90):

Do ponto de vista histórico, o primeiro trabalho dedicado exclusivamente à temática do lazer surgiu, no Brasil, em 1959. Trata-se da obra *Lazer operário*, de autoria do Professor Acácio Ferreira, editada na cidade de Salvador, Bahia.

O sociólogo Acácio Ferreira representa, na visão de Requixa (1977, p.22), “o primeiro tratadista brasileiro do lazer”, constatação que é amplamente difundida entre os estudiosos do assunto em nosso país. Bramante (1998, p.10), por exemplo, esclarece que “a obra ‘Lazer Operário’, de Acácio Ferreira, é reconhecida por muitos estudiosos como o marco inicial das reflexões dessa problemática social no Brasil.” Marcellino (1996, p.4), por sua vez, afirma que “*Lazer Operário* é considerado o primeiro livro brasileiro a tratar, de forma específica, da problemática do lazer.”

Além da obra de Acácio Ferreira, Requixa (1977) assinala que desconhece qualquer outro tipo de trabalho referente ao tema lazer, no Brasil, até o ano de 1966, quando foi realizado, na Universidade Federal de Pernambuco, um Seminário sobre Tropicologia, sob direção de Gilberto Freyre.³

Diante do exposto, o livro *Lazer Operário*, de Acácio Ferreira (1959), é reconhecido como um trabalho pioneiro sobre o tema em nosso país. Entretanto, a

³ Neste evento, o sociólogo José Vicente de Freitas Marcondes proferiu uma conferência intitulada “Trabalho e lazer no Trópico”. Foi em 1968 que João Camilo de Oliveira Torres publicou o livro *Lazer e cultura*, mas, para Requixa (1977), a importância do lazer como tema relevante de estudo, ou como necessidade de criação de recursos para a sua prática, emergiu na consciência social brasileira a partir da década de 1970. Um fator desencadeador dessa consciência foi, segundo o autor, a realização do *Seminário sobre lazer – Perspectiva para*

unanimidade deste reconhecimento precisa ser repensada. O autor, na introdução de seu texto, esclarece: “Trabalho pioneiro, pois não encontrei outro *com o enfoque em que o situamos.*” (FERREIRA, 1959, p.10. Grifo meu).

O enfoque escolhido pelo autor, segundo suas afirmações, norteia toda a produção do livro *Lazer Operário*. Atento às peculiaridades da sociedade brasileira e às necessidades de lazer das camadas mais pobres da população, Ferreira (1959) lembra que, no Brasil, eram os estratos melhor situados na pirâmide social que conseguiam atender satisfatoriamente suas exigências recreacionais, pois a grande maioria sofria com as inúmeras deficiências geradas pela cidade. A importância do planejamento urbano se impunha, aos administradores, como solução para os problemas da cidade, estando aí incluída a questão do equacionamento do lazer. As atividades recreacionais constituíam, na sua visão, parte inevitável da vida de cada pessoa, e através delas o homem atendia necessidades básicas que a cidade, ao evoluir, tornava cada vez mais difícil satisfazer.

A epígrafe escolhida por Ferreira (1959) também retrata a preocupação com a “organização das cidades”, subtítulo dado à sua obra. Trata-se de uma citação extraída do livro *La ciudad*, editado em espanhol por Eiel Saarinen, cuja mensagem pode ser traduzida da seguinte maneira: “Já que a cidade há de se converter em um lugar apropriado para viver, os fatores humanos ocupam posição predominante em sua formação. As disposições físicas se ajustarão a esses fatores, pois o homem é o amo, a ele servem as construções físicas.”

Em virtude desse aspecto, Ferreira (1959) estabeleceu, como objetivo, conhecer como o operário ocupava o seu tempo livre, pretendendo extrair de sua pesquisa elementos de ordem cultural, social e econômica, que servissem aos administradores e urbanistas interessados pela organização da cidade. Na percepção do autor, a indiferença de diversos estudiosos – como educadores, sociólogos, psicólogos e urbanistas –, pelo destino que os

uma cidade que trabalha, promovido pelo Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo, em parceria com a Secretaria do Bem-Estar do município.

brasileiros davam ao seu tempo livre devia-se, em boa parte, à inexistência de grandes metrópoles e à ausência de várias características das sociedades de massas. Essas características eram consideradas típicas dos países altamente industrializados, onde as conotações culturais, econômicas e sociais do tempo de lazer eram “naturalmente ostensivas”. De acordo com a sua compreensão, o lazer correspondia ao tempo liberado do trabalho, um fator marcante das sociedades industriais.

Como visto, é importante salientar que, para a utilização deste tempo, espaços específicos e apropriados deveriam ser planejados no Brasil. No interior desses locais, o tempo livre poderia ser preenchido com diversas atividades recreativas consideradas saudáveis. Segundo minha interpretação, é fundamental refletir sobre os aspectos contraditórios desses novos locais e práticas, pois, ao mesmo tempo em que esses elementos poderiam representar formas de controle e vigilância sobre a população, poderiam criar, também, a possibilidade de novas formas de uso voltadas para a subversão da ordem estabelecida.

Para Ferreira (1959), o problema do lazer já “existia” no Brasil, pois as massas trabalhadoras já gozavam normalmente de “oito horas de lazer por dia”, de descansos semanais e, em grande parte, de férias anuais. Isso lhe permitiu ultimar que havia um tempo livre a ser ocupado. Além disso, o sociólogo baiano concluiu que esta problemática somente seria inteligível quando a maneira pela qual o brasileiro ocupava o seu tempo livre fosse pesquisada, e o lazer fosse estudado no seio do contexto cultural de que fazia parte.

Em suma, Ferreira (1959) escolheu o enfoque sociológico e urbanístico para discutir o lazer. É o próprio autor quem afirma não ter encontrado nenhum estudo brasileiro *com este enfoque*, citando, em uma nota de rodapé, alguns trabalhos de autores brasileiros que já haviam publicado obras “sobre o lazer e suas atividades” em nosso país:

Exceção dos trabalhos de Inezil Marinho, Arnaldo Sussekind, Ethel Bauzer Medeiros e de mais alguns poucos estudiosos, nada conseguimos encontrar

sobre o assunto. Com enfoque sociológico e urbanístico nenhum estudo brasileiro nos foi dado conhecer. (FERREIRA, 1959, p.13).

Verificando o conjunto de referências relacionadas na bibliografia, observam-se duas publicações brasileiras que precederam e foram citadas no livro *Lazer Operário*. Trata-se da obra *Trabalho e recreação* (SUSSEKIND, 1946), publicada 13 anos antes de *Lazer operário*; e do livro *Curso de fundamentos e técnica da recreação* (MARINHO et al., 1955). É importante frisar que esses estudos apresentam, no título, a palavra *recreação*, e não o termo *lazer*. Ferreira (1959), além de fundamentar seu estudo com publicações estrangeiras sobre o *lazer*, buscou subsídios em muitos livros dedicados à *recreação*. No que se refere a esta última, a maioria de obras listadas na bibliografia são publicações norte-americanas.

Nesta pesquisa, procurei discutir a emergência do lazer como campo de estudos. Possivelmente publicações da primeira metade do século XX que tratavam da recreação (livros, matérias publicadas em jornais, revistas e periódicos especializados) poderiam ter desenvolvido reflexões sobre o lazer, fonte ainda desconhecida entre os estudiosos da área no Brasil.

Em face dessa constatação, alguns questionamentos foram elaborados: Que matrizes de pensamento permearam a construção dos significados de recreação e de lazer no contexto da primeira metade do século XX? Quando, como e porquê o lazer foi analisado, nessa época, pelos autores brasileiros envolvidos com a produção de conhecimentos sobre a recreação?

Levantamentos preliminares realizados em diferentes épocas (MARINHO et al., 1955; MEDEIROS, 1964; GAELZER, 1979) indicavam que muitos dos autores que realizaram estudos sobre a recreação, contribuindo com a produção de conhecimentos sobre este tema, eram profissionais que estavam liderando políticas públicas. Pude constatar, ainda, que essas experiências institucionais foram desenvolvidas no período que esta pesquisa procurou abranger.

Embora a recreação e o lazer assumam significados diversos na vida cotidiana, as experiências institucionais podem nos fornecer informações relevantes sobre as matrizes teóricas que influenciaram a construção histórica e social de ambos. Essas experiências podem, ainda, auxiliar a compreender as trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer no Brasil, enquanto práticas sociais e pedagógicas culturalmente criadas em nosso contexto, disseminando conhecimentos sobre essa temática e desenvolvendo determinados significados sobre o assunto.⁴

Retomando a obra de Ferreira (1959, p.31), percebe-se que para o autor recreação e lazer possuem significação diferenciada. Baseado em Gerald Fitzgerald, o autor afirma que: “Lazer é tempo e recreação é a expansão dos interesses humanos em tempo de lazer.” Apesar da clareza de Ferreira (1959) com relação a essa questão, os significados e as relações entre a recreação e o lazer constituem, hoje, um tema polêmico entre os estudiosos do assunto.

Considerando a produção de conhecimentos sobre o lazer no Brasil, existem divergências no campo conceitual. Lançando mão de teorias diversas, autores de várias áreas vêm construindo uma série de argumentos para justificar sua abordagem e sua posição sobre o lazer, bem como os desdobramentos sociais, políticos e educacionais deste fenômeno em nossa sociedade.

Em termos da produção de conhecimentos sobre a recreação, observamos dois encaminhamentos distintos: tem-se, por um lado, a intensa publicação de “manuais práticos”, com “receitas” de atividades recreativas e, por outro lado, quando são empreendidas reflexões sistematizadas, muitas vezes ocorre uma associação entre a recreação e o lazer. Neste segundo

⁴ Nas experiências institucionais, recreação e lazer representam práticas *instituídas*, oficiais; diferentes das práticas *instituintes*, criadas cotidianamente pela sociedade. O instituído, neste caso específico, está ligado ao campo de estudos sobre o lazer ou às práticas reconhecidamente oficiais, ou seja, ao lazer “saudável”. O instituinte, por sua vez, relaciona-se com as práticas culturais lúdicas de lazer, lícitas ou não, que são desenvolvidas, socialmente, no cotidiano. Muitas vezes as práticas instituintes são instituídas quando passam a ser incorporadas e assumidas oficialmente, seja através de normas ou diretrizes legais, morais e sociais. Neste processo o lazer, como campo de estudos ou como práticas oficiais, volta-se para o instituído, reforçando-o ainda mais. Porém, devemos considerar que o lazer também pode legitimar o instituinte ao abrir espaços para a sua

encaminhamento, como as palavras recreação e lazer estão intimamente ligadas, fica difícil entender se são a mesma coisa, ou, em caso de diferença, onde é que ela reside.⁵

Os significados específicos e partilhados por cada um desses termos é de complexo entendimento, principalmente porque são escassas as pesquisas dedicadas à compreensão das trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer em nosso país. Em decorrência, as diferentes interpretações podem ser fruto da falta de conhecimento sobre os significados por eles assumidos em nosso contexto histórico e social.

A compreensão dessa questão é crucial para a análise do objeto do presente estudo, pois, a maioria das ações institucionais e acadêmicas empreendidas no Brasil está vinculada à “recreação e lazer”. Como consequência dessa visão temos em várias Instituições de Ensino Superior (IES), nos dias de hoje, Centros de estudo e pesquisa em “recreação e lazer”; Cursos de Graduação/Pós-graduação em “recreação e lazer”; eventos científicos e culturais sobre “recreação e lazer”, disciplinas curriculares de “recreação e lazer”. No tocante ao poder público observamos, ainda, a institucionalização de secretarias municipais de “recreação e lazer”, entre inúmeros outros exemplos.

Como recreação e lazer são palavras que, freqüentemente, se mesclam em muitos empreendimentos desenvolvidos em nosso país, é importante indagar: Que trajetórias foram percorridas pela recreação e pelo lazer no contexto brasileiro nas primeiras décadas do século

institucionalização, desde que aja correspondência com os preceitos e intenções dos órgãos. Em virtude desse aspecto, o instituinte transforma-se em experiências oficiais ou legalmente permitidas.

⁵ Alguns trabalhos, como o realizado por Pinto (1992) no início da década de 1990, apresentam a expressão recreação/lazer justificando essa associação pelo fato da recreação e/ou lazer representarem espaços privilegiados para a vivência do lúdico. Assim, a recreação/lazer é compreendida como uma “área de conhecimento”, visão também defendida por Valente (1997). Outros estudiosos, como Amaral (2001), utilizam com freqüência o termo lazer/recreação, sem, no entanto, esclarecer o porquê dessa associação. Do ponto de vista teórico-conceitual, a utilização de expressões como recreação/lazer indica que, na visão de alguns autores, ambos podem ser concebidos como sinônimos. Para outro grupo de estudiosos, como Bramante (1998) e Bruhns (1997), recreação e lazer não são a mesma coisa. Para outros, baseados principalmente em Dumazedier (1979), a recreação é vista como uma função do lazer. Apesar de serem várias as possibilidades de interpretação sobre as relações constituídas entre a recreação e lazer, são incipientes as análises sobre esta questão na realidade brasileira.

XX? O que as experiências institucionais, desenvolvidas no âmbito das políticas públicas, revelam sobre as semelhanças e as singularidades da recreação e do lazer?

Em face dessas considerações preliminares, este estudo justifica-se pela necessidade de reconstituir e interpretar as trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer no Brasil, focalizando os seus significados a partir da produção de conhecimentos sobre o assunto, objeto do presente estudo. Sendo um tema ainda não discutido e aprofundado na realidade brasileira, esta pesquisa poderá colaborar com o avanço das pesquisas e dos debates sobre a recreação e o lazer, e nas relações que mantêm com diferentes áreas do conhecimento.

Esta pesquisa poderá contribuir com a busca de fundamentos que possam subsidiar a prática pedagógica dos profissionais que vêm atuando nos diversos setores deste campo de formação/atuação profissional, uma vez que pretende esclarecer questões atuais por meio da compreensão do passado, ou seja, dos percursos seguidos pela recreação e pelo lazer em nosso país.

O tema escolhido constitui, ainda, uma problemática vivenciada no cotidiano profissional daqueles que atuam no campo de estudos sobre a educação, sobre o lazer e sobre inúmeras formas de utilização do chamado tempo livre. Além disso, o objeto estudado está em consonância com o momento histórico vivido em nossa sociedade, colocando novas exigências que se vem revelando fundamentais para o enriquecimento da produção teórica sobre o lazer. Esta pesquisa procura, enfim, respostas para dúvidas e incertezas presentes hoje neste campo de estudos. Ao invés de partir diretamente das controvérsias mais recentes sobre este tema, recorre à história em busca de novos conhecimentos sobre o lazer.

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer no Brasil, focalizando os significados incorporados por ambos, neste contexto, a partir da produção de conhecimentos sobre o assunto. Para o alcance desta meta foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender as matrizes de pensamento que influenciaram a construção dos significados de recreação e de lazer no âmbito das políticas públicas, por meio do estudo de experiências institucionais desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX;
- b) Analisar os autores, e seus discursos, envolvidos com a produção de conhecimentos sobre a recreação até a década de 1960, procurando compreender os significados de lazer neste contexto, bem como relações constituídas com a recreação.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Para discutir e analisar as trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer no Brasil (1926-1964) foi necessário realizar uma pesquisa de abordagem histórica. Como lembra De Certeau (2000), as pesquisas que se debruçam sobre a historiografia se articulam com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, sendo submetidas a imposições, ligadas a privilégios e enraizadas em determinadas particularidades. Neste trajeto, é necessário identificar como, quando, onde e porquê cada sujeito, grupo ou instituição se constituiu como autor, ator, cenário, texto e leitor da história construída.

Baseando-se na análise documental, o estudo procurou registrar, interpretar e compreender os acontecimentos que possibilitaram a construção dos significados de recreação e de lazer em nosso contexto histórico-social. Este encaminhamento foi realizado a partir da compreensão dos significados de recreação e de lazer no Brasil, o que foi feito a partir da análise da literatura da época. Não se tratou, pois, de uma mera compilação ou registro de fatos, uma vez que foi necessário interpretá-los e sistematizá-los em função do objeto estudado.

Tal procedimento demandou um intenso trabalho de exploração de fontes, exigindo empenho no levantamento e nas análises das informações. Lopes (1996) ressalta que o trabalho com as fontes, escritas ou não, exige cuidado, atenção, intuição e rigor, e que uma pesquisa é mais confiável e mais rica quanto maior for o tipo de fontes a que recorre, e quanto mais rigorosa for exercida a confrontação entre elas.

A definição das fontes utilizadas foi uma decorrência do problema investigado. Assim, as fontes escritas abrangeram vários trabalhos elaborados, principalmente, na primeira metade do século XX, indo desde documentos legais até correspondências, jornais, narrativas de viagens, relatórios, anais de eventos, projetos pedagógicos, matérias jornalísticas e folhetos

pertencentes a arquivos institucionais ou pessoais. Procurei compreender de que lugar e para quem os autores falavam, em que discursos estavam se baseando e que idéias estavam refutando.

Apesar das buscas focalizarem, principalmente, documentos da época, foram complementadas e auxiliadas com obras de outros pesquisadores que trabalharam parte deste material, embora nem sempre estudando especificamente a recreação ou o lazer. Documentos antigos foram revisitados, colocando-lhes novas interrogações e novas perspectivas de análise.

Todavia, como as fontes não se limitam aos documentos escritos, foi possível utilizar, além da literatura e documentos diversos, imagens que serviram de texto e enriqueceram as análises empreendidas. Foram também colhidos depoimentos orais, por meio de entrevistas semi-estruturadas com sujeitos que poderiam fornecer elementos expressivos para a pesquisa, auxiliando a compreensão do objeto investigado. Trabalhei, assim, com fontes escritas, orais e iconográficas.

Este estudo não teve a pretensão de reconstruir “a história da recreação e do lazer no Brasil”, mas representa uma tentativa de analisar o percurso seguido por ambos a partir de um ponto de vista particular. Conforme salientado na Introdução desta pesquisa, procurei delinear as trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer no Brasil a partir do estudo de algumas experiências desenvolvidas pelo poder público no período em questão, bem como das contribuições de autores expressivos na época.

Definir as experiências institucionais a serem consideradas na pesquisa representou um grande desafio. Como afirmam Marinho et al. (1955), no Brasil dos anos de 1950 já era possível perceber alguns esforços isolados, por parte do poder público e da iniciativa privada, no sentido de proporcionar recreação para a população. Os autores assinalam as experiências institucionais até então desenvolvidas em nosso contexto:

Na órbita municipal, encontramos a Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, o Serviço de Recreação Pública de Porto Alegre, o Serviço de Educação Física e Recreação da Prefeitura do [antigo] Distrito Federal, o Serviço de Parques Infantis de Santos, que realiza excelente trabalho, o Departamento Municipal de Educação Física de Araraquara, os Parques Infantis de Campinas e algumas outras instituições de caráter igualmente meritório. Na esfera federal temos apenas o Serviço de Recreação Operária da Comissão do Imposto Sindical do Ministério do Trabalho [...]. Na iniciativa particular, cumpre ser destacado o Serviço de Recreação, Esporte e Educação Física do SESI. (MARINHO et al., 1955, p.22-23).

Algumas dessas experiências são também mencionadas na pesquisa realizada por Medeiros (1964). Segundo a autora, foi aproximadamente em 1934 – sob direção de Frederico Gaelzer, Anísio Teixeira, Lois Williams e Nicanor Miranda – que se estabeleceram respectivamente em Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais serviços municipais de recreação e educação física, assim como terrenos públicos para jogos e centros de recreação.

Além da autora acima, outras referências indicavam que o serviço de recreação criado pela municipalidade de Porto Alegre em 1926, sob orientação de Frederico Gaelzer, representa uma experiência pioneira em nosso país (GAELZER, 1979; ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 1996; AMARAL, 2001a). As idéias do professor Gaelzer sobre a recreação foram citadas em muitas obras de estudiosos do assunto, o que revela a importância do seu discurso para a época.

No Brasil, são ainda incipientes e escassos os estudos que se debruçaram, com profundidade, sobre a análise da proposta de recreação pública, denominada oficialmente, em 1950, de *Serviço de Recreação Pública* – SRP. Com a implantação de “Jardins de recreio” por parte da municipalidade porto-alegrense, esta experiência institucional foi fundamental para a compreensão dos significados de recreação e de lazer na realidade brasileira do século XX, sobretudo em sua primeira metade.

Em sua maioria, as referências disponíveis sobre o assunto representam fontes primárias: matérias jornalísticas e documentos da época; álbuns de fotografias; textos;

folhetos; programas, correspondências. Muitas dessas fontes são originais, uma vez que ainda não foram exploradas em pesquisas sobre o assunto em nosso meio. No entanto há algumas exceções, como as idéias contidas em publicações da professora de educação física Lenea Gaelzer, em alguns artigos que tratam do assunto, como os elaborados por Amaral (1998, 2001), e em trabalhos de Pós-graduação.⁶

Em minhas buscas optei por explorar, em especial, o álbum de recortes elaborado pelo professor Frederico Gaelzer, que contém textos jornalísticos publicados, aproximadamente, entre as décadas de 1920 e 1950. Este álbum conta ainda com fotos, correspondências e programas, entre outros documentos originais, e integra o acervo do *Centro de Memória do Esporte (CEME)* da UFRGS. O conteúdo deste álbum versa, em especial, sobre recreação, educação física e esportes. Este importante documento não foi citado em nenhum dos trabalhos sobre o assunto, ao qual tive acesso, no decorrer da presente pesquisa.

Em virtude deste aspecto o álbum de recortes do professor Frederico Gaelzer, entre outros documentos, constituiu uma fonte importante para se discutir os significados de recreação e de lazer construídos na época. Acrescenta-se a isso o fato de ter me auxiliado a compreender as trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer em nosso contexto, o que foi efetuado a partir da análise do serviço de recreação implantado pela municipalidade porto-alegrense. Apesar de constituir uma fonte privilegiada para este estudo, não deixei, no entanto, de efetuar o confronto das idéias contidas no álbum com as outras fontes e obras.

⁶ Destaco uma dissertação de Mestrado que versa sobre o assunto, de autoria de Eneida Feix, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação da professora Silvana Vilodre Goellner. Ressalto, ainda, a tese de Doutorado de Silvia Cristina Franco Amaral, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade de Campinas (Unicamp), sob orientação do professor Antonio Carlos Bramante, que apresenta um capítulo sobre a história da recreação pública em Porto Alegre. Expressivo foi, ainda, o VIII Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), realizado em Porto Alegre no ano de 1996, em comemoração aos 70 anos de recreação pública na capital gaúcha. Neste evento foi realizada uma mostra de fotografias que destacaram as ações desenvolvidas desde o momento da implantação dos primeiros Jardins de recreio.

O SRP, bem como as considerações de Frederico Gaelzer, foram fundamentais para a concretização e desenvolvimento dessa proposta, que representou uma experiência institucional relevante para o desenvolvimento deste estudo, sendo por essa razão selecionada. A partir dessa seleção, foi definido o marco histórico que deu início à busca de respostas para questões norteadoras da presente pesquisa que diziam respeito ao Brasil: Porto Alegre, ano de 1926. Esta experiência institucional foi analisada até o ano de 1955, quando ocorreu uma modificação na estrutura administrativa da Prefeitura e o SRP deixou de constituir um órgão específico, transformando-se em um dos setores que passou a integrar a recém criada *Secretaria Municipal de Educação e Cultura* (SMEC).

Andréa Mostardeiro Bonow, servidora da SMEC, foi uma das colaboradoras que prestou importantes informações sobre o objeto estudado. Nosso primeiro contato foi efetivado a partir da localização do número de seu telefone residencial no catálogo de assinantes de Porto Alegre. Andréa Bonow foi informada do objetivo do estudo e concordou em me conceder uma entrevista em Porto Alegre, solicitando que eu indicasse com antecedência as questões de meu interesse. A entrevista foi realizada às 17:00 horas do dia 18 de abril de 2002 em seu próprio local de trabalho (SMEC). O depoimento foi gravado, transcrito e conferido pela entrevistada, que posteriormente autorizou a sua utilização nesta pesquisa. Na ocasião, Andréa Bonow disponibilizou-me vários documentos pertencentes ao seu arquivo pessoal, e este material foi muito proveitoso para o estudo.⁷

São Paulo foi também mencionada por Marinho et al. (1955) e por Medeiros (1964) como uma cidade que, além da sua histórica importância no cenário nacional, desenvolveu uma proposta institucional muito significativa em meados da década de 1930. Trata-se, entre outras possibilidades, dos programas de recreação desenvolvidos nos “Parques

⁷ A transcrição da entrevista, além de integrar os Anexos da pesquisa, foi publicada na seção “Entre-vistas” da Revista Licere (WERNECK, 2002).

infantis” paulistanos a partir de 1935.⁸ Segundo Sandroni (1988), os Parques Infantis foram a atividade-piloto da implantação do *Departamento de Cultura e Recreação*, cujo projeto vinha sendo elaborado desde setembro de 1934, tendo Mário de Andrade como seu primeiro diretor.

Para cuidar da organização dos Parques Infantis foi criado, inicialmente, o *Serviço Municipal de Jogos e Recreio para crianças* (Ato n. 767, de 9/1/1935), sendo denominado, posteriormente, de *Serviço Municipal de Parques Infantis* (Ato n. 795, de 15/2/1935). Poucos meses após a sua criação este Serviço foi transformado em uma seção específica da *Divisão de Educação e Recreio* do Departamento de Cultura e Recreação (Ato n. 861, de 30/5/1935): a Seção de Parques Infantis. Esta Divisão foi chefiada, durante vários anos, por Nicanor Miranda, um expressivo estudioso da recreação que publicou diversas obras sobre o assunto, principalmente nas décadas de 1930/1940. A Divisão de Educação e Recreio também contava com mais duas Seções: a Seção de Campos de Atletismo, Estádio e Piscina, e a Seção de Divertimentos Públicos.

Algumas pesquisas (FONSECA, 1985; SANDRONI, 1988; ABDANUR, 1992; FARIA, 1993) foram dedicadas à análise do Departamento de Cultura na gestão Mário de Andrade (1935-1937).⁹ Nenhuma delas, contudo, aprofundou-se no objeto de minhas reflexões: as trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer no contexto da experiência institucional paulistana no período 1935-1947, focalizando os significados incorporados por ambos a partir da produção de conhecimentos sobre o assunto. Artigos, livros, revistas, documentos oficiais e matérias jornalísticas da época; dissertações de mestrado e teses de doutorado, bem como o substancial acervo documental e iconográfico do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo, representam as fontes utilizadas para a análise desta experiência institucional.

⁸ Quando os Parques Infantis passaram a ser destinados, no período noturno, ao atendimento de menores operários, eram denominados “Parques de jogos”.

As buscas de dados sobre a experiência institucional paulistana foram efetuadas no *Departamento do Patrimônio Histórico* da Prefeitura de São Paulo (principalmente na *Divisão do Arquivo Municipal Washington Luís* e na *Divisão de Iconografia e Museus – Acervo de imagens fotográficas/Arquivo de negativos*); no *Arquivo do Estado de São Paulo*, na *Biblioteca Mário de Andrade* e no *Instituto de Estudos Brasileiros* da Universidade de São Paulo (USP).

O marco inicial deste período representa a fase de implantação do Serviço Municipal de Jogos e Recreio, em 1935, com a respectiva organização dos Parques Infantis. O marco final, por sua vez, indica o ano de 1947, quando o Departamento de Cultura passa a integrar a recém criada Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em decorrência de uma reformulação na máquina administrativa paulistana.

O êxito do trabalho desenvolvido pelo Departamento de Cultura e Recreação, em especial nos Parques Infantis, repercutiu não apenas no Estado de São Paulo, mas em todo o país e no exterior – sendo, por isso, também selecionado para esta pesquisa. Tentei, diversas vezes, localizar em São Paulo algum parente, colega de trabalho ou pessoa próxima a Nicanor Miranda para contribuir com a pesquisa, mas todas as minhas tentativas foram em vão. Assim, a experiência paulistana foi analisada com o auxílio de fontes escritas e iconográficas.

O Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, também representou um caminho importante para o mapeamento do estudo, por meio da análise de uma experiência institucional expressiva na época. Diversas evidências indicavam o *Serviço de Recreação Operária*, instituído pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1943, como uma proposta singular e de grande valia para a presente pesquisa.

Uma das publicações de Arnaldo Sussekind, primeiro presidente deste Serviço, foi, inclusive, utilizada na pesquisa realizada por Ferreira (1959). Isso reforçou ainda mais a

⁹ Apesar de, originalmente, este órgão ser denominado “Departamento de Cultura e Recreação”, conforme consta no Ato n. 861, de 30 de maio de 1935, na maioria das pesquisas aqui estudadas observamos apenas o emprego da

relevância de estudar o Serviço de Recreação Operária (SRO) a partir das contribuições deste autor (SUSSEKIND, 1946; SUSSEKIND, 1948; SUSSEKIND et al., 1952), que liderava uma experiência institucional que se revelou fundamental para a compreensão do objeto da presente investigação.

No decorrer desta pesquisa não foi identificado nenhum estudo que analisasse, com profundidade, o SRO, sendo um órgão apenas citado em alguns trabalhos, como o de Castellani Filho (1988). Trata-se, assim, de uma experiência institucional que ainda é praticamente desconhecida entre os estudiosos brasileiros do lazer, fornecendo expressivas contribuições para a compreensão das trajetórias da recreação e do lazer em nosso país.

Os documentos sobre o SRO foram levantados, principalmente, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; na biblioteca e no Arquivo Histórico do atual Ministério do Trabalho e Emprego, bem como no arquivo pessoal de Arnaldo Lopes Sussekind.

O “Dr. Arnaldo”, como geralmente é chamado, foi localizado a partir de um *site* de busca na internet (<http://www.google.com>). Ao digitar o seu nome, deparei-me com diversos *links*, e em um deles constava sua participação como membro da Comissão Permanente do Direito do Trabalho do *Instituto dos Advogados Brasileiros* – IAB (<http://www.iabnacional.org.br>).

Enviei uma mensagem eletrônica ao órgão, informando que eu estava realizando uma pesquisa na UFMG sobre o lazer no Brasil e, em minhas buscas, havia encontrado no *site* do IAB o nome de Arnaldo Sussekind, personalidade de grande importância para meu estudo. Indaguei se o Arnaldo Lopes Sussekind que atuava como membro de uma das Comissões Permanentes da entidade tratava-se do autor que eu procurava, e não de um homônimo. Para facilitar, relatei algumas informações: eu estava à procura do primeiro Presidente do *Serviço de Recreação Operária*, que fora autor de diversas obras sobre o tema na década de

1940 e Ministro do Trabalho na década de 1960. Além de explicitar o objetivo de minha pesquisa, coloquei na mensagem meus dados profissionais e telefones para contato. No dia seguinte, obtive uma resposta via e-mail, acusando o recebimento de minha mensagem e informando que minha solicitação estava sendo encaminhada para o setor competente.

Na manhã do dia 12 de março de 2001 fui surpreendida por um telefonema do próprio Arnaldo Sussekind, e quase não me contive de emoção. Aos 83 anos de idade, em plena atividade profissional, o Dr. Arnaldo foi contatado pelo IAB, que lhe repassou minha solicitação. Tomando ciência de minhas buscas, o Dr. Arnaldo atendeu gentil e prontamente o meu pedido. Conversamos rapidamente sobre a pesquisa e marcamos uma entrevista para o dia 19 de abril de 2001, às 10:00 horas, em sua residência, no Rio de Janeiro.

O depoimento de Arnaldo Sussekind foi filmado, gravado e transcrito, e o entrevistado autorizou-me a publicar os dados obtidos com finalidades acadêmicas. A entrevista concedida por Sussekind foi fundamental para o estudo, fornecendo-me respostas para as dúvidas que eu não conseguia solucionar consultando a literatura, tampouco os documentos da época. Além disso, disponibilizou-me diversas obras de sua autoria ou de outros estudiosos que integram seu arquivo pessoal, a maioria provavelmente desconhecida entre os estudiosos do lazer no Brasil.¹⁰

O período abrangido pela experiência institucional liderada por Arnaldo Lopes Sussekind (e concretizada pelo poder público federal) foi de 1943 até o ano de 1964, marcos da criação e extinção do SRO, respectivamente. Além de ter sido o primeiro presidente deste Serviço, Sussekind foi também o responsável pela sua extinção, no decorrer de sua gestão como Ministro do Trabalho.

Para se compreender a construção dos significados de recreação e de lazer no Brasil foi necessário fazer uma relação entre as diferentes fontes estudadas. Foi preciso

¹⁰ A transcrição da entrevista, na íntegra, encontra-se nos Anexos da pesquisa.

atentar não apenas para o que as fontes revelavam, mas como, quando, onde, ou até mesmo o quê e porquê não revelavam.¹¹

Neste retrocesso foi importante compreender não apenas o que aconteceu, mas como a trama do que ocorreu foi trançada, buscando desvelar suas raízes em uma perspectiva ampla do sujeito como um ser histórico e social, explicando e analisando o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no contexto dos diversos meios culturais. Mesmo ciente de que os fatos da história são refratados não apenas pelo olhar do registrador, mas também do pesquisador (CARR, 1982), esses procedimentos permitiram conhecer os processos de constituição histórica da recreação e do lazer em nosso meio.

A tomada de consciência do processo de construção do fato histórico, a compreensão de que as fontes não podem ser vistas como algo neutro ou inocente, trouxe novos elementos para se entender as possibilidades de manipulação e das diversas formas de interpretação que podem se manifestar em todos os níveis da constituição do saber. Le Goff (1996, p.11) adverte que “[...] esta constatação não deve desembocar num ceticismo de fundo a propósito da objetividade histórica e num abandono da noção de verdade.”

Embora esta investigação tivesse sido iniciada a partir de uma fundamentação teórica específica, grande parte deste processo foi realizada ao longo do desenvolvimento da pesquisa. A necessidade da teoria foi surgindo em face das interrogativas apresentadas, ao se vislumbrar novas perspectivas de análise e de interpretação para o aprofundamento do problema. Isso provocou, muitas vezes, a necessidade de se empreender novas buscas. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica foi constante no decorrer do presente estudo, buscando o diálogo com diversas obras, procurando identificar e analisar não apenas as afinidades, mas também as oposições presentes no discurso dos autores estudados.

¹¹ A qualquer trabalho se impõe uma seleção, que por sua vez já foi feita tanto por quem produziu o material, por quem o conservou ou por aqueles que deixaram as pistas de uma destruição, seja ela intencional ou provocada pelo próprio tempo. Por essa razão, a história será sempre um conhecimento mutilado, impreciso, revelando

Discurso trata-se, segundo Fávero e Koch (1983), de atividade comunicativa de um locutor/interlocutor, englobando os enunciados produzidos e o evento de sua enunciação. No sentido estrito o discurso é manifestado, lingüisticamente, por meio de textos, consistindo em qualquer passagem falada ou escrita que compõe um todo significativo. Um discurso trata-se, pois, de uma unidade de sentido.

Com a análise de discurso os textos estudados foram contextualizados, levando em consideração os outros sentidos nele presentes, as condições de produção – quem fala, quando fala, onde, como, por quê, para quê e para quem fala – e o modo de organização do discurso. Nesse exercício, a linguagem foi assumida enquanto enunciação e atividade constitutiva (BAKHTIN, 1979), pois tanto a forma quanto o conteúdo do discurso dependem da capacidade de exprimir interesses.

Em síntese, a escolha das experiências institucionais justificou-se pelo fato de o *Serviço de Recreação Pública* (Porto Alegre), o *Serviço de Recreação Operária* (Rio de Janeiro) e a *Divisão de Educação e Recreio* do Departamento de Cultura e Recreação (São Paulo) serem propostas citadas, com destaque, na literatura do campo. Ao tomar contato com essas propostas institucionais verifiquei que, apesar de serem fundamentais para o objeto do presente estudo, foram pouco exploradas pelos estudiosos da recreação e do lazer em nosso país. O mesmo procedimento foi observado com os autores selecionados: Frederico Gaelzer, Nicanor Miranda e Arnaldo Sussekind foram referências para os estudos desenvolvidos entre as décadas de 1920 e 1950. Os discursos desses autores constituíram, pois, uma rica fonte de dados, ampliada e muitas vezes confrontada com outros estudos importantes para a presente investigação.

Antes de debruçar-me sobre essas três experiências institucionais, no entanto, procurei aprofundar conhecimentos sobre o lazer a partir das contribuições da literatura, que

apenas aquilo que foi possível saber a respeito do que se quer saber. Afinal, o passado é uma realidade inapreensível (VEYNE, 1987).

indica as bases teóricas que conferem sustentação à pesquisa. Após esta discussão inicial, desenvolvo o estudo a partir da análise dos significados de recreação e de lazer presentes nas propostas desenvolvidas no âmbito das políticas públicas em Porto Alegre (1926-1955), em São Paulo (1935-1947) e no Rio de Janeiro (1943-1964).

O estudo focalizou, especialmente, o período 1926-1964, mas as discussões procuraram dialogar com aspectos significativos que tenham precedido, ou sucedido, este período. Assim, para cada uma das experiências institucionais investigadas foi desenvolvido um capítulo, conforme marcos cronológicos de criação de cada uma delas no Brasil: Porto Alegre na década de 1920; São Paulo na de 1930, Rio de Janeiro na de 1940. Procurei destacar as particularidades, diferenças e pontos de congruência entre essas propostas, o que foi fundamental para a compreensão dos significados de recreação e de lazer construídos na época, bem como para conhecer as trajetórias percorridas, por ambos, no Brasil.

Como lembra Chartier (1984), as ações humanas são “encarnadas”, elas são fruto de uma série de condições sociais, políticas, econômicas e culturais engendradas em cada momento histórico. Analisar as trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer no Brasil no período 1926-1964, focalizando os significados incorporados por ambos a partir da produção de conhecimentos sobre o assunto foi uma forma de conhecer nossa própria realidade, dialogando com o espaço e o tempo em uma perspectiva histórica. Dessa maneira, os conhecimentos produzidos sobre a recreação e sobre o lazer não foram tomados como um saber isolado em si mesmo, mas como uma forma de ler a nossa própria vida social.

CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA PARA O ENTENDIMENTO DO LAZER

Lazer: Raízes etimológicas

A origem etimológica da palavra lazer é proveniente do latim *licere/licet*, cuja existência está documentada, segundo Faria (1967), em várias obras da antiguidade, tais como *Verrinas*, *Pro Roscio Amerino* e *Pro Balbo*, de autoria de Cícero. Estes termos foram criados pela antiga civilização romana e significavam ser lícito, ser permitido, poder, ter o direito (TORRINHA, 1937; FERREIRA, [s.d.]).

A explanação acima abrange o sentido literal do vocábulo *licere*, instigando-me a caminhar em direção à compreensão dos significados assumidos pelo lazer em um contexto determinado social e historicamente. Neste percurso, é importante considerar as reflexões já sistematizadas, sobre a questão, por estudiosos brasileiros do lazer.

Marinho (1979) afirma que o latim *licere* está relacionado com o tempo. Conforme suas constatações, os romanos racionalizaram o trabalho dos escravos e, para preservá-los, permitiam um tempo livre das obrigações cotidianas para cuidarem de si, zelarem por suas coisas e cultivarem suas artes. Para o autor, a estas “horas de lazer” foi dado o nome *licere*, isto é,

[...] as horas disponíveis para atividades voluntárias, que nada tinham a ver com a jornada de trabalho a que o escravo estava obrigado ou a atividade que lhe era própria. Este direito ao lazer tornou-se consuetudinário, principalmente entre os gladiadores. Assim, entre os romanos, o lazer (*licere*) passou a ser, sobretudo, o tempo de que o escravo dispunha livremente, para as suas atividades voluntárias. (MARINHO, 1979, p.18).

Se o lazer é tomado como sinônimo das horas disponíveis para o “não trabalho” dos escravos, implícita está a idéia do exercício permitido de atividades desvinculadas do tempo dedicado aos deveres e obrigações. Observa-se, assim, que ao caracterizar o lazer na antiguidade o autor destaca a dimensão temporal do objeto. Esta observação sobre a raiz

etimológica do lazer coincide com os sentidos por ele incorporados na modernidade, freqüentemente associados com “horas disponíveis”, com um tempo de “não trabalho” a ser “livremente” empregado.

Como Elias (1998) assinala, antes da ocorrência da era moderna a sociedade não apresentava a necessidade de medir o tempo, de separar o curso da vida em frações estanques. Foi entre os séculos XVII e XVIII que se desenvolveu esta noção padronizada, modificando profundamente a compreensão do tempo como algo natural, regido pelo movimento da lua ou do sol, do ciclo das estações, da alternância do dia e da noite.

A noção de tempo já existia desde épocas mais antigas. Mas, na era moderna, especialmente a partir da chamada revolução industrial, esta noção foi ressignificada. Dessa maneira, o tempo passa a ser relacionado, principalmente, à divisão social do trabalho engendrada pelo modo de produção industrial capitalista, cuja lógica possibilitou também a histórica produção do chamado tempo livre, como indicam as reflexões de Thompson (1991).

Consultando as obras citadas por Marinho (1979) na parte de seu texto dedicada à análise das raízes etimológicas do lazer¹², verifiquei que nenhuma delas indicava que o sentido original do vocábulo *licere* dizia respeito à questão do tempo, tampouco que o entendimento de lazer como o direito dos escravos a um tempo disponível após a jornada de trabalho era próprio dos costumes da antiguidade. Mesmo que os escravos dispusessem de momentos de descanso, e mesmo que os gladiadores pudessem vivenciar algumas atividades livremente escolhidas, a interpretação de Marinho (1979) precisa ser cuidadosamente repensada.

A questão do direito dos escravos romanos ao lazer é outro aspecto destacado por Marinho (1979) que necessita ser discutido. Conforme indicam estudiosos da história antiga, tais como Rouland (1997); Salles (1987) e Theml (1998), os escravos não detinham quaisquer

¹² Neste item Marinho (1979) cita, em notas de rodapé, apenas duas obras: Machado (1969) e Russel (1957).

direitos, pois eles próprios eram objetos de direito de seus senhores. Um escravo não era obrigado apenas a cumprir uma determinada jornada de trabalho, mas, a dedicar toda a sua existência ao senhor, pelo menos enquanto estivesse nessa condição de total subordinação.¹³

Do mesmo modo, se na sociedade romana nem mesmo os comerciantes, pastores e outros integrantes da plebe eram considerados dignos de se valerem da proteção das leis, que dizer dos escravos romanos? Os direitos eram garantidos somente aos membros da aristocracia patrícia, o que implicava, necessariamente, o cumprimento de uma série de deveres. Como sublinha Rouland (1997), no rigor das hierarquias sociais e políticas romanas, os governados eram submetidos aos dirigentes, ou seja, os pobres viviam sob o jugo dos ricos e, os escravos, dos seus senhores. De acordo com a minha interpretação, o que fica claro é que as palavras latinas *licere/licet* estavam relacionadas com o permitido como *concessão*, e não como direito.

É importante lembrar que nem sempre há congruência entre a significação de vocábulos originados a partir de uma mesma raiz etimológica, pois os sentidos de um determinado termo variam de acordo com o contexto. Embora as palavras latinas *licere/licet* pudessem ser empregadas tomando-se como referência, por exemplo, as atividades consideradas lícitas, ou mesmo os momentos de descanso nos quais os deveres, as obrigações e outras atividades ligadas à subsistência cessavam, elas não diziam respeito a um tempo determinado, regular, como se designassem um “tempo livre” ou “horas de lazer” dos escravos na antiguidade.¹⁴

¹³ Na obra *Política*, de Aristóteles, é possível compreender que os escravos eram considerados como indivíduos inferiores, mercadorias, como “ferramentas de trabalho que se moviam e sabiam falar”. A utilidade dos escravos era semelhante à dos animais domésticos, empregando sua força física nas necessidades cotidianas. Um escravo “não só é servo do senhor, como ainda lhe pertence de modo absoluto” (ARISTÓTELES, [s.d.], p.15). A edição em português da obra *Política* apresenta a palavra “lazer” em diversas passagens. Mas, no meu entendimento, o fato de a palavra lazer aparecer nas considerações aristotélicas é fruto de uma tradução equivocada dos originais gregos.

¹⁴ As expressões “tempo livre” e “horas de lazer” encontram-se destacadas por aspas pelo fato de serem empregadas por Marinho (1979) na antiguidade, um contexto que, segundo meu entendimento, desconsidera a produção histórica e social desses objetos. Essa questão será tratada, com mais profundidade, nos próximos tópicos.

Essas observações preliminares fornecem argumentos para questionar a interpretação de Marinho (1979) sobre o direito dos escravos romanos a um tempo de lazer. A universalização dos direitos constitui um conceito moderno que se corporifica no século XVIII com a *Declaração dos Direitos do Homem*, cuja expressão marca o advento do capitalismo.

Além disso, Marinho (1979) também afirma que o que mais o impressionou em suas buscas sobre a etimologia da palavra lazer foi o fato de os modernos dicionários de latim não incluírem o verbo *licere*. Essa constatação reforça o questionamento relativo à sua explanação, que relaciona o lazer com um direito vinculado ao “tempo livre” dos escravos na antiga sociedade romana.

É necessário destacar que mesmo que *licere* tenha dado origem à palavra *lazer* na língua portuguesa, *loisir* na francesa e *leisure* na inglesa em muitos países são utilizados outros termos que, embora sejam utilizados com significação semelhante, possuem raiz etimológica diferenciada.¹⁵ É o caso, por exemplo, da Espanha, em cuja língua não encontramos a palavra lazer, mas o termo “ocio”, originado do latim *otium*. O “ocio” espanhol, no entanto, não se confunde com o vocábulo “ócio” tal como figura na língua portuguesa. Dessa maneira, o espanhol “ocio” incorpora um sentido mais aproximado da nossa palavra lazer.¹⁶

Dicionários etimológicos da língua portuguesa, como o elaborado por Machado (1969), atestam que a forma arcaica do vocábulo lazer era *lezer* (século XIII), que significava preguiça, pouca vontade de trabalhar. No meu entendimento, o arcaico *lezer* preserva o sentido de “não trabalho”, de descanso, mas não contém a idéia de tempo, tampouco de

¹⁵ Dias Neto (1999) faz interessante estudo sobre origem e pronúncia do vocábulo latino *licere*.

¹⁶ Para o pesquisador espanhol Frederic Munné (1980), a “história do ocio” pode ser conhecida a partir de cinco fases distintas: (a) a *skholé* como ideal grego; (b) o *otium* romano; (c) “ocio como ideal caballeresco”, denotador de status na baixa idade média e no renascimento; (d) ocio como vício no puritanismo e (e) o ocio burguês, entendido como um tempo subtraído do trabalho especialmente a partir da revolução industrial. Para aprofundamentos sobre o assunto, consultar a obra de Munné (1980).

divertimento. Tal concepção pode ter sofrido influência de princípios religiosos e morais em evidência na época, segundo os quais a diversão frívola era vista como uma prática nociva a ser banida da vida do “bom cristão”. A renúncia aos prazeres mundanos deveria ser realizada em nome dos benefícios divinos, decorrentes do árduo trabalho e do cumprimento dos deveres religiosos.

Como pontua Lafargue (1999), no antigo regime as leis da Igreja garantiam, aos trabalhadores, 52 domingos e 38 feriados. Igreja e Estado feudal se encarregaram de controlar as festas e divertimentos nesses dias de descanso, procurando conferir às práticas culturais o caráter de culto e de cerimônias oficiais sérias. As festas oficiais consagravam a desigualdade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo: hierarquias, normas e tabus religiosos, políticos e morais.

Mesmo com a vigência desses preceitos, a cultura popular na idade média e no renascimento proporcionou outras visões de mundo, de homem e de relações humanas deliberadamente não-oficiais, que subvertiam a ordem social estabelecida. Contrastando com as festividades oficiais, os ritos e espetáculos cômicos populares e públicos ocupavam lugar de destaque na vida medieval. Os carnavais, por exemplo, levavam multidões às praças e ruas durante vários dias, questionando a verdade dominante e o regime vigente, como indicam interessantes constatações de Bakhtin (1979).

Todavia, o conjunto dessas manifestações culturais não era designado, na época, pela palavra *lezer*, nem mesmo pelo termo *lazer*, cuja existência lingüística não era sequer reconhecida. Divertimentos como os descritos e analisados por Bakhtin (1979) eram concebidos como *manifestações da cultura popular* na idade média e no renascimento. Nessa época, a dinâmica da vida em sociedade assumia um ritmo natural. Os momentos de trabalho, por exemplo, poderiam ser interrompidos por pausas, cantos, jogos e cerimônias, como acontece ainda hoje em algumas comunidades. Como discute Thompson (1991), nas

sociedades predominantemente rurais pode-se vivenciar e entender a diversão, o trabalho, o descanso, o convívio social e familiar como esferas que se misturam e se confundem mutuamente. A jornada diária se alargava ou se contraía conforme os labores necessários, sem a ocorrência de conflitos entre o trabalho e o passar do tempo.

Foi no século XVI que o termo lazer começou a ser empregado no Ocidente (MACHADO, 1969), sendo usado correntemente em vários países no decorrer do século XX. A palavra lazer é, portanto, relativamente recente no vocabulário de diversas línguas.

Como será analisada adiante, a questão da emergência do lazer em nosso contexto se coloca em terreno pantanoso de dúvidas e controvérsias entre os estudiosos do assunto. No meu entendimento, os significados a ele associados foram construídos através dos tempos, referências a partir das quais o lazer contemporâneo pode ser compreendido. Em virtude desse aspecto, para se compreender o lazer, hoje, não se pode negligenciar sua relação com os momentos de “não trabalho”, tampouco com a vivência de manifestações culturais construídas socialmente pela humanidade. Esses “antecedentes históricos” foram fundamentais para a emergência do lazer como um campo dotado de características próprias, apresentando-se da forma como o designamos hoje.

Diante do exposto, saliento a necessidade de se entender o lazer em sua complexidade política, histórica, social e cultural, explicitando suas condições de realização em nosso contexto. Assim, é preciso trazer as implicações que o constituíram, em nossa realidade, para a linha de frente de análise, pois elas representam a trama que permitiu a construção de sentidos do lazer em nosso contexto.

Emergência do lazer na sociedade ocidental

Apesar de alguns estudiosos considerarem que o lazer existe desde os tempos mais antigos (RUSSEL, 2002; DE GRAZIA, 1966; MUNNÉ, 1980), para outros pesquisadores a sua gênese situa-se nas modernas sociedades urbano-industriais, contexto que marcaria o surgimento desse fenômeno. Dumazedier (1979), por exemplo, afirma que o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da revolução industrial. Essas duas posições são, em princípio, polêmicas e divergentes, por isso demandam sistematizar algumas reflexões sobre a emergência do lazer em nosso contexto.

Analisando o verbete *loisir*, como expresso na Grande Larousse Encyclopédique (1962, p.823-824), verifiquei que o lazer é enunciado como tempo disponível após o trabalho e as ocupações habituais; ou como as distrações e livres ocupações realizadas depois do trabalho habitual. Tal interpretação evoca, de imediato, a relação do lazer com o trabalho, salientando dois aspectos: o *tempo*, e as *ocupações/atividades* com caráter de distração.

De uma maneira geral, embora tenhamos o costume de empregar no vocabulário corrente, hoje, a palavra lazer apenas no singular, Rodrigues (2002, p.150) explica que os franceses utilizam este termo também no plural, e os dois vocábulos assumem sentidos diferenciados. Dessa forma, *le loisir* “[...] refere-se a um tempo, ao tempo de ócio”, e *les loisirs* dizem respeito “[...] às atividades praticadas no tempo liberado do trabalho.”

A interpretação da autora acima coincide com as informações contidas na Grande Larousse Encyclopédique (1962). Mesmo que a obra francesa não pontue as diferenças entre o lazer no singular e no plural, explicita os sentidos do verbete como *tempo* disponível após o trabalho e as ocupações, e também como *distrações e livres ocupações* desenvolvidas depois de cumpridos os afazeres profissionais, entre outras tarefas cotidianas.

Porém, em nossa sociedade, a associação do lazer com o tempo de “não trabalho”, e com determinadas atividades, constitui-se a partir de que contexto histórico, e em que circunstâncias?

Retomando a Grande Larousse Encyclopédique (1962), o texto frisa que, embora para a sociologia o lazer seja uma ocorrência das modernas sociedades industriais, para a etnologia “o problema do lazer” sempre existiu.¹⁷ A obra salienta que, para os etnólogos, nas chamadas sociedades primitivas a vida é dividida em três partes: satisfação das *necessidades elementares*, como alimentação e repouso; ocupações ligadas à *subsistência*, sobretudo a agricultura; e *atividades lúdicas*, como por exemplo, os jogos, as festividades e as danças.

Tomando como referência o período que antecede a revolução industrial, o texto sublinha que, como em Roma havia muitos feriados por ano (de 100 a 120), diversos jogos eram proporcionados para a “plebe desocupada”, que se dedicava às festas religiosas e às distrações profanas. As corporações limitavam as obrigações de natureza profissional, reservando uma parte do tempo para as festividades e divertimentos. A revolução industrial suprimiu corporações, festas religiosas e costumes, gerando, conseqüentemente, o desaparecimento quase total do lazer das classes populares. A máquina, o desejo forçado de produzir e a concorrência impuseram, em grande parte do século XIX, ritmos de trabalho que extinguiram o lazer e nem mesmo possibilitavam uma reposição psicológica suficiente (GRANDE LAROUSSE ENCICLOPÉDIQUE, 1962).

Do meu ponto de vista a interpretação enunciada na Enciclopédia francesa necessita ser revista. Considerando o período que antecede a modernidade, será que ao invés de empregarmos a palavra lazer, os termos *divertimento*, ou mesmo *atividades lúdicas*, não seriam expressões mais apropriadas para o contexto em questão?

¹⁷ A etnologia é um ramo da antropologia que estuda a cultura das sociedades tradicionais. Relaciona-se, portanto, com a antropologia cultural, que se dedica à discussão sobre as características culturais do homem, como costumes, crenças, comportamentos e organização social.

As manifestações culturais correntemente consideradas “lúdicas” – tais como festas, jogos, brincadeiras, danças, dramatizações – são construídas socialmente pela humanidade, constituem patrimônio cultural e refletem os valores, regras, tradições e costumes de um determinado grupo. Por essa razão, constituem um determinado tipo de manifestação cultural sempre presente em nossa sociedade.

Obviamente, poderíamos visualizar as “atividades lúdicas” das chamadas sociedades tradicionais como o “lazer” desses grupos. Todavia, esta interpretação precisa ser repensada, pois, apesar de estarem inter-relacionados, lazer e lúdico não são sinônimos.

O lazer é uma dimensão da cultura constituída conforme as peculiaridades do contexto (WERNECK, 2003). Da forma como o conhecemos hoje, o lazer é desenvolvido por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço específico, estabelecendo relações dialéticas com o trabalho produtivo, as obrigações e as necessidades. O lúdico, por sua vez, é uma forma de linguagem que tem o brincar como referência e pode ser traduzido como expressão humana de significados da/na cultura. Além disso, pode se manifestar de várias maneiras e ocorrer em todos os momentos da vida. Esta possibilidade torna o lúdico mais abrangente do que o lazer.¹⁸

É necessário enfatizar que o lazer não se reduz ao “não trabalho”, tampouco pode ser confundido com o divertimento, que, como visto, é imemorável. Tratar as manifestações culturais das chamadas sociedades “primitivas” ou “tradicionais” como se fossem o lazer desses grupos encerra pontos obscuros, pois a dinâmica social destas segue, geralmente, uma lógica distinta daquela verificada nos centros urbanos e industrializados.

Por um lado, considero necessário repensar a tese de que o lazer sempre existiu, pois, os possíveis “antecedentes” que constituem as suas raízes não podem ser comparados ao

¹⁸ Para aprofundar a discussão sobre o lúdico, Huizinga (1983) representa uma referência básica e importante, é passível de críticas devido à visão idealizada e descontextualizada proposta pelo autor. Assim, a leitura da obra *Homo ludens*, de Johan Huizinga, pode ser complementada com as análises efetuadas por Umberto Eco (1989) em um trabalho que tem, como título, *Huizinga e o jogo*.

entendimento que prevalece nos dias de hoje. Mas, por outro lado, é inegável que a vivência das manifestações e tradições culturais da humanidade que vêm sendo perpetuadas ao longo dos tempos, assim como o ócio grego e até mesmo o famoso “pão e circo” romano da antiguidade, só para citar alguns exemplos, são essenciais para a compreensão dos significados atribuídos ao lazer em nosso meio, bem como para o seu processo de constituição histórica.

Colocar objeções à idéia de que o lazer sempre existiu não significa admitir o argumento de que ele *surge* na modernidade, que se trata de um fenômeno exclusivo das sociedades urbano-industriais, cuja ocorrência histórica pode ser situada na Europa do século XIX – como afirmam alguns autores. Penso ser arriscado definir, com exatidão, o momento histórico em que o lazer se constitui na sociedade ocidental. A busca pela compreensão do passado é sempre uma tarefa restrita, mutilada e hermética. Ao invés de aderir a uma ou outra corrente, seria fundamental *apreender o processo pelo qual o lazer vem se constituindo social e historicamente*.

Da mesma maneira que os “antecedentes” do lazer não podem ser ignorados no seu processo de constituição, é também notório que a era moderna foi fundamental para que ele se estabelecesse como um fenômeno *autônomo, normativo e organizado*, como um campo dotado de peculiaridades e características claramente definidas, conforme requerido pela organização industrial da produção.

Embora o termo *lezer* pudesse ser associado com a preguiça, com a falta de vontade de trabalhar, o vocábulo *lazer* foi assimilado na modernidade como um tempo/espaço propício para o desenvolvimento de determinadas atividades – “lúdicas, lícitas, saudáveis e produtivas” – praticadas no tempo livre e direcionadas para o descanso ou para a diversão. Afinal, as transformações ocorridas na modernidade foram decisivas para que o lazer, entre

outras dimensões da vida, fosse revestido de características próprias, configurando-se da forma como o conhecemos hoje (Werneck, 2000).

Apesar da categoria trabalho constituir um aspecto muito importante para o entendimento do lazer, este último não pode ser reduzido às relações estabelecidas com o primeiro. Esta é a postura de Dumazedier (1979), para quem o lazer não existe nas sociedades pré-industriais, pois, naquela época, o trabalho produtivo se inscrevia nos ciclos naturais dos dias e das estações do ano. O trabalho produtivo não era desempenhado por todos e assumia um ritmo natural, marcado por pausas, cantos, jogos e cerimônias. De acordo com a visão deste sociólogo, em geral não havia um corte nítido entre trabalho e repouso.

Evidentemente este repouso não apresenta as características do lazer moderno, mas isso não é suficiente para justificar os argumentos elaborados por Dumazedier (1979) sobre a ocorrência histórica desse fenômeno. Este autor define o lazer em relação ao *tempo liberado do trabalho* nas modernas sociedades industriais, um conceito que não se aplica ao modo de vida de outros períodos históricos. O que pode ser dito é que o lazer assume outras dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas na sociedade industrial e, sobretudo, hoje na chamada sociedade pós-industrial.

Ora, ao voltar nossas reflexões para diferentes épocas, é fundamental tomar o cuidado de não impor os significados do presente, buscando pontos conceituais de referência a partir dos quais o passado pode ser compreendido. Desta forma a histórica vinculação lazer/trabalho precisa ser revista por não representar a única perspectiva de análise para o primeiro. O lazer refere-se a práticas culturais diversas, tais como festas, jogos e divertimentos que vêm sendo coletivamente produzidas em nosso meio. Este aspecto nem sempre é considerado nas observações dos estudiosos que procuram refletir sobre este objeto ao longo da história. Como, em geral, o lazer é concebido por alguns autores como ócio,

diversas análises sociológicas sobre este objeto ficam limitadas às questões relacionadas ao trabalho.

Como mostra Foucault (1987) na obra *Vigiar e punir*, não foi o capitalismo que criou a escola, o hospício ou as prisões, mas se utilizou destes aparatos para colocá-los a seu serviço. Segundo o meu entender, o mesmo se processou com o lazer.

Como visto, considerando-se que as chamadas sociedades tradicionais compreendem três partes inter-relacionadas (atividades elementares, atividades ligadas à subsistência e atividades lúdicas), nas modernas sociedades urbano-industriais o lazer configura-se como parte do tempo livre, fruto da fragmentação dos tempos e espaços sociais. Assim como as diversas esferas da vida social, o lazer foi subjugado aos ditames da lógica da produtividade.¹⁹

Sant'anna (1994) subsidia as reflexões sobre esse aspecto ao assinalar que a divisão dos tempos em tempo de trabalho, de estudo e livre foi criada pelo desenvolvimento técnico e industrial da modernidade, pelo ritmo das metrópoles e do sistema capitalista. No espaço urbano e industrial o tempo passou a ser compreendido e vivenciado segundo uma nova divisão historicamente concebida, na qual há uma grande demarcação entre o tempo de trabalho e o tempo livre.

Enquanto um artefato histórico, o tempo livre inclui diversas esferas da cotidianidade, como a vida privada, as formas de sociabilidade, o exercício político, as ocupações religiosas e as demais atividades humanas situadas para além do universo do trabalho.

Cabe assinalar que o tempo livre foi produzido em decorrência das tensões que permearam as relações entre o capital e o trabalho nas modernas sociedades urbano-industriais. Por um lado, o tempo livre representa uma *conquista social dos trabalhadores*

assalariados em face das precárias condições de trabalho e de vida a que estavam submetidos e, por outro, significa uma *concessão dos segmentos hegemônicos*, em decorrência da pressão da sociedade civil organizada. Conforme minha interpretação, essa concessão efetivou-se porque o tempo livre foi visualizado como campo fértil para promover a reposição da força de trabalho e realizar o controle social das camadas populares, além de estimular o consumo dos bens produzidos e serviços ofertados.

Neste sentido, para compreender a organização do tempo livre é imprescindível entender a lógica do capitalismo, a divisão social do trabalho, as relações de produção e o desenvolvimento da racionalidade técnica. Aparentemente, trabalho e tempo livre são esferas opostas, pois o primeiro é apresentado como o reino da necessidade e, o segundo, como a esfera da liberdade, da gratuidade e da desobrigação, como sugere a própria expressão: “livre”.

Porém, no interior do modo de produção capitalista o tempo livre é uma extensão do tempo de trabalho, um refém da lógica da produtividade. Afinal, ao ser compreendido como válvula de escape para as tensões (encarregada de propiciar uma evasão da realidade e compensar as frustrações cotidianas), o tempo livre funciona como um mecanismo que reforça a alienação engendrada pela lógica do capital nos momentos de “não trabalho”.

Ao ser institucionalizado, o lazer colaborou com o emprego “saudável e útil” do tempo livre na modernidade. Esse processo se deu por meio da constituição de práticas culturais “recomendáveis”, destinadas a combater o ócio e outras atividades consideradas perniciosas para a sociedade.

¹⁹ A institucionalização do lazer foi processada nos centros industriais urbanizados, fossem eles capitalistas, ou socialistas. No entanto, na presente pesquisa o foco de minhas reflexões sobre o lazer estará voltado para as

A institucionalização do lazer na modernidade: Mecanismo de controle e organização do tempo e do espaço urbano

O desenvolvimento do capitalismo, centrado no processo fabril, estabeleceu uma nova ordenação social na transição do século XVIII para o XIX, na qual as diversas manifestações culturais deveriam ser organizadas e vivenciadas em tempo/espaço próprio, distinto daquele reservado ao trabalho produtivo. De acordo com Thompson (1991), a disciplina imposta pelo capitalismo industrial exigiu uma nova postura da mão de obra assalariada, pautada no aproveitamento produtivo do tempo, agora concebido como dinheiro.

Em consonância com esses valores, o lazer apresenta-se como tempo/espaço destinado à vivência de *determinadas* atividades lúdicas. No meu entender, a “autonomização” e a organização do lazer pautaram-se no repúdio e substituição das práticas que significavam meros “passatempos improdutivos”.²⁰ Assim, em seu processo de institucionalização, o lazer foi confrontado com o ócio, que passou a ser repudiado por que os sentidos, valores e saberes por ele representados ameaçavam a organização social pretendida na modernidade.

Ao invés de ser visto como um exercício nobre e elevado, o ócio foi concebido como “pai de todos os vícios”. Com isso, foi tomado como um hábito degenerativo que afrontava os preceitos morais da moderna civilização. A racionalidade técnica, em ascensão nas sociedades urbano-industriais, passa a contestar o ócio por que este não corresponde à produtividade preconizada pelo capital. Quem não exercesse nenhuma atividade útil ou produtiva com regularidade, vivendo na ociosidade, era classificado como vadio, criminoso, detentor de hábitos culposos e condenáveis. A desordem e a algazarra, a indolência e a

sociedades urbano-industriais capitalistas.

²⁰ A palavra passatempo evidencia a dimensão de um tempo que se escoia, sem obrigações ou deveres, um tempo que se deixa passar livremente.

preguiça, a embriaguez, a mendicância, a visita às casas de prostituição e a predileção pelos jogos de apostas, por exemplo, eram consideradas manifestações ilícitas e perigosas, típicas de uma vida ociosa.

Antes dessa época prevalecia a idéia de que a vida social poderia ser desfrutada ociosamente, uma vez que o ócio possibilitava o desenvolvimento das capacidades humanas em si mesmas. Mas, à medida que o lazer foi institucionalizado, os usos do tempo livre foram controlados e organizados com fins utilitários. Os segmentos hegemônicos aceitavam apenas os divertimentos considerados “lícitos, saudáveis e produtivos”. Ocorreu, dessa forma, uma valorização das “horas de lazer”, nas quais eram vivenciadas práticas culturais “saudáveis e recomendáveis”, em detrimento do ócio e dos passatempos tidos como improdutivos.

Entretanto, enquanto os segmentos burgueses dispunham de tempo e contavam com recursos para vivenciar diversas manifestações culturais em suas horas de lazer (como festas, jogos, espetáculos teatrais, óperas, banquetes, passeios, viagens etc.), aos operários urbanos foi garantido apenas o repouso necessário para sua reprodução enquanto força de trabalho, com jornadas que atingiam alarmantes índices de 16 a 18 horas por dia. Desta forma, as relações de classe e de poder, estabelecidas entre burguesia e proletariado, são também explicitadas por meio do lazer.

De acordo com as análises de Bernstein (1996, p.27), as relações de classe refletem, inevitavelmente,

[...] desigualdades na distribuição de poder e nos princípios de controle entre grupos sociais, princípios que são realizados na criação, distribuição, reprodução e legitimação dos valores físicos e simbólicos que têm sua fonte na divisão social do trabalho.

Para o autor acima, os valores físicos e simbólicos representam formas distintas de comunicação que transmitem códigos “dominantes” e “dominados”. No processo de

aquisição desses códigos, os sujeitos são por eles diferentemente posicionados.²¹ Além disso, as relações sociais são constituídas, pelo modo de produção, a partir dos princípios de *classificação e enquadramento*.

As relações entre diversos “agentes”, tais como trabalhadores não qualificados, gerentes e administradores, entre outras categorias, podem ter classificação forte ou fraca. Se forem fortemente classificadas, as relações serão estáveis e claramente distintas. Desta maneira, os agentes não serão intercambiáveis entre as diversas categorias, e haverá um grande isolamento entre as funções. Ocorre o processo inverso quando as relações sociais forem fracamente classificadas (BERNSTEIN, 1996).

O enquadramento se refere à regulação da realização das categorias, ou seja, à forma de comunicação constituída pelo sistema de categorias do modo de produção. O enquadramento será forte quando a unidade primária de produção for um ato repetitivo, executado individualmente, rigidamente compassado e explicitamente seqüenciado e dividido. Quando a unidade primária de produção for relativamente cooperativa, com oportunidades para variar as condições, o seqüenciamento e o compassamento, e quando o produto final não representa apenas uma fração do objeto total da produção, Bernstein (1996) pondera que o enquadramento é fraco.

Assim, os princípios de classificação e de enquadramento regulam a estrutura organizacional, as interações e os contextos comunicativos. As relações de poder posicionam os sujeitos através da classificação estabelecida e, neste sentido, Bernstein (1996, p.50) esclarece que, por meio de contínuas interações cotidianas, “o sujeito cria, mantém, reproduz e legitima a distribuição de poder [...]”

De posse destes dados, pode-se concluir que enquanto a classificação diz respeito à distribuição de poder, o enquadramento relaciona-se com o controle. O poder constitui

²¹ Posicionamento é um termo que designa o estabelecimento de uma relação específica com outros sujeitos, e a criação de relações específicas no interior dos sujeitos. Código é um princípio regulativo, tacitamente adquirido,

relações “entre”, e o controle, por sua vez, constitui relações “dentro”. Enquanto o poder constitui o princípio das relações entre categorias e está associado ao espaço, isto é, à fronteira que estas mantêm entre si, o controle constitui o princípio da realização daquelas categorias, pois diz respeito às dimensões temporais e aos elementos que as constituem. É importante ressaltar que espaço e tempo são categorias que se interpenetram, pois os fenômenos sociais têm configurações interdependentes.

A distribuição de poder e o princípio de controle [...] são realizados na divisão social do trabalho e em suas relações sociais, estabelecendo os valores de classificação e de enquadramento, os quais definem o modo de transmissão/aquisição ou a prática em contextos comunicativos básicos para a reprodução dos recursos discursivos e para a produção dos recursos físicos. Os princípios de classificação regulam as regras de reconhecimento, aquilo que é legítimo juntar e, portanto, aquilo que chamamos de sintaxe para a geração de significado legítimo. Os princípios de enquadramento regulam as regras de realização, a forma como as relações podem se tornar públicas e, portanto, aquilo que chamamos de sintaxe de realizações. (BERNSTEIN, 1996, p.65).

Ao considerar qualquer relação pedagógica, seja ela constituída entre professor e alunos, pai e filhos ou médico e pacientes, por exemplo, o autor observa que o poder sobre a comunicação é extra-contextual. “A fonte de poder e sua legitimação não surgem das relações sociais no interior do contexto, mas de uma base social externa àquele contexto” (BERNSTEIN, 1996, p.31). Neste âmbito, o modo como o poder se manifesta, sua regulação local da comunicação, depende da forma de controle da comunicação no interior de um contexto (princípios de enquadramento).

Em suma, considerando o aspecto temporal como constituinte dos mecanismos de controle social, as nefastas conseqüências da nova ordem instaurada nos centros urbanos do século XIX repercutiram mais intensamente na vida dos trabalhadores assalariados.²² Ao

que seleciona e integra significados, realizações e contextos (BERNSTEIN, 1996).

²² Choay (1979) esclarece que a necessidade de promover esta nova ordem social foi salientada na Europa após a revolução industrial, segundo o processo tradicional de adaptação da cidade à sociedade que nela habita. No bojo dessas transformações, a ordem nova pode ser definida segundo um conjunto de características. Primeiro ocorre a racionalização das vias de comunicação, com a abertura de grandes artérias e criação de estações para acelerar os transportes, tornados uma necessidade cotidiana. Tem-se, em seguida, a especialização bastante ativada dos setores urbanos, com o estabelecimento de quarteirões de negócios do novo centro, agrupados nas capitais em

contrário da burguesia, o operariado estava sujeito a exaustivas jornadas de trabalho que preenchiam, junto com as necessidades de higiene, alimentação e transporte, toda sua existência. Todo o seu tempo era utilizado em função do ritmo e das relações estabelecidas no interior do processo produtivo.

Além do aspecto temporal, a questão do domínio do espaço urbano também foi determinante para o processo de institucionalização do lazer. Por mais prestigiadas que fossem as cidades, até o século XIX o campo significava o grande produtor de riqueza. Contudo, com o avanço industrial as sociedades urbanas européias se afirmaram como centros produtores no campo econômico, inaugurando uma nova forma de vida social.

Mecanização do trabalho, especialização de tarefas, integração e organização racional das atividades representam os primeiros indícios de transformação que, do trabalho urbano, se estendeu também ao trabalho rural. A introdução da mecanização na lavoura liberou uma grande quantidade de mão de obra que se dirigiu à cidade em busca de trabalho, intensificando o processo de urbanização. Queiroz (1969, p.13) fornece indicadores para a compreensão deste processo:

Um novo tipo de vida social se inaugura, com o crescimento cada vez maior das cidades, de tal modo que a população dominante, do ponto de vista numérico, não é mais a rural, e sim a urbana. Por outro lado, as descobertas técnicas se avolumam, a produção em massa se organiza, a cidade passa a ser por sua vez produtora de riqueza. Este é o processo que chamamos de urbanização, que se define como um processo de transformação de sociedades agrárias em sociedades urbanas.

A emergência da sociedade industrial procurou romper com a ordem rural. Novos costumes são criados e novas formas de vida são desenvolvidas. Isso dificultou o controle social dos segmentos populares, pois o acelerado crescimento dos centros urbanos gerou

torno da “nova igreja” (a Bolsa de valores); além da criação de bairros residenciais destinados aos privilegiados. Surgem, ainda, novos órgãos que, devido à sua grandeza, mudam o aspecto da cidade: grandes lojas, grandes hotéis, grandes cafés, prédios para alugar. Finalmente, com a implantação da indústria nos arrabaldes, as classes média e operária deslocam-se para os subúrbios, e a cidade deixa de ser uma entidade espacial tão delimitada como na época medieval.

problemas diversos, como os habitacionais e os de saúde pública. Sem contar, ainda, a ociosidade dos “desocupados” que, permanentemente, ameaçavam a ordem social.

A expressão de desordem típica dos centros urbanos evocou, por parte de alguns autores, a necessidade de promover a sua antítese: a ordem. Com isso, o espaço urbano precisava ser traçado conforme uma lógica funcional. Em decorrência desta premente necessidade, uma classificação rigorosa instala em locais distintos o habitat, o trabalho e o lazer (CHOAY, 1979).

Com o problema da estrutura espacial dos centros industriais, foi também suscitada uma reflexão sobre a necessidade de se organizar espaços destinados ao lazer. A obra de Choay (1979) apresenta textos de diversos autores da época que fornecem exemplos significativos sobre a preocupação dos “pré-urbanistas” e urbanistas em planejar os locais próprios para as horas de lazer na cidade, muitas vezes destacando a função social dos espaços livres.²³

Cabe destacar que, enquanto as novas práticas culturais foram vivenciadas, pela burguesia, nos seus momentos de lazer, restou aos desempregados e aos trabalhadores assalariados (fossem eles homens, mulheres e crianças) a entrega ao alcoolismo e à prostituição, entre outros “desvios morais” que lhes possibilitavam esquecer ou amenizar as duras condições a que as classes operárias eram submetidas. Nessa época foi também evidente a preocupação dos segmentos hegemônicos com a higiene moral, ameaçada pela conduta

²³ A palavra urbanismo é recente: segundo Choay (1979), ela foi empregada pela primeira vez em 1910, expressando uma tentativa de solucionar o problema do planejamento da cidade maquinista. Este problema foi suscitado bem antes da criação do termo, sendo identificado desde as primeiras décadas do século XIX, quando a sociedade industrial começava a tomar consciência de si e a questionar suas realizações. Os “pré-urbanistas” (autores como Owen, Carlyle, Ruskin, Morris, Fourier, Proudhon, Marx e Engels, entre outros reunidos na antologia que integra a obra de CHOAY, 1979) são pensadores que durante todo o curso do século XIX se preocuparam com o problema da cidade e projetaram modelos ideais. As imagens de cidade futura estavam associadas, sobretudo, com o questionamento sobre a estrutura e o significado da relação social. Dessa forma, a crítica desses pensadores não pode ser isolada de uma crítica global da sociedade industrial, e as mazelas urbanas por eles denunciadas aparecem como o resultado de mazelas sociais, econômicas e políticas. O urbanismo difere-se do pré-urbanismo por deixar de ser uma obra de generalistas (economistas, historiadores ou políticos) para ser o apanágio de especialistas, geralmente arquitetos, que procuram desenvolver suas idéias sem conexão com a discussão política.

ociosa. Como destacou o pensador político Etienne Cabet (in CHOAY, 1979, p.91), na “cidade modelo” por ele idealizada não haveria “[...] nem cabarés, nem tabernas, nem cafés, nem botequins, nem bolsa, nem casas de jogo ou de loterias, nem abrigos para os prazeres vergonhosos ou culpáveis.”

Em outras palavras, a paulatina planificação e construção de parques urbanos, praças, jardins e centros de recreio, entre outros espaços livres, arborizados e moralmente salubres foram considerados próprios para a frequência das pessoas em seus momentos de divertimento, descontração e descanso vivenciados no tempo livre. Estes momentos foram denominados de “horas de lazer”, usufruídas principalmente pela emergente burguesia industrial.

Kliass (1993) sublinha que os parques surgiram, na Inglaterra, como fator urbano de relevância já no final do século XVIII, atingindo seu pleno desenvolvimento cerca de cem anos depois. Dois processos distintos marcaram a criação dos primeiros parques urbanos na Inglaterra. Primeiramente, a absorção dos grandes espaços antes apropriados pela aristocracia, representados pelos belos jardins dos palácios da corte. Estes foram abertos ao público e incorporados à estrutura urbana, proporcionando uma extensa área verde no coração de Londres que embelezava a cidade. A outra forma de inserção dos parques nas cidades inglesas, que marcou profundamente sua paisagem urbana, deve-se aos empreendimentos imobiliários promovidos pela iniciativa privada.²⁴

Entre as décadas de 1850 e 1860 a inserção dos parques nas estruturas urbanas ganhou corpo na Europa, com ênfase na França, especialmente por ocasião do plano de reformulação do centro de Paris, em franco processo de urbanização. O modelo inglês

²⁴ Exemplos desse processo, fornecidos por Kliass (1993), são o *Regent's Parks* e as inúmeras *squares* que se multiplicaram pela trama urbana de Londres.

também transpôs o oceano, alimentando a fecunda leva de parques que apareceu nos Estados Unidos no decorrer do século XIX.²⁵ Como observa a autora:

O parque urbano responderá às demandas de equipamentos para as atividades de recreação e lazer decorrentes da intensificação da expansão urbana e do novo ritmo introduzido pelo tempo artificial – tempo da cidade industrial –, em contraposição ao tempo natural, inerente à vida rural. Ao mesmo tempo, o parque vai atender à necessidade de criação de espaços amenizadores das estruturas urbanas, compensando as massas edificadas. (KLIASS, 1993, p.19).

Por um lado, a proliferação de parques e jardins públicos nos centros urbanizados do século XIX possibilitou a afirmação de fatores estéticos que abrandavam a “frieza” do concreto. Mas, por outro lado, a constituição desses espaços foi uma manifestação de poder, representando também uma estratégia de controle, cuja finalidade era possibilitar, principalmente à burguesia industrial, a infra-estrutura física para que pudesse usufruir plenamente suas horas de lazer. Assim, enquanto não estivesse trabalhando, a burguesia poderia passear ao ar livre, conviver socialmente, assistir apresentações artísticas e participar de outros divertimentos.

Em suma, o processo de segmentação dos tempos e espaços sociais foi intensificado nos centros urbano-industriais, contribuindo com a constituição de práticas diferenciadas para os sujeitos, processo que influenciou todas as dimensões da vida social. Assim, a institucionalização do lazer, além de repudiar o ócio, foi atrelada à necessidade de equacionar o tempo livre, selecionar as atividades nele desenvolvidas, e disciplinar os divertimentos. Ocorre, nesse âmbito, um redimensionamento das manifestações culturais, do tempo e do espaço social, de tal modo que o lazer acaba sendo instituído como um fenômeno normativo no seio das modernas sociedades urbano-industriais.

²⁵ Nas Américas, a instauração do “Movimento de Parques Americanos” liderado por Frederick Law Olmsted Jr. foi muito expressiva. Este arquiteto-paisagista dotou, de parques, um número significativo de cidades

Relações do lazer com o trabalho na moderna sociedade industrial capitalista

No decorrer do século XIX difunde-se, rapidamente, a idéia de que o trabalho, categoria que passa a ser a referência determinante da vida em sociedade, é o que permite aumentar a riqueza das nações. Alteram-se os antigos laços de subordinação à terra, ao senhor, transformando a grande maioria em trabalhadores livres – “livres” para vender sua força de trabalho às classes burguesas, detentoras do capital e dos meios de produção, seja no campo ou nos grandes centros urbano-industriais.

A especificidade do capitalismo é acumular e reproduzir a riqueza social, assegurando os meios para a sua apropriação privada. Como foi bem elucidado pelo pensamento marxista, este sistema concretiza-se por meio de um processo de acumulação de capital decorrente do mercantilismo. Concretiza-se, ainda, através da expropriação dos meios de produção de segmentos da população, como a terra e os instrumentos de trabalho com que pequenos produtores, antes, produziam sua subsistência e um parco excedente para troca no mercado. Desta maneira os meios de produção se concentram nas mãos da burguesia nascente, que procura reproduzir e ampliar seu capital.

Historicamente, restou aos antigos artesãos, aos pequenos proprietários e à grande massa da população a submissão irrestrita ao capital. A força de trabalho desses segmentos foi negociada em troca de um salário, de maneira que passaram a trabalhar para os proprietários privados dos meios de produção, produzindo bens que também seriam propriedades privadas do empregador.

No contexto do século XIX os trabalhadores não tinham outra saída a não ser aceitar as condições de trabalho impostas pela burguesia industrial, por piores que elas fossem. Como apenas uma pequena parcela da população operária conseguia emprego, era

grande o medo de perder o posto de trabalho ocupado. O patrão poderia, por exemplo, intensificar a jornada diária de trabalho nas fábricas e abolir o descanso semanal, porque sabia que os operários acabariam aceitando essas condições. Os festejos, que no decorrer da Idade Média duravam dias, semanas ou meses foram completamente banidos da vida da população operária.

Crescia, assustadoramente, a massa de desempregados famintos e miseráveis, aos quais não restava nada além da transgressão à ordem e a entrega a práticas consideradas ilícitas, como prostituição, vício, crime e ociosidade. Com o processo de proletarização da sociedade, os homens, as mulheres e as crianças que conseguiam emprego trabalhavam para garantir a sobrevivência e, enfrentando jornadas exaustivas nos sete dias da semana, não lhes sobrava tempo para o descanso, tampouco para a diversão. Todo o tempo dos proletários que conseguiam emprego era voltado para o árduo trabalho e para as atividades indispensáveis à sua reprodução enquanto força de trabalho, ou seja, alimentação e repouso.

Enquanto o proletariado era largamente explorado pela classe burguesa no final do século XIX, o militante socialista Paul Lafargue combateu ferozmente a economia capitalista com o panfleto *O direito à preguiça*.²⁶ Esta obra foi escrita como metáfora dos sermões religiosos, sendo composta a partir de uma série de artigos publicados por Lafargue, em 1880, na revista *L'Égalité*. Nesses textos, o autor critica a moral cristã e a ética do trabalho, esboçando um painel da sociedade burguesa e focalizando a questão da consciência de classe que faltava ao proletariado.

²⁶ Segundo o prefácio escrito por Marilena Chauí que introduz a 2a. edição da obra *O direito à preguiça* (LAFARGUE, 1999), Paul Lafargue redigiu vários textos sintetizando as idéias de Marx com o objetivo de divulgá-las entre os operários franceses revolucionários, sendo um dos maiores responsáveis pelo surgimento do marxismo francês na transição do século XIX para o século XX. Porém, considerando principalmente as questões que envolvem o lazer e a máquina, Oliveira (2002) indica que no livro *O direito à preguiça* Lafargue diverge, em muitos pontos, das idéias marxistas.

As denúncias de Lafargue (1999), além de trazerem à baila a valorização do ócio, mostram a relação de exploração engendrada pelo capitalismo, na qual os assalariados ficam destituídos do direito de gozar dos frutos de seu próprio trabalho:

Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem para que, ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis. Essa é a lei inexorável da produção capitalista. (LAFARGUE, 1999, p.79).

O direito à preguiça é considerado, por estudiosos do lazer, como uma das primeiras sistematizações sobre este objeto, mas, é necessário enfatizar que o seu foco de discussão incide sobre as mazelas do capitalismo. O lazer é uma categoria secundária no texto, que emerge da denúncia ao trabalho capitalista. A obra de Lafargue (1999) situa-se no contexto das reflexões políticas, sociais e econômicas empreendidas no século XIX, e estabelece um fecundo diálogo com o seu tempo. Do meu ponto de vista, seu valor advém justamente desse aspecto.

Um outro foco importante de discussão é a argumentação que Lafargue (1999) elabora sobre os benefícios que poderiam ser concedidos ao operariado com o aperfeiçoamento da máquina. Considerando que um minuto da máquina na indústria da tecelagem, por exemplo, era equivalente a cem horas de trabalho operário, cada minuto de trabalho da máquina poderia permitir dez dias de repouso ao operário, realizando o antigo sonho de Aristóteles:

Nossas máquinas de hálito de fogo, membros de aço, infatigáveis, de uma fecundidade maravilhosa e inesgotável, realizam docilmente, por si sós, seu santo trabalho; no entanto, a mente dos grandes filósofos do capitalismo continua dominada pelo preconceito do assalariado, a pior das escravidões. (LAFARGUE, 1999, p.119).

Na realidade, à medida que a máquina era aperfeiçoada e eliminava o trabalho humano com rapidez e precisão, o operário parecia dobrar seus esforços como se quisesse concorrer com ela, ao invés de prolongar seu descanso na mesma proporção. Tal como descrito pelo autor, isso era um absurdo, sendo necessário que o proletariado entendesse que a

máquina deveria ser o redentor da humanidade, o Deus que resgataria o homem do trabalho assalariado e lhes concederia “os lazeres e a liberdade” (LAFARGUE, 1999, p.119). Assim, a classe proletária deveria se articular, e, com sua força, forjar uma lei que proibisse o trabalho além de três horas diárias para que, “entregue à preguiça”, fizesse com que de dentro da terra brotasse um novo universo.

Os operários reivindicavam a redução da jornada diária de trabalho para oito horas, mas para Lafargue (1999) apenas três seriam o bastante. O autor propõe diminuir a quantidade de tempo dedicada à produção, o que não coincide inteiramente com as idéias de Marx, para quem o capitalismo proporciona o desenvolvimento das forças produtivas, sendo este necessário para a implantação do socialismo.²⁷ Para Lafargue, em contrapartida, era a grande quantidade de tempo destinada ao trabalho capitalista que estava privando o proletariado de exercer o direito à preguiça. Segundo a visão do autor, a preguiça era mil vezes mais nobre e mais sagrada que os *Direitos do homem* arquitetados pela burguesia. Tal argumentação sobre a preguiça ecoou como um verdadeiro ultraje à lógica da produtividade, almejada nos centros urbanos e industrializados com o intuito de combater o ócio.

Ao empregar o termo “preguiça”, no meu entender Lafargue ultrapassa o sentido literal deste termo, vigente em nosso meio. Analisando o texto, observamos que a preguiça é considerada como condição para uma existência mais digna, e isso implica, necessariamente, dispor de tempo suficiente para fruir da cultura, das ciências e das artes; para descansar e divertir; para compreender as causas da miséria humana. Para o autor, os operários revolucionários do século XIX deveriam se espelhar nos trabalhadores de outrora, que dispunham de tempo suficiente para gozar as alegrias da terra, para amar e rir, para banquetear-se alegremente “em honra do alegre deus da Preguiça.” (LAFARGUE, 1999, p.89).

²⁷ Para discutir idéias de Paul Lafargue em relação a Karl Marx, verificar Oliveira (2002).

Que virtudes a preguiça engendra? O prazer da vida boa (a boa mesa, a boa casa, as boas roupas, festas, danças, música, sexo, ocupação com as crianças, lazer e descanso) e o tempo para pensar e fruir da cultura, das ciências e das artes. Disso resulta o desenvolvimento dos conhecimentos e da capacidade de reflexão que levará o proletariado a compreender as causas reais de sua situação e a necessidade histórica de superá-la numa sociedade nova. (LAFARGUE, 1999, p.45).

Na citação acima é possível observar que o autor expressa sua compreensão de lazer associando-o ao descanso. Devido às duras condições de vida e de trabalho a que o proletariado era submetido, o autor denuncia que o lazer era privilégio da classe capitalista, cujo estilo de vida era baseado na preguiça, nos prazeres, na improdutividade e no consumo exacerbado que visava apenas a satisfação de gostos dispendiosos e fúteis. O autor emite, segundo minha interpretação, uma visão idealizada da burguesia, pois se esta tivesse se entregado à preguiça absoluta, não teria acumulado e ampliado seus bens na modernidade.

Fiéis à lógica da produtividade, os proletários acreditavam que aqueles que não trabalhavam sem cessar eram parasitas, inúteis ou delinquentes; ou que, em certa medida, quem não trabalhava não possuía o direito de comer, muito menos de descansar e de se divertir. Nessa época fica explicitado o peso da tradição judaico-cristã, cuja máxima era “ganharás o teu pão com o suor do teu rosto”. Na visão de Lafargue (1999) essa lógica deveria ser invertida. Os operários não deveriam mais se curvar aos ditames do trabalho capitalista, e para o autor a luta pelo direito à preguiça consistia um caminho para isso.

Com efeito, este discurso coincidiu com as históricas reivindicações operárias pelo estabelecimento de leis referentes à limitação da jornada de trabalho, ao descanso semanal e às férias remuneradas. A observância dessas leis garantiria, aos trabalhadores, um aumento do tempo livre. Neste sentido Lafargue (1999) colocou-se como porta-voz da classe proletária, radicalizando suas reivindicações ao defender a limitação da jornada de trabalho em três horas diárias.

Um outro aspecto relativo ao tempo livre é apresentado pelos estudos de Martin-Fugier (in PERROT, 1991). Segundo a autora, na sociedade urbano-industrial o tempo livre

chega em data marcada para todos, concentrando-se no verão e acarretando, assim, uma outra divisão do ano. Surge, em alternância com o tempo do trabalho, o tempo das diversões e das férias, de maneira que o lazer é visto como necessidade, e reivindicado como direito. Neste âmbito ocorre uma progressiva laicização do tempo livre, uma vez que os momentos de “não trabalho” deixam de corresponder aos preceitos religiosos para atender os imperativos da produção. O lazer, como as demais dimensões da vida social, sofreu interferências desta nova orientação.

Este argumento pode ser exemplificado com as palavras de Dumazedier (1979, p.28), ao afirmar que o lazer “[...] corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho.” Conforme indicam as palavras do autor, no século XIX o lazer passou a ser visualizado como um tempo disponível depois das ocupações (DUMAZEDIER, 1976, 1979).

Tal significado de lazer corresponde às idéias contidas no *Dictionnaire de la langue Française*, elaborado por Maximilien Littré no decorrer dos anos de 1860, sendo aquele explicitado como “tempo desocupado”. Esta definição de lazer foi reproduzida por vários autores, e somente em 1930 o *Dictionnaire* de Claude Augé acrescentou um novo significado a ele. Nesta obra o lazer é então concebido como distrações, ocupações às quais o indivíduo poderia se entregar de espontânea vontade, durante o tempo não ocupado pelo trabalho comum. Essa mudança de enfoque representa, para Dumazedier (1976), um sinal da “evolução dos costumes”. O lazer é, para este autor, cada vez mais caracterizado em oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana, especialmente do trabalho profissional.

Segundo o autor:

O lazer é conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após

livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1976, p.34).

Embora seja criticado por alguns estudiosos, de acordo com as reflexões de Marcellino (1995) o conceito acima é o mais aceito e trabalhado no Brasil. Apoiando-se em Faleiros, o autor esclarece que além de ser “desprovida de caráter histórico” [*sic*], a concepção de lazer elaborada por Joffre Dumazedier identifica-se com um invólucro vazio a ser preenchido com atividades distintas das obrigações institucionalizadas.

Lembro que a concepção de Dumazedier (1976) foi elaborada na década de 1960²⁸ e, até então, o lazer era concebido como uma fração de tempo não ocupada pelo trabalho, mas, por atividades recreativas. Desta maneira, se por um lado o trabalho produtivo se relaciona com obrigações, por outro lado, o lazer passa a representar um momento no qual os deveres cessam, dando lugar a um tempo/espço disponível para o sujeito, como “recompensa” pelo cumprimento de suas tarefas, fossem elas profissionais, sociais, políticas, religiosas.

A idéia de que o lazer representa uma recompensa para aqueles que merecem gozá-lo parece estar, historicamente, arraigada a este objeto, independentemente da compreensão adotada: seja como ócio, tempo de “não trabalho” ou conjunto de ocupações. Na modernidade, como o trabalhador é um ser “livre”, que não pertence a outrem, pode negociar, no mercado, a venda de sua força de trabalho (único bem de que dispõe), sendo ainda considerado um sujeito de direitos. Aqui se inclui o direito ao lazer, que, paradoxalmente, é regulado, controlado e associado aos interesses do capital.

O lazer é, assim, uma dimensão da cultura construída conforme as peculiaridades do contexto histórico e social no qual é desenvolvido. Partindo desta concepção, é possível compreender as razões pelas quais o aspecto tempo, além do espaço, se tornaram

²⁸ Para construir um referencial teórico sobre o lazer, Joffre Dumazedier baseou-se, sobretudo, nos dados obtidos por meio das pesquisas e levantamentos realizados, na cidade francesa Annecy, no período 1955-1959. O título

determinantes para o entendimento do lazer desde a ocorrência das modernas sociedades urbano-industriais. Pelos motivos já expostos, se tomarmos como referência a sociedade que vem sendo (re)construída desde o século XIX, não poderia ser diferente: cada vez mais a vivência lúdica de manifestações culturais, em nosso meio, fica limitada ao tempo/espço conquistado/concedido para usufruí-la.

Para além da complexidade que engendra nossa trama social, cabe destacar que o lazer foi constituído, na modernidade, como um tempo/espço subtraído do trabalho; como um campo propício para fugir da rotina, compensar frustrações, proporcionar descanso ou divertimento no tempo supostamente “livre” das mazelas do trabalho, especialmente do trabalho produtivo. Por essa razão, enquanto uma prática social dialeticamente vinculada ao trabalho, mesmo passível de direção, normalização e direcionamento, o lazer pode ser visto como um direito jurídica e legalmente reivindicado pelos trabalhadores no final do século XIX.

Como enfatiza Sant’anna (1994), foi somente nas primeiras décadas do século seguinte que o debate em torno da criação de mecanismos de regulamentação e redução da jornada de trabalho foi acirrado. No despontar do século XX, com o inevitável aumento do chamado tempo livre, políticos e empresários se preocuparam com os usos que os trabalhadores poderiam fazer das suas horas de folga, sendo grande o receio de que elas fossem empregadas com atividades que pudessem degradar moralmente a sociedade. Ao invés de se entregarem ao alcoolismo, aos jogos de azar, ao ócio e a outros vícios, os trabalhadores deveriam fazer um “bom uso” do tempo liberado do trabalho, ocupando-o com atividades consideradas saudáveis, educativas e socialmente úteis.

Em síntese, à medida que a burguesia procurou exercer controle sobre o tempo livre, revertendo-o em benefício do próprio tempo de trabalho, o ócio foi encarado como um

desvio, e o lazer – controlado, regulado, disciplinado – passou a ser a regra (SANT’ANNA, 1998). A conduta ociosa foi considerada perniciosa ao desenvolvimento da sociedade, demandando o desenvolvimento de novas diversões “saudáveis” do ponto de vista moral e social, portando adequadas para o emprego do tempo livre e de novos espaços para essas atividades serem exercidas. Como será evidenciado no próximo tópico, foi justamente em razão desse aspecto que se estabeleceu, em muitos países, uma inter-relação entre o lazer e a recreação.

Nos países industrializados, sobretudo nos Estados Unidos, a necessidade de conhecimento e controle social do tempo livre de crianças, jovens e adultos impeliu a constituição de um movimento em prol da recreação. Inicialmente, este movimento foi difundido nos *playgrounds* norte-americanos e direcionado para a ocupação do tempo ocioso de crianças e jovens, mas, posteriormente, acabou abrangendo também os trabalhadores adultos.

Recreação: Da origem etimológica ao moderno conceito elaborado no final do século XIX e difundido nos playgrounds norte-americanos

Na língua portuguesa a palavra recreação provém do verbo *recrear* e, segundo Ferreira (1986), significa recreio. Recrear (do latim *recreare*)²⁹, por sua vez, é proporcionar recreio, divertir, brincar, folgar, sentir ou causar prazer e satisfação, alegrar. De acordo com o

²⁹ Considerando a etimologia do vocábulo recreação, Marinho (1957) identifica outros termos latinos que podem ter originado esta palavra em nosso vocabulário. Segundo as constatações deste autor, recreação provém do latim *recreatio*, *recreatonem*, e significa vulgarmente o mesmo que recreio (divertimento, entretenimento); deriva de *recreare*, cujo sentido é o de reproduzir, restabelecer, recuperar. *Recreatio*, conforme Ferreira ([s.d.], p.987), significa restabelecimento; e *recreo* é “fazer brotar de novo, fazer crescer de novo, produzir de novo. Reanimar, dar novo vigor, reconfortar.”

autor, recreação pode ser confrontada ou comparada com o substantivo “recriação”, entendido como ato ou efeito de recriar.

Dicionários etimológicos de latim-português elaborados no século XIX, como o publicado por Saraiva nesta época (1888), apresentam vários termos latinos com a mesma raiz que podem ter originado a palavra “recreation” na língua inglesa e “recreação” na portuguesa. Além de *recreatio* (restabelecimento, convalescença), nesta obra encontramos também *recreator* (jogos que restabelecem, reparam, renovam, restauram), *recreo* (reproduzir, reparar, restabelecer, restaurar, renovar; recrear, deleitar, alegrar, divertir, distrair) e *recreabilis* (que recreia, recreativo).³⁰

Ao longo da realização deste estudo, apesar vários dicionários publicados em diferentes contextos históricos terem sido consultados (FERREIRA, [s.d.]; CAMPAGNE, 1886; BUISSON, 1888; SARAIVA, 1888; TORRINHA, 1937; FARIA, 1967; MACHADO, 1969; FERREIRA, 1986), não foi possível identificar o contexto de produção dos diversos termos latinos que podem ter originado a palavra recreação. No entanto, de maneira geral o sentido etimológico de recreação parece encaminhar-se para o recreio, para a brincadeira e para o divertimento que alegra, renova e restabelece, uma compreensão identificada em dicionários do século XIX.

As obras dessa época (CAMPAGNE, 1886; BUISSON, 1888) não apresentam o verbete recreação, o que pode ser um indicativo de que essa palavra ainda não era usada no vocabulário corrente da língua portuguesa. Neste contexto já eram empregados, entretanto, os termos “jogo”, “recreio”, ou mesmo “jogos de recreio”.

Campagne (1886, p.488) delinea o significado de recreio e auxilia a compreensão do termo. Segundo o autor, sob esta denominação tornada banal ocultava-se “[...] uma penetrante análise de fisiologia e de psicologia”. Esses saberes foram amplamente valorizados

no século XIX e, conforme as palavras do autor, seria “[...] preciso dar à máquina humana ocasião para regenerar os materiais indispensáveis, sem os quais o trabalho do cérebro cessaria, como um relógio a que se acaba a corda.”

Prosseguindo suas explicações, Campagne (1886) esclarece que já havia sido averiguado que, além de uma quantidade muito restrita de horas, não se podia pensar, ter imaginação ou refletir por um longo tempo seguido. Seria, portanto, indispensável interromper o trabalho mental e mudar o gênero de atividade, suspendendo o esforço. Assim, não era suficiente aperfeiçoar os métodos de trabalho e fazer com que o cérebro se empenhasse ao máximo, sendo fundamental recreá-lo, compensar o excesso de esforço com uma renovação considerada mais perfeita: o recreio.

A concepção de recreio de Campagne (1886, p.489) relaciona-se com o brincar e com o prazer, destacando os efeitos de recuperação, restabelecimento e regeneração que a sua vivência proporcionava, principalmente para as crianças:

Como o recreio é precioso, fecundo e indispensável n’esta idade! [...] A brincadeira para a criança não é só o exercício dos seus musculos, a regeneração do seu sangue, o prazer de pôr em acção a sua energia vital, sentindo-a dobrar; é mais alguma coisa: é toda a pequenina alma infantil que se espaneja e que lá se desenvolve em todo o seu incomparável esplendor. A espontaneidade, isto é, a invenção, é o traço característico, e também a fecunda e secreta virtude do brincar das crianças. Dêem-se pois á criança os recreios necessarios. Não se esteja só a encher-a de conhecimentos [...].³¹

Pelo exposto, mesmo que *recreação* ainda não fosse uma palavra correntemente utilizada no final do século XIX, os significados de recreio foram delineados nesta época como divertimento que renovava, recuperava e restabelecia. Não se tratava apenas do divertimento em si, enquanto uma atividade específica, mas dos sentimentos de satisfação e

³⁰ Saraiva (1888) esclarece que *recreatio* e *recreator* são derivados do substantivo *recreare*. Embora este último substantivo latino possa ter dado origem a diversos outros vocábulos, o seu significado não é apresentado nos diversos dicionários etimológicos aqui consultados.

³¹ A grafia da época foi preservada nas citações textuais, pois acreditamos que ela também nos fornece elementos para a compreensão do passado.

de renovação que proporcionava.³² Nesta perspectiva, a recreação foi passível de transformações semelhantes às que marcaram o lazer. O divertimento que, nas sociedades tradicionais, integrava uma parte da vida que tinha nas atividades lúdicas a sua essência, no século XIX foi redimensionado, devendo ser “benéfico” para a sociedade, ou seja, moralmente saudável. Tem-se, assim, a constituição do “moderno conceito de recreação”.

De acordo com as pesquisas de Miranda (1993, p.54), foi no final do século XIX que a palavra inglesa *recreation* foi escolhida para designar um novo movimento desencadeado nos Estados Unidos. Para o autor: “O moderno conceito de recreação repele o usual. Este tem uma significação meramente literal, etimológica mesma. O conceito moderno constitui um tema sociológico.”

Essa escolha foi decorrente da necessidade de englobar, em uma única expressão, toda uma série de atividades de cultura popular que os departamentos municipais norte-americanos se incumbiam de organizar, superintender e difundir. Segundo o autor, vários termos e expressões poderiam ter sido adotados para caracterizar este movimento: jogo, atividade de lazer, atividades das horas livres, recreação. Mas o termo recreação foi escolhido porque o seu uso vinha sendo largamente difundido nos Estados Unidos, e a maioria dos autores evidenciou ter optado por ele.

Em muitas afirmações de Miranda (1993), efetuadas na década de 1940, podemos perceber que as palavras recreação e lazer aparecem juntas. Como esclarece o autor,

Em todos os países em que o problema foi suscitado, o termo recreação surge com um sentido novo, social. “Recreation” e “leisure”, nos Estados Unidos, “Freizeit” e “Erholung”, na Alemanha, “loisirs” na França, “dopolavoro” na Itália, são palavras que têm, antes e acima de tudo, um sentido social ou político-social. (MIRANDA, 1993, p.54).

³² Os termos jogos e recreio já eram empregados, no Brasil, desde o século XIX, talvez até nos séculos anteriores, uma vez que a vinda da corte portuguesa, para o nosso País, trouxe costumes e idéias de outros povos, como destaca Medeiros (1971). É preciso atentar, contudo, para o fato de que a utilização da palavra *recreação*, na realidade brasileira, ser bem mais recente, expressa correntemente nos jornais e revistas brasileiros a partir do século XX – mesmo que o emprego dos termos *recreio* e *recreativo*, tomados como divertimento, sejam bem anteriores.

De que sentido social, ou político-social, o moderno conceito de recreação foi revestido? O autor explica que a formação harmônica do homem deveria constituir um processo tipicamente social, que valia como um patrimônio coletivo. Todo o trabalho social da recreação se dirigia, dessa maneira, ao desenvolvimento benéfico do indivíduo, para que este pudesse ser útil à coletividade, cooperando e adaptando-se à sociedade.

“Este trabalho de conformação ou ajustamento tem sido bem considerado nos Estados Unidos, mormente, em certas zonas ou distritos de cidades industriais conhecidos pelo nome de ‘slum’, isto é, bairros pobres, miseráveis” (MIRANDA, 1993, p.56). Nesses locais se formavam as gangs, brotava a delinqüência infantil e juvenil, proliferavam os criminosos adultos. Esses problemas mobilizaram as autoridades e lideranças políticas para a necessidade intervir nesses segmentos, educando-os através de um trabalho fundamentado na moderna concepção de recreação.

Ao ser revestida de uma finalidade social, a recreação foi vista como parte da religião, da educação e do próprio trabalho. Significou, pois, um movimento de valor social e educativo. Por essa razão, a recreação tornou-se a voz de comando, a palavra de ordem para todos aqueles que pretendiam formar personalidades fecundas e cooperantes (WERNECK, 2000).

As novas nuances assumidas pela recreação, segundo as “mais modernas concepções”, estavam ligadas ao advento da máquina, ao industrialismo, ao trabalho, ao lazer, ao urbanismo, à saúde, à higiene social e à vida cultural e política. O movimento norte-americano pela recreação passou, “[...] deste modo, a ser a bandeira dos partidários de uma vida plena, de uma ‘abundant life’, de um viver intensamente cada minuto que se escoar.” (MIRANDA, 1993, p.54). Como visto, este moderno conceito de recreação dialoga com o contexto do século XIX, no qual há todo um reordenamento da vida social.

Do ponto de vista do poder, do controle e da organização de atividades recreativas para as massas urbanas, é necessário esclarecer que o “movimento pela recreação” foi difundido principalmente nos *playgrounds* norte-americanos. Com o surto industrial desencadeado na Grã-Bretanha, associado ao desenvolvimento da economia capitalista, as cidades cresciam rapidamente. Nos Estados Unidos não foi diferente, sendo um dos países que desenvolveu um processo de urbanização com uma rapidez impressionante.

Áreas verdes e abertas foram planejadas para humanizar o espaço urbano. Frederick Law Olmsted Jr. foi o arquiteto-paisagista que liderou o chamado *Movimento de Parques Americanos*, situando-o no contexto das preocupações urbanísticas da segunda metade do século XIX. Na ocasião da elaboração do projeto do *Central Park* em Nova York, no ano de 1858, o autor afirmou o seguinte:

Tempo virá, quando Nova York estará edificada [...] [e] convertida em formações de fiadas monótonas de ruas estreitas e pilhas de edifícios eretos. Não restará sugestão da atual superfície variada, com a única exceção dos poucos acres contendo o parque. Então, o valor inestimável do delineamento pitoresco do terreno, que ora se apresenta, será mais claramente percebido e sua adequação aos seus propósitos será plenamente reconhecida. (Olmsted Jr., Frederick L.; Kimball, Theodora. Citado por KLIASS, 1993, p.23).

Assim como o *Central Park*, ao longo do século XIX vários parques urbanos foram planejados nos Estados Unidos, em decorrência da necessidade de construir logradouros que pudessem ser freqüentados por aqueles que desejavam respirar ar puro, tomar sol, praticar jogos livremente ou repousar da labuta diária nas horas de folga. Neste âmbito, os parques urbanos foram vistos não apenas como um recurso para embelezar as cidades e conter o contínuo processo de desenvolvimento urbano, mas funcionavam como “espaços verdes sanitários”.

Como expressou Lewis Mumford (in CHOAY, 1979), o século XIX foi, antes de tudo, consciente da função sanitária e higiênica dos espaços livres. A necessidade biológica desses espaços foi sublinhada em decorrência da densidade do habitat nas grandes cidades. O parque não significava uma parte integrante do meio urbano, mas um refúgio dele. Para o

autor, os espaços livres também assumiam um papel social, geralmente negligenciado em benefício único de sua função higiênica. Assim, não era apenas uma classe minoritária, mas uma população inteira que dispunha de horas de lazer, e a quem deveriam ser fornecidos meios de recreação.

Godbey (1986) esclarece que no século XIX as crianças constituíram um foco importante no planejamento urbano dos Estados Unidos. Como os segmentos populares eram considerados incapazes de usar o tempo livre de maneira satisfatória, acreditava-se que as crianças precisavam de orientação, por meio da organização, nos parques, de atividades de recreação para as massas. As crianças representavam o futuro da nação, devendo ser adequadamente orientadas desde a mais tenra idade.

Referindo-se ao século XIX, nos Estados Unidos, Miranda (1993, p.56) assinala que, inicialmente,

[...] os parques eram construídos e instalados com o único objetivo de embelezar a cidade. Era uma concepção urbanística, incipiente e primitiva. O urbanismo social moderno caracteriza-se pela adaptação do meio ambiente às necessidades do homem. E não se poderá negar, em sua consciência, que os lazeres e a recreação ocupam também o seu posto importante no quadro das necessidades vitais do homem. Os parques de outrora não tinham superintendência nem serviço organizado, mas apenas vigilância policial. A supressão desta e a criação de serviços que promovam e estimulem facilidades e meios para uma vida mais intensa da comunidade, durante as horas de lazer, começou por transformar e revolucionar as velhas concepções exclusivamente urbanísticas.

Nesta citação, fica explicitada a idéia de que a institucionalização do lazer associava-se à criação de novos espaços, como os parques urbanos. Antes considerados um privilégio da aristocracia, no século XIX esses espaços passaram a ser construídos para o acesso da população, mas sob controle e vigilância do poder público.

Apesar de serem parques urbanos, os *playgrounds* constituíam um espaço diferenciado: eram áreas fechadas, com instalações e equipamentos especializados para o desenvolvimento de programas de recreação, com atividades dirigidas por “líderes” profissionais, ou voluntários. Os serviços organizados de recreação eram, assim, a

característica básica dos *playgrounds*, logradouros públicos a serem utilizados nas horas de “não trabalho”. A criação destes espaços, bem como a concepção de seu uso, ocorreu na transição do século XIX para o século XX, inaugurando um novo estilo de vida nos Estados Unidos.

Segundo Miranda (1993), as idéias froebelianas inspiraram a construção de parques infantis na Alemanha, modelo que deu origem aos *playgrounds* nos Estados Unidos.³³ Em visita à Alemanha, no ano de 1885, a médica norte-americana Marie Zakerzewska observou com acentuado interesse os parques infantis de Berlim, sugerindo a uma entidade filantrópica de Boston que instalasse um tabuleiro de areia em um jardim público da cidade.³⁴ Esta iniciativa foi bem aceita por todos os freqüentadores do local, especialmente pelas crianças pequenas, dando origem ao primeiro *playground* do país.

Uma média de 15 crianças freqüentava este espaço diariamente, que era aberto três vezes por semana, durante os meses de julho e agosto. Aos poucos foram instalados novos tanques de areia em outros espaços públicos de várias cidades norte-americanas. De acordo com as pesquisas de Butler (1973, p.82), as crianças “[...] cavavam na areia, cantavam e marchavam, sob a orientação de uma senhora que morava nas redondezas.”

³³ O pedagogo alemão Friedrich Froebel, mentor dos “jardins de infância” (*kindergarten*), desenvolveu uma concepção de infância diferenciada e delineou uma didática própria para esta fase da vida. Segundo as concepções froebelianas, as crianças deveriam passar algumas horas com a família, e outras com uma comunidade infantil, entretida com jogos, brincadeiras e outras atividades organizadas. Reunidas em um “jardim de infância”, as crianças poderiam ser orientadas nas suas paixões: robustecendo o corpo, exercitando os sentidos, estimulando o espírito e aprendendo a conhecer a natureza e os semelhantes. Para Miranda (1938; 1941), o pensamento de Froebel se concretizou, no Brasil, apenas na pedagogia “pré-primária”, mas os seus princípios deveriam ter sido observados em todos os níveis de educação.

³⁴ A provável origem dos parques infantis está relacionada à valorização da ginástica e dos jogos motores operada na Alemanha após a guerra franco-prussiana. De acordo com os estudos de Miranda (1941, p.5), dois professores que lecionavam em um colégio de Brunswick começaram a conduzir seus alunos a uma praça para que pudessem realizar jogos motores, cuja valorização se difundia por todo o país. “Três anos de experimentação e observação convenceram-nos da necessidade de realizar um trabalho de maior amplitude, mas, principalmente, organizado.” A campanha em prol dos jogos na Alemanha recebeu considerável impulso de um juiz que valorizava a importância da educação física para a saúde. Segundo o autor, foi esta ilustre personalidade uma das primeiras a refletir longamente sobre o problema da utilização dos lazeres. A partir da sua influência generalizou-se, assim, o interesse pela ginástica e pelos jogos organizados para crianças nos parques infantis alemães.

Nesta passagem, observa-se um aspecto importante, ou seja, mesmo que este espaço fosse uma simples área destinada às brincadeiras das crianças, estava sob a *orientação* de uma responsável, função posteriormente denominada de “líder”. Este aspecto foi se tornando fundamental para imprimir uma dimensão educativa às atividades desenvolvidas.

Várias nações européias se interessaram pelos parques infantis e, por serem considerados valiosas instituições extra-escolares, estes logradouros foram mantidos tanto por entidades públicas, como privadas.³⁵ Os principais países europeus adeptos foram Dinamarca, Holanda, Hungria, Polônia e França. Segundo Butler (1973), a maior propagação desses parques destinados à recreação deu-se, indubitavelmente, nos Estados Unidos, ocupando a dianteira em todo o mundo. Conforme as observações deste autor, o movimento pela recreação foi a resultante da conjugação de idéias, experiências e desenvolvimentos que trançaram a história deste inigualável movimento americano.

Os programas de recreação difundidos nos *playgrounds* foram concebidos como estratégias educativas altamente modernas, pois buscavam imprimir uma dimensão pedagógica às chamadas atividades recreativas (jogos, brincadeiras e trabalhos manuais, entre outras). Neste âmbito, a recreação, enquanto uma ação educativa, não promovia apenas a diversão, embora fosse esta a sua essência principal. Foi este pensamento que possibilitou a constituição dos *playgrounds* como instituição educativa, e, da recreação, como um instrumento de educação.

O pensamento pedagógico de Rousseau foi amplamente disseminado nos séculos XIX-XX, servindo de referência para inúmeros autores que buscavam renovar a educação. Ao colocar a criança no centro de sua teorização, Rousseau ajudou a construir uma nova imagem da infância, ou seja, um novo estatuto sobre a criança. Neste contexto, a sociedade

³⁵ Originariamente, os *playgrounds* se encontravam em propriedades particulares, sendo gradualmente transferidos para áreas públicas, contendo não somente um tanque de areia, mas também aparelhos e espaços destinados às crianças maiores. A princípio, eles ficaram sob orientação de líderes voluntários, sendo

encarregou-se de estabelecer um projeto educativo administrado pelo poder político e construído segundo seus interesses sociais e políticos (ROUSSEAU, 1992).

A *escola* foi vista como instituição chave deste projeto, pois, no curso do século XIX, ela se tornou responsável por formar o cidadão como homem e vice-versa, cuidando de ligá-lo à ideologia dominante. Para a escola se dirigiram os cuidados dos governos, dos defensores da educação pública e dos pedagogos, indicando-a como o lugar central de elaboração dos comportamentos coletivos. Ao lado da escola situava a *família*, considerada como uma instituição educativa natural e primária que deveria agir segundo modelos mais racionais, mais uniformes e mais construtivos. Ela deveria ser a via primária para a formação de um sujeito disciplinado e consciente de seus deveres, capaz de ajustar-se às normas que a família deveria encarnar, como submissão à autoridade, ética do sacrifício e da responsabilidade, valor do trabalho e da poupança. Como lembra Cambi (1999), este é o modelo da família nuclear burguesa, na qual as famílias de todos os segmentos deveriam se espelhar.

Depois da escola e da família, as *associações e instituições educativas* diversas, tais como corais, associações esportivas e escotismo, também assumiram importante papel na formação de crianças e jovens. A ação dessas instituições focalizava, especialmente, o tempo livre da escola, ou do trabalho, uma vez que era grande a quantidade de menores que trabalhavam como operários.

Diferentes instituições educativas foram, dessa forma, geradas no final do século XIX, tendo em vista colaborar com o êxito do projeto educativo da sociedade a partir de todas as vias possíveis, e não apenas pela escola e pela fábrica. Os *playgrounds* norte-americanos, por serem instituições que visavam complementar a missão educativa da escola, constituem um exemplo desta visão.

posteriormente substituídos por líderes instrutores de jardins de infância e outros funcionários treinados (BUTLER, 1973).

A educação, na época entendida como aprendizado de técnicas, linguagens e normas sociais, passou a ser concebida como função primordial da sociedade, organizada em instituições específicas e administrada por profissionais especializados: os professores. A “ciência pedagógica”, em contato com as diferentes ciências positivas, foi sendo arquitetada como algo que não possuía apenas dimensões valorativas, mas fundamentada em aspectos objetivos e mensuráveis do processo educativo, que deveria ser submetido à experimentação.

A prática educativa no despertar do século XX voltou-se para novos protagonistas além da criança, como as mulheres e os portadores de deficiência, renovando as diversas instituições formativas e envolvendo, sobretudo, o poder público. O itinerário desse processo foi muito complexo, seguindo caminhos diferenciados e atingindo vários setores (CAMBI, 1999). Destaco a escola nova, que inaugurou novos olhares sobre a educação.

Preocupado em colocar a criança como um ser ativo no centro do processo educativo, o pensamento escolanovista incorporou a questão da atividade, que exerceu vasta influência nas práticas cotidianas da educação em vários países. De acordo com Cambi (1999), a centralidade na atividade teve forte penetração principalmente nos contextos europeu e norte-americano da primeira metade do século XX. Na América, o experimento mais expressivo foi promovido em Chicago por John Dewey e, ao lado dele, se delinearam outras iniciativas significativas.

Em comparação com os séculos anteriores, do meu ponto de vista o pensamento escolanovista promoveu alguns avanços significativos, dentre os quais o reconhecimento da necessidade da criança de brincar. Esta necessidade foi considerada vital para o equilíbrio humano, destacando-se a importância de ampliar as oportunidades para a vivência de diversas atividades dessa natureza.

Entre as atividades criativas que as crianças poderiam escolher livremente estavam a música, a arte, o jogo, o laboratório e a imprensa. Este pensamento pedagógico

fundado na atividade difundiu-se, gradativamente, no mundo inteiro e contribuiu com a transformação da educação em nosso contexto, alimentando debates e experimentações. Além disso, enfatizou o papel da pedagogia como centro do desenvolvimento cultural de vários países.

Com a imediata e ampla ressonância do pensamento escolanovista em todo o mundo, vários autores que constituíram as bases da escola nova, como Rousseau, Froebel, Pestalozzi, Herbart e Claparède, entre outros, foram utilizados nas fundamentações das discussões que conceberam a recreação como um meio educativo. Neste âmbito, o desenvolvimento da recreação nos *playgrounds* norte-americanos preocupou-se em complementar a missão educativa da escola e minimizar os perigos do tempo ocioso.

A recreação como possibilidade de promover a “saúdável” utilização das horas de lazer

Tamanha foi a importância da recreação nos Estados Unidos no despertar do século XX que em 1906 foi fundada, em Washington, a *Playground Association of America*. Inicialmente, os *playgrounds* eram simples parques infantis, mas, à medida que começaram a ser utilizados pelos pais e irmãos mais velhos das crianças, tiveram os seus programas ampliados e não se restringiram apenas aos jogos e atividades físicas, sendo enriquecidos com música, esportes, teatro, trabalhos manuais, estudo da natureza e inúmeras outras opções que pudessem atender os interesses de pessoas de diferentes faixas etárias.

Nos *playgrounds* norte-americanos o jogo foi concebido como um fator educacional importante para a aquisição de habilidades diversas, com resultados surpreendentes. A recreação passou a ser considerada, então, como uma possibilidade que deveria ser estendida a todas as fases da vida.

A *Playground Association of America* contribuiu, dessa maneira, com o crescente valor atribuído aos centros de recreação para crianças, jovens e adultos. Esta Associação exerceu poderosa influência na ampliação da utilização recreativa dos parques em várias cidades e, segundo Butler (1973), empreendeu várias ações: a) organização de eventos para troca de experiências, como a *1ª Convenção dos Playgrounds*, realizada em Chicago em 1907; b) fornecimento de ajuda para a implantação de *playgrounds* e para o desenvolvimento de programas de recreação; c) realização de cursos normais sobre diversão, amplamente utilizados pelas escolas primárias e secundárias no treinamento de líderes em recreação, e d) criação de uma revista de periodicidade mensal, denominada *Playground*. Em 1910 Joseph Lee foi eleito presidente desta Associação, cargo ocupado por 27 anos consecutivos, até o seu falecimento.

Joseph Lee é considerado, pelos autores norte-americanos, como “o filósofo do movimento pela recreação criadora”, o “líder mais experiente” que contribuiu de maneira decisiva para a difusão deste movimento nos Estados Unidos. Para Joseph Lee, a recreação não representava um luxo, mas uma necessidade. Assim, a recreação não era, simplesmente, “[...] uma coisa de que a criança gosta, mas algo de que precisa para crescer. É mais do que parte essencial da lei do seu crescimento, do processo através do qual ela se torna adulta.” (Lee, citado por MEDEIROS, 1959, p.xv).

Sob liderança de Joseph Lee, em 1911 a *Playground Association of America* alterou seu nome para *Playground and Recreation Association of America*, com vistas a ampliar o alcance do movimento da recreação que vinha sendo difundido nos parques urbanos.³⁶ Afinal, a entidade não estava interessada apenas nos *playgrounds* infantis, preocupando-se também em organizar programas recreativos para jovens e adultos.

³⁶ Ressalta-se que a denominação da entidade foi alterada diversas vezes ao longo dos anos (BUTLER, 1973; MIRANDA, 1993).

Nas primeiras décadas do século XX, os *playgrounds* se tornaram o padrão característico dos parques urbanos nos Estados Unidos, designados para uso diário em horários específicos e divididos segundo o sexo e a idade. Os *playgrounds* foram vistos como instituições completas que, simultaneamente, tratavam da educação moral, física, higiênica e social das crianças, especialmente daquelas pertencentes aos segmentos populares. As ações empreendidas nos *playgrounds* procuravam, dessa maneira, melhorar as condições de vida nos centros urbanos. Por essa razão, o caráter e as qualificações dos líderes de recreação era considerado o aspecto mais importante (GODBEY, 1986).

A recreação foi engendrada, assim, como uma proposta de intervenção deliberada, ou seja, como uma ação conduzida, intencionalmente, por profissionais especializados. Em consonância com esta concepção, diferentes práticas culturais como o jogo, a ginástica, a brincadeira, a música, a pintura, o teatro e a dança, por exemplo, apresentavam grandes possibilidades educativas. Um elemento que, cada vez mais, foi sendo visto como imprescindível para o sadio emprego das horas de lazer. Como pode ser visto, estes novos espaços de lazer têm sua utilização controlada, ou seja, existe uma programação para o uso do tempo nos *playgrounds*. Assim, relações de poder e de controle social marcam e definem a difusão dos *playgrounds*.

Pesquisas realizadas pela *Playground and Recreation Association* demonstraram que nas áreas próximas a esses parques a delinqüência infanto-juvenil havia diminuído de 25 a 75%, comprovando que este problema era uma consequência, “em grande parte, do uso impróprio das horas de lazer.” (MARINHO et al., 1955, p.16).³⁷

Até mesmo a *National Education Association* ressaltou, em 1918, que o lazer era um dos principais problemas da sociedade, e por isso o treinamento para a saudável utilização

³⁷ Segundo Marinho et al. (1955, p.16), nos Estados Unidos (sobretudo em Nova York) foram instaladas *play streets* nos bairros onde não era possível instalar *playgrounds*. O trânsito era fechado em determinadas horas do dia para que as crianças pudessem brincar na rua. As *play streets* eram superintendidas por policiais de folga

deste tempo constituía um dos sete objetivos da educação. Apesar desta preocupação ser destacada na década de 1910, foi apenas depois de 1920 que o importante papel da recreação, para o preenchimento do crescente tempo de lazer que ia sendo conquistado pela população, foi proclamado em livros, revistas e jornais norte-americanos (BUTLER, 1973).

De acordo com Butler (1973), esta associação recebeu o apoio do Presidente Theodore Roosevelt, na ocasião do lançamento do movimento pela recreação em âmbito nacional. O Presidente Roosevelt salientou que os *playgrounds* constituíam um elemento de destaque para o engrandecimento da nação, auxiliando a população a superar a crise de 1929.³⁸

Na perspectiva dos interesses das elites dominantes, o movimento da recreação revestiu diversas formas de divertimento de um potencial educativo, importante para incutir as normas e os valores essenciais para a manutenção da ordem social estabelecida. Entretanto, mesmo com a intenção dos setores hegemônicos de controlar o tempo ocioso, no meu entender esta estratégia poderia significar outras possibilidades de enriquecimento cultural para as pessoas que usufruíam os programas de recreação organizados tanto por instituições públicas, como privadas. Afinal, o movimento da recreação representou uma via de acesso a várias manifestações culturais.

Diversos autores norte-americanos se empenharam por demonstrar, repetidamente, que a recreação constituía um meio de atingir objetivos individuais e sociais. Muitas entidades e líderes profissionais chegaram, inclusive, a delimitar a recreação, estimulando apenas as atividades consideradas benéficas do ponto de vista pessoal, e aceitáveis do ponto de vista social. De acordo com as análises de Butler (1973) o pensamento

que, “com muita satisfação”, ofereciam algumas de suas horas para orientar a recreação das crianças, evitando assim a delinqüência infanto-juvenil que tanto perturbava os profissionais em serviço.

³⁸ Vale destacar que, em função da grande Depressão de 1929, o Presidente Roosevelt criou um programa (*New Deal*) que, entre outros fatores, absorveu a mão de obra desempregada na construção de parques públicos e demais instalações destinadas ao lazer dos norte-americanos.

de Gerald Fitzgerald, por exemplo, foi dedicado às formas de recreação de valor benéfico para o indivíduo ou para a sociedade.

Fitzgerald dizia que, para que as atividades realizadas nas horas de lazer fossem consideradas recreação, deveriam ser moralmente saudáveis; possibilitar tanto a recuperação física como mental; respeitar os direitos dos outros, ser motivadas voluntariamente e proporcionar sensação de realização e de intenso prazer. “De fato, a recreação foi designada como laboratório ativo para a prática e execução do eficaz aproveitamento do lazer e foi incluída em muitos dos currículos escolares.” (BUTLER, 1973, p.8).

A produção de vários autores sustentou, assim, que a recreação era um meio ou instrumento para aprimorar a mente, desenvolver o caráter, adquirir habilidade, melhorar o físico e a saúde, aumentar a produtividade ou moral dos trabalhadores e alcançar inúmeros outros fins *desejáveis*, constituindo assim um meio de resolver ou aliviar problemas da comunidade.³⁹

Conforme os estudos de Miranda (1993), o espantoso desenvolvimento da recreação, nos Estados Unidos, foi devido a vários fatores. Destacaram-se, neste quadro, as possibilidades econômicas verificadas naquela nação no decorrer do século XX, o trabalho efetuado por algumas instituições e a constituição de movimentos que contribuíram, decisivamente, para tal progresso. Dentre estes últimos destacam-se a intensiva ação em prol dos *playgrounds* e a proliferação da *Associação Cristã de Moços* (ACM), entidade conhecida internacionalmente pela sigla YMCA (*Young Men's Christian Association*).⁴⁰

³⁹ Butler (1973) discorda dessa visão. Do seu ponto de vista, a recreação representa um fim em si mesmo, uma necessidade humana fundamental que contribui para a felicidade, satisfação e alegria da vida. Apesar de reconhecer que a recreação poderia auxiliar o alcance de vários objetivos individuais e sociais, o autor considerava um equívoco utilizá-la como um meio. Dessa maneira, mesmo sendo vista como um instrumento, cada indivíduo sabia, por experiência própria, que as finalidades que iam além da busca da satisfação não eram as razões básicas que o faziam participar de uma proposta de recreação.

⁴⁰ A ACM foi criada em 6 de junho de 1844 pelo inglês George Williams. Inspirado pelo versículo 21, do 17º capítulo do livro bíblico de Jó (que contém o lema da ACM em todo o mundo: “Para que todos sejam um”) este caixeiro viajante, na época com 23 anos, procurou despertar o espírito altruísta dos cidadãos de sua época por meio da fundação de uma instituição dedicada à formação integral das pessoas, empreendendo ações que pudessem cuidar tanto da alma, como da mente e do corpo. Esta filosofia foi articulada como resposta às

Alguns diretores das ACM's norte-americanas, atentos ao interesse que a ginástica e os esportes estavam despertando nos jovens, propuseram que os edifícios das sedes fossem providos com ginásios e chuveiros. Foi estabelecido como finalidade básica de seu programa promover, “por meio do exercício, da recreação e da educação”, a elevação física, mental e moral de adultos e jovens, essenciais para a melhoria do espírito cristão. Miranda (1993) lembra que, considerando a necessidade de atrair os jovens para um local moralmente salubre, afastando-os de diversões e entretenimentos condenáveis, o ginásio mostrava-se muito mais eficiente do que a biblioteca.

Diante do desenvolvimento da ACM nos Estados Unidos, foi criada em Nova Iorque uma *Escola de Higiene e Educação Física*, objetivando preparar professores especializados para atuar nas novas sedes criadas. Dessa maneira, à medida que um campo de atuação profissional foi sendo constituído, tornou-se necessário desenvolver, paralelamente, um processo formativo de qualificação profissional. Com resultados satisfatórios, os professores diplomados nesta Escola começaram a ser solicitados não apenas para atuar nas ACM's do interior do país, mas também em escolas, igrejas, instituições sociais, clubes e *playgrounds*, como indica Miranda (1993).

A ACM também se dedicou à formação integral de prisioneiros de guerra, sendo a recreação uma das ações desenvolvidas.⁴¹ Além disso, ao longo de vários anos, especialmente

condições sociais insalubres verificadas nas grandes cidades inglesas, decorrentes da nova dinâmica social instaurada, principalmente, com a revolução industrial (www.ymca.com). A ACM difundiu-se rapidamente por vários países, e suas ações procuravam disseminar a fé cristã em todo o mundo, incluindo homens, mulheres e crianças independente de raça, religião ou nacionalidade. Encontrando grande receptividade nos Estados Unidos, em dezembro de 1851 foi instalada em Boston a primeira ACM norte-americana e, 10 anos mais tarde, já haviam 200 sedes espalhadas por todo o país.

⁴¹ Nem mesmo em tempos de guerra a YMCA e a *Playground and Recreation Association of America* deixaram de empreender suas propostas de recreação, e a rápida expansão do movimento, com o enriquecimento dos programas e o aumento do financiamento público deveu-se, em grande parte, às experiências realizadas nesses períodos. No decorrer da 1ª guerra mundial a *Playground and Recreation Association* organizou o *War Camp Community Service* a pedido do Departamento de Guerra. A finalidade desse trabalho era mobilizar as fontes recreacionais das comunidades situadas nas proximidades dos campos militares e proporcionar atividades recreativas saudáveis para os soldados, “como forma de alívio da rotina diária dos acampamentos” (BUTLER, 1973, p.90). O site www.ymca.int/mission.html apresenta algumas imagens interessantes sobre os trabalhos da YMCA com os prisioneiros durante a 1ª e também no decorrer da 2ª guerra mundial.

durante o verão, a ACM promoveu vários cursos e congressos sobre a recreação nos Estados Unidos, contribuindo de forma notável para a difusão do modelo norte-americano para vários países. Alguns brasileiros, como o professor Frederico Guilherme Gaelzer, diretor do *Serviço de Recreação Pública* de Porto Alegre – experiência institucional selecionada neste estudo –, participaram de muitos empreendimentos relacionados à proposta de recreação disseminada pela ACM norte-americana.

Conforme salienta Butler (1973, p.92),

nenhuma fase da vida americana é mais interessante do que a do desenvolvimento da recreação, na década de 1920 [...], durante este período “a diversão, pela primeira vez, tomou seu lugar ao lado do trabalho, e foi reconhecida como um dos principais interesses da vida”.

A preparação de líderes para atuar neste tipo de instituição foi estimulada no decorrer das décadas de 1920-1930 e, à medida que aumentava o orçamento para a recreação nos Estados Unidos, os programas se diversificavam e comportavam um número maior de participantes. Sendo expressivo o volume da literatura sobre o tema, a atenção nacional foi despertada para a importância da recreação municipal durante as horas de lazer. A legislação estadual autorizou as municipalidades a fundar e manter sistemas recreacionais, e muitas cidades criaram um departamento especial para desenvolvê-los (BUTLER, 1973).

De acordo com a imprensa jornalística brasileira da época, foi entre 1900 e 1925 que as cidades norte-americanas adeptas e praticantes dos esportes passaram de 14 a 711. Havia ênfase na idéia de que a vida e o progresso de uma cidade dependiam, em grande parte, do interesse da comunidade pelo provimento da recreação aos seus cidadãos, tanto para jovens, como velhos. Em 1925 já existiam 8.115 centros de recreação nos EUA, sendo criados 635 apenas no ano de 1924. Pouco mais de 80 cidades sustentaram 123 acampamentos de verão, sendo alguns para rapazes, outros para meninas, e outros para famílias inteiras, que poderiam gozar de saudável diversão a preço ínfimo (*Diário de Notícias*, 11/9/1925).

O movimento da recreação foi, assim, considerado um valioso antídoto para debelar males sociais, preparando crianças, jovens e adultos para constituir, através do desenvolvimento de programas, uma nação forte, saudável e disciplinada. Entendo que os pressupostos norteadores deste movimento foram estabelecidos de maneira que pudessem, ao desenvolver programas de recreação, controlar as massas populares, ajustando-as à sociedade e promovendo a harmonia social, tal como convinha aos valores da época.

Entretanto, todo jogo de poder é uma via de mão dupla. De um lado, representa um conjunto de fundamentos que refletem os interesses políticos, sociais e econômicos dos segmentos dominantes/dominados, tendo em vista o exercício da dominação/submissão. Por outro lado, o poder articula-se com a capacidade de planejar e conduzir uma ação política. Como este processo implica não apenas em dominação, mas também em resistência e contra-resistência, penso que os olhares sobre o movimento da recreação precisam estar atentos aos fatores e influências que permearam a sua difusão entre os segmentos populares em diferentes épocas e contextos.

Assim, do meu ponto de vista o movimento da recreação não atendeu apenas aos interesses dominantes, uma vez que possibilitou o acesso dos segmentos populares a uma série de manifestações culturais antes consideradas privilégios da classe burguesa. Além disso, no jogo de poder em que a recreação foi destacada como um meio de assimilar as normas e os valores comprometidos com o *status quo*, objetivo desejável pelos setores hegemônicos, essas práticas podem não ter sido incorporadas, passivamente, pelas classes populares em seus momentos de lazer.

A projeção do modelo norte-americano em âmbito internacional foi muito expressiva, principalmente na primeira metade do século XX. Este modelo, preocupado em constituir uma nação moralmente disciplinada, laboriosa, forte e saudável, serviu de exemplo para vários países, inclusive para o Brasil.

CAPÍTULO 1

A RECREAÇÃO PÚBLICA PROMOVIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (1926-1955): EXPERIÊNCIA PIONEIRA QUE POSSIBILITOU A PROPAGAÇÃO DE JARDINS DE RECREIO NA CAPITAL GAÚCHA E NO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre, a terceira cidade do Brasil, e, quanto ao número de “Jardins de recreio” a primeira, mercê aos dois grandes pioneiros e incansáveis batalhadores, sr. F. G. Gaelzer [...] e o saudoso prefeito de Porto Alegre, dr. Otavio Rocha, possui cinco desses formosos Jardins, verdadeira glória da capital gaúcha. (*Gazeta de Alegrete*, 21/3/1932. In: GAELZER, [s.d.]).

O objetivo deste capítulo é analisar a proposta concretizada, pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sob a direção técnica do professor de educação física Frederico Guilherme Gaelzer. Essa experiência institucional foi amplamente difundida, nos jornais da época, como uma iniciativa pioneira do poder público que deveria servir de exemplo para o país.

Procurei, a partir da análise das ações desenvolvidas pelo *Serviço de Recreação Pública*, identificar as matrizes de pensamento que permearam a construção de significados de recreação e de lazer no contexto da experiência institucional porto-alegrense.

Busquei, ainda, compreender as finalidades desta proposta, a metodologia de trabalho enfatizada, o público atingido e os desdobramentos alcançados ao longo dos anos. Tal procedimento foi efetuado em virtude da necessidade de discutir os vínculos constituídos entre a recreação e o lazer a partir dos conhecimentos produzidos, sobre o assunto, na referida experiência por meio da análise dos documentos em que se encontra registrada.

1.1. Porto Alegre e a inauguração dos Jardins de recreio:

A busca da modernidade urbana

No Brasil, a partir da década de 1920 o modelo de desenvolvimento agro-exportador começou a tornar-se inviável, enquanto padrão de acumulação capitalista, por diversas razões. O país foi compelido a intensificar o processo de desenvolvimento urbano das cidades e a transitar para uma nova forma de acumulação baseada na indústria, vista como novo eixo dinâmico da economia nacional. Segundo Pesavento (1997, 1999), essa ordem urbano-industrial consolidou-se à medida que a república liberal oligárquica foi perdendo espaço para outras formas de governo nitidamente autoritárias.

Nesse período acentuaram-se, ainda, as condições de defasagem do Rio Grande do Sul em relação ao centro do país, pois a grande indústria tendeu a se concentrar nas regiões que já vinham vivenciando uma situação de supremacia urbano-industrial, especialmente no sudeste. Porto Alegre procurou acompanhar este movimento empenhando-se por promover o almejado “progresso” republicano. Para tanto, executou algumas medidas, como o *Plano Geral de Melhoramentos*, que orientou Porto Alegre na busca do desenvolvimento urbano.⁴²

Conforme Damasio (1997), as práticas urbanísticas realizadas na capital gaúcha estiveram estreitamente relacionadas com as estratégias voltadas para a manutenção da hegemonia político-partidária.⁴³ Dessa forma, o *Plano Geral de Melhoramentos* refletiu as tendências da época ao assumir o lema “embelezar, circular e sanear” como pressupostos para a modernização da cidade, preparando-a para crescer futuramente.

⁴² Este *Plano* previa a construção de aterros na orla do rio Guaíba, com limpeza e organização da área portuária; procurava abrir a cidade para a franca circulação e articulação entre suas partes, alargando ruas da área central e criando outras, com vistas a eliminar os becos ainda remanescentes. Segundo pesquisas de Pesavento (1999), o *Plano Geral de Melhoramentos* foi idealizado em 1914 e sua execução foi concretizada uma década depois. Este foi o primeiro esboço de uma planificação de vida urbana local no qual Porto Alegre foi vista sobre o ângulo de uma totalidade ordenada.

⁴³ Essas estratégias tiveram início em 1896, quando José Montaury foi indicado para a intendência de Porto Alegre, cuja gestão administrativa foi concluída em 1924.

É importante ressaltar que a formação de um novo imaginário urbano – construído em torno da busca de uma cidade limpa, bonita e ordenada – vinha ocorrendo, em Porto Alegre, desde o final do século XIX. Com o surto fabril, nasceram os bairros operários e diversos territórios antes ocupados por sítios e chácaras foram loteados, tendo em vista uniformizar a paisagem urbana e verticalizar a área central. Para Pesavento (1999), a busca da modernidade urbana estava associada com as profundas modificações processadas na estrutura econômico-produtiva do país e às transformações político-institucionais, que se refletiam na forma como as personalidades de destaque da comunidade local projetavam uma nova concepção para a cidade.

Procurando adaptar a cidade às novas necessidades da burguesia industrial, Otávio Rocha, no decorrer de sua gestão como prefeito da capital gaúcha, foi quem executou o *Plano de Melhoramentos* anteriormente idealizado. A emergente burguesia exigia uma cidade modernizada, salientando o imperativo de efetuar transformações básicas, de oferecer novos serviços e de adequar a estrutura de Porto Alegre à tão sonhada modernidade.

O governo local, de acordo com sua ideologia positivista, passaria a realizar obras de caráter claramente sanitarista, a fim de adequar a cidade ao modelo por ele defendido. Aliada a esta política dos dirigentes locais estava a vontade de uma burguesia emergente de trazer a Porto Alegre todas as modernidades do Primeiro Mundo, dando à cidade um aspecto mais cosmopolita. (WILKOSZYNSKI, SOUZA, 1997, p.182).

Para que a cidade tivesse um aspecto moderno, progressista, organizado e limpo, foi preciso expulsar a população pobre e os moradores dos cortiços da região central para a periferia, remodelando o perímetro urbano: avenidas foram abertas, áreas saneadas, um viaduto foi construído, praças e parques foram inaugurados.

Sobre este aspecto, vale lembrar que desde o final do século XIX alguns espaços públicos, como parques e praças, já vinham sendo planejados e construídos no Rio de Janeiro, refletindo as modernas orientações urbanísticas adotadas na Europa, principalmente em Paris. A capital francesa representava o centro da cultura, a cidade saneada, a cidade bela, a capital

modelo do século XIX. O Rio de Janeiro implantou sua Avenida Central e, com ela, iniciou a sua *belle époque* (SOUZA, 1997) que possibilitou à burguesia estabelecer novas práticas sociais, culturais e higiênicas nos espaços públicos e privados frequentados pelos seus membros. A partir do Rio de Janeiro, considerada a “Paris dos Trópicos”, outras cidades brasileiras, como Porto Alegre, também importaram a imagem parisiense.

Com o seu perímetro urbano dilatado, Porto Alegre se projetava como espetáculo burguês do “viver em cidades”. As confeitarias, os cafés, os teatros, as associações carnavalescas, os hipódromos, o footing da Rua da Praia, as sessões dos cinematógrafos constituíam as ambiências e as socialidades que atuavam como palco de uma moda europeia para a burguesia porto-alegrense. (PESAVENTO, 1999, p.59).

Dessa forma, pode-se afirmar que as referências europeias influenciaram Porto Alegre na transição do século XIX para o século XX, com expressiva ressonância em meados da década de 1920. Seguindo uma tradição local e os princípios vigentes na época, antes da inauguração dos primeiros “Jardins de recreio” Porto Alegre já contava com espaços públicos semelhantes às tradicionais praças que conhecemos hoje.

Porém, no meu entender o diferencial da proposta implantada na capital gaúcha, em 1926, foi o fato de que esses locais deveriam ser adaptados, como ocorreu com a praça “Alto da Bronze”, ou construídos com o objetivo de *organizar* a prática de atividades recreativas para a população. Eram, portanto, locais que se diferenciavam dos espaços onde ocorria o recreio espontâneo das elites, que tradicionalmente acontecia nas praças e prados, no rio Guaíba, no velódromo da Redenção, no cinema “Recreio Ideal”. Reportando-me a Bernstein (1996), observo que o espaço demarcou as relações de poder, posicionando os sujeitos através da forte classificação estabelecida. Afinal, enquanto alguns locais possibilitavam apenas o acesso das elites, os Jardins de recreio foram destinados a outros segmentos da população.

Para promover o direcionamento das atividades nos Jardins de recreio, seria imprescindível que esses logradouros contassem com a participação de instrutoras e

instrutores, encarregados de prestar serviços especializados de recreação. A esses profissionais caberia orientar e educar, por meio da realização de atividades recreativas, os seus freqüentadores. De maneira semelhante aos *playgrounds* norte-americanos, os Jardins de recreio não foram vistos apenas como um refúgio do meio urbano, mas como um importante espaço educativo.

Do meu ponto de vista o direcionamento das ações recreativas desempenhadas nesses espaços visando, sobretudo, educar crianças e jovens, foi a grande novidade trazida do exterior pelo professor Frederico Guilherme Gaelzer. Os programas de recreação organizada, estratégia inovadora para a época, foi ao encontro do projeto político em desenvolvimento na capital gaúcha. É neste âmbito que os Jardins de recreio se diferenciavam das praças, parques e outros espaços, públicos ou privados, até então existentes em Porto Alegre, e, possivelmente, em todo o país.

Como enfatizado anteriormente, as referências mais modernas sobre a recreação, sendo esta concebida como um expressivo instrumento de educação, chegaram até nós através do conhecimento das primeiras experiências realizadas com êxito em diferentes países, sobretudo nos Estados Unidos.

Entre os anos de 1919 e 1925 o professor Frederico Gaelzer passou uma temporada nos Estados Unidos com o apoio da ACM de Porto Alegre, dedicando-se ao aprofundamento dos princípios cristãos e aos estudos mais modernos relacionados à educação física, observando atentamente como eram cuidados os vários esportes naquele país. Foi também através dessa experiência que este gaúcho de descendência alemã, nascido em 1897, teve acesso a conhecimentos relacionados à recreação, tão em evidência nas ACM's norte-americanas.

Nos Estados Unidos Gaelzer fez vários cursos e participou de conferências promovidas pela ACM para representantes de várias nacionalidades, oriundos de todas as

partes do mundo. Tais eventos tinham como meta primordial apresentar a melhor maneira de combater os males da juventude, mantendo-a firme e reta na fé cristã (GAELZER, 1919).

No Relatório enviado por Gaelzer à Diretoria da ACM de Porto Alegre, datado de 16/9/1919, o autor ressalta que enquanto o mundo estava em guerra, os 800 participantes dos cursos ministrados no *College Summer Camp* da ACM, em Lake Geneva/Chicago, estavam em paz, unidos e com o mesmo ideal sob a bandeira da Associação.⁴⁴ Afinal os participantes desses cursos, de 25 nacionalidades diferentes, eram todos “confessores da mesma fé em Cristo”, possuidores da mesma “moral pura e sã” propalada pela ACM (p.2).⁴⁵

Como já foi dito, a ACM foi uma entidade fundamental para a propagação do chamado “movimento da recreação” em âmbito internacional. As ações dessa entidade davam ênfase à massificação dos esportes, como evidenciam as seguintes palavras de Gaelzer (1919, p.7):

Com minha frequência a Summer School travei relações com os meus futuros mestres e todos eles têm dado provas de seu interesse para comigo e facilitado a minha frequência aos diversos “Play-grounds” e eventos esportivos da saison para que eu estude o desenvolvimento actual dos sports. E vi que estão tomando o lugar dos sports individuaes, os executados em grandes massas.

Após passar cinco anos nos Estados Unidos participando de cursos e lecionando em algumas instituições norte-americanas, o professor Gaelzer teve ainda a oportunidade de realizar trabalhos como diretor do Departamento de Educação Física da ACM na cidade do

⁴⁴ Este Relatório, assim como outros documentos originais de Frederico Gaelzer, fazem parte do acervo do *Centro de Memória do Esporte* (CEME) da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O CEME foi implantado, em dezembro de 1996, com o objetivo de recuperar, preservar e divulgar a memória do esporte, educação física, lazer e dança no Brasil. Para tanto são desenvolvidas pesquisas históricas, exposições, mostras fotográficas, oficinas e palestras. Este Centro possui obras antigas e algumas até mesmo consideradas raras, como, por exemplo, muitos documentos pertencentes ao professor Frederico Gaelzer.

⁴⁵ De acordo com Amaral (2001), Frederico Gaelzer era procedente de uma camada social e economicamente dominante em Porto Alegre, o que lhe possibilitou realizar estudos fora do Brasil. Primeiro fez a escola secundária na Alemanha e, posteriormente, nos Estados Unidos, cursou educação física. No entanto, de acordo com as informações contidas no Relatório enviado à direção da ACM de Porto Alegre, Gaelzer revela que, durante sua temporada nos Estados Unidos, teve de enfrentar várias dificuldades para se manter, financeiramente, naquele país. Frederico Gaelzer esclarece que, por ser necessária muita economia, chegou a se empregar como garçom no restaurante do colégio de Chicago, onde estudava, recebendo por este trabalho “casa e comida, mais \$24 por mez” (GAELZER, 1919, p.6). Gaelzer poderia pertencer a uma família abastada e,

México, e também em Montevideú. Em suas declarações à imprensa jornalística da época, Gaelzer ([s.d.]) sempre enfatizava o exemplo norte-americano, destacando ainda a experiência uruguaia, países que segundo o autor adaptaram o movimento das “Praças de desportos” a uma base recreativo-educacional.

Frederico Gaelzer retornou ao Brasil em 1925 com uma vasta experiência respaldada pelo conhecimento do que havia de mais avançado no mundo em termos de educação física, ginástica, esporte e recreação. A partir dessa época seu pensamento alcançou ampla projeção no sul do país, repercutindo posteriormente em todo o Brasil.

Influenciado pelas idéias norte-americanas, o professor Gaelzer defendia a tese de que a “saúdável ocupação do tempo livre” poderia preservar, na infância, o trabalho da escola e, na vida adulta, as energias físicas e morais dos trabalhadores. Em conseqüência, todo o esforço dos poderes públicos deveria ser voltado para o atendimento das imperiosas necessidades de recreação do povo (GAELZER, [s.d.]). A exemplo da bem-sucedida experiência dos playgrounds norte-americanos, deveriam ser implantados, nos municípios brasileiros, “Jardins de recreio”, logradouros também denominados, segundo documentos da época, “Praças de desportos” ou “Praças de recreio”.

A construção desses espaços em Porto Alegre constituiria, assim, uma prova de que a capital gaúcha, na época governada por Otávio Rocha, seguia as referências de alguns dos países mais desenvolvidos do mundo, tais como os Estados Unidos e a Alemanha.

A proposta implantada em Porto Alegre foi destacada por vários autores (MARINHO et al., 1955; MEDEIROS, 1964; GAELZER, 1979) como um trabalho pioneiro no Brasil, constatação que pode ser confirmada com a análise de documentos da época. A maioria das observações e fundamentos enunciados pelo professor Gaelzer foi esboçada por meio das inúmeras entrevistas e artigos publicados em textos jornalísticos e periódicos

mesmo assim, ter passado dificuldades financeiras nos Estados Unidos, estratégia muitas vezes utilizada para que os filhos “aprendam o valor do dinheiro”.

especializados. A profundidade com que o autor tecia comentários sobre o assunto indica que Gaelzer era um profissional à frente de seu tempo, discutindo muitas idéias e princípios considerados inovadores no Brasil.⁴⁶

Em matéria publicada no *Diário de Notícias* de 2/4/1925, consta que nos Estados Unidos e no Uruguai pedagogos e higienistas se uniram para transformar as Praças de desportos em instituições que, simultaneamente, tratavam da educação moral, física, higiênica e social do povo. A recreação foi vista como espinha dorsal deste processo, servindo como um método educativo para o desenvolvimento sistemático da educação física e dos esportes (GAELZER, [s.d.]).

Em consonância com esses princípios, os Jardins de recreio da capital gaúcha deveriam ser planejados de maneira que pudessem adotar programas completos, capazes de proporcionar benefícios físicos e exercer influência moral e social sobre a população. Assim, pensava-se que uma Praça “inteligentemente” construída, e com atividades bem conduzidas, seria capaz de guiar os impulsos instintivos dos menores, ocupando-os com exercícios e jogos que levariam à moral e ao caráter.⁴⁷

Outro aspecto determinante para a introdução de Jardins de Recreio em Porto Alegre foi o fato de esses espaços serem visualizados como alternativa para reduzir a criminalidade infantil, problema visto como uma consequência da falta de oportunidades recreativas, assim como da escassez de locais apropriados para o desenvolvimento da “cultura

⁴⁶ Nem todos os recortes que integram o álbum elaborado por Gaelzer ([s.d.]) apresentam a fonte original do qual foram extraídos e a data de sua publicação, mas destacam o trabalho por ele realizado, no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX. O professor Frederico Gaelzer retratou a realidade de forma bastante interessante. Afinal, o álbum possui não apenas matérias elogiando a proposta de recreação pública, contando também com notas que levantam críticas à atuação de Gaelzer como diretor dos Jardins de recreio implantados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Este álbum indicou várias pistas para a busca de fontes que pudessem enriquecer o objeto do presente estudo.

⁴⁷ As atividades desenvolvidas nos Jardins de Recreio podem ser correlacionadas com os princípios de enquadramento (BERNSTEIN, 1984, 1996). Enquanto o poder constitui relações entre sujeitos, o controle determina as relações dentro de um determinado contexto. Assim, os princípios de enquadramento regulam as regras de realização, a forma como as relações são concretizadas.

física” infanto-juvenil.⁴⁸ O objetivo primordial de um Jardim de recreio seria, portanto, “[...] proporcionar recreação edificante à juventude, ocupando-a em atividades que a guiem, tornando assim os jovens de hoje os leaes cidadãos de amanhã.” (*Diário de Notícias*, 2/4/1925).

As considerações de Frederico Gaelzer evidenciam uma concepção de educação, sendo esta comprometida com a preparação dos jovens para o futuro. A criança e o jovem do momento presente não são considerados como cidadãos, sendo assim concebidos quando se tornarem adultos.

Além disso, no meu entender há uma grande associação entre a recreação, a educação física e o esporte, cujo objetivo era promover, além das finalidades higienistas, a ordem, a moral e a disciplina, ensinando a todos a “ganhar e perder”, virtude necessária para aprender a lidar com a competição verificada na vida em sociedade. Os Jardins de recreio foram, assim, concebidos como logradouros públicos onde a infância e a juventude se divertiam e, ao mesmo tempo, “fisicamente se educavam”.

Em um dos textos jornalísticos pertencentes ao álbum de recortes de Frederico Gaelzer constatee que este autor afirma que os esportes eram o maior fator do desenvolvimento físico, e tendiam cada vez mais a se generalizar entre as massas, e não a uma dúzia privilegiada de estrelas. Como exemplo, cita o trabalho realizado na ACM da cidade do México, cujo fim almejado era, justamente, a massificação das atividades físicas, que deveriam ser praticadas por toda a população. Para tanto, tornava-se necessário inculcar, o quanto antes, o hábito da atividade física. Daí provinha a urgente necessidade de se introduzir, nas escolas elementares, a educação física recreativa, tendo em vista “conservar o corpo e o espírito jovens por toda a vida.” (GAELZER, [s.d.]).

⁴⁸ Apesar de eu não ter encontrado, nos documentos analisados, o significado de “cultura física” (expressão freqüentemente utilizada pelo professor Frederico Gaelzer), evidências indicam que ela se referia às ações que possibilitavam o desenvolvimento corporal das pessoas, sendo o corpo concebido apenas do ponto de vista anátomo-biológico.

A matéria ressalta, ainda, que como a educação física já se encontrava em alto grau de desenvolvimento em vários países, os programas só poderiam ser confiados a pessoas com esmerado preparo em cultura física. Adverte que conhecer a “ginástica sueca” não era suficiente, era preciso ter estudo de fisiologia para saber sua ação sobre os músculos e o organismo. Da mesma maneira, não era suficiente ser camarada e ter influência local, sendo necessário estudar psicologia para conhecer a personalidade de cada indivíduo.

Nestes termos, para que um profissional desenvolvesse a educação física desportiva e recreativa de maneira adequada, seria fundamental que tivesse preparação e estudo, um dos aspectos sempre enfatizados nas observações do professor Gaelzer sobre o assunto. Suas entrevistas e textos publicados em jornais e revistas geralmente faziam menção aos saberes que fundamentavam suas considerações, sempre respaldadas pelos “modernos conhecimentos científicos”.

Baseado em experiências já levadas a cabo em grandes centros nos Estados Unidos, Frederico Gaelzer dizia que entre as crianças que passavam o seu tempo de folga nas Praças de recreio, ou em clubes competentemente dirigidos, apenas uma, em mil, se envolvia com a polícia, enquanto que a proporção em crianças sem essa direção era de uma em cem. A redução da criminalidade juvenil poderia ser promovida através da expansão das atividades recreativas sob direção competente. Sendo devidamente dirigidas, as Praças de recreio representavam sentinelas que protegiam a juventude do País contra os inimigos da ordem e da moral, principalmente nos bairros menos favorecidos. Para isso, precisavam de “[...] diretores retos, firmes e verdadeiramente interessados nos seus rapazes, procurando moldar o caráter dos futuros cidadãos.” (*Diário de Notícias*, 11/9/1925).

Esta visão coincide com o pensamento destacado por Godbey (1986). Ao discutir o papel dos líderes de recreação nos parques urbanos norte-americanos do início do século XX, o autor esclarece que, como as crianças eram vistas como imitadoras, o caráter dos

líderes era o mais importante deste trabalho. Além disso, verifiquei na afirmação do professor Gaelzer, acima, que a recreação pública foi, a princípio, uma proposta institucional encarregada de educar e orientar crianças e jovens pertencentes a grupos sociais desfavorecidos, pois estes poderiam ameaçar a ordem social vigente.

Por um lado, tal encaminhamento pode ser uma evidência de que a proposta institucional de recreação pública, implantada em Porto Alegre, estava associada aos interesses das elites. Por outro lado, pode ser um indicativo de que um trabalho desta natureza pretendia oferecer novas oportunidades a crianças e jovens pertencentes a segmentos sociais desprivilegiados, o que podia gerar, potencialmente, possibilidades para a própria contestação da estrutura de poder instalada naquela sociedade.⁴⁹

Foi possível observar que as considerações de Gaelzer sobre a recreação faziam menção, principalmente, às crianças e jovens, embora diversas referências fossem feitas aos “senhores de idade” (*Diário de Notícias*, 30/12/1928), uma fase da vida que também podia usufruir os serviços prestados nos Jardins de recreio.⁵⁰ Afinal, já era difundida a idéia de que a prática constante da atividade física e dos esportes poderia gerar vários benefícios para as pessoas. Para Gaelzer eram várias as vantagens da difusão dos esportes, entre as quais a diminuição de delitos e a atração de novos capitalistas e industriais para os centros progressistas. Colaborava, assim, com o engrandecimento da Pátria, um dos grandes objetivos almejados no Brasil daquele contexto histórico.

⁴⁹ Lembro que, na década de 1920, ainda predominava o poder autoritário das oligarquias e dos coronéis. Mas este período foi também marcado por diversos movimentos contestatórios, tais como o “Tenentismo” e a Coluna Prestes, a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista e a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE).

⁵⁰ A partir das 6:00 horas da manhã os Jardins de recreio eram destinados a grupos de senhores de idade, que teriam oportunidade de fazer os seus exercícios físicos até 7:30. No período de 8:00 às 11:00 horas, “sob direção de competente professora”, funcionava um “jardim de infância” para menores de 12 anos. Finalmente, na parte da tarde (de 13:00 às 18:00 horas), o logradouro era aberto aos escolares que, livres de suas tarefas, realizavam seus folguedos e exercícios. Com esta programação, as atividades contemplavam diversos ciclos da vida (GAELZER, [s.d.]).



Fotografia 1
Frederico Guilherme Gaelzer, [s.d.]
(CEME/UFRGS)

Como podemos observar na fotografia 1, a postura ereta, o corpo robusto e com a musculatura definida do professor Frederico Gaelzer denotavam a “superioridade física” dos esportistas. Este pensamento pode ser confirmado não apenas pelo fato de haver algumas medalhas pregadas na direção de seu peito, mas, sobretudo, pela superioridade expressa pelo seu olhar. A pele branca, os cabelos claros e os olhos azuis de Gaelzer servem de exemplo para o modelo de corpo valorizado naquele momento histórico: ariano, forte, saudável e disciplinado.

Do meu ponto de vista a preocupação dos dirigentes da sociedade pautava-se não apenas na constituição de corpos fortes e saudáveis, mas, sobretudo, obedientes e disciplinados do ponto de vista político, moralmente corretos e imbuídos do civismo, elementos vistos como necessários ao progresso da Pátria naquele momento histórico. Ressaltava-se a necessidade de formar cidadãos que acatassem as regras impostas socialmente, atendendo os preceitos básicos da higienização social.

Nesta época propagou-se uma mentalidade nacional que negou o estatuto de “sujeito” aos membros da população brasileira em geral. Sustentada por uma fundamentação que se dizia meritocrática, esta mentalidade produziu também estratégias de disseminação da escolaridade entre camadas médias, “[...] que passaram a ser educadas nas escolas sob fundamentações higiênicas e eugenistas, gerando uma mentalidade autoritária, preconceituosa e segregacionista – a escola de alma branca”, como pontua Veiga (2000, p.130). Segundo as reflexões desta autora, os discursos médico-biológicos em voga no Brasil e em outros países procuravam enfrentar os problemas sociais provenientes de políticas autoritárias e excludentes, a partir do redimensionamento social explicado pelo corpo psico-biológico individual.

Para Costa (1983), no Brasil o pensamento médico-higienista construiu um discurso moral e normativo. A abordagem positivista de ciência, associada com a moral

burguesa, constituiu as bases das propostas de disciplinarização dos corpos, dos hábitos e da vida dos indivíduos: em nome da saúde, da paz e da harmonia social. Em suma, “em nome da ordem e do progresso”, princípios positivistas que caracterizaram o nascer da República.

Foi possível observar, em suma, que o pensamento médico-higienista estava presente no discurso de Frederico Gaelzer, como pode ser verificado nas entrevistas por ele concedidas e nos textos publicados, em jornais, entre os anos de 1925 a 1936. No *Diário de Notícias* de 1/11/1933 encontrei um artigo que reforça a visão biológica do ser humano, destacando a importância do desenvolvimento físico e reforçando a necessidade de se inculcar hábito da atividade física. No *Jornal do Brasil* de 1/11/1931 identifiquei elogios sobre o valor higiênico do Jardim de recreio, considerado um recanto “cheio de sol e banhado de ar puro”.

Nestes termos, a recreação foi tomada como uma responsabilidade do poder público e, integrando um serviço específico, poderia contribuir com o alcance dos ideais higienistas, em voga naquele período histórico, nos Jardins de recreio porto-alegrenses.

1.2. Os Jardins de recreio da capital gaúcha: Características e finalidades

Como enfatizado, foi no ano de 1926 que a Prefeitura de Porto Alegre implementou sua proposta de recreação no âmbito das políticas públicas, dando assim suas primeiras contribuições para “a grandeza da sociedade brasileira”. Para concretizar este propósito, Frederico Gaelzer foi incumbido pela municipalidade de fazer um levantamento das áreas livres no município que pudessem ser destinadas à construção de logradouros públicos reservados à recreação da população. Ao final deste levantamento, foi identificado o local mais adequado para implantar o primeiro “Jardim de recreio” do país.

O local escolhido foi a praça “Alto da Bronze”, típico ponto de encontro da juventude entregue ao vício e à delinquência. Ao ser transformado em uma Praça de desportos, o local foi batizado com um novo nome: “Praça General Osório”, o “Jardim de recreio número um”. A instalação desta Praça, segundo Gaelzer ([s.d.]), obedeceria ao estilo das existentes no Uruguai, cuja experiência seguiu logo a dos Estados Unidos.⁵¹

No *Diário de Notícias* de 19/11/1926 consta que o velho e tradicional Alto da Bronze foi transformado, pela municipalidade, em Praça de desportos, ponto de recreio da petizada. “Como se divertem e riem as crianças! A nova Praça de desportos é, agora, para elles, o verdadeiro paraizo de felicidade. Quem não as invejará nessas delliciosas horas de folguedo intenso?”

E a matéria prossegue, afirmando que esta iniciativa merecia louvores, tanto mais que Porto Alegre nunca havia cuidado deste problema.

Certamente com o tempo, teremos um local condigno [com mais espaço para as crianças correrem à vontade], onde as crianças dessa capital, fracas, anemicas, desbotadas pela falta de exercicio e de ar puro, possam, enfim, estar à vontade, cheias de alegria e saúde. (*Diário de Notícias*, 19/11/1926).

Como destacado, além de a recreação ser vista como uma estratégia capaz de colaborar com os preceitos higienistas, poderia também minimizar problemas sociais, diminuindo os índices de criminalidade e a delinquência infanto-juvenil.

Este aspecto pode ser evidenciado em um fato ocorrido na época da implantação do primeiro Jardim de recreio, como indica uma matéria publicada na coluna “A Cidade”, do

⁵¹ Segundo as palavras de Gaelzer ([s.d.]), publicadas em um texto jornalístico datado de 2/4/1925, as Praças de desportos tiveram origem na Alemanha, com Basedow, que reconheceu a necessidade deste tipo de espaço para combinar a educação física e mental. O autor explica que Guts-Muts, discípulo de Basedow, definiu os dois princípios da educação física: (1) conseguir o trabalho muscular por meio dos jogos recreativos da mocidade; (2) obter perfeição física por meio de um sistema de exercícios. Enquanto este segundo princípio foi posto em execução por Ling, o primeiro foi mais apreciado por Jahn, sendo este o responsável pela propagação das Praças de desportos. Na Alemanha, desde 1891, foi criado um Comitê Central para fomento dos desportos populares entre a juventude e, com as facilidades oferecidas aos menores dos colégios, o movimento das Praças de desportos tornou-se essencialmente educacional. Na Inglaterra tomaram outra feição: os desportos foram organizados nos parques públicos com caráter genuinamente recreativo. Os Estados Unidos e o Uruguai adaptaram o movimento a uma base recreativo-educacional, tendo em vista promover a educação física, moral, higiênica e social do povo, pressuposto que orientou a proposta de recreação pública implantada na capital

Diário de Notícias de 20/12/1926. Mesmo que a Praça ainda não tivesse sido inaugurada oficialmente, já estava sendo freqüentada. Este fato, segundo o texto, era preocupante, pois quem estava sempre presente no local era a “molecada infrene”, “afoita a atirar palavras grosseiras” às meninas que, acompanhadas de seus irmãozinhos, visitavam o Jardim de recreio.

A maioria dos equipamentos instalados era ocupada pelos “indesejáveis”, ficando as crianças sem os respectivos brinquedos. Isso foi salientado, na referida matéria, como um abuso. Afinal, a Praça foi criada para ser ponto de diversão do mundo infantil, e as crianças eram quem menos direito tinha aos atrativos daquele recreio público, estando sujeitas a aprender o baixo calão utilizado naquela “convivência suspeitíssima”. O texto é finalizado com uma solicitação específica à municipalidade: que se eliminasse os “elementos suspeitos” que começavam a aparecer no local, medida urgente que se impunha.

Em resposta à denúncia e solicitação, no *Diário de Notícias* do dia seguinte encontrei a publicação da carta de autoria de um representante da municipalidade porto-alegrense designado pelas iniciais “O.L.”. O autor da carta concorda que não devia ser muito agradável, para os pais, ver as crianças entretidas com “figuras” que amanhã poderiam arrastá-las para o mau caminho. Conclui justificando a passividade assumida pela Prefeitura diante dessa situação: “Conquanto ainda não esteja inaugurado oficialmente aquele local público, para impor-se selecção, esperemos para quando se oficializar.” (*Diário de Notícias*, 21/12/1926).

Nesta fonte identifiquei um aspecto contraditório. A recreação pública enfatizava a necessidade de privilegiar os grupos sociais desfavorecidos, com vistas a diminuir os índices de criminalidade e combater a delinqüência infanto-juvenil. Mas os “indesejáveis”, isto é, os jovens marginalizados, pareciam não ser os sujeitos beneficiados pela proposta institucional,

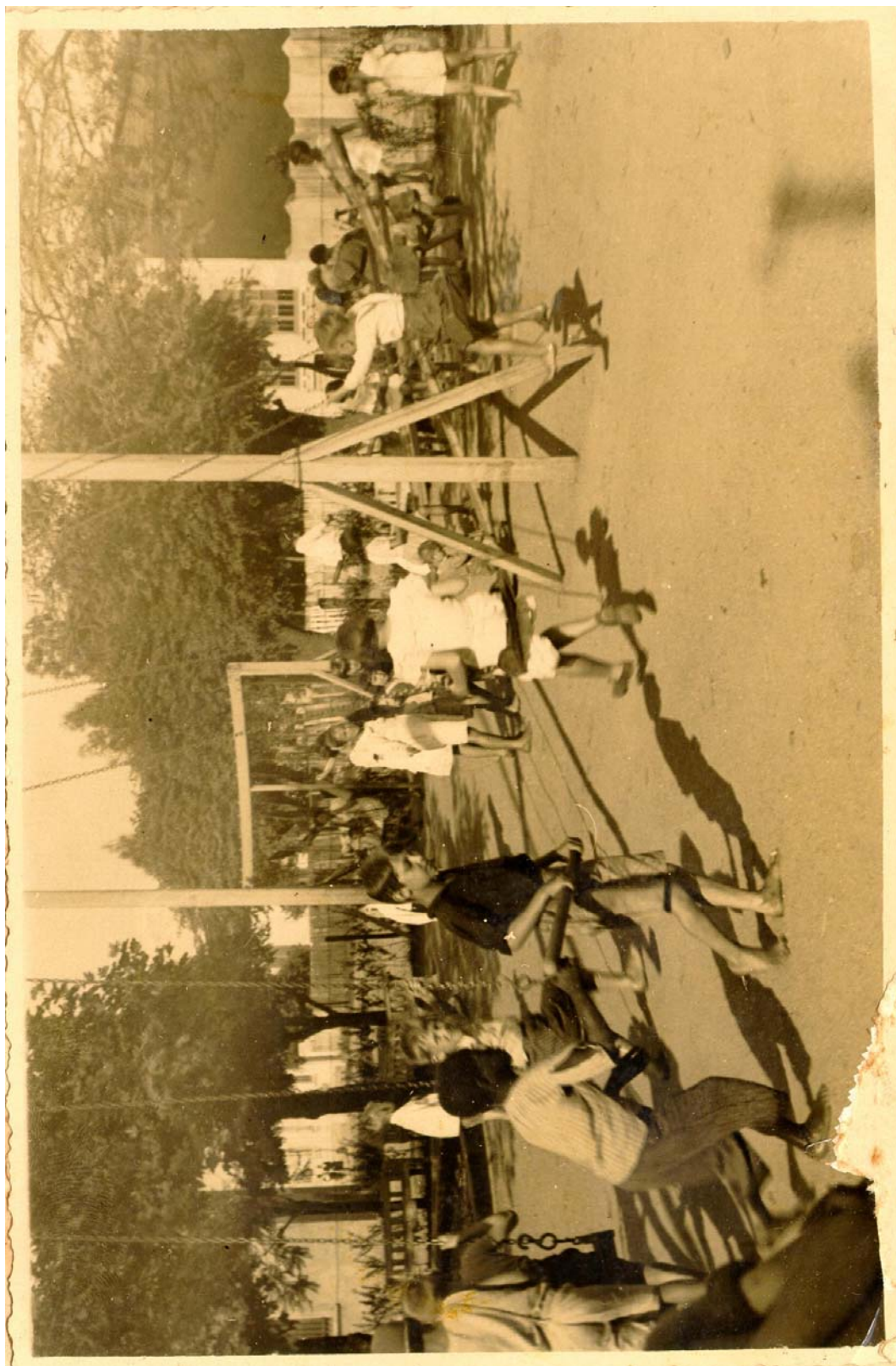
gaúcha nos anos de 1920. De posse desses dados, notamos que a história da recreação pública mescla-se com a própria história da educação física.

que representava os interesses e valores das elites ao difundir a recreação como um mecanismo de controle social. O representante da municipalidade anunciou, inclusive, a preocupação do poder público em “selecionar” os frequentadores do Jardim de recreio.

Este fato evidencia que a população que efetivamente teria acesso aos Jardins de recreio porto-alegrenses poderia não ser pertencente aos segmentos mais pobres e marginalizados da capital gaúcha. Mesmo que a recreação pública não fosse destinada às elites, de acordo com a minha interpretação o mais significativo nesta proposta não era o grupo social focalizado, mas a ação desenvolvida.

Mais algumas Praças foram implantadas em Porto Alegre nos anos seguintes e, posteriormente, em todo o Rio Grande do Sul. A iniciativa parecia estar sendo muito bem aceita pela comunidade gaúcha, deflagrando assim um novo estilo de vida baseado na recreação organizada, que fomentava a chamada cultura física da população. Enquanto a criança brincava, “exercitava o corpo”, correndo, saltando e subindo nos aparelhos, como constatei no recanto infantil do Jardim de Recreio n.1 (fotografia 2).

Nesta imagem verificamos que o Jardim de Recreio “Alto da Bronze” era um local arborizado e situado na área urbana, com edificações no seu entorno. Os aparelhos são de madeira, e a maioria (composta de balanços e gangorras) proporciona atividades de equilíbrio, um indício da influência alemã. As crianças retratadas são de idades diferentes e, pelos seus trajes, pertencem a classes sociais diversificadas. Como estão descalças, o piso deveria ser de areia. Entretidas com as opções proporcionadas no espaço, as crianças brincam livremente nos aparelhos e, pelo menos neste momento, as ações não eram dirigidas, embora a imagem registre a presença de adultos: no centro da fotografia, no fundo, uma mulher adulta gangorra uma criança; à direita da imagem, no fundo, uma outra está carregando um pequeno no colo enquanto outra mulher adulta está de mãos dadas com crianças situadas ao redor dos aparelhos.



Fotografia 2
Recanto Infantil do Jardim de Recreio “Alto da Bronze”, [s.d.].
(CEME/UFRGS)



Fotografia 3
Crianças brincando no “passo do gigante” do Jardim de Recreio “Alto da Bronze”, [s.d.].
(CEME/UFRGS)

Lembro que o Rio Grande do Sul foi colonizado por alemães, com forte penetração da cultura européia e, na década de 1920, endossou princípios higienistas e eugenistas, como indicam as considerações de Frederico Gaelzer. Mas, tanto na fotografia 2 como na 3 – que retratam o Jardim de Recreio Alto da Bronze – há algumas crianças negras no meio do grupo. Esta presença mostra-nos que as crianças contempladas pela proposta realmente deveriam pertencer aos segmentos populares.

Textos jornalísticos reconhecendo o exemplo dado pela municipalidade de Porto Alegre revelam que essa orientação alcançou, também, uma significativa repercussão nacional. Em um recorte de jornal de 1927 dizia-se que:

Os três Jardins de recreio, situados nas praças General Osório, Florida e Pinheiro Machado, estão como é sabido prestando ótimos serviços a petizada que ali passa algumas horas em exercícios físicos, feitos sob vigilância de pessoa conhecedora do ramo. (GAELZER, [s.d.]).

Na fotografia 4, a seguir, vemos algumas jovens jogando vôlei na Praça Alto da Bronze, em espaço reservado à prática de esportes. As mulheres, separadas das crianças que brincam no escorregador (no fundo da imagem), estão em fila tocando a bola de um lado para o outro, aprendendo os fundamentos deste esporte.

Por não exigir contato corporal com a equipe oponente, o voleibol foi difundido no início do século XX, no Brasil, como sendo um esporte tipicamente feminino, caracterizado pela execução de gestos delicados que não demandavam muito esforço. Pelas vestimentas das jovens, é possível constatar que elas realmente não precisavam fazer muito esforço físico.

A mulher de saia clara e sapato de salto parece ser a instrutora do grupo, denominada de “líder”, responsável pela educação das moças, fornecendo-lhes as orientações básicas para a prática do esporte. O homem de terno que observa a atividade, provavelmente, deve ser um membro da municipalidade que estava de passagem pelo Jardim de Recreio, acompanhando o registro fotográfico das ações desenvolvidas no local.



Fotografia 4
Moças praticando vôlei no Jardim de Recreio “Alto da Bronze”, [s.d.].
(CEME/UFRGS)

Como lembrou o professor Gaelzer, ao líder competente cabia não apenas repassar instruções sobre os exercícios executados. Cabia, ainda, “vigiar” os freqüentadores e freqüentadoras dos Jardins de recreio, para que os equipamentos fossem preservados e para que o local não se transformasse em uma fonte de maus hábitos, indicando-nos o forte enquadramento que caracterizava esta proposta institucional.

Em outra matéria, consta que a “Praça n. 2”, General Pinheiro Machado, era completamente aberta, diferentemente das outras duas anteriormente criadas (GAELZER, [s.d.]). Observa-se, assim, que os Jardins de recreio General Osório e Florida eram espaços fechados. Este dado pode ser confirmado em outra publicação, datada de 19/4/1928, na qual os moradores solicitaram que a Praça fosse aberta, à noite, três vezes por semana.

O *Diário de Notícias* de 30/12/1928 divulgava que a Praça de desportos Dr. Montaury seria inaugurada em breve, oferecendo uma programação para pessoas de diferentes faixas etárias, pois era cada vez maior a procura pelos serviços prestados naqueles locais. Afinal, todos esses benefícios estavam sendo disponibilizados, gratuitamente, para a população.

Em uma publicação do jornal *O Estado de São Paulo* (18/10/1930?) encontrei alguns indícios da infra-estrutura física e material desses espaços, o que é confirmado com fotos da época. As Praças possuíam um recanto infantil, tanques, “corelhos gymnasticos com parallelas”, barras, balanços, gangorras, escadas verticais e horizontais, deslisladores, passos de gigante, “jungle gym”, trapézios e argolas. As Praças eram equipadas, ainda, com gramados para jogos infantis e “lawn-tennis”, “canchas de basmovo” de areia, bancos, “appaket-ball, volley-ball, captin-ball, base ball e tennis”. Contavam também com um “[...] lindo pavilhão com sua secção social e administrativa, suas instalações sanitárias e banhos” (GAELZER, [s.d.]).

Assim como o autor da matéria acima, considero que os equipamentos que integravam o espaço destinado às Praças de desportos, na capital gaúcha, eram bem diversificados. Penso que esta iniciativa representou um ganho expressivo para a população, uma vez que nem todos os segmentos sociais tinham acesso a oportunidades recreativas programadas.

Quanto aos programas desenvolvidos nas Praças de desportos, o autor deste texto jornalístico esclarece que, de manhã, eram ministradas diversas atividades para os menores em idade pré-escolar, o que pode ser verificado na fotografia 5.

Esta imagem é um registro de que as crianças brincavam livremente na areia sob a observação da mãe ou de pessoas adultas. Havia um banco para que os adultos se sentassem e, acomodados, poderiam acompanhar o brincar das crianças menores. Isso indica a preocupação em equipar o Jardim de recreio para que pudesse abranger os interesses próprios de diversas faixas etárias, pois, enquanto as crianças maiores brincavam nos balanços e gangorras, os pequenos se divertiam na areia.

A menina de pé, em pose para a foto, é Lenea Gaelzer, filha do professor Frederico Gaelzer que, posteriormente, deu continuidade ao trabalho iniciado pelo seu pai. O diretor dos Jardins de Recreio procurou retratar a participação de sua filha nos programas de recreação pública proporcionados pela prefeitura. Como ele levou a própria filha, ainda pequena, para o Jardim de recreio, poderia estar querendo transmitir a idéia de que realmente depositava confiança nesta proposta institucional.

Análise de documentos iconográficos da época revelam, ainda, que a recreação pública em Porto Alegre englobava diversas possibilidades culturais, como a dança, a música e até mesmo o desenvolvimento de jogos de tabuleiro. Na fotografia 6 observamos as crianças caracterizadas e executando uma típica dança gaúcha.



Fotografia 5
Lenea Gaelzer no taboleiro de areia (“Alto da Bronze”), [s.d.].
(CEME/UFRRGS)

A vivência registrada na fotografia 6 adquire o caráter de apresentação para o público, o que pode ser visto como uma celebração do trabalho desenvolvido nos Jardins de recreio. O casal dançando no centro da foto parece buscar o auxílio da sorridente instrutora, que transmite às crianças o comando para a execução dos movimentos determinados. A preocupação com a organização e com a disciplina está presente no acontecimento: basta olharmos a apresentação infantil, as crianças em fila aguardando a sua vez; os trajés utilizados; a postura das instrutoras e o público ao redor.

Em princípio pode-se imaginar que o significado de recreação que fundamentava a proposta institucional porto-alegrense era abrangente, uma vez que possibilitava a realização de práticas culturais diversas. Ao confrontar as fontes escritas e iconográficas, entretanto, foi possível constatar que o significado de recreação construído naquele contexto estava intimamente relacionado com a atividade física. O destaque dado à proposta de recreação pública, pelos jornais da época, incidia no valor educativo das atividades físicas, e não na parte cultural.

Sobre este aspecto, vários textos jornalísticos (GAELZER, [s.d.]), mostram que as brincadeiras e jogos infantis não eram salientados enquanto práticas culturais, mas como eficientes possibilidades para o desenvolvimento físico, mental, moral e social da petizada, segundo regras explícitas e específicas.

Assim, mergulhadas em intensos folguedos as crianças não apenas se divertiam: “aprimoravam os músculos e robusteciam o corpo”, o que acontecia por meio da realização de atividades diversificadas em cada Jardim de recreio. De acordo com o nosso entendimento, era esta a base “recreativo-educacional” que caracterizava os programas de educação física desenvolvidos nas Praças da capital gaúcha, desde o momento da sua implantação.



Fotografia 6
Crianças em momento de apresentação no Jardim de recreio, [s.d].
(CEME/UFRGS)

Por essa razão, provavelmente as expressões “Jardim de recreio” e “Praça de desportos” eram tomadas como sinônimos. Jogos, brincadeiras infantis, bailados e outras opções de recreação foram concebidas como conteúdos que integravam um “programa completo” de educação física. Observando as diferenças de faixa etária, paulatinamente este programa ia encaminhando as crianças para a prática de exercícios físicos e de diversos esportes.

Em virtude desse aspecto, verifico que não era apenas a criança em idade pré-escolar, ou escolar, que usufruía o serviço. À tarde o instrutor organizava programas com jogos voltados para “[...] unir os rapazes nessa idade individualista, congregando-os em sociedades, clubes e quadros, inculcando-lhes a sociabilidade e a união do esforço, agentes necessários para a vida futura.” (GAELZER, [s.d.]).

Além dos esportes, a ginástica calistênica era uma atividade sempre identificada nos documentos iconográficos que registram as ações desenvolvidas com crianças, jovens e adultos nos Jardins de recreio gaúchos.

Muitas críticas e reclamações da comunidade porto-alegrense foram verificadas em textos jornalísticos da época, fazendo menção às estratégias de vigilância e de punição adotadas nos Jardins de recreio. Os questionamentos evidenciam que o trabalho desenvolvido nesses espaços, além de receber elogios, também foi alvo de severas críticas por parte da população. Ao considerar o discurso da população nos documentos da época, observo que o recreio das crianças e jovens foi, muitas vezes, cerceado por uma rígida disciplina.

Esta rígida disciplina pode ser o indício de um trabalho baseado na “pedagogia visível”, expressão empregada por Bernstein (1984, 1996). O autor mostra que, nesta abordagem, a conduta e o rendimento dos educandos são submetidos a critérios normativos, ou seja, considerados em relação a um status particular. A pedagogia visível nem sempre é autoritária, mas, quando ocorre desobediência, os privilégios são imediatamente retirados, e as

regras explicitamente apontadas. A exclusão e a punição representam estratégias de controle que podem ser empregadas, e a prática regulativa opera para clarificar, manter e reparar as fronteiras.

De acordo com Foucault (1995), para a economia do poder é mais eficaz e mais rentável vigiar do que punir. A forma capilar de existência do poder está no nível dos indivíduos, atingindo seus corpos, se inserindo nos gestos, nas atitudes, no discurso, na aprendizagem, na vida cotidiana. Assim, o poder não só censura, agindo sobre o desejo justamente para manipulá-lo.

Dessa maneira, o poder funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos disseminados por toda a estrutura social, e não conseguiria se manter se fosse baseado apenas na repressão. O poder possui uma eficácia produtiva, uma positividade, e estes aspectos explicam o fato de ter como alvo o corpo – não para supliciá-lo ou mutilá-lo, mas para adestrá-lo e aprimorá-lo. O poder não busca expulsar os homens da vida social, impedindo o exercício de suas atividades; procura justamente gerir a vida social, controlando a todos em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades (FOUCAULT, 1995).

Estas questões podem ser visualizadas em uma matéria jornalística datada de 19/4/1928, sem indicação da fonte, que integra o álbum de recortes elaborado por Frederico Gaelzer. O texto, elaborado na forma de um “abaixo assinado”, revela a reclamação dos moradores da Praça de desportos Florida, encaminhada ao vice-intendente municipal em exercício na época, senhor major Alberto Bins. O conteúdo da matéria chama atenção para a finalidade de uma Praça de recreio, colocando em relevo que nem sempre vigiar era suficiente, pois a punição havia se tornado uma prática comum naqueles espaços. Confirma, ainda, a ênfase dada ao esporte nos Jardins de recreio (GAELZER, [s.d.]).

A reclamação dos moradores pautava-se no fato de o professor Gaelzer, diretor dos Jardins municipais, ter inscrito as Praças no campeonato oficial de basquete da *Liga Athletica Rio Grandense*. Essa inscrição foi feita sem uma prévia consulta aos frequentadores das Praças, que consideravam que estes espaços deveriam ser destinados a propósitos diferentes dos objetivos de um campeonato oficial. A medida adotada por Gaelzer foi considerada “desastrosa” e, no entendimento dos autores do abaixo assinado, deturpava os fins altruísticos que levaram o prefeito, Otávio Rocha, a criar as referidas Praças de recreio.

Segundo os moradores, Frederico Gaelzer, impensadamente, filiou as três Praças existentes à referida liga com dez rapazes que com isso concordaram. Porém, muitos outros jovens tinham se recusado a atender o insistente apelo do diretor para representar as Praças de recreio, pois já tinham os seus clubes preferidos na cidade, de cujas bandeiras eram defensores. Conforme a denúncia da comunidade, a recusa dos rapazes gerou má vontade, por parte do diretor, contra os que não atenderam ao seu chamado. Os moradores advertiram: “Os Jardins de recreio não são propriedades particulares suas, mas sim logradouros públicos, onde todos têm os mesmos direitos de acesso, desde que se portem com a devida descência e respeito as leis.” (GAELZER, [s.d.]).

Ordens severas foram dadas, por Frederico Gaelzer, no sentido de punir os jovens que recusaram seu pedido para disputar o campeonato de basquete na capital gaúcha. Essas medidas foram indicadas, pelos moradores, como arbitrárias e odiosas, revelando que o sentido que gostariam de imprimir a esses espaços era diferente dos objetivos enfatizados nas ligas esportivas oficiais.

Deste modo, vão sendo desvirtuados os fins a que se destinam as Praças de desportos, para satisfação dos caprichos pessoais do sr. director que deseja fazer política, com as mesmas, na entidade official do atletismo da capital.
(GAELZER, [s.d.])

Isso comprova que, se a recreação pública caminhava em determinada direção, a população se mobilizava para cobrar seus interesses e, sendo atendida, conseguia promover

objetivos diferentes daqueles que o poder público municipal estabelecia. A reclamação, em si mesma, é um indício de que as pessoas nem sempre são manipuladas passivamente pelo Estado, tendo uma forma social própria de atuar. Indica-nos, ainda, que a política idealizada pela prefeitura municipal porto-alegrense nem sempre conseguiu promover o efeito esperado com a recreação pública.

Neste mesmo documento, elaborado pela população, os moradores afirmavam que as Praças estavam mal cuidadas, pedindo que o descuido fosse verificado *in loco*. Solicitavam também uma proibição de que a Praça fosse filiada a entidade oficial, pois esta interessava somente a clubes e associações organizadas. No entendimento da comunidade, as Praças de desportos tinham outra finalidade social. Desejava, com isso, instituir os campeonatos das próprias Praças, com torneios esportivos de vôlei e basquete. Reivindicava também a abertura da Praça, à noite, três vezes por semana; e que fosse estabelecido um regulamento para nortear a conduta nesses espaços, apontando os direitos e deveres de todos. A partir das considerações expressas nesse documento, verifiquei que a comunidade também pretendia um enquadramento forte, desde que este fosse estabelecido conforme as necessidades e interesses da população, e não somente dos dirigentes políticos.

De fato, o pedido pela realização de torneios esportivos entre as Praças acabou sendo atendido, envolvendo diversas modalidades do esporte para moças e rapazes. Como retrata a fotografia 7, os freqüentadores de cada Praça de desportos defendiam as suas respectivas bandeiras, nos seus próprios campeonatos.

Os integrantes da Praça Jayme Telles não estão uniformizados e, mesmo estando situados na quadra de vôlei, podem ser representantes das diferentes modalidades disputadas nos campeonatos promovidos pela recreação pública. O destaque conferido à bandeira da Praça, na imagem, revela a importância do espaço por eles freqüentado.



Fotografia 7
Representantes da Praça de Desportos Jayme Teles, [s.d.]
(CEME/UFRGS)

Considerando o objeto do presente estudo – a construção de significados de recreação e de lazer no contexto brasileiro –, outro aspecto precisa ser analisado na experiência institucional de Porto Alegre: os serviços prestados nos Jardins de recreio, o que demandou a formação de profissionais especializados para atuar nesses logradouros públicos.

1.3. A formação e a atuação de profissionais especializados para desenvolver a recreação por meio da educação física e dos esportes

Para introduzir a discussão sobre a formação e a atuação de profissionais especializados para a recreação pública, com vistas a compreender os significados incorporados por esta, busquei novamente o auxílio de fontes escritas e iconográficas.

Em 21/7/1927 foi publicada, no jornal *Diário de Notícias*, a carta de um “leitor assíduo” designado pelas iniciais “L.F.”, desejoso de dar publicidade às suas constatações. As observações do leitor faziam menção aos serviços de recreação pública prestados nos locais a ela destinados, questionando as ações dos funcionários que atuavam nas Praças de Porto Alegre. “L.F.” diz que a Praça Alto da Bronze

[...] nada tem de praça de desporto. Seu instructor parece-me não ser muito familiarisado com as regras dos jogos ali cultivados. Entretanto para fazer “bonito” perante as meninas que frequentam aquelle jardim, elle, por qualquer cousa, suspende um ou outro rapaz. (*Diário de Notícias*, 21/7/1927).

Denunciando as atitudes do zelador desta praça, “L.F.” assinala que a situação era ainda pior. Valendo-se da sua força, muitas vezes este funcionário espancava a petizada, o que já lhe havia conferido o título de “domador de feras”, o que para “L.F.” não poderia acontecer de modo algum, nem mesmo no caso dos menores “endiabrados”. Neste caso específico, cabe lembrar nem sempre as atitudes tomadas por alguns profissionais estão de acordo com a filosofia de trabalho requerida pelos dirigentes e idealizadores de uma determinada política

institucional. Desta forma, muitos equívocos cometidos por zeladores, instrutores, porteiros e seguranças, entre outros profissionais, são passíveis de advertências, correções, treinamentos e até mesmo de punições, dependendo das conseqüências geradas pelos seus atos.

O autor da denúncia prossegue, questionando também a disciplina imposta pelo professor Frederico Gaelzer, diretor dos Jardins de recreio, às jovens freqüentadoras da Praça:

Não são só os rapazes e os pequenos que ali soffrem decepções, as próprias meninas são muitas vezes alvo de má-vontade de quem dirige aquele centro de recreio. Para isso basta uma dellas olhar para um rapaz que é logo suspensa por oito a quinze dias “por estar namorando”!... Ora isso é simplesmente ridículo. Para que servem praças de desporte nessas condições? Deem então aquelle local a sua verdadeira função, hoje desvirtuada: praça destinada exclusivamente a recreio das nossas crianças. Se entender que esta carta, de uma testemunha ocular pode servir de thema, às vossas considerações, publique-a. O homem que teve visto o que eu vi, não pode deixar de fazer também os seus commentários, lamentando que uma praça pública da cidade se transforme em instituto de disciplina sobre o namoro e em escola de pancadaria nos pequenos travessos. (*Diário de Notícias*, 21/7/1927).

A opinião de uma única pessoa não traduz o conceito da população como um todo, mas revela o nível de exigência que permeou o trabalho desenvolvido pela municipalidade porto-alegrense. Com o depoimento acima, observo também que a busca pela compreensão do passado é sempre restrita e envolve um complexo conjunto de sujeitos, situações e experiências. Assim, apesar de ser de grande valor para a comunidade porto-alegrense, a recreação pública pode não ter obtido êxito em todas as suas ações, falhando em muitos pontos e descontentando, por vezes, a população.

Entretanto, sabemos que a apreciação da comunidade, muitas vezes, é o que auxilia a transformação e o melhoramento de ações desenvolvidas pelo poder público. Se um jornal tão conceituado na época, como o *Diário de Notícias*, publicou as críticas realizadas pela população, devemos considerar que estas manifestações são indícios de uma dimensão democrática. Como as críticas à política institucional implantada em Porto Alegre eram veiculadas pela imprensa, percebo que as pessoas podiam falar, denunciar e se contrapor às diretrizes oficiais, o que já revela um aspecto interessante desta experiência institucional.

Uma prova disto é o fato de o professor Frederico Gaelzer ter preservado, em seu álbum de recortes, textos jornalísticos e outros documentos que poderiam servir de argumentos para desqualificar o seu próprio trabalho.

Mesmo passível de críticas da comunidade, a experiência institucional desenvolvida na capital gaúcha acabou despertando o interesse das autoridades políticas, tais como Getúlio Vargas, no período em que governava o Rio Grande do Sul. O governador esteve em Porto Alegre participando de uma festa assistida por dez mil pessoas em comemoração ao dia da independência. Na ocasião, foi destacada a brilhante atuação do professor Gaelzer, que, além de ocupar o cargo de diretor dos Jardins de recreio, também era um dos responsáveis pela educação física em Porto Alegre. Uma vez mais, constato que a proposta desenvolvida pela municipalidade associava educação física e recreação, tendo em vista formar jovens fortes, saudáveis, robustos e disciplinados, estratégia vista como fundamental para o engrandecimento da Pátria.

Matéria publicada no dia 18/9/1928 revela que em apenas dois meses 800 alunos da Escola Complementar foram brilhantemente preparados pelo professor Gaelzer. Uniformizados, os alunos formaram a palavra “BRASIL”, encantando não apenas o governador Getúlio Vargas, mas todo o público presente (GAELZER, [s.d.]).

Essas foram, conforme manuscrito de Gaelzer ([s.d.]), as primeiras demonstrações de educação física em grande escala. No Rio Grande do Sul ocorreu, paralelamente, a organização dos primeiros programas de educação física para os colégios elementares. Para tanto, foi o próprio Gaelzer quem preparou e ministrou os primeiros cursos intensivos para professoras normalistas, na qualidade de “Inspetor Geral de Educação Física do Estado”, quando da sua nomeação pelo governador Getúlio Vargas em fevereiro de 1929. Nessa época Porto Alegre já contava com 12 campos públicos para esportes, nos quais se divertiam

milhares de crianças e jovens. Estes eram atendidos pelas professoras diplomadas por um curso oficial – promovido pelo Estado, e ministrado por Frederico Gaelzer.

O programa desses cursos foi composto de quatro pontos fundamentais: a) *Educação Física*, conteúdo que tratava de conhecimentos relacionados à história, à filosofia, à metodologia de trabalho e à antropometria; b) *Corpo Humano*, com ênfase na biologia, anatomia, fisiologia, fisiologia do exercício, higiene e primeiros socorros; c) *Administração e Organização* de atividades ginásticas e desportivas nas escolas, nas Praças de educação física e nos clubes/federações, e d) *Recreação Pública*, que tratava do trabalho realizado nas Praças de desportos e abordava os cuidados relacionados à segurança, jogos, bailados e natação.

Os cursos realizados pelo Estado concebiam a recreação pública como conteúdo pertinente aos programas de educação física nas escolas elementares. Desta maneira, identifiquei que a recreação, enquanto metodologia de trabalho e enquanto conteúdo, também era vista como uma atribuição das professoras normalistas, que passaram a ficar encarregadas de desenvolver a educação física nas instituições formais de ensino.

Na fotografia 8 podemos observar o professor Frederico Gaelzer entre as normalistas de uma turma formada nesta época. Constatamos a distribuição equitativa das professoras no espaço focalizado pela fotografia, marcada pela expressão estética de ordem e disciplina. O contexto retratado revela a feminilidade e a delicadeza das moças, características que não deviam ser comprometidas pela prática de esportes.

No centro da imagem, entre moças sorridentes, graciosas e descontraídas, foram posicionadas duas figuras fundamentais: a *bola de voleibol*, equipamento que serve de adorno à fotografia e representa um esporte tido como tipicamente feminino; e o *professor Frederico Gaelzer*, um homem admirado por ser fonte de conhecimento sobre educação física, esporte e recreação.



Fotografia 8
Frederico Gaelzer entre normalistas, [s.d].
(CEME/UFRGS)

Esses cursos intensivos foram compostos por aulas teóricas e práticas, sendo ofertados por vários anos consecutivos. Do meu ponto de vista, a partir desta iniciativa a visão de recreação disseminada pelo professor Gaelzer passou a integrar, formalmente, o sistema de ensino escolar, e não apenas os programas de educação física até então ministrados nos Jardins de recreio.

Além disso, conforme o meu entendimento, esta estratégia pedagógica afirmou a recreação como parte da formação e da intervenção profissional no âmbito da educação física. A recreação organizada foi, portanto, estritamente vinculada àquela área, tanto no que se refere ao contexto escolar, como no contexto da educação não-formal que incluía, em especial, os Jardins de recreio.⁵² Neste sentido, os programas deveriam colaborar com a educação da massa infanto-juvenil, fazendo com que os Jardins de recreio complementassem a missão educativa da escola.

Considerando as conexões entre recreação, educação física e educação, mais alguns pontos necessitam ser destacados. Em um recorte do jornal *O Estado de São Paulo*, datado de 18 de outubro (possivelmente do ano de 1930, pois a matéria foi colada na proximidade de outros recortes deste período), os Jardins de recreio instalados na capital gaúcha foram ressaltados como verdadeiros “complementos da escola”. O texto aponta que os Jardins instalados em Porto Alegre foram construídos na proximidade de sistemas formais de ensino. “Assim é que o Jardim de recreio n.1, situado na praça General Osório, faz frente ao colégio Fernando Gomes e dista somente quatro quadras da Escola Normal, do Gymnasio Anchieta, do Collegio N. S. do Rosario e do Colegio Elementar.” (GAELZER, [s.d.]).

⁵² É importante ressaltar que, no Brasil, a formação de profissionais de educação física foi, inicialmente, desenvolvida apenas nas instituições militares, provavelmente a partir de 1926, com a fundação da *Escola de Educação Física do Centro de Esportes da Marinha*. Foi em 1929 que o *Curso Provisório de Educação Física* iniciou suas atividades e tornou-se, posteriormente, a *Escola de Educação Física do Exército*. Neste mesmo ano Frederico Gaelzer passava a ministrar cursos intensivos de educação física no Rio Grande do Sul, contribuindo com a disseminação deste conhecimento, por parte das professoras normalistas, no ensino formal, o que pode ter representado um encaminhamento inovador para a época. Afinal, segundo Taffarel (1993), os primeiros centros civis de formação profissional em educação física foram criados apenas no final da década de 1930, por meio da

O autor da matéria fez uma listagem de todas as escolas e colégios situados no entorno dos outros Jardins implantados em Porto Alegre. A distribuição das Praças pela cidade foi considerada “inteligente”, mostrando o acerto da escolha dos locais próximos a instituições formais de ensino. Na minha compreensão, a escolha acertada relacionava-se ao fato de a escola ser um dos monumentos da República, símbolo da racionalidade e do progresso da nação. Além disso, os Jardins de recreio constituíam um espaço de controle do tempo ali despendido.

A implantação dos Jardins de recreio na proximidade de escolas coloca em evidência o papel da educação a partir dos anos de 1920. Xavier (1999) esclarece que a idéia de fazer da educação a bandeira da construção de um país moderno foi um marco desta década. Desde então os temas educação e saúde passaram a ocupar um lugar de destaque na vida social e política das elites esclarecidas, instigando os debates em torno de projetos de reestruturação nacional.⁵³ No processo de reafirmação dos fundamentos da nacionalidade foram constituídas correntes de pensamento que conferiam à educação o papel de força propulsora da sociedade, e também de elemento saneador das crises que afetavam o país.

Outras idéias importantes para a presente pesquisa estão contidas no *Jornal do Brasil* (1/11/1931). Os Jardins de recreio foram anunciados na matéria como verdadeiros centros de educação física moderna, e esses logradouros contavam com um regulamento interno que, rigorosamente cumprido, assegurava educação física, higiênica e moral. A direção técnica das Praças ficava a cargo de um instrutor (seção masculina) e de uma professora especializada (seção feminina). Os recintos eram ensolarados e banhados de ar puro, e neles crianças de ambos os sexos encontravam, gratuitamente, jogos recreativos e diversos desportos de reconhecido valor educativo.

Escola de Educação Física do Estado de São Paulo e da Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil, no antigo Distrito Federal, na época da ditadura Vargas.

Conforme a matéria acima, as Praças continham um Jardim de infância. Este era um local onde, a partir de jogos recreativos especiais, eram adotadas práticas educativas froebelianas e montessorianas, com influências favoráveis ao desenvolvimento infantil.

Pela sua organização thecnica, pela sua orientação, podem os nossos jardins competir com os melhores do mundo. À Prefeitura de Porto Alegre cabe a prioridade em iniciativa desse gênero no Brasil. (*Jornal do Brasil*, 1/11/1931).

Foi nesta época que se acentuou, no Brasil, a preocupação em difundir teorias e práticas pedagógicas baseadas no ideário escolanovista, que representava uma contundente crítica ao modelo tradicional de educação até então existente. Para tanto, afirmou a necessidade de se colocar o educando no centro do processo e, visando despertar o seu interesse para o aprendizado, procurou utilizar o jogo como uma das mais importantes estratégias educativas (WERNECK, 2003). Sem poupar críticas ao que descreviam como escola tradicional, os escolanovistas anunciavam-se como portadores do novo, do moderno e do progresso na educação. Apesar de o pensamento escolanovista ter sido introduzido no Brasil aproximadamente no início do século XX, foi somente a partir dos anos de 1920/1930 que adquiriu maturidade suficiente para inspirar e legitimar diversas reformas na educação, tendo em vista realizar os ideais de modernidade.⁵⁴

As lideranças que conduziram a experiência institucional porto-alegrense acreditavam que a recreação, valendo-se de jogos e esportes de reconhecido valor educativo, tinha uma contribuição a fornecer neste processo de modernização. Isso não implica, contudo, que o pensamento escolanovista tenha constituído uma referência primordial para a política de

⁵³ É importante ressaltar que essas metas fazem parte dos programas de governo fundamentados em concepções divergentes (governos de direita e de esquerda), até mesmo nos dias de hoje. Afinal, saúde e educação são direitos universais, consagrados pela Declaração dos Direitos Humanos.

⁵⁴ Em nosso país, foi na década de 1930 que um grupo de intelectuais brasileiros tomou para si a responsabilidade de liderar e organizar moral, cultural e politicamente a sociedade, metas que poderiam ser alcançadas por meio da renovação educacional. A educação era proclamada, pois, como o símbolo de modernização do país. Segundo Xavier (1999), os projetos de modernização da cultura, via renovação do ensino – presentes no ideário e nas ações empreendidas pelas elites letradas – articulavam-se com um conjunto de princípios e metas orientadores da conduta do grupo e alimentavam projetos mais particulares, como os de

recreação pública desenvolvida naquele contexto. Afinal, verifiquei nos documentos analisados a recorrência de uma abordagem divergente do ideário escolanovista, isto é, a pedagogia visível (BERNSTEIN, 1996). Empregando valores físicos e simbólicos, esta abordagem transmitia os códigos “dominantes”, e o processo de aquisição desses códigos foi marcado, em geral, por um forte enquadramento.

Segundo documentos da época, a média de frequência mensal nas Praças era de 25.000, entre crianças e jovens de ambos os sexos distribuídos em turmas ao longo do dia (GAELZER, [s.d.]). Para uma cidade com menos de 300 mil habitantes, considero que esta frequência era realmente muito expressiva.

Paulatinamente, os Jardins de recreio expandiram as fronteiras da capital gaúcha, sendo difundidos por várias cidades no Rio Grande do Sul. Na *Gazeta de Alegrete* (21/3/1932), verifiquei que as cidades de Pelotas, Rio Grande e Livramento já possuíam os seus “Jardins”. Considerando a numerosa população e a quantidade de escolas existentes, os cidadãos de Alegrete reivindicavam um Jardim de recreio para as suas crianças. Afinal, como pontuou o jornalista da matéria, Hugo Muxfeldt, a “educação física de centenas de crianças não pode ser deficiente por causa de falta de local apropriado.” E o jornalista suplica, em tom moralizador:

Urge, pois, que Alegrete tenha o seu logradouro público dessa natureza, onde a petizada em geral, possa dar expansão às energias acumuladas. Muitas vidraças ficariam intatas e outras tantas travessuras da garotada desapareceriam com a criação do nosso “Parque”. (*Gazeta de Alegrete*, 21/3/1932).

Pela citação acima percebe-se que a referência foi feita considerando a questão do espaço como primordial para o controle das crianças, educando-as por meio do desenvolvimento da educação física sistematizada em logradouros públicos. Além disso, a valorização da recreação no Rio Grande do Sul pautava-se no desenvolvimento da “cultura

Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e outros intelectuais conhecidos como “pioneiros da educação nova”, ou “escolanovistas”. No próximo capítulo retomarei esta questão.

física” da população, levada a cabo através de uma proposta de cunho educativo que previa espaços e serviços públicos com essa finalidade.

Informações contidas em *O Estado de São Paulo* (18/10/1930?) revelam que a capital paulista, em processo de desenvolvimento urbano-industrial, ainda não contava com uma proposta similar à de Porto Alegre, o que foi concretizado somente no ano de 1935. O título da matéria publicada no jornal paulista foi assim redigido: *Os parques de jogos para crianças – A primazia de Porto Alegre – A sua Câmara Municipal e os Jardins de Recreio*. Este texto jornalístico também está contido no álbum de recortes de Frederico Gaelzer (GAELZER, [s.d.]) e chama a atenção para a necessidade de “copiar” a iniciativa porto-alegrense, como salientado a seguir:

Ahi está um exemplo do que nós desejamos ver imitado não só pelo governo do Estado [de São Paulo], como pelas Câmaras Municipais. Imitado, sim. Que nós – parece – perdemos aquela tradicional salutaríssima praxe de sermos os primeiros no Brasil em todas as iniciativas. (*O Estado de São Paulo*, 18/10/1930?).

No próximo capítulo discutirei a experiência institucional desenvolvida em São Paulo. Antes disso, no entanto, mais alguns aspectos da trajetória percorrida pela recreação no contexto da proposta desenvolvida em Porto Alegre precisam ser ressaltados, sobretudo se considerarmos questões referentes à associação da educação física com a recreação, e desta com mais um componente-chave para esta pesquisa: o lazer.

1.4. A recreação como uma moderna metodologia de trabalho para a educação física e sua relação com o lazer

No mesmo texto do jornal *O Estado de São Paulo* citado anteriormente (18/10/1930?) encontrei alguns indícios sobre o funcionamento noturno das Praças de desportos. A partir das 18:00 horas quem participava dos programas de recreação era

[...] a juventude laboriosa, que aproveita as últimas horas úteis do dia para reganhar fisicamente o que foi estancado durante as horas sedentárias dos seus empregos. É a esta hora que a direcção das praças volta a sua atenção para este elemento que por certo é o mais merecedor, por ser o mais necessitado. (GAELZER, [s.d.]

Percebe-se que os programas desenvolvidos nas Praças de desportos de Porto Alegre foram vislumbrados não apenas como medida eficaz para combater a criminalidade infantil, difundir os esportes e promover a higienização do povo, mas também para recuperar a força de trabalho da juventude laboriosa por meio da atividade física. Os menores, ao ingressar no mercado de trabalho, poderiam participar da recreação pública à noite, visando a renovação das energias gastas no exercício laboral.

Do meu ponto de vista, a juventude laboriosa parecia ser encaminhada para a recreação pública não apenas porque integrava a massa trabalhadora. Estando nas fases iniciais da vida, os jovens operários deveriam ser educados por meio dessa possibilidade de desenvolvimento físico, social, moral e higiênico. Enquanto a juventude deveria ocupar, aos olhos dos dirigentes, de maneira “adequada” as suas horas vagas, não assumia um papel tão passivo na situação, uma vez que indubitavelmente se beneficiava com a ampliação de espaços públicos destinados ao recreio, onde poderiam se exercitar, cuidar da saúde, expandir os laços de amizade e se divertir.

Assim, se por um lado a recreação pública organizada nos Jardins de recreio se preocupou com a reprodução da jovem força de trabalho, por outro lado ampliou as oportunidades para a melhoria das condições de vida da maioria da população. Obviamente o controle social integrou a ação do governo e foi exercido, mas este precisa ser visto em um duplo aspecto: como ordem, e como conquista de direitos. A forma como o controle foi estabelecido correspondeu, ainda, à cultura da época e aos valores sociais daquele momento.

No álbum de recortes encontrei também um texto jornalístico de fundamental importância para a compreensão do objeto do presente estudo, uma vez que indica vínculos entre a recreação, a educação física, o lazer e o trabalho. Trata-se de matéria intitulada A

educação physica nas horas de lazer, sem referência de fonte, com um manuscrito não muito legível que indica o mês de maio, provavelmente de 1935.

Esta matéria sintetiza uma palestra proferida pelo professor Gaelzer em uma estação de rádio. Considerando o seu valor para esta pesquisa, transcrevi parte do texto, que sintetiza alguns dos pontos abordados, na ocasião, pelo considerado “ilustre convidado”:

As crescentes conquistas sociais do proletariado, no sentido de serem diminuídas suas horas de trabalho; e a modificação dos métodos de ensino das esferas da instrução pública, não mais se exigindo dos alumnos a aquiescência apática e abstrata de armazenar ensinamentos, mas, dando-lhes oportunidade para aprender, fazendo, collocam-nos, hoje em dia, ante um problema que deve ser estudado, e com grande empenho resolvido, para o bem de todos, de modo a consultar os grandes interesses do futuro da Pátria: o do uso bom das horas de lazer. (GAELZER, [s.d.]).

Com esta declaração identifiquei que, ao longo da década de 1930, o lazer foi anunciado no contexto de Porto Alegre como um problema que deveria ser estudado e enfrentado em nosso meio. Tal referência salienta a necessidade postulada por Frederico Gaelzer de *aprofundar conhecimentos sobre o lazer* já na primeira metade do século XX, encaminhamento que deveria ser processado em nome da adequada utilização das horas vagas. Ou seja, a preocupação com o uso adequado do lazer nos revela que este deveria ser empregado segundo os princípios compatíveis com a ordem política e social, reafirmando os valores do progresso e da disciplina. Destaco o entendimento de lazer como um tempo resultante do término da jornada de trabalho, estando atrelado às conquistas sociais da classe proletária. Este significado foi explicitamente enunciado por Frederico Gaelzer em outros momentos de sua palestra, como será observado mais adiante.⁵⁵

Nesta ocasião, o palestrante também teceu considerações sobre o trabalho mecânico, que, pouco a pouco, ia substituindo o trabalho manual. Referiu-se, ainda, à limitação das horas de trabalho, regulamentada pelas primeiras leis sociais desenvolvidas por Getúlio Vargas, então Presidente da República. Segundo o autor da matéria Gaelzer passou,

em seguida, a examinar como deveriam “[...] ser empregadas as horas de lazer, isto é, as que resultam da paralysação do trabalho, que, friza, não devem ser gastas no ocio, gerador de todos os crimes.” (GAELZER, [s.d.]).

O fascínio pelo tempo cronometrado do mundo industrial tornou suspeita a gratuidade de muitas brincadeiras, por vezes consideradas mais nocivas do que o próprio álcool. Como não se podia perder tempo, trabalho e lazer tenderam a formar um único sistema, que se encarregou de transformar o ócio num desvio, e o saudável lazer numa regra, como explica SANT’ANNA (1998) ao reportar-se às análises de Alain Corbin.

No meu entendimento, a normalização do lazer delineada no Brasil de 1930 condenava não somente a conduta ociosa, mas todas as práticas consideradas perniciosas para a sociedade, inclusive nos dias de hoje: os jogos de azar, a delinquência, o vício, a prostituição, as “más” leituras, os filmes “escandalosos” e as danças “impuras”, entre outras. Como o professor Frederico Gaelzer assinalou que as horas de lazer não deveriam ser gastas com o ócio, acredito que seu pensamento foi fortemente influenciado pela lógica da produtividade. Desta maneira, o lazer foi concebido como parte do próprio sistema produtivo e, conseqüentemente, poderia ser encaminhado, “para o bem de todos”, em direção aos interesses do capitalismo industrial.

Considerando a experiência institucional implementada em Porto Alegre sob a orientação de Frederico Gaelzer, percebe-se que as trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer, até o momento, foram distintas, porém passaram a ser complementares em meados da década de 1930. Assim, as atividades físicas desenvolvidas pela recreação pública foram preferíveis à ociosidade que poderia caracterizar as horas vagas de lazer.

Retornando à declaração de Gaelzer, após diversas considerações o palestrante relatou, de maneira geral, o histórico da organização dos Jardins de recreio e os

⁵⁵ Nesta citação de Frederico Gaelzer destaco, ainda, o ideário escolanovista presente em seu discurso, através da expressão “aprender, fazendo” que orientou muitas das ações educativas realizadas na época.

empreendimentos civis de recreação pública que combatiam a conduta ociosa, grave perigo para o proclamado engrandecimento da nação. Posteriormente, tratou especificamente dos Jardins de recreio existentes em Porto Alegre, freqüentados, diariamente, por mais de mil pessoas. O seu discurso foi concluído com as seguintes palavras:

“Do emprego util das horas de lazer depende a boa educação.” Governantes e governados devem-se mútuo auxílio, no sentido de serem aumentadas as facilidades publicas, até se integrar o ideal de todos os rio-grandenses poderem realizar, ao ar livre, a educação physica de que necessitam para saude propria e robustez da raça.

Com esta mensagem final, entendemos mais claramente o título da matéria, “A educação physica nas horas de lazer”. Esta fração de tempo deveria ser empregada com educação física, sendo esta visualizada como espinha dorsal da recreação pública. Por essa razão, o poder público e a sociedade civil deveriam contribuir, mutuamente, com o alcance deste propósito, envolvendo toda a população gaúcha. Esta passagem indica que, do ponto de vista das relações sociais entre os agentes, a classificação era realmente fraca, pois deveria mobilizar e mudar os hábitos de toda a população.

Pelo exposto, recreação e lazer tinham significados distintos, mas, à medida que a primeira se identificava com a educação física, integrava a possibilidade mais adequada para o preenchimento das “horas livres” do trabalho. Aliás, todo o álbum de recortes cuidadosamente preparado pelo professor Gaelzer constitui uma fonte para o estudo da história da recreação pública na primeira metade do século XX, que na minha compreensão também pode fornecer elementos para a compreensão da história da educação física e dos esportes no Brasil, e em outros países.

Como destacado no jornal *Diário de Notícias*, de 1/11/1933, os serviços de recreação prestados nas Praças de Porto Alegre e demais cidades do Rio Grande do Sul

procuravam possibilitar, à população gaúcha, “um destino melhor”.⁵⁶ Foi também neste ano que Gaelzer ficou encarregado da organização da “semana da raça”, evento de âmbito nacional criado em 1933 que mobilizou a organização de festas desportivas e de jogos em todos os Jardins de recreio do Estado. A semana da raça, sendo ligada ao Movimento da Juventude Brasileira, incentivava apresentações dos jovens escolares no dia 5 de setembro.

É importante ressaltar que, no cenário internacional, no ano de 1936 foi realizada, na Alemanha, a segunda versão do Congresso Internacional de Recreação. Este evento também foi direcionado, neste momento, para o problema da “organização das horas livres”, o que pode representar um outro indício da aproximação do lazer com a recreação, nos anos de 1930.

Na condição de Inspetor Geral de Educação Física do Estado, Frederico Gaelzer foi enviado pelo governo do Rio Grande do Sul à Alemanha para participar deste evento, realizado na época das Olimpíadas de Berlim. Convém recordar que o Rio Grande do Sul sofreu influências da colonização alemã, o que pode ter propiciado uma maior afinidade com o pensamento em voga em várias nações européias, dentre as quais a Alemanha.⁵⁷

O governo gaúcho enviou Frederico Gaelzer, Irene Selmann e Osvaldo Pinck à Alemanha com o objetivo de estudar o desenvolvimento da educação física naquele país. Na ocasião essas personalidades puderam constatar que, por meios recreativos e obedecendo aos métodos mais modernos, o esporte se impunha cada vez mais. Segundo informações de Gaelzer as Olimpíadas de Berlim, nas quais esteve presente, serviram para demonstrar este fato.

⁵⁶ Este modelo de “Praça de esportes” foi difundido em vários municípios, principalmente nas cidades do interior dos Estados brasileiros a partir do final da década de 1940, quando foram amplamente enfatizadas a necessidade e a importância de se massificar o esporte no país.

⁵⁷ Em matéria publicada no dia 2/12/1936, sem indicação de fonte, o autor do texto afirma que os Jardins constituíam, pela cordialidade com que se verificava entre as crianças de todas as idades e classes sociais, uma verdadeira “escola de democracia”. Nesses espaços verificavam-se, segundo suas palavras, cenas edificantes que não seriam, por certo, esquecidas pelos endiabrados garotos que teriam, “no dia de amanhã”, um lugar definido na sociedade (GAELZER, [s.d.]).

Na oportunidade desta viagem, o professor Gaelzer e seus companheiros participaram, além do evento de recreação citado anteriormente, do *Congresso do Partido Nacional Socialista Alemão*, em Nuremberg. Frequentaram os cursos de educação física promovidos para estudantes estrangeiros no *Acampamento Estudantil de Berlim* e na *Escola Superior de Educação Física do Reich*. Visitaram, ainda, o Departamento de Educação Física da Universidade de Berlim, em Nev-Whelitz.

Do meu ponto de vista, a trajetória percorrida pelo grupo mostra que eles buscavam conhecimentos direcionados especificamente para a educação física e o esporte, e que a recreação constituía um eixo metodológico para o desenvolvimento de uma moderna proposta educativa nesses moldes.

Essas ações são evidenciadas em jornais da época e também em uma carta enviada, de Berlim, no dia 31 de agosto de 1936. Assinada por Frederico Gaelzer, essa correspondência foi encaminhada ao Secretário de Educação e Saúde Pública do governo gaúcho, senhor L. Otélo Rosa, e nela o remetente nos indica uma admiração pela ênfase dada ao esporte no modelo nazista:

A nossa estadia está sendo coroada de pleno êxito. Do dia 23 a 31 de julho o prof. Gaelzer participou como hóspede de honra, representando o Brasil, do Congresso Mundial de Recreação Pública, em Hamburgo. No dia 1º de agosto foi o mesmo recebido por sua Excia. o Fueher Hitler. No dia 8 jantou com o representante de Hitler, o senhor Reichsminister Rudolf Hess. Do dia 1º a 16 de agosto frequentamos todas as festas Olímpicas. Do dia 19 a 29 de agosto frequentou o prof. Gaelzer um curso Intensivo de educação física na “Reichsakademie fuer Liebesuebungem”. (GAELZER, [s.d.]).

Lembro que desde o fim da 1ª guerra mundial, os movimentos e idéias totalitários e autoritários foram se intensificando na Europa. Em 1922, Mussolini assumiu o poder na Itália e Stálin foi construindo seu poder absoluto na União Soviética. Na década seguinte o nazismo se tornou vitorioso na Alemanha. A crise mundial também concorreu para o desprestígio da democracia liberal que, no plano econômico, estava diretamente associada ao capitalismo. Segundo Fausto (2000) o capitalismo, que prometera igualdade de oportunidades

e abundância, parecia impossibilitado de livrar-se da crise iniciada em 1929. Ao invés de oferecer uma vida melhor, trouxera empobrecimento, desemprego e desesperança para muitas nações.

Em face desta tensão, os ideólogos autoritários e totalitários consideravam a democracia liberal inútil, uma vez incapaz de encontrar soluções viáveis para a crise que repercutiu em todo o cenário mundial. O sucesso do empreendimento nazista foi enfatizado de diferentes maneiras nos anos de 1930, e a busca da supremacia em termos de condição física foi vista como um reflexo da supremacia político-ideológica alemã.⁵⁸

O modelo alemão, com ênfase na cultura corporal, atraiu a atenção dos profissionais responsáveis pela educação física e, conseqüentemente, pela recreação pública no Estado do Rio Grande do Sul. Uma das matérias do álbum de recortes de Frederico Gaelzer anuncia o retorno dos brasileiros enviados, pelo governo rio-grandense, à Alemanha e à Itália, em viagem oficial. Gaelzer destacou que, naqueles países, a cultura física tinha como base o método recreativo, era devidamente controlada, prestigiada, amparada, e considerada primordial para o desenvolvimento das nações.

O professor Frederico Gaelzer também teceu elogios à experiência alemã, na qual o desporto era considerado muito mais do que um divertimento para as horas vagas: era um dever, uma obrigação. A recreação representava, portanto, uma moderna metodologia de trabalho para a educação física e o esporte.

Apresentando rasgos conservadores e realizando ações avançadas do ponto de vista social, pode-se dizer que Frederico Gaelzer era uma personalidade controvertida. Além

⁵⁸ Analisando o filme *Olympia*, produzido por Leni Riefenstahl no período 1936-1938, Almeida (2001) enfatiza que os corpos atléticos destacados na obra representam uma sutil metáfora da virtude política e racial nazista. O autor analisa, entre outras, a cena da transformação do discóbolo no atleta alemão, que significa uma celebração do corpo nazista. A cena sugere, ao espectador, a visão da perfeição física e esportiva (retratada nos ideais de harmonia, pureza e beleza) como virtudes exclusivas da raça ariana. Segundo o autor, este filme conduz e organiza a visão, a audição e a participação do espectador, colocando-o numa cerimônia visual. O principal é a afirmação dos princípios basilares nazistas da pureza da raça, da perfeição do corpo, do espírito de competição e da vontade de vencer, enfeixados e reproduzidos como virtudes universais.

disso, como este professor estava sempre empenhado em acompanhar as idéias mais inovadoras de seu tempo, foram muitas as experiências consideradas bem-sucedidas que influenciaram seu trabalho. Dentre essas influências, cito a recreação norte-americana, o esporte nazista alemão e os princípios republicanos decorrentes dos Direitos Humanos que orientaram a educação e a educação física, em nosso país, nos anos de 1930.

Como visto, mesmo que não tenha sido um movimento consensual e homogêneo, o discurso em torno da importância da educação física alcança proporções significativas no Brasil e, aliado a uma mentalidade fascista e autoritária, ganha repercussão com o Estado Novo. Enquanto Gaelzer foi citado, nos jornais da época, como uma grande autoridade no assunto, Porto Alegre foi anunciada como uma modelar escola de escoteiros.⁵⁹

O Estado investia, cada vez mais, na realização de colônias de férias e acampamentos, garantindo “[...] boa cultura física também nos períodos de férias.” (*Diário de Notícias*, 14/2/1936). Um dos acampamentos para meninos foi realizado, na época, em Belém Novo, sendo denominado “Campeggio Mussolini”, evidenciando como o pensamento totalitário foi apreciado pelos dirigentes da recreação pública na época.

Nesta fase da experiência institucional porto-alegrense, observo que a recreação pública parece estar mais próxima das propostas autoritárias européias, do que das experiências liberais norte-americanas. As influências alemãs no sul do país, bem como o desenvolvimento alemão após a 1ª guerra mundial, despertaram Frederico Gaelzer para esta nova orientação, que parecia ter muitos pontos congruentes com o seu trabalho. Por esta razão, possivelmente Gaelzer se identificou, naquele momento, com as propostas desenvolvidas na Alemanha.

No entanto o Estado gaúcho, mesmo com a colonização alemã, não aprovou com unanimidade os projetos totalitários fascistas e nazistas, como nos mostram as pesquisas de

⁵⁹ Diversas imagens que integram o acervo do CEME/UFRGS focalizam a participação do professor Frederico Gaelzer nesses empreendimentos.

Pesavento (1999). Segundo esta autora, na Sociedade Germânica os descendentes de alemães realizavam muitas cerimônias pró-eixo, mas, paralelamente a ocorrência da 2ª guerra mundial, generalizou-se um sentimento antigermânico. Vários estabelecimentos alemães foram depredados em Porto Alegre e, enquanto a Europa mergulhava em estado de guerra, na capital gaúcha a polícia perseguia as manifestações pró-nazistas.

Antes de iniciada a 2ª guerra mundial, entretanto, os Jardins de recreio porto-alegrenses experimentaram uma fase crítica, como será discutido na seção a seguir.

1.5. A fase crítica dos Jardins de recreio, a criação de um órgão específico em 1950 e os vínculos institucionais com a educação física

Em 1938 foi organizado, em Roma, o 3º evento internacional sobre a recreação.⁶⁰ Segundo Marinho et al. (1955), nesta época diversas instituições se estruturavam para cuidar do problema da “utilização dos lazers”, destacando-se a inglesa *Central Council of Physical Recreation* e a norte-americana *Association for Health, Physical Education and Recreation*. Ressalta-se, na denominação dessas duas instituições, a forte associação entre a recreação e a atividade física, vínculo também presente nos conteúdos enfatizados nos programas recreativos adotados, principalmente, em Porto Alegre.

Além disso, como indicam os dados acima, no final da década de 1930 já é possível detectar que a trajetória percorrida pela recreação passa a salientar, como uma de

⁶⁰ Neste mesmo ano identifiquei, no álbum de Gaelzer ([s.d.]), uma matéria publicada na cidade de Santos (datada de 4/1/1938), que destacava um acontecimento relevante em nosso país: a primeira *Exposição Nacional de Recreação*, realizada no Rio de Janeiro. Nesta matéria consta que o professor Gaelzer, delegado do governo rio-grandense, estava de partida para o antigo distrito federal com o objetivo de participar da Exposição. Nesse certame, o primeiro que seria realizado no gênero, no Brasil, estariam representados quase todos os Estados. Nesta mesma ocasião, seria efetuado o *Congresso Nacional de Recreação*, de cujas medidas a serem adotadas sobressairia a participação brasileira no 3º Congresso Internacional de Recreação, a se reunir em junho do mesmo ano, na capital italiana.

suas diretrizes, a premente necessidade de contribuir com a organização das horas de lazer. Por um lado, as trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer passam a compartilhar alguns pontos, uma vez que procuravam proporcionar oportunidades saudáveis para a população trabalhadora. Por outro lado, não poderiam desconsiderar o imperativo de continuar focalizando, através do serviço de recreação pública, a formação da criança.

De acordo com um artigo contido em Gaelzer ([s.d.]),

[...] o Rio Grande do Sul, que é precursor da instalação de Parques Infantis no Brasil, muito há realizado, graças ao apoio do Governo Estadual e da Inspectoria Geral de Educação Pública, a cuja frente se encontra o professor Gaelzer, em favor da preparação física da criança escolar. Existem em todo o Estado, superiormente dirigidos, nada menos que 46 parques, dos quaes 12 estão localizados em Porto Alegre, offerecendo estes últimos uma média de frequência normal de 60 mil crianças. (Santos, 4/1/1938. In: GAELZER, [s.d.])

Como tratado anteriormente, a experiência rio-grandense foi amplamente elogiada em vários Estados brasileiros desde o momento da implantação do 1º Jardim de recreio. Mas uma matéria jornalística de 1938 salientava o lamentável abandono a que haviam chegado esses logradouros. Segundo este texto jornalístico, o Jardim de recreio Pinheiro Machado estava completamente abandonado, e o Florida não reunia mais a multidão de crianças que antes ali passavam horas na mais pura alegria; de rapazes e de meninas que, com os seus torneios esportivos, faziam o encanto do local. Antes, a Praça era aberta à noite algumas vezes por semana para que os seus frequentadores pudessem se entregar ao esporte. “Agora nada mais disso há, porque um senhor com cara e modos de estrangeiro, que diz ser o director [Frederico Gaelzer], parece ter embirrado com a petizada.” (GAELZER, [s.d.]).

Interessante observar que o percurso seguido pela recreação pública no Rio Grande do Sul confunde-se com a própria trajetória profissional do professor Gaelzer, evidenciando o porquê das discussões naquele contexto serem tão profundamente arraigadas à sua personalidade. O êxito e o fracasso da proposta que a decisiva participação de Frederico Guilherme Gaelzer ajudou a implementar no Rio Grande do Sul foram identificadas com sua

própria atuação profissional. Afinal, nas decisões mais importantes a municipalidade contou com a experiência e credibilidade pessoal deste professor para superar as dificuldades e buscar alternativas viáveis.

Além das críticas contundentes à atuação de Gaelzer junto à direção dos Jardins de recreio, a matéria diz que o arvoredo estava destruído, o capim crescia livremente, atestando a falta de cuidado por parte de seus dirigentes. O “Alto da Bronze” já não reunia, como noutros tempos, o entusiasmo de seus freqüentadores.

Assim, após a implantação da política ditatorial do Estado Novo a recreação pública desenvolvida em Porto Alegre parecia não contar com o mesmo apoio e repercussão antes obtidos. Foi também em meados da década de 1930 que outras cidades brasileiras, destacando-se São Paulo, começava a despontar no cenário nacional, por causa do êxito gerado com o andamento da experiência institucional que integrou o Departamento de Cultura paulistano.

Talvez tenha sido por essa razão que o chefe da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura de São Paulo, Nicanor Miranda, tenha afirmado em 1941 que, apesar de existirem no Rio Grande do Sul 37 parques (sendo 11 em Porto Alegre e 26 no interior do Estado, número inferior ao divulgado na matéria anteriormente citada, de 4/1/1938), a sua estrutura era ainda muito precária. Para Miranda (1941), a verba destinada aos “parques” gaúchos era excessivamente exígua, impossível de satisfazer as necessidades até mesmo de um serviço rudimentar.

Segundo Miranda (1941) a administração gaúcha que criou os parques deveria ter sido “nocivamente influenciada” pelas idéias correntes no Uruguai. Naquele país existiam tanto parques organizados com pessoal especializado, como parques sem direção, e estes últimos deveriam ter servido de referência para os projetos desenvolvidos em Porto Alegre e em todo o Rio Grande do Sul. Neste Estado – prossegue o autor – era grande o número de

parques, mas, a quantidade não parecia ser acompanhada da qualidade em termos dos serviços de recreação e da assistência necessários para concretizar os modernos ideais da educação.

Observo que esta constatação de Nicanor Miranda não coincide com as premissas norteadoras da proposta implementada no contexto gaúcho. Afinal, mesmo tendo destacado o modelo uruguaio como um exemplo, o professor Gaelzer sempre salientou a importância dos serviços de recreação pública prestados nos Jardins de recreio, afirmando que a boa conduta e orientação dos instrutores/instrutoras eram imprescindíveis. Não se sabe, entretanto, se essas premissas realmente foram concretizadas no cotidiano dos Jardins de recreio gaúchos e, como apontou Nicanor Miranda, até que ponto a expansão quantitativa foi realmente seguida da qualitativa, uma vez que a denúncia da comunidade com relação ao abandono das Praças de recreio, como visto, acaba nos levando a acreditar na procedência da crítica do dirigente paulista.

Os serviços de recreação desenvolvidos nos Jardins de recreio porto-alegrenses foram, na década de 1940, subordinados ao gabinete do prefeito José Loureiro da Silva, com o nome de Departamento Municipal de Educação Física (PORTO ALEGRE, 1982, p.18). Com essa medida a recreação pública em Porto Alegre ficaria direta e institucionalmente ligada à educação física, assim permanecendo, por dez anos. Com esta orientação entendemos que a educação física constituía, realmente, a “vocação” do sentido de recreação disseminado no contexto gaúcho daquele momento histórico.⁶¹

No que se refere à recreação pública, minhas buscas evidenciaram que as ações municipais na capital gaúcha foram retomadas com novo vigor somente no final da década de 1940. Nesta época, o professor Gaelzer participou do projeto de elaboração de uma lei com o

⁶¹ Em 1944 o professor Gaelzer foi designado para integrar o Conselho Técnico e Administrativo da Escola Superior de Educação Física (ESEF), assumindo a cadeira de Desportos Aquáticos e, em outubro de 1948, integrou uma comissão encarregada de elaborar um projeto visando a fundação dessa Escola Superior, em face da legislação em vigor. A ESEF foi criada e reconhecida, oficialmente, em 6 de maio de 1949. Considerando que a proposta de recreação pública de Porto Alegre era centrada em Frederico Gaelzer, pode ser devido ao fato de ele estar envolvido com outros projetos que a recreação tenha perdido o status e a repercussão antes alcançados.

objetivo de criar, oficialmente, um órgão específico junto à municipalidade, o que mostra que até então o “Serviço de Recreação Pública” representava uma ação desenvolvida pela Prefeitura, mas não constituía um órgão autônomo, tampouco integrava as políticas públicas oficiais.

Aos 27 de novembro de 1950, 24 anos após a implantação do primeiro Jardim de recreio em Porto Alegre, foi criado, pela lei municipal número 500, o *Serviço de Recreação Pública* (SRP), com vigência a partir de 1º de janeiro de 1951. Simultaneamente foi também implantada, pela lei número 501, a taxa de recreação pública, com uma verba própria para custear este órgão.

Entrelaçando ainda mais as trajetórias que vinham sendo percorridas pela recreação e pelo lazer na experiência institucional deflagrada em Porto Alegre, o 1º artigo da lei municipal número 500 determinou que cabia ao SRP “estimular, coordenar, orientar e dirigir as atividades recreativas do povo adequadas às horas de lazer.” Para tanto, ao SRP foram atribuídas várias responsabilidades:

Art. 3º – Ao SRP compete, pelo seu órgão executivo:

- a) estudar a planificação da cidade no que concerne ao bom aproveitamento das novas construções, loteamentos, arruamentos e praias, sugerindo o que fôr de vantagem para a recreação pública e criando novos Jardins de Recreio, Praças de Educação Física, Praias e Parques Recreativos suburbanos;
- b) interpor os seus bons ofícios na organização das verbas anuais do município, propondo novas verbas quanto à ampliação das atividades do SRP;
- c) promover intensa cooperação com a Secretaria de Educação e Cultura na utilização dos próprios Estaduais, no fomento da recreação pública e auxiliar a elaboração dos planos das construções para os novos prédios escolares, advindos do convênio entre o Estado e o Município;
- d) aconselhar as organizações desportivas e sociais em suas atividades relacionadas com a recreação de seus sócios;
- e) fornecer os elementos necessários para que a Diretoria Geral da Receita possa arrecadar os tributos originados pelos seus serviços;
- f) intervir na recreação comercial, quando assim fôr aconselhável em benefício da recreação pública;
- g) promover festividades públicas com o auxílio da Banda Municipal e do Teatro Amador, também nos bairros populosos da capital;
- h) promover cursos, conferências e convocar congressos no afã de incrementar favoravelmente a opinião pública sobre a recreação organizada. (Lei municipal n. 500, 27/11/1950).

Planejar novos espaços para a recreação pública; definir e acompanhar a gestão orçamentária; orientar organizações direcionadas para a recreação e intervir naquelas que tivessem cunho comercial; promover festividades públicas e eventos diversos foram, em suma, as ações atribuídas ao SRP. Trata-se de uma nova fase da experiência institucional liderada pelo professor Gaelzer, que, com as críticas dirigidas ao nazismo no pós-guerra, pode ter perdido seu entusiasmo pelo modelo alemão e se aproximado, novamente, dos conceitos e das novas idéias sobre recreação e lazer difundidos por órgãos e instituições internacionais.

O teor da lei n. 500, em nenhum momento, centraliza as ações do SRP na educação física, fazendo menção tanto a atividades desportivas e cívico-sociais, como a atividades de cunho cultural e artístico. Isso mostra que, no plano da determinação legal, o entendimento de recreação poderia englobar uma multiplicidade de ações que ultrapassavam o universo da educação física e dos esportes – universo que, desde 1926, vinha sendo privilegiado nesta proposta institucional.

Necessário esclarecer que, com esta lei, o Departamento Municipal de Educação Física (criado nos anos de 1940) foi extinto, sendo que os seus respectivos funcionários passaram a integrar o quadro do SRP. Com este encaminhamento, mesmo que o SRP tivesse em vista uma concepção ampliada de recreação, o seu corpo de servidores provavelmente tinha formação especializada em educação física, resultado do trabalho do antigo Departamento. Contando com um quadro de pessoal com formação e trajetória voltada especificamente para a educação física, cabe indagar se o SRP conseguiria modificar a tradição da recreação pública até então desenvolvida em Porto Alegre, cuja ênfase recaía sobre a prática de atividades físicas e esportivas.

No artigo 5º da lei municipal n. 500 consta que a chefia do SRP deveria ser exercida por “[...] um chefe, especialista de reconhecida competência e idoneidade, brasileiro nato, sendo de livre escolha e demissão do prefeito.” Para chefiar o SRP, foi escolhido o

professor Frederico Gaelzer, a quem coube a direção geral deste órgão, a superintendência e execução do plano de recreação pública municipal, com atuação autônoma e responsabilidade direta perante o prefeito.

O professor Gaelzer já atuava, nessa época, como docente da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS), instituição que ele também ajudou a fundar nos anos de 1940.⁶² Tem-se, no despertar da década de 1950, a publicação de vários trabalhos de Frederico Gaelzer sobre a recreação pública na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, contribuindo com a sistematização e difusão de novos conhecimentos sobre este objeto (GAELZER, 1951; 1952).

Os programas estabelecidos pelo SRP nos primeiros anos da década de 1950 voltavam-se, segundo sua filha e também professora de educação física Lenea Gaelzer, para a sadia ocupação das horas de lazer. Para tanto, seria imprescindível “[...] canalizar as necessidades básicas daqueles cujas mentes estavam despertas e receptivas, esperando uma orientação para o seu tempo livre.” (GAELZER, 1979, p.38).

Segundo a autora:

Programas variados e específicos eram realizados em todos os setores [do SRP]: jardins de infância, teatro infantil e amador para adultos, bibliotecas infantis, técnicas e ambulantes; parques balneários movimentados pelos escolares e população em geral, nas campanhas de natação e ensino do remo; parques esportivos com campeonatos por temporadas, disputados entre clubes de bairros; recantos infantis; conferências, clubes especializados, exposições, concertos, excursões orientadas, comemorações físicas e folclóricas, organização dos desfiles carnavalescos. (GAELZER, 1975, p.134).

De acordo com esta autora a evolução e a diversificação dos programas desenvolvidos pelo SRP acabaram exigindo uma nova reforma na estrutura administrativa da Prefeitura, tendo em vista atender as demandas da população. Com a lei n. 1413, de 1955, foi

⁶² Frederico Gaelzer foi nomeado para o cargo de Catedrático de Desportos Aquáticos da ESEF, onde lecionou e ocupou cargos administrativos até a sua aposentadoria, no ano de 1962.

determinada uma total reformulação do SRP, que passou a integrar a recém criada Secretaria Municipal de Educação e Cultura (GAELZER, 1975).

Esta Secretaria, identificada pela sigla SMEC, contava com três setores: Divisão de Cultura Popular, Superintendência do Ensino Municipal e Serviço de Recreação Pública. Para Lenea Gaelzer (1975) os dois primeiros setores eram, originalmente, os Setores de Cultura e de Jardins de Infância do SRP. Porém, com essa reformulação, o SRP ficou incumbido apenas dos setores esportivos, sendo responsável pelas praças, parques e balneários, além dos recantos infantis.

Com essas mudanças administrativas, foi novamente reforçado o papel da recreação pública porto-alegrense em difundir atividades relacionadas, principalmente, à educação física e ao esporte, disseminando, conseqüentemente, a importância de cultivar o hábito da atividade física. Lenea Gaelzer (1975, p.134) observa que o SRP foi subdividido por imposição do próprio progresso e pelas renovadas necessidades sociais, educacionais e culturais da população, chamando a atenção para o fato de que “[...] os órgãos educacionais e culturais da Prefeitura de Porto Alegre nasceram oficialmente da Recreação Pública Organizada”. A autora diz, ainda, que seria importante “[...] louvar a orientação pedagógica inicial daqueles programas que asseguraram a conquista de todo o progresso posterior”.⁶³

As análises até aqui empreendidas mostraram que a modificação na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal deve ter sido processada justamente porque, tradicionalmente, a recreação pública vinha sendo, há longa data, canalizada para a educação física, sendo que esta englobava tanto os jogos e brincadeiras que integram os programas

⁶³ Esta publicação de Lenea Gaelzer, preocupada em explicar a evolução histórica da recreação pública em Porto Alegre, mais do que uma análise sobre essa questão parece constituir um esforço para ressaltar o papel de Frederico Gaelzer não apenas no contexto de Porto Alegre, mas também no cenário nacional. A autora chama a atenção para o fato de que Frederico Gaelzer era “um líder mais experiente”; que a recreação pública por ele organizada foi um “empreendimento pioneiro no âmbito nacional”; que os órgãos culturais e educacionais da Prefeitura nasceram, oficialmente, da recreação por ele organizada. Além disso, a autora parece se empenhar em comprovar que os *Centros de Comunidade* criados pela Prefeitura nos anos de 1970 foram idealizados pelo professor Frederico Gaelzer já nos anos de 1950, sendo por ele denominados, na época, “Centros Cívicos Sociais” (GAELZER, 1975).

escolares, como as ações relacionadas ao esporte, à ginástica, à dança e a lutas, entre outras práticas culturais. Este aspecto ficou claramente evidenciado na especificidade de cada um dos setores que integravam a SMEC. A responsabilidade do SRP foi, dessa forma, desenvolver esportes e educação física recreativa em determinados locais.⁶⁴ Assim, o significado de recreação pública, na época, não parecia ser visto de forma tão abrangente, de maneira que pudesse ser empregado para englobar todas as ações públicas educativas, artísticas e culturais que Prefeitura desejava fomentar.

Este entendimento de recreação, que aqui será chamado restrito por ser orientado principalmente para o universo das atividades físico-esportivas, é confirmado no depoimento de Andréa Bonow, servidora da Prefeitura de Porto Alegre que integrou a SMEC. Esta pedagoga colaborou, posteriormente, com a implantação do primeiro Centro de estudos sobre o lazer e a recreação no Brasil, o que possibilitou uma ampliação dos conceitos de ambos para além das possibilidades da educação física.⁶⁵

Andréa Bonow (2002) esclarece, em seu depoimento:

Até a década de 1970 a recreação na prefeitura era vista mais sob o ângulo do esporte, não tinha uma abrangência maior para as áreas culturais, ou outras manifestações. Até 1970, em alguns momentos ocorreram atividades artístico-culturais, mas a sistemática da recreação pública era mais direcionada para a área do esporte e da atividade física recreativa. [...] A Lenea era filha do professor Gaelzer, que foi um grande pioneiro na área da recreação aqui no Estado, e também no Brasil. Mas ele enfatizava a recreação, a atividade mais física, o esporte. [...] o conceito desenvolvido

⁶⁴ O curso de especialização de Recreação ofertado, em 1954, na ESEF da UFRGS representa outra evidência de que o significado de recreação construído em Porto Alegre aproximava-se da compreensão de educação física entendida de forma geral, englobando tanto os jogos e brincadeiras que integram os programas escolares, como as ações relacionadas ao esporte, à ginástica, à dança e à lutas, entre outras prática culturais. Este curso, embora fosse de especialização, não era no nível de pós-graduação; sendo destinado à formação dos professores de educação física, indicando que a recreação era vista como uma possibilidade estritamente vinculada a esta área (WERNECK, 2002).

⁶⁵ Segundo Andréa Bonow (2002), foi no início da década de 1970 que a Prefeitura sentiu a necessidade de desenvolver pesquisas, formar profissionais e incrementar as ações profissionais na área do lazer em uma perspectiva ampliada. Para tanto, chegou-se à conclusão de que seria necessário que a Prefeitura realizasse um convênio com uma instituição de ensino superior de Porto Alegre. O Convênio foi firmado com a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre, do qual resultou a criação do “Centro de Estudos de Lazer e Recreação” (Celar), o primeiro implantado em nosso país. A professora Andréa atuou como vice-diretora do Celar, centro dirigido pela professora Zilah Totta, que já havia atuado como Secretária de Educação da Prefeitura de Porto Alegre e, na época, lecionava na PUC. Como apresentado na metodologia, o depoimento de Andréa Bonow encontra-se nos Anexos desta pesquisa.

por eles era mais restrito, mais ligado à recreação, mais voltado para o pessoal da educação física.

A análise da experiência institucional deflagrada em Porto Alegre em 1926 possibilitou-me identificar, em suma, uma ênfase no significado de recreação enquanto um conteúdo e enquanto uma metodologia de trabalho estritamente ligados à educação física e ao esporte. Em sua trajetória, até 1955 a recreação pública preocupou-se, sobretudo, com a massificação das atividades físicas, com vistas à sadia formação física, social e moral da população. Regida por princípios de enquadramento fortes, a recreação constituiu parte da formação e da intervenção profissional no âmbito da educação física e, para o adequado encaminhamento das ações, Frederico Gaelzer dizia ser necessário sólido estudo e preparação.

Para concretizar este objetivo, foram planejados e construídos locais apropriados para a recreação, com equipamentos diversificados e serviços especializados. Essas “facilidades” foram criadas para possibilitar o acesso da população aos esportes e exercícios ginásticos, entre outras experiências relacionadas à educação física. A finalidade desta proposta consistia em reduzir a delinqüência infanto-juvenil, ocupar o tempo ocioso de crianças e jovens e preencher adequadamente as horas de lazer dos trabalhadores, evitando o ócio, a indolência e a preguiça.

Os benefícios da recreação pública deveriam ser proporcionados, prioritariamente, às classes socialmente desfavorecidas. Considerando que o trabalho realizado foi destinado a pessoas de diversas faixas etárias, pode-se afirmar que a classificação, isto é, a demarcação de fronteiras, definiu a relação entre os agentes, e, neste contexto, foi fracamente constituída.

A matriz teórica que delineou o significado de recreação no período assinalado foi a educação física, embora outras matrizes mais amplas, como o urbanismo e o pensamento médico-higienista também tenham sido observadas, exercendo influências sobre o objeto estudado. O conjunto desses pressupostos forneceu as bases para os ideais almejados, pela experiência institucional desenvolvida em Porto Alegre, ao longo dos anos.

Desde meados da década de 1930 foi possível identificar, no discurso do professor Frederico Gaelzer, o significado de lazer em voga no momento, sendo este visualizado como negação do ócio, em consonância com a lógica da produtividade. Diferentemente da recreação, o trabalho produtivo foi a matriz de pensamento que definiu a construção do significado de lazer difundido pela proposta implementada na capital gaúcha. Com isso, o lazer foi compreendido como sinônimo de horas vagas, um tempo decorrente do estabelecimento de leis sociais traduzidas como conquistas da classe proletária. Essas horas de lazer não deveriam ser empregadas com ócio, mas com uma proposta de recreação pública canalizada, em locais específicos, para a educação física, capaz de proporcionar saúde para a população e colaborando, conseqüentemente, com a recuperação da força de trabalho.

No decorrer dos anos, a emissão de conceitos e de juízos de valor sobre o adequado emprego das horas de lazer acabaram encaminhando a discussão para a importância da recreação, um eficiente meio de educação revestido de grande potencial para solucionar este problema. A recreação possibilitava, pois, a “adequada” ocupação das horas vagas de lazer, transformando o tempo ocioso em um tempo produtivo. Foi justamente neste momento que as trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer, inicialmente distintas, passaram a ser complementares, entrelaçando-se, ao se criar atividades e espaços específicos para o uso das horas vagas.

A preocupação com a dimensão educativa da recreação também pode ser visualizada em uma outra experiência institucional analisada nesta pesquisa, decorrente da criação, em 1935, do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. A iniciativa paulistana também se revelou muito significativa para a compreensão do objeto do presente estudo, especialmente considerando o aspecto cultural que integrou o programa original de seu desenvolvimento, fornecendo outros encaminhamentos para a construção dos significados de recreação e de lazer.

Recuando novamente no tempo, foi em meados da década de 1930 que a municipalidade paulistana entrou em contato com a Prefeitura de Porto Alegre, com vistas a conhecer a proposta que vinha sendo realizada, com êxito, na capital gaúcha. Sobre este assunto, matéria publicada em Porto Alegre no dia 2/12/1936 (GAELZER, [s.d.]) revela que nas Praças de desportos a petizada “gárrula e inquieta” se divertia ao mesmo tempo em que colocava os seus músculos ainda em esboço em “salutar movimento”, tornando difícil ocultar a satisfação que experimentavam. O autor do texto comenta o seguinte:

Não há muito, a Municipalidade da Paulicéia, o grande centro urbano do paiz, solicitou á nossa Prefeitura os elementos necessários para construir, ali, vários desses utilíssimos jardins. A iniciativa dará, na metrópole paulista, os mesmos fructos colhidos na nossa capital. Mas, não é tudo. O exemplo de São Paulo devia ser imitado. As praças de sports se deviam multiplicar em todo o território nacional.

É sobre a análise da experiência institucional desenvolvida em São Paulo que versará o segundo capítulo.

CAPÍTULO 2

TRAJETÓRIA DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E RECREIO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E RECREAÇÃO (1935-1947): COMPREENDENDO OS SIGNIFICADOS DE RECREAÇÃO E DE LAZER CONSTRUÍDOS PELA EXPERIÊNCIA INSTITUCIONAL PAULISTANA

A cidade que se está remodelando, e tomando aspectos de uma metrópole moderna, necessitaria também ser dotada de um aparelhamento cultural em harmonia com o seu progresso material. (*Diário de São Paulo*, 3/4/1935).

Este capítulo pretende analisar os significados de recreação e de lazer construídos pela municipalidade paulistana no período 1935-1947. Para tanto, procura compreender as razões políticas que impulsionaram a criação do *Departamento de Cultura e Recreação*. Inicialmente dirigido por Mário de Andrade, este Departamento contou, em sua estrutura, com setores encarregados de organizar o lazer da população operária.

A partir deste panorama inicial, busca-se entender de que maneira o poder público municipal sistematizou esta experiência institucional e quais as contribuições fornecidas por Nicanor Miranda, chefe da Divisão de Educação e Recreio. Busca-se, ainda, compreender os objetivos desta proposta de educação extra-escolar.

Este capítulo também propõe uma análise dos programas de recreação desenvolvidos nos Parques da capital paulista até 1947, quando o Departamento de Cultura e Recreação deixa de ser um órgão autônomo para integrar a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, criada em decorrência da reforma administrativa realizada naquele ano.

2.1. Criação do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura Municipal de São Paulo: Confluência de interesses

A partir de 1920 a intelectualidade brasileira empenhou-se por difundir a urgente necessidade de educar o povo e transformar a sociedade, tarefa que se confundia com a instauração de uma cultura capaz de assegurar a unidade da nação. Segundo Xavier (1999), foi principalmente na década de 1930, sob orientação dos intelectuais, que o desejo de transformar a sociedade ganhou força e foi traduzido em ações concretas. Tornou-se expressivo, neste período, o pensamento de que o caminho para o almejado progresso passava pela ação das elites esclarecidas.

Neste contexto histórico foram muitos os defensores da necessidade de empreender uma reforma educacional capaz de alterar o quadro de aproximadamente 75% de analfabetismo no país, apostando na educação como elemento indispensável ao processo de regeneração social. A criança escolarizada seria uma educadora em seu meio de origem e, nesse sentido, o direito à educação não tinha como pressuposto, de maneira geral, o direito de ascensão social, mas, de manutenção dos diferentes estratos da sociedade em seus devidos lugares.

Como lembra Veiga (2000, p.132),

A grande revolução estaria em fazer o povo aplicar-se em uma mentalidade fundamentada no trabalho e cujo espírito de solidariedade implicaria uma relação supostamente harmônica entre ricos e pobres, cada um em seu lugar, respeitando mutuamente lugares e aptidões.

Nesta época havia uma grande massa proveniente das camadas proletárias, especialmente infantil, que precisava ser educada. A ênfase na educação refletia a urgente preocupação em superar a “ignorância do povo”, refletida nos altos índices de

analfabetismo.⁶⁶ Somente vencendo esta barreira seria possível transformar as pessoas em cidadãos, ou seja, em indivíduos livres porque esclarecidos, ilustrados.

Xavier (1999) esclarece que a formação desses cidadãos deveria ser consoante à nova ordem política instaurada por Getúlio Vargas e ao novo projeto de construção da nacionalidade que caracterizou o seu governo. Deveria, ainda, adequar-se às demandas colocadas pelo recente avanço tecnológico e pela intensificação do crescimento urbano, em meio à reformulação dos pactos oligárquicos e clientelistas que, tradicionalmente, vinham marcando a vida política brasileira.

Cabe lembrar que o Estado de São Paulo esteve à frente do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, caracterizado pela diversificação no setor agrícola, pelo surto industrial e pela intensificação da urbanização. Várias cidades cresceram a partir das décadas finais do século XIX, mas, segundo Fausto (2000), nenhuma comparável à capital do Estado de São Paulo. Esta cidade

[...] oferecia um campo aberto ao artesanato, ao comércio de rua, a fabriquetas de fundo de quintal, aos construtores autodenominados “mestres italianos”, aos profissionais liberais. Como opção mais precária, era possível empregar-se nas fábricas nascentes ou no serviço doméstico. (FAUSTO, 2000, p.284).

A vitória do movimento político-militar liderado por Getúlio Vargas em 1930 abalou, profundamente, a hegemonia de São Paulo no cenário nacional. Esta situação instigou os paulistas a lutarem pela ocupação de espaços centrais no ciclo do poder, tendo em vista reduzir a ascendência do governo federal sobre o Estado de São Paulo.

As máquinas administrativas paulistas municipais e estadual viveram, especialmente nos primeiros anos da década de 1930, um momento de grande instabilidade política. Num intervalo de apenas quatro anos a capital paulistana chegou a ter dez chefes

⁶⁶ A educação da grande massa da população brasileira constituía o maior entrave para a modernização do Brasil, um país cuja população aumentava rapidamente. Conforme os censos realizados em 1920 e em 1940, a população brasileira passou de 30,6 milhões de habitantes a 41,1 milhões. Tratava-se de uma população muito jovem, pois aproximadamente 54% do total correspondiam a menores de 20 anos – tanto em 1920, como em

diferentes do Executivo Municipal, sem contar que foi intensa a recusa dos paulistas em aceitar os jovens oficiais designados como “Interventores do Estado” pelo Governo Provisório de Vargas.

Entretanto, a partir de 1934, com Armando de Salles Oliveira governando o Estado e Fábio da Silva Prado na Prefeitura da capital, podemos dizer que São Paulo, mesmo orientando-se pelas diretrizes federais, conseguiu conduzir os seus rumos políticos com uma relativa autonomia, pelo menos até o golpe de novembro de 1937.⁶⁷

De acordo com pesquisa realizada por Abdanur (1992), educação e cultura ocuparam um lugar estratégico no projeto político dessas lideranças liberais paulistas. Na condição de militantes do *Partido Democrático* (PD), essas lideranças se colocaram em oposição aos “perrepistas” do *Partido Republicano Paulista* (PRP).⁶⁸ Neste âmbito, tanto Armando de Salles, como Fábio Prado, participaram de algumas iniciativas importantes, como a criação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), da USP (1934) e do Departamento de Cultura e Recreação (1935).

O objetivo da Escola Livre de Sociologia e Política consistia em formar profissionais especializados para o serviço público, preparando governantes aptos para representar os interesses das elites paulistas. O projeto de fundação da USP foi, inicialmente, formulado por Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo. Esta universidade representou, para os paulistas, um símbolo do renascimento político de São Paulo e, a esta

1940. O índice de escolarização de meninos e meninas entre 5 e 19 anos era de cerca de 9% em 1920 e, em 1940, conseguiu alcançar o modesto patamar de 21% (FAUSTO, 2000).

⁶⁷ Armando de Salles Oliveira, candidato de uma chapa única, em agosto de 1933 foi nomeado por Getúlio Vargas para o cargo de Interventor Federal em São Paulo em substituição aos antigos governadores, o que foi considerado pelos revolucionários constitucionalistas como uma vitória em face da derrota paulista contra as tropas federais no ano anterior. A convite de Armando de Salles, em setembro de 1934 Fábio Prado iniciou sua gestão como Prefeito da capital bandeirante. Ambos foram destituídos de seus respectivos cargos em decorrência da ditadura do Estado Novo, sendo obrigados a partir para o exílio.

⁶⁸ Contando com o apoio de Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, o PD foi fundado em 1926 pelos “dissidentes da oligarquia” paulista. Este partido tinha como meta obter, para o povo, o livre exercício da soberania e da escolha de seus representantes, de maneira que a institucionalização do voto secreto era uma das principais bandeiras do PD. Conforme análises de Prado (1986), apesar da tentativa de formulação

instituição de ensino superior coube a formação da elite intelectual, orientadora das elites políticas e responsável pelas diretrizes do sistema educacional.⁶⁹ O Departamento de Cultura e Recreação, por sua vez, seria um órgão municipal responsável por promover o “aprimoramento cultural” do povo (ABDANUR, 1992).

Depoimentos de Paulo Duarte (1971) e de Rubens Borba de Moraes (REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, 1984) indicam que a criação do Departamento de Cultura e Recreação foi fruto das idéias construídas por um grupo de jovens intelectuais “idealistas, ousados e corajosos”. Entre 1926 e 1931 esses jovens amigos se reuniam ao redor de uma grande mesa para discutir e trocar idéias, quase todas as noites, no apartamento de Paulo Duarte. Alguns integrantes deste grupo haviam participado da *Semana de Arte Moderna* de 1922, como Antonio de Alcântara Machado, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes e Mário de Andrade, sendo conhecidos como “modernistas”.⁷⁰

Paulo Duarte nos relata que foi

[...] em torno da fria mesa de granito que um de nós – quem poderá saber qual de nós? – falou na perpetuação daquela roda numa organização brasileira de estudos de coisas brasileiras e de sonhos brasileiros. Mas cadê dinheiro? O nosso capital eram sonhos, mocidade e coragem. [...] À vista de tantos argumentos, ficou decidido que um dia seríamos governo. (DUARTE, 1971, p.50).

de um projeto alternativo de dominação social, a “dissidência” compartilhava dos mesmos princípios políticos de seus adversários do PRP, defendendo os mesmos interesses.

⁶⁹ Fernando de Azevedo defendia a tese de que o ponto crucial do projeto de constituição de um campo cultural situava-se no ensino universitário. Este educador acreditava que o projeto de construção da nação brasileira poderia ser consumado por meio do processo de seleção das elites e da simbiose entre os intelectuais e o Estado na condução das massas. Sua grande preocupação era a formação dos quadros dirigentes do país, pois a formação das elites letradas e a educação popular eram os dois pressupostos atrelados, hierarquicamente, no projeto de reconstrução nacional (AZEVEDO, 1958).

⁷⁰ O movimento modernista que eclodiu em São Paulo na famosa *Semana* de 1922 tem no escritor Mário de Andrade uma de suas personalidades centrais, devido a sua importante contribuição à literatura brasileira. Os chamados “modernistas” eram, freqüentemente, vaiados no Teatro Municipal e chamados de “loucos” e “futuristas” pela imprensa paulista. A pretensão dos modernistas, naquele momento, era renovar as manifestações artísticas brasileiras, alçando-as a um novo patamar definido por parâmetros internacionais. Segundo estudos de Sandroni (1988), muita coisa mudou entre 1922 e 1935. Na década de 1930, mais maduros, os modernistas que antes defendiam um “projeto estético” passam a investir em um “projeto ideológico”, buscando a congruência entre as funções e conexões sociais do intelectual e do artista. Neste percurso, o conhecimento mais profundo da realidade brasileira passou a ser visto como única via capaz de garantir o acesso do Brasil ao “concerto das nações cultas”.

Com a derrota do movimento armado constitucionalista, o apartamento de Paulo Duarte foi fechado e este partiu para o exílio por ter participado, ativamente, da organização da Revolução de 1932 contra as tropas federais. Mas o grupo não se dissolveu, continuou mantendo relações, o que ficou evidenciado pela coleção de cartas trocadas entre esses jovens intelectuais. Em setembro de 1934, já de volta ao Brasil, o advogado, jornalista e escritor Paulo Duarte foi convidado por Fábio Prado, que acabava de ser escolhido por Armando de Salles Oliveira para governar a capital paulista, para atuar como chefe de gabinete da Prefeitura.

Pouco depois, Paulo Duarte compartilhou com o prefeito a velha idéia germinada no apartamento da Avenida São João e, para sua surpresa, Fábio Prado acabou mostrando-se aberto à idéia, afirmando: “Por que não tentar esse instituto?” (DUARTE, 1971, p.51).

Isso nos faz pensar que o prefeito acatou prontamente a proposta de Paulo Duarte, o que não coincide com as análises contidas na pesquisa de Abdanur (1992). Tomando como base o discurso proferido pelo prefeito em janeiro de 1936, por ocasião da comemoração da fundação da cidade de São Paulo, a autora nos mostra que Fábio Prado aderiu ao projeto mostrando, contudo, certa cautela. O prefeito manifestou, a princípio, um certo receio, alegando ser uma obra “arrojada demais” para um país como o Brasil. De qualquer maneira, a fundação do novo órgão municipal acabou sendo concretizada no início da gestão Fábio Prado, o que demandou de Paulo Duarte grande dedicação:

Passei uma semana coligindo notas. Primeiro conversas com o governador de São Paulo. Mas este era homem que criara a Universidade paulista. Viu que era bom. Fui à casa de Mário de Andrade. [...] Mário me ouviu. E disse: “Mas isso é felicidade demais!” Era mesmo. Mandou-me uma porção de dados, dois dias depois, que se somaram aos meus. (DUARTE, 1971, p.51)

O primeiro projeto de criação do Departamento de Cultura e Recreação foi, então, levado a Fábio Prado, que segundo a declaração de Duarte (1971), “aprovou tudo”. Segundo o autor, o prefeito não demonstrou receio nem mesmo quando foi informado de que haveriam de precisar, pelo menos, de uns cinco mil contos por ano, soma muito elevada na época.

Duarte (1971) também se encarregou, por iniciativa própria, de enviar uma cópia do anteprojeto para várias pessoas, para que pudesse ser apreciado. Este trabalho esboçava um sistema de Parques Infantis, restauração e publicação de documentos históricos, teatros e bibliotecas. Dentre estas merecem destaque Plínio Barreto, Anhaia Melo (ex-prefeito de São Paulo), Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo, Antônio de Almeida Prado, além dos membros do já citado grupo que se reunia entre 1926 e 1931. As cópias foram devolvidas com várias sugestões, muitas das quais incorporadas ao documento original.

Mandamos para a imprensa o primeiro projeto definitivo. Vieram mais sugestões e críticas. Umhas construtivas, muitas xingativas. Mas o que chegou mesmo em quantidade foram pedidos de emprêgo. Havia pelo menos cinquenta candidatos que se julgavam excelentes para dirigir a Expansão Cultural, ou para dar conta da Documentação Histórica e Social, todos aquêles postos para os quais campeávamos um dirigente capaz, sem encontrar! [...] E, numa manhã, o Diário Oficial punha na rua o grande sonho da Avenida São João. (DUARTE, 1971, p.52).

Em minhas buscas, verifiquei que a criação do Departamento de Cultura e Recreação não foi o único empreendimento que marcou a gestão Fábio Prado (1934-1938). Este Prefeito, valendo-se de conhecimentos técnicos e científicos, promoveu uma ampla modificação na estrutura do executivo paulistano, reduzindo a seis os Departamentos ligados ao seu gabinete. A reforma administrativa por ele efetuada, com o auxílio de Paulo Duarte, visava a racionalização das atividades administrativas, tornando mais eficientes os serviços públicos.

Todavia, no que diz respeito ao Departamento de Cultura e Recreação, o prefeito acabou visualizando no novo órgão uma chance de colocar São Paulo numa situação de grande destaque em relação às outras metrópoles do país. De fato, constatei que este Departamento acabou sendo o projeto de maior repercussão durante a gestão Fábio Prado.⁷¹

⁷¹ O *Departamento de Cultura e Recreação* foi concebido com o apoio de Armando Salles e pretendia ser ampliado futuramente, dando origem ao *Instituto Paulista de Cultura* e, posteriormente, ao *Instituto Brasileiro de Cultura*, caso o Interventor Federal de São Paulo chegasse à Presidência da República nas eleições previstas para 1937.

Segundo Abdanur (1992), o Departamento de Cultura e Recreação foi fruto da aliança promovida, por Paulo Duarte, entre os “modernistas” e a “burguesia ilustrada”.⁷² A proposta de desenvolvimento de uma cultura nacional, objetivo explícito dos modernistas, somente poderia concretizar-se por meio da ação de um órgão público. Esta iniciativa foi ao encontro dos “ilustrados” que buscavam a projeção nacional e a recuperação da liderança política no cenário nacional, através do êxito da experiência paulista na área cultural. Nessa concepção de cultura estava implícita a educação, entendida como formação das consciências em nome do liberalismo, visão esta completamente diferente da concepção de cultura dos modernistas. Estes últimos se preocupavam com um processo de utilização de fontes nacionais pelo artista brasileiro, e também que a essência da cultura nacional deveria ser trabalhada com as classes populares.

Desta forma, parafraseando Abdanur (1992), entendo que “modernistas” e “ilustrados” tinham concepções distintas de cultura, mas se aliaram para concretizar seus objetivos através da política cultural desenvolvida em São Paulo em meados da década de 1930. Enquanto para os primeiros o Departamento de Cultura e Recreação objetivava a “elevação cultural” de todos os paulistanos, para os segundos a preocupação com a cultura era uma questão estratégica – voltada, segundo a opinião da autora acima, para a promoção da harmonia social e da hegemonia paulista no cenário nacional.⁷³ Enfim, política, cultura e

⁷² Para Abdanur (1992), os chamados “ilustrados” eram os membros das novas lideranças políticas formadas pela Escola Livre de Sociologia e Política e pela USP. Essas lideranças se colocaram como oposição aos grupos denominados de “oligarquias dominantes”, por meio do estabelecimento de um novo arranjo das estratégias de dominação social. Postulavam, pois, a necessidade de encontrar uma maneira mais eficiente de controlar os conflitos sociais arquitetados pela classe operária, que se agravavam naqueles anos.

⁷³ Em São Paulo, a maior presença de operários estrangeiros favoreceu a influência difusa do anarquismo, uma vez que os patrões e o governo, principalmente este último, eram vistos como “inimigos”. A classe proletária procurava pressionar os patrões a tomarem medidas efetivas para melhorar as suas condições de vida e de trabalho. Além disso, cobrava do Estado o exercício de seu papel, uma vez responsável pela regulamentação das suas reivindicações sociais. Na capital paulista predominou o “anarco-sindicalismo”, uma corrente do movimento operário que teve seu apogeu na Europa e nos Estados Unidos entre as últimas décadas do século XIX e o início da 1ª guerra mundial, visando promover uma transformação radical na sociedade e implantar o socialismo (NAGLE, 1976; BATALHA, 2000).

educação estavam intimamente entrelaçados no projeto de sociedade desenvolvido em São Paulo naquela época.

Mário de Andrade foi considerado, por Paulo Duarte, como a única pessoa que tinha condições para dirigir o novo Departamento, indicação autorizada pelo prefeito. A princípio receoso com o “convite/intimação” de seu amigo, Mário de Andrade acabou aceitando o desafio e se dedicando ao novo órgão com muita satisfação (DUARTE, 1971). O Departamento de Cultura e Recreação contaria com cinco Divisões: Expansão Cultural, Bibliotecas, Educação e Recreio, Documentação Histórica e Social, Turismo e Divertimentos Públicos.

A publicação, no *Diário Oficial*, da lei que criaria o Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura Municipal de São Paulo não ocorreu na data prevista, provocando grande ansiedade nos dirigentes paulistanos. Mário de Andrade confidenciou a sua amiga Oneyda Alvarenga, em carta datada de 15/5/1935⁷⁴, o motivo do atraso:

O prefeito recebera da Presidência da República uma lista enorme de nomes de indivíduos que seria preciso colocar no Departamento e que deixara a Prefeitura atrapalhadíssima, pois o Departamento já estava com a sua burocracia completamente organizada. (ANDRADE, 1935, p.1)

O alívio veio no final deste mesmo mês de maio de 1935, pois no dia 30 o Departamento de Cultura e Recreação foi criado, oficialmente, pelo Ato n. 861. No dia seguinte Mário de Andrade foi nomeado diretor do novo órgão, acumulando ainda a chefia da Divisão de Expansão Cultural (Portaria Municipal n. 1.094 de 31/05/1935).

No dia da publicação das nomeações, com espanto e com escândalo, viu-se que para o lugar de diretor do Departamento da Expansão Cultural, em vez de fulano recomendadíssimo pelo partido, saiu o nome de Mário de Andrade; para a Documentação Histórica e Social, em vez daquele bacharel, cabo eleitoral, foram escolhidos Sérgio Milliet e Bruno Rudolfer; para a Biblioteca era nomeado Rubens Borba de Moraes e não aquele sobrinho do deputado tal, e para Educação e Recreio aparecia Nicanor Miranda, em vez de outro protegido qualquer. E assim para todos os cargos importantes. Houve um barulhão. (DUARTE, 1971, p.71).

⁷⁴ Fui em busca desta carta no Instituto de Estudos Brasileiros/USP a partir da indicação contida em Duarte (1971).

Desta maneira, o Departamento de Cultura foi orientado por personalidades cuidadosamente escolhidas pela intelectualidade paulista, mas isso não impediu que essas personalidades fossem poupadas de duras críticas. Como foi visto, a vida pública de alguns se iniciou na *Semana de Arte Moderna* de 1922. Perduravam críticas a este movimento modernista e, neste cenário, Mário de Andrade era considerado, por muitos, um “futurista pernóstico”; Rubens Borba de Moraes classificado como um “empregadinho da Recebedoria de Rendas” e Sérgio Milliet acusado de ter ganhado o cargo apenas por ser primo de Paulo Duarte.

Sobre outros, como Nicanor Miranda,

[...] caiu mais a oposição do que os amigos, pois este tinha o crime gravíssimo de ter, como jornalista, acompanhado o sr. Getúlio Vargas em sua viagem ao nordeste, e isso era uma afronta à honra de São Paulo, que não esquecia, não transigia e não perdoava. (DUARTE, 1971, p.71).

A escolha de Nicanor Miranda para chefiar a *Divisão de Educação e Recreio*, setor que será privilegiado em minhas análises por ter sido indicado na literatura e nos documentos da época como o “carro chefe” do Departamento, não ocorreu sem controvérsias. Fábio Prado, assim como Mário de Andrade, desejavam nomear Maria Aparecida Duarte, irmã de Paulo Duarte, para o cargo de chefia, uma vez que esta detinha amplos conhecimentos sobre “Parques Infantis”. Paulo Duarte, em face dos ataques e críticas que poderiam advir com a nomeação de sua irmã, preferia outros candidatos: Alice Meireles Reis e Nicanor Miranda.⁷⁵ Com a recusa de Alice Meireles Reis, foi designado para o cargo Nicanor Miranda, colega de Paulo Duarte na Faculdade de Direito, um rapaz considerado culto e que também freqüentou o grupo do apartamento da avenida São João (DUARTE, 1971).

⁷⁵ Com as indicações de Paulo Duarte, “feitas pelo critério da competência profissional”, Sérgio Milliet assumiu a Secretaria do Departamento de Cultura e Recreação, enquanto Benedito Junqueira Duarte foi designado chefe de Iconografia, Fotografia e Cinema da Prefeitura. Com a nomeação de seus parentes, Paulo Duarte foi alvo de inúmeras críticas, daí a sua resistência a que Maria Aparecida Duarte, “D. Nini”, assumisse mais um cargo de chefia, mesmo sendo considerada a pessoa mais qualificada para tal (DUARTE, 1971).

Análise de documentos da época evidenciam que os chamados “Parques Infantis”, bem como os serviços neles organizados, constituíram uma atividade-piloto do Departamento de Cultura e Recreação, precedendo a criação deste.⁷⁶ Como será tratado no tópico a seguir, as ações do novo órgão cultural começaram a ser desenvolvidas antes mesmo se sua criação oficial, o que foi concretizado por meio do *Serviço Municipal de Jogos e Recreio*.

Em geral, a estrutura básica deste Serviço foi preservada não apenas durante os anos em que Mário de Andrade dirigiu o novo Departamento na gestão Fábio Prado (1934-1938), mas também durante a administração do Prefeito Prestes Maia (1938-1945). Esta preservação se faz mais notada no que diz respeito às questões pertinentes aos Parques Infantis. Neste sentido, passarei à análise dos fundamentos legais e pedagógicos que nortearam esta experiência institucional paulista.

2.2. Da rua para o Parque: Fundamentos que nortearam a estruturação do Serviço Municipal de Jogos e Recreio

A criação do Serviço Municipal de Jogos e Recreios precedeu a fundação legal do Departamento de Cultura e Recreação, conforme previsto pelos idealizadores deste órgão cultural.⁷⁷ Este aspecto foi explicitamente formalizado no primeiro artigo do Ato n. 767 (9/1/1935), em que se lê: “Fica criado diretamente subordinado ao Prefeito, enquanto não se

⁷⁶ O primeiro “Parque infantil” de São Paulo, o Parque Pedro II, foi anterior à gestão Fábio Prado, sendo construído pelo Prefeito Anhaia Melo. Segundo Duarte (1971), este parque já funcionava na capital antes da criação do Departamento de Cultura, mas não contava com *organização* de qualquer espécie. Tratava-se, assim, apenas de um “refúgio”, do meio urbano, para as crianças.

⁷⁷ A denominação deste Serviço foi alterada, em 15/2/1935 (Ato n. 795), para “Serviço Municipal de Parques Infantis”. Em 30 de maio de 1935 foi, finalmente, transformado em uma das Seções da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura e Recreação: a “Seção de Parques Infantis”, sob responsabilidade de Maria Aparecida Duarte.

organizar o Departamento Municipal de Cultura, o Serviço Municipal de Jogos e de Recreio para crianças.” (SÃO PAULO... [s.d.] , p.6).

Para fundamentar a criação deste Serviço, os responsáveis pelo novo empreendimento se basearam em algumas razões específicas, expostas em sete “considerandos” que precedem os 15 artigos do documento. A primeira justificativa abalizava-se no argumento de que as forças morais e espirituais de uma Nação dependiam, em parte, da maneira pela qual os cidadãos aproveitavam as suas horas de descanso. Neste âmbito, seria “[...] necessário despertar nas novas gerações o gosto e criar o hábito de empregar seus lazeres em atividades saudáveis de grande alcance moral e higiênico.” (SÃO PAULO..., [s.d.] , p.5).

Com esta primeira justificativa observa-se que a necessidade de empregar adequadamente os “lazer” já constituía preocupação da municipalidade de São Paulo em 1935. Embora Miranda (1947) não conceitue formalmente os termos “lazer” e “lazer”, fica subentendido em seu trabalho o entendimento destes como uma *fração de tempo*, representada pelas horas de descanso proporcionadas aos operários. As horas de lazer concedidas ao operariado ao findar da jornada de trabalho, ou nos fins de semana, deveriam ser empregadas com atividades consideradas saudáveis dos pontos de vista biológico, moral, social e político, como retrata o teor do Ato 767.

Ademais, o primeiro “considerando” do Ato 767 incide justamente sobre esta questão, o que me permite afirmar que mesmo que os argumentos salientados neste documento não fossem ordenados por prioridade, a preocupação com a saudável utilização do lazer representava uma referência básica para as outras justificativas.

O segundo “considerando” destaca a importante função que as atividades lúdicas exerciam no processo educativo e social das crianças. Os jogos foram concebidos como construtores essenciais da vida em sociedade, fonte dos primeiros ideais e impulsos sociais,

tais como a solidariedade, a capacidade de comunicação e a cooperação. A ênfase nas atividades lúdicas indica alguns princípios importantes para o público que iria usufruir desta proposta de recreação organizada pela prefeitura, ou seja, as crianças, o “futuro da Nação”. Fica assinalado, portanto, que a infância era um ciclo de vida essencial para o “adequado” emprego futuro das horas de lazer.

Observa-se uma preocupação com as nefastas conseqüências advindas das condições de vida da população operária em uma cidade como São Paulo, em acelerado processo de desenvolvimento urbano-industrial. Em face desta realidade, a municipalidade assumiu a responsabilidade de disponibilizar espaços apropriados para que as crianças praticassem atividades lúdico-educativas. Porém, não se tratava simplesmente de reservar espaços públicos para as brincadeiras das crianças, tratava-se de reforçar determinados princípios:

Considerando que as praças de jogos para crianças, organizadas como meio de preservação social e educação sanitária têm contribuído eficazmente [...] para a educação higiênica e social das crianças, proporcionando-lhes oportunidades e meios de recreação ao ar livre, estreitando o convívio de crianças de todas as classes sociais;

considerando que os parques de recreio e de jogos inspirados nesse ideal de promover o bem-estar da infância [...] constituem, sobretudo em bairros pobres, um meio poderoso de derivar as crianças de focos de maus hábitos, vícios e criminalidade, para ambientes saudáveis e atraentes, reservados aos seus divertimentos e exercícios, sob o controle dos poderes públicos;

considerando que nas cidades industriais como São Paulo, em pleno crescimento, a densidade da população, a valorização crescente dos terrenos, o movimento cada vez mais intenso nas vias públicas e as construções de casas de apartamentos e de habitações coletivas concorrem para limitar cada vez mais, sinão para subtrair às crianças espaços ao ar livre, pateos, terreiros e jardins de que necessitam para os seus jogos, exercícios e divertimentos. (SÃO PAULO..., [s.d.], p.5-6).

Pelo exposto, entendo que a municipalidade considerava fundamental promover o “bem-estar” das crianças pobres: evitando os maus hábitos, os vícios e a criminalidade e proporcionando-lhes, em contrapartida, meios de educação, de saúde e de recreio. Para tanto, o poder público municipal deveria reservar espaços livres na cidade de São Paulo, em processo

de urbanização, e conduzir as crianças para ambientes considerados saudáveis e atraentes, nos quais pudessem se exercitar, se divertir e, nas palavras de Mário de Andrade, produzir cultura.

Por um lado, tal encaminhamento poderia evitar somente as práticas tidas como nocivas à sociedade, como o ócio e a vadiagem; por outro lado, seria uma forma de minimizar problemas sociais como a fome, o trabalho infantil e a proliferação de doenças. Verifico, neste momento, a mobilização do poder público em torno de uma questão fundamental para o lazer: a tentativa de substituir “práticas perniciosas” por outras, “saudáveis e recomendáveis”.

Ressalto que a implantação deste Serviço Público atendia o disposto na Constituição Federal de 1934, em seus artigos 149 e 156 – conteúdo do último “considerando” que integra o Ato 767. Estes artigos constitucionais determinavam que as municipalidades deveriam proteger o “[...] desenvolvimento da cultura em geral e a manutenção e ao desenvolvimento dos sistemas educativos.” (SÃO PAULO..., [s.d.], p.6). Em suma, foram esses os argumentos que justificavam a criação do Serviço Municipal de Jogos e Recreios.

De acordo com a minha compreensão os “sistemas educativos” enfatizados no Ato 767, posteriormente denominados oficialmente de “Parques Infantis”, faziam parte da política pública desenvolvida na capital paulista a partir de 1935, integrando ainda o projeto de urbanização da cidade.

Conforme determinado pelos primeiros artigos do Ato 767, o Serviço Municipal de Jogos e Recreios foi criado com o fim de localizar, organizar e instalar os parques de jogos infantis e orientar todos os serviços relativos à construção de praças desse gênero e ao desenvolvimento de jogos e diversões. Esses parques deveriam prestar serviços livres e gratuitos, sendo construídos e instalados, preferencialmente, na proximidade de escolas, “casas de apartamentos” e bairros operários.

Nos bairros operários, os mais pobres, a infância se desenvolvia freqüentemente em más condições higiênicas e morais, aspecto preocupante aos olhos dos dirigentes municipais paulistas. Como destacou Nicanor Miranda, era imprescindível melhorar as condições de vida da criança proletária para que esta pudesse ter a chance de um futuro mais digno e promissor. Neste caso, o recém criado Serviço Municipal de Jogos e Recreio e do Departamento de Cultura e Recreação visava, efetivamente, os segmentos proletários, criando para este grupo social um espaço e, conseqüentemente, um lugar definido na hierarquia social. Os idealizadores deste Serviço trabalharam efetivamente em prol das crianças pobres, desenvolvendo, no entanto, ações de caráter assistencialista.

Habitando mal, alimentando-se parcamente – e muitas vezes nem mesmo se alimentando – em contacto com a doença, o vício, a miséria, e muitas vêzes com a ausência absoluta das mais elementares normas morais, sem instrução, sem meios para viver a sua vida de jôgo, sem sol, sem carinho, sem ter quem a guie, a oriente e a conduza, que desventuroso porvir não a aguarda? (MIRANDA, 1942, p.321).

É necessário acrescentar que Nicanor Teixeira de Miranda nasceu na cidade de São Manuel no dia 20 de agosto de 1907. Em 1930 tornou-se oficial de gabinete do Prefeito de São Paulo, o que possibilitou uma primeira aproximação com o exercício da função pública, trajetória que acabou percorrendo ao longo de sua vida profissional (MELO, 1954). Além de ter-se graduado em Direito, cursou uma Licenciatura em Filosofia e Sociologia, tendo sido aluno da primeira turma formada pela *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* da USP, em 1937.

Conforme o Ato 767, o Serviço Municipal criado em janeiro de 1935 deveria ser dirigido por um higienista ou educador. Esta proposta foi conduzida por Nicanor Miranda, que contava com o auxílio de uma Comissão Municipal, órgão deliberativo e consultivo.⁷⁸

⁷⁸ Associando saúde, educação, educação física e recreação na infância, a Comissão Municipal de Recreio deveria ser constituída por seis membros nomeados pelo Prefeito, com mandato de quatro anos. Os seus integrantes eram definidos da seguinte maneira: um representante do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo; um representante da Diretoria de Ensino; um representante do Departamento de Educação Física; um representante do Instituto de Higiene; o professor de Biologia Educacional do Instituto de Educação da USP e

Nicanor Miranda era considerado, pelos seus pares, um intelectual dedicado, expressivo estudioso de jogos e recreação no País com grande volume de publicações, especialmente na primeira metade do século XX. De acordo com as observações deste autor:

Se tudo que existe e se projeta visa principalmente as gerações adultas, porque não organizar um serviço público que cuide da criança de hoje, cidadão de amanhã, colaborador eficiente da grandeza de São Paulo? (MIRANDA, 1938, p.8).

A Nicanor Miranda, na condição de chefe do serviço institucional implantado em São Paulo, competiam várias atribuições: a) promover estudos que visassem a solução dos problemas de recreio e de jogos dos parques, jardins e outros logradouros públicos com esta finalidade; b) superintender todos os serviços concernentes à instalação e organização dos parques de jogos infantis; c) orientar e fiscalizar as atividades recreativas adotadas nesses locais, tornando-os úteis e atraentes, dentro das mais rigorosas condições sanitárias; d) promover ou solicitar, de institutos competentes, a realização de inquéritos e pesquisas higiênicas, psicológicas e sociais nas populações infantis frequentadoras dessas instituições extra-escolares (SÃO PAULO..., [s.d.]).

Suas responsabilidades incluíam, ainda, a organização de festas infantis em datas específicas, servindo à educação moral, higiênica e estética das crianças, despertando nas famílias o interesse por essas “escolas populares de saúde e de alegria” (SÃO PAULO..., [s.d.], p.8). Além disso, competia ao chefe do Serviço organizar e publicar, semestralmente, uma revista de caráter técnico, objetivando estudar e debater os problemas relativos aos parques de jogos infantis.

Esta última atribuição foi exercida com zelo por Nicanor Miranda. Este autor foi um dos colaboradores da *Revista do Arquivo Municipal* (RAM), publicação oficial do Departamento de Cultura composta por estudos e ensaios que tratavam, principalmente, de

um representante de associações de assistência e proteção à infância. As decisões da Comissão eram tomadas por maioria de votos e submetidas à aprovação do seu presidente, que deveria ser o chefe do Serviço (DEPARTAMENTO DE CULTURA, [s.d.]).

problemas brasileiros. A RAM dava ampla divulgação, em todo o país, da proposta cultural implantada em São Paulo.⁷⁹ Uma análise de vários artigos de autoria de Nicanor Miranda, que publicou seus trabalhos principalmente na RAM e em outros opúsculos editados pelo Departamento de Cultura e Recreação, indica a profundidade com que seus estudos eram desenvolvidos – com bibliografia vasta, atualizada e inovadora para o seu tempo.⁸⁰

Esta orientação confirma o argumento foucaultiano baseado no pressuposto de que, à medida que se instaura uma relação de poder, cria-se um campo de saber, pois, é imprescindível produzir conhecimento sobre aquilo que necessita ser controlado, no caso, o tempo ocioso das crianças pobres. Como afirmou Foucault (1995), não há saber neutro. Todo conhecimento passa a existir a partir de condições políticas, e sua gênese reside em relações de poder. Por isso, para Foucault (1972) o poder não apenas reprime e controla, o poder também cria.⁸¹

As mesmas relações de poder que colaboraram com a redefinição da função social da rua, também contribuiriam com o imperativo de construir e instalar Parques Infantis. Antes do crescimento dos meios de transporte e da intensificação urbana, a rua significava um espaço de convívio social e cultural. Ponderando sobre a vida das cidades, Miranda (1938, p.9-10) enfatiza que

[...] os terrenos vão escasseando, o perímetro urbano vai se limitando, os edifícios novos, os arranha-ceus e os prédios de apartamentos vão brotando na terra nova. A população condensa-se, o trânsito começa a congestionar-se. E tudo isso vai condenando as crianças e os municípios a ficar sem áreas livres, sem ar puro, sem espaços verdes, elementos imprescindíveis para o seu sistema recreativo, parte integrante de uma organização municipal á

⁷⁹ A partir do seu XVII volume, a RAM também passou a ser órgão oficial da *Sociedade de Sociologia* e do *Clube de Etnografia* (posteriormente, *Sociedade de Etnografia e Folclore*).

⁸⁰ Nicanor Miranda foi Diretor da Recreação do *Serviço Social da Indústria* (SESI) de São Paulo por várias décadas. Sua trajetória nesta instituição foi iniciada em 1949 (MIRANDA, 1984). Não existem estudos a respeito, mas provavelmente o ano de 1949 é o marco inicial da preocupação do SESI de São Paulo com o desenvolvimento de programas de recreação para os trabalhadores da indústria e seus dependentes, sobretudo por meio da atuação de Nicanor Miranda nesta entidade.

⁸¹ Para Bernstein (1996), a importante discussão foucaultiana do poder e do saber foi uma tentativa de mostrar as novas formas de posicionamento discursivo do sujeito. Foucault não empreendeu, no entanto, uma análise sistemática do denominador comum de todos os discursos: a educação e as modalidades de sua transmissão. Conforme Bernstein (1996, p. 189) “trata-se, de certa forma, de um discurso sem relações sociais.”

altura da civilização contemporânea. [...] E eis que em dado momento da vida das cidades os urbanistas têm os olhos voltados para este fato: as crianças não tendo jardins, quintais, parques onde brincar e jogar, vão brincar no único espaço que lhes resta – a rua!”

Para Miranda (1938) a rua era, por excelência, um meio nocivo às crianças, criador de tendências anti-sociais e gerador de criminalidade infantil. O autor considerava que a rua era repleta de pessoas portadoras de maus hábitos, que perturbam os moradores, tirando a sua tranquilidade. Na rua, a criança ficava vulnerável a toda sorte de perigos físicos e morais, e era imperativo encontrar soluções para resolver este problema.

Kischimoto (1995), analisando o cotidiano de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, afirma que as crianças de níveis econômicos privilegiados, especialmente as meninas “de família”, não tinham permissão para brincar na rua, ficando suas brincadeiras restritas ao ambiente doméstico.

Apesar de ser considerado um espaço perigoso e degenerador da criança, a rua era, de certa forma, considerada o prolongamento da casa do operário. Enquanto os pais se ausentavam para a longa jornada de trabalho operário, era grande o contingente de crianças que ia para as ruas. Este fato mostra as relações de poder constituídas, pois, o espaço ocupado pelas crianças (a casa ou a rua) as posiciona socialmente, exercendo influências sobre o seu futuro. Esta preocupação mobilizou as autoridades para retirar as crianças da rua, um espaço visto como nocivo, e conduzi-las para o Parque Infantil, um “inovador sistema de educação extra-escolar”.

Sandroni (1988) explica que contra a rua se erguiam os muros dos Parques Infantis, delimitando assim os ambientes “saudáveis e recomendáveis”. De acordo com a interpretação do autor, parecia que o controle dos poderes públicos ali exercido era a principal garantia da eficácia dos muros dos Parques Infantis.

Essas crianças errantes, pelas ruas, praças, ao vício, à perversão, ao jogo, às observações precoces mal-sãs, são aspiradas pelos “play-grounds”, onde as atividades divertidas dos brincos, das piscinas, das marchas, com passagem pelo gabinete do dentista, o consultório do médico, a sala de merenda com o

copo de leite, dão saúde, ordem, socialização [...]. Ninguém escaparia à educação. Uma maravilha de Parques Infantis de São Paulo! (*O Estado de São Paulo*, 6/12/1936).⁸²

Como evidenciado na matéria acima, a estrutura dos Parques Infantis era muito elogiada, tendo em vista a tríplice finalidade desses logradouros públicos: recrear, educar e assistir. Como conseqüência direta dos problemas sociais, políticos e econômicos que assolavam e ainda assolam a maioria da população brasileira, em poucos meses verificou-se que a necessidade mais imediata da criança era “ser assistida”. As lideranças políticas de São Paulo, na época, consideravam que as crianças pobres mereciam ter condições dignas de existência para que pudessem se beneficiar da proposta idealizada.

Na impossibilidade de promover a justiça social, principalmente no contexto dos anos de 1930, que marca uma das fases de implantação do capitalismo no Brasil, os idealizadores do Departamento de Cultura e Recreação acreditavam na importância de desenvolver uma política pública direcionada para a inclusão social e cultural dos segmentos populares. Como visto, esta política foi ao encontro do projeto urbanístico desenvolvido na capital do Estado de São Paulo.

Conforme o meu entendimento essa política, situando-se na dimensão da cultura urbana, em certa medida foi inovadora naquele período histórico, buscando alternativas que pudessem minimizar os graves problemas sociais que afligiam as famílias operárias. Como, em geral, a essência do problema (a lógica excludente do capital) não era enfrentada pela municipalidade, o caminho encontrado pelas lideranças políticas foi melhorar a vida da criança proletária: educando-a, recreando-a e prestando-lhe, nos Parques Infantis, a assistência social, condição *sine qua non* para a manutenção da “ordem” e para a promoção do almejado “progresso” da nação.

⁸² As matérias do jornal *O Estado de São Paulo* que integram este capítulo foram identificadas a partir da referência feita por Nicanor Miranda em diversas obras de sua autoria, dentre as quais merece destaque o livro publicado em 1984 (*Organização das atividades da recreação*). Nesta obra, o autor relacionou o título das

A assistência ampla adquire um caráter profundamente social, lega-se à educação e saúde, ao valor da recreação e dos jogos, à família da criança, e penetra em inúmeros problemas de toda a ordem, cujo conhecimento é extremamente valioso para a sua solução. E quando não, para o estudo de quais os meios e processos que levariam mais depressa e melhor à observação das condições humanas, em se visando a felicidade, o bem estar e a ordem social. (MIRANDA, 1942, p.321)

A assistência se desdobrava nos segmentos médico, dentário e alimentar, pois a maioria das crianças que freqüentava os Parques era desnutrida. Sem a prestação do devido cuidado, as lideranças paulistas sabiam que a criança debilitada poderia acabar sendo prejudicada com os jogos e exercícios físicos desenvolvidos nos Parques Infantis (MIRANDA, 1938). Desta forma, os Parques Infantis foram definidos como “[...] logradouros públicos onde, pela recreação e pelo jôgo organizado, se procura educar a criança, ministrando-lhe simultaneamente toda a assistência necessária” (MIRANDA, 1941, p.20). Mesmo gerando custos substanciais para a Prefeitura, as lideranças políticas que conceberam esta experiência institucional se encarregaram de prover os meios que pudessem financiar todo o projeto.

Duarte (1971) relata que, pelos benefícios proporcionados no Parque, as crianças o viam como um refúgio para a precariedade de casa. Isso gerou um problema que teve de ser prontamente resolvido: a fuga do lar para o Parque Infantil.

O fragmento abaixo retrata as precárias condições a que as camadas populares eram, e ainda são, submetidas em nosso contexto. Revela, ainda, as saídas encontradas pela municipalidade paulistana para enfrentar o problema na década de 1930.

De fato a criança que passava fome, frio, toda espécie de necessidades em casa, começou a preferir o parque à casa, a educadora ou a instrutora, que com ela brincava, às mães. E foi a missão de entrosar os pais na vida do parque com visitas às casas, aconselhando-se os adultos, promovendo-se um pouco de bem estar entre lares onde, muitas vezes, toda miséria era mais produto da ignorância do que da penúria. Muito pai desempregado tornou-se operário municipal pela influência do filho freqüentador de um dos parques. (Duarte, 1971, p.86).

Esta estratégia política, embora alivie mazelas sociais, revela-se incapaz de exterminar a miséria humana, indicando-nos o desenvolvimento de ações de caráter assistencialista por parte do Departamento de Cultura. Para Faria (1993), entretanto, a proposta “de Mário de Andrade” foi mais cultural que assistencialista. A preocupação com a educação e a assistência do povo foi subjacente, mas de acordo com a autora o intuito das personalidades que assumiram o poder em 1935 foi fortalecer o governo de São Paulo por meio da criação de instituições culturais que auxiliassem diretamente neste processo.⁸³ Por essa razão, creio que este aspecto não deve ser aqui negligenciado.

Afinal, um projeto sustentado pelo poder público com o objetivo de investir na cultura por meio da difusão de jogos e brincadeiras populares, discoteca, museu, biblioteca, teatro, cinema, música popular e erudita, coral, concertos e outras manifestações artísticas inteiramente gratuitas para o povo, tanto nos bairros operários como no Teatro Municipal, foi considerado um “verdadeiro absurdo”. Como evidencia Duarte (1971, p.52), “parecia que o país tremia todo ante aquela calamidade de desperdício e de maluqueira”.

Com este depoimento, podemos constatar que esta proposta buscava melhorar as condições de vida da população pobre, privilegiando a inclusão cultural e social das crianças de famílias operárias. Este investimento não foi totalmente apreciado pela burguesia, que via no projeto dos Parques Infantis, um grande “desperdício de dinheiro” por parte do poder público municipal.

Um Parque Infantil “padrão” requeria substanciais investimentos em termos de infra-estrutura física, material e pessoal, e sua disponibilização para a comunidade dependia de alguns pré-requisitos. Segundo Duarte (1941), o Parque deveria ser instalado em um

⁸³ Faria (1993) confere ênfase a Mário de Andrade, como se este fosse o principal responsável pela criação do Departamento de Cultura e Recreação no período 1935-1937. Como nos mostram Duarte (1971), Sandroni (1988) e Abdanur (1992), Mário de Andrade foi uma figura essencial neste período, foi inclusive considerado como o único que tinha condições para dirigir este órgão. Do nosso ponto de vista, o êxito e o fracasso das propostas desenvolvidas, pelo Departamento, devem ser atribuídos a várias pessoas, não apenas a Mário de Andrade.

terreno de bairro populoso, com uma área de 8 a 10.000 metros quadrados contendo boa arborização, abrigos e instalações necessárias ao adequado funcionamento do serviço. A autora esclarece que a parte de construção deveria ter um galpão para realização de atividades nos dias de más condições climáticas; sala para professoras, para médico e dentista e para abrigar a biblioteca; uma copa e instalações sanitárias com chuveiros e vestiários.

Além da parte construída, o Parque Infantil deveria conter uma área para jogos, com campo para ginástica, “tanque de vadar”⁸⁴, tanque de areia e aparelhos diversos como balanços, gangorras e carrocéis que, além de ter grande valor educativo, exerciam atração nas crianças. Em virtude da grande afluência de pré-escolares, o Parque Infantil poderia ter um espaço inteiramente reservado às crianças de 3 a 7 anos, para as suas atividades específicas (DUARTE, 1941).

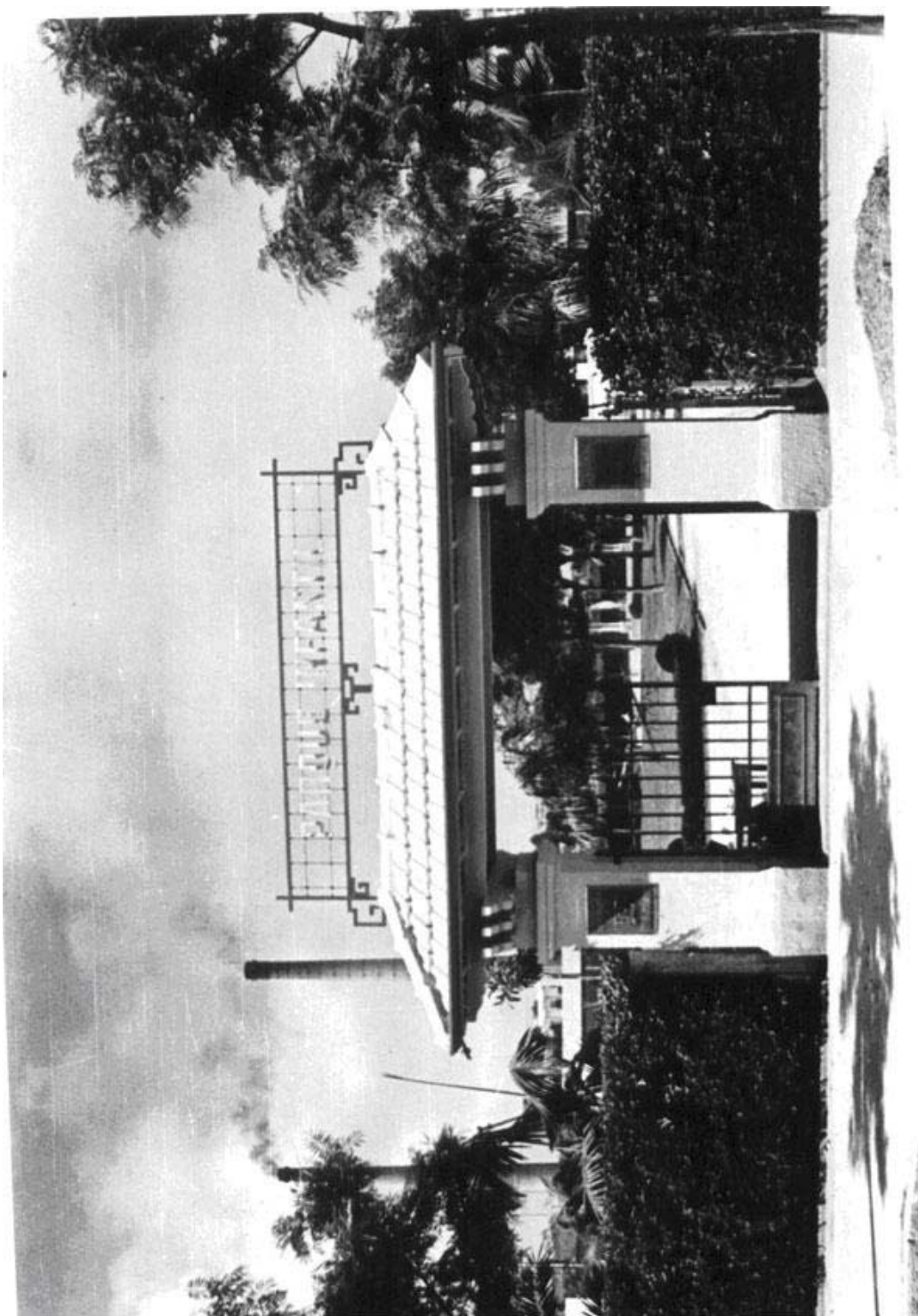
Além disso,

[...] com a colaboração dos institutos educativos, neles seria promovido um inquérito permanente de pesquisas psicológicas, folclóricas e outras, recolhendo-se as tradições de costumes, superstições, adivinhas, parlendas, estórias, canções, brinquedos etc. Os resultados devidamente selecionados, organizados e catalogados em seções distintas, destinar-se-iam a publicação na Revista do Arquivo, que era o órgão oficial do Departamento de Cultura. (DUARTE, 1971, p.81).

Contribuindo com a obra de preservação, previsão social e educação das crianças, no interior dos Parques Infantis o desenvolvimento de brinquedos e diversões era dirigido e acompanhado. A fotografia 9 retrata a fachada do Parque Infantil Ipiranga, no qual o acesso das crianças ocorria por um único portão de entrada, permitindo controlar a frequência diária dos “parqueanos”.⁸⁵

⁸⁴ “Tanque de vadar” era uma expressão utilizada, na época, para designar um “poço”, geralmente raso, contendo água para abrigar as brincadeiras das crianças. Era, assim, uma piscina destinada à diversão, e não ao treinamento da natação. Diversas imagens da época fotografadas por B. J. Duarte retratam crianças se divertindo no “tanque de vadar”.

⁸⁵ As imagens contidas neste capítulo foram fotografadas por Benedito Junqueira Duarte, responsável pelo setor de Iconografia da Prefeitura a partir de 1935. B. J. Duarte organizou um Arquivo de Negativos, hoje pertencente à Divisão de Iconografia e Museus (DIM) do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, cujo acervo é considerável.



Fotografia 9
Fachada do Parque Infantil, 1937
(Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo)

Mesmo fechado, o portão nos permite observar o que acontece no interior do Parque. No gramado da frente, à esquerda, verificamos a presença de alguns aparelhos recreativos que, utilizados pelas crianças em seus folguedos, deveriam atrair a atenção das pessoas que passassem pela calçada.

O Parque Infantil é amplo e arborizado, e a foto passa a impressão de que o local era muito bem cuidado. O contraste das árvores do Parque com as chaminés de uma fábrica situada no seu entorno é muito expressivo, um indício de que este logradouro público foi instalado em um bairro que continha fábricas e, por essa razão, facilitava o atendimento dos filhos de operários.

De acordo com Varela (1996), a educação das crianças proletárias deveria ser ministrada não apenas nas escolas, mas também em outras instituições extra-escolares onde poderiam ser aplicados novos métodos, técnicas e dispositivos de poder, os quais demandariam a reutilização do espaço e do tempo nos sistemas educativos criados com esta finalidade.

Educadas mediante a obra desenvolvida nos Parques Infantis, as crianças poderiam ser educadoras em seu meio de origem. Esta lógica nos permite constatar que os dirigentes do Departamento de Cultura e Recreação acreditavam que a família operária, devido à sua estrutura de vida, tinha poucas chances de dar, aos seus filhos, a formação moral, social e higiênica requerida naquele momento histórico. Os próprios pais também precisavam ser assistidos e educados, e as “crianças parqueanas” poderiam contribuir, parcialmente, com o alcance deste objetivo.

Como discute Bernstein (1996), o processo educativo acaba contribuindo para que a criança fique mais independente, auxiliando-a a lidar com diversas alternativas. À medida que determinados conhecimentos vão sendo adquiridos, o trabalho solitário e autônomo vai se tornando possível, princípios são compreendidos e podem ser aplicados a novas situações. No

entanto, para que este saber seja adquirido e aplicado eficazmente, é imprescindível que o parque e o lar sejam locais de aquisição e aplicação congruentes.

Dessa maneira as crianças, “adquirindo no Parque hábitos sadios e uma orientação segura, que as nortearão na vida, levam à sua família atual e levarão, mais tarde, aos seus lares futuros, a semente da educação e o alicerce da saúde física e moral” (DUARTE, 1941, p.304). Segundo a autora, a influência exercida pela vida recreativa na fixação da personalidade da criança poderia ser mais eficaz do que a da escola ou do lar. Para tanto, seria imprescindível que se fizesse o possível para “[...] abrandar por meio da educação bem dirigida e ministrada no Parque a precariedade do ambiente-família em que pululam as nossas crianças proletárias.” (p.308).

O estudo de diversas publicações dos responsáveis pela educação no Parque Infantil nos revela que estes foram muito sensíveis às precárias condições de vida da população operária. Cabia, nestes termos, preparar as crianças operárias para “enfrentar a realidade” considerando o padrão de vida e as necessidades postuladas pelo seu meio de origem.⁸⁶

Refletindo sobre alguns dados contidos na pesquisa realizada por FONSECA (1985), constatei que os fundamentos da educação desenvolvida no Parque Infantil pareciam contestar os princípios que nortearam a tradicional educação formal. Segundo uma matéria citada pelo autor, publicada na RAM na década de 1930:

São filhos de operários – sim, para eles são feitos os parques – que, tendo freqüentado a escola pela manhã, vêm à tarde ao parque e já não querem outra vida, se não esta que o governo lhes dá em lenta e eficiente obra de

⁸⁶ Duarte (1941) fornece um significativo exemplo sobre essa questão. A autora nos conta que uma educadora, visitando um dos bairros mais pobres da capital paulista, entrou em um casebre e se deparou com um pedaço de carne de porco fresca, de onde escorria um filete de sangue fartamente aproveitado por moscas. Embaixo da mesa uma pequena criança aparava, com a mão, o sangue que pingava, levando-o avidamente à boca. A irmã mais velha, de 7 anos, além de assumir todos os encargos de uma dona de casa, era responsável não apenas por cuidar desta, mas de outras duas crianças. O pai viúvo saía cedo de casa levando o almoço preparado pela filha. Perplexa, a educadora percebeu a suprema necessidade dessas crianças usufruírem os benefícios do Parque Infantil, pois, nele, aprenderiam os princípios de uma educação higiênica. “Esta mãezinha de 7 anos, por exemplo, seria orientada no seu procedimento de dona de casa. O Parque não lhe podendo evitar encargos por demais antecipados, prepara-la-ia para recebe-los, predispondo-a física e mentalmente.” (p.304).

educação social. Entre esse serviço e o escolar, nenhum traço de conexão. São duas coisas inteiramente independentes. (FONSECA, 1985, p.142).

O pensamento de que a obra educativa realizada no Parque Infantil se distinguia completamente da educação escolar era recorrente entre os autores que publicaram artigos sobre o trabalho desenvolvido nos Parques Infantis. Como exemplo, cito os trabalhos de Miranda (1938), Duarte (1941) e Ribeiro (1943).

Como a escola não era, na opinião de Miranda (1938, p.13), o sistema “ideal” para a cultura infantil, seria necessário constituir um outro que pudesse não substituí-la, mas completá-la. “Um sistema que tome a criança como ela é, e a nossa complexa civilização como ela é, harmonizando os dois fatos de uma maneira científica e ao mesmo tempo humana. Esse sistema é o Parque Infantil.”

O Parque Infantil é, para Carolina Ribeiro (1943, p.237)⁸⁷,

[...] um lugar cheio de coisas interessantes, que atrai crianças de tôdas as idades, como um parque de diversões, onde estará sempre alguém, com todos os recursos de que dispõem os verdadeiros educadores, para conquistar, uma a uma, todas as criaturinhas, levando-as, sem que elas percebam, pela Educação completa, à formação de um grande povo para o serviço de uma grande Pátria.

Entendemos que a “nova educação”, ao cumprir a função de adaptar os indivíduos à sociedade, procurava mudar o aspecto sombrio, disciplinado e silencioso dos sistemas educativos. A educação deveria, com isso, assumir um ar alegre, espontâneo, movimentado e multicolorido. É possível concluir, dessa maneira, que não era a escola que estava sendo contestada, mas o sistema de ensino tradicional, uma vez que este não considerava, entre outros elementos, a necessidade das crianças de brincar, isto é, de aprender, brincando. Por esta razão, acreditava-se que o Parque Infantil não deveria substituir a escola, mas “completá-la.”

⁸⁷ Este estudo de Ribeiro (1943) deve ter sido elaborado por volta de 1935/1936, não somente porque utiliza dados estatísticos de um recenseamento escolar realizado em 1934, mas também porque foi citado em um artigo de Maria Aparecida Duarte datado de 1941. Duarte (1941, p.303), além de corroborar as idéias de D. Carolina Ribeiro, nos diz que esta era “uma das mais conceituadas educadoras paulistas, quiçá brasileiras”.

Os Parques Infantis, enquanto centros educativos que poderiam colaborar com a educação da jovem massa proletária no Brasil, buscavam atuar, pois, no âmbito da nova pedagogia, aberta aos jogos e às práticas recreativas.⁸⁸ O sentido de educação propagado no Parque Infantil foi, assim, avesso às tradicionais determinações escolares: “é proibido correr” “é proibido brincar”, “é proibido gritar”, “é proibido rir”, “é proibido ser alegre.” (RIBEIRO, 1943, p.230).

Ao contestar a pedagogia tradicional, os adeptos do ideário escolanovista buscaram dispositivos sutis de controle, sempre em suposto clima de não-diretividade. Nas palavras de Bernstein (1996), este controle é operado por uma “pedagogia invisível”, na qual é o adquirente que parece preencher o espaço pedagógico.

Desta forma, as pedagogias invisíveis se preocupam em organizar o contexto para que as competências compartilhadas desenvolvam realizações adequadas ao adquirente. As regras pelas quais o espaço é construído, marcado e ordenado contêm mensagens cognitivas, sociais e afetivas implícitas, sendo menos restritivas. Com isso, a vida cotidiana pode ser desenvolvida num plano mais aberto. Além disso, a criança é abarcada por uma “[...] projeção simbólica particular, na qual o tempo é pontuado por uma série de deslocamentos em seu tratamento e no comportamento que é dela esperado.” (BERNSTEIN, p.119)

Examinando a fotografia 10, e confrontando-a com a literatura da época, verifiquei que a instrutora, à frente das crianças, ocupa o papel de “guia”. Meninos e meninas estão sem camisa e descalços, o que possibilita um contato com a natureza, com o sol e com o “ar puro”, reflexo dos princípios higienistas em voga naquele momento.

⁸⁸ Segundo Saviani (1995) os seguidores da nova pedagogia efetuaram a crítica da pedagogia tradicional, esboçando uma nova maneira de interpretar a educação infantil e ensaiando implantá-la, inicialmente, através de experiências restritas, para posteriormente advogar sua generalização no âmbito dos sistemas escolares. Mas este novo tipo de educação não conseguiu alterar significativamente o panorama organizacional dos sistemas escolares formais porque, entre outras razões, implicava em custos bem mais elevados do que a escola tradicional.



Fotografia 10

Educadora conduzindo crianças matriculadas no Parque Infantil, 1937
(Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo)

A fotografia 10 revela que o local é amplo e arborizado, um refúgio do meio urbano e dos cortiços nos quais, provavelmente, essas crianças residem. Pela estatura, elas pertencem a uma mesma faixa etária, e a disposição das crianças em fila indica que a ação educativa prima pela ordem e pela disciplina.

É importante salientar que muitas vezes o controle reside na comunicação interpessoal. Assim, o modo como

[...] o poder se manifesta no interior de qualquer contexto determinado, sua regulação local da comunicação, depende da forma de controle da comunicação no interior de um contexto (princípios de enquadramento). (BERNSTEIN, 1996, p.31).

Em síntese, o objetivo da educação difundida nos Parques Infantis parece ter sido promover a autodisciplina. Para isso, o exemplo dos instrutores e instrutoras dos Parques Infantis foi fundamental.

2.3. Programas desenvolvidos, pelos instrutores, nos Parques Infantis: Compreendendo o significado de recreação construído pela experiência institucional paulistana

Com a criação oficial do Departamento de Cultura e Recreação, os Parques receberam considerável impulso com os recursos técnicos concedidos pelo novo órgão, o que possibilitou a realização de vários estudos “com valor científico”, principalmente sobre problemas típicos dos Parques Infantis (MIRANDA, 1938).⁸⁹

Em 1936 os Parques Infantis D. Pedro II, Lapa e Ipiranga já estavam em pleno funcionamento na cidade de São Paulo; o de Santo Amaro e o Bom Retiro se encontravam em

⁸⁹ Com a organização do Departamento de Cultura, através do Ato 861, de 30 de maio de 1935, o Serviço Municipal de Jogos e Recreio para crianças passa a integrar a sua estrutura administrativa, sendo denominado *Serviço de Parques Infantis*. Mantendo a estrutura proposta no Ato 767, este Serviço ficou subordinado à *Divisão de Educação e Recreio*, ainda sob orientação técnica e administrativa de Nicanor Miranda. Foram poucas as alterações na legislação anterior e, dentre as modificações, salienta-se que o Serviço passaria a contar

fase de construção, sendo que o primeiro chegou a ser inaugurado no início de 1938, ainda na gestão Fábio Prado. De acordo com o projeto original, elaborado a partir da iniciativa de Paulo Duarte, mais de 40 Parques Infantis estavam projetados para ser implantados na cidade. Com este encaminhamento, as crianças paulistanas da classe operária poderiam contar com logradouros públicos nos quais, “pelos mais modernos princípios da recreação”, seria formada a sociedade do futuro, baseada no fortalecimento constante da consciência nacional e dos ideais da solidariedade humana (SÃO PAULO..., 1937).

Os Parques Infantis de São Paulo, em número de três, estão localizados em bairros operários, beneficiando, portanto, crianças cujos pais, premiados por uma constante e premiada ausência, devido a natureza do seu trabalho, não lhes podem dedicar os cuidados que merecem. A educação física, os jogos, a música, o canto, o bailado, a biblioteca e os festivais resumem as atividades mais comuns no programa da recreação. A assistência médica, a distribuição do copo de leite (140 litros diários) e de frutas têm trazido real proveito aos pequenos anêmicos e desnutridos. Os serviços de assistência, educação e recreação veem produzindo, assim, os resultados previstos. A frequência aumenta de ano para ano, sendo que, em 1936, os três Parques acusaram entradas num total de 782.294. (SÃO PAULO..., 1937, p.1).

O teor do documento, acima, indica que os programas de recreação desenvolvidos nos Parques Infantis eram amplos e diversificados. Esta é uma das evidências que me permite assegurar que o entendimento de recreação que norteava o trabalho desenvolvido no contexto da experiência institucional paulistana era abrangente, englobando múltiplas possibilidades além da educação física e possibilitando, à criança, uma ampla liberdade de movimentos. Os jogos, esportes e exercícios ginásticos constituíam apenas uma parte dos programas de recreação ministrados nos Parques Infantis paulistanos.

Palestra realizada por Miranda (1938a) confirma que os significados de recreação e de educação física eram distintos. Segundo o autor, o programa de recreação incluía atividades diversas como festivais, acampamentos, excursões e viagens, e não apenas a educação física e os jogos.

com um médico e, para cada Parque instalado, com tantos instrutores-substitutos e vigilantes quanto fossem necessários.

Outra evidência que auxilia o entendimento do significado de recreação pode ser extraída do artigo de Ribeiro (1943) que tem, como título, *Os Parques Infantis como centros de educação extra-escolar*.⁹⁰ Apoiando-se em autores que fundamentam o pensamento escolanovista e valendo-se de estudos e de experiências concretizadas principalmente nos Parques norte-americanos, a autora afirma que um Parque Infantil não deveria ser apenas uma “escola de educação física”; não deveria ser uma espécie de “circo de cavalinhos” com exposições permanentes, e também não deveria ser um simples “depósito de crianças presas”, com ou sem vigilância.

O Parque Infantil “ideal” deveria, de acordo com a sua visão, ser um lugar agradável, bonito e seguro onde as crianças tivessem bastante espaço para se entregar às suas atividades prediletas, onde pudessem se sentir livres e ser estimuladas por uma educadora. Dessa maneira, o programa do Parque deveria abrir espaço para todas as formas de expressão: habilidades manuais, desenho, modelagem, recorte, dramatização, canto, música instrumental, dança, colecionamento, exercícios ginásticos, jogos, folguedos.

Assim, numa instituição de educação extra-escolar como o Parque Infantil

[...] há sempre alguma coisa interessante a ser feita. Há jogos e ocupações para os dias de chuva ou excessivamente quentes: há jogos de armar, exercícios de paciência, jogos singulares, jogos para dois ou mais companheiros, jogos para muitos. Problemas a resolver, adivinhações, charadas, livros de história para ler ou ver figuras, e alguém, com muita inteligência, muita paciência e muita segurança, para ouvir suas perguntas, conversar com elas e contar-lhes histórias bonitas. (RIBEIRO, 1943, p.240).

Esses indícios sugerem que, no percurso seguido pela recreação no contexto da experiência institucional desenvolvida em São Paulo, seu significado foi compreendido como sinônimo de “atividades lúdicas”, de “ocupações prazenteiras”, como os jogos e outros divertimentos. Mas a ênfase não deveria ser dada a qualquer tipo de atividade, apenas

⁹⁰ Esclareço que, neste texto, Ribeiro (1943) não utiliza a expressão “programas de recreação” – como Nicanor Miranda, Aparecida Duarte e outros autores – para designar as brincadeiras, jogos e outras atividades realizadas nos Parques Infantis. Porém, as considerações que tece sobre o brincar nesses espaços nos auxiliam a compreender a concepção de recreação em voga naquele contexto, pois muitas das idéias daquela autora são também salientadas em textos de outros estudiosos da recreação.

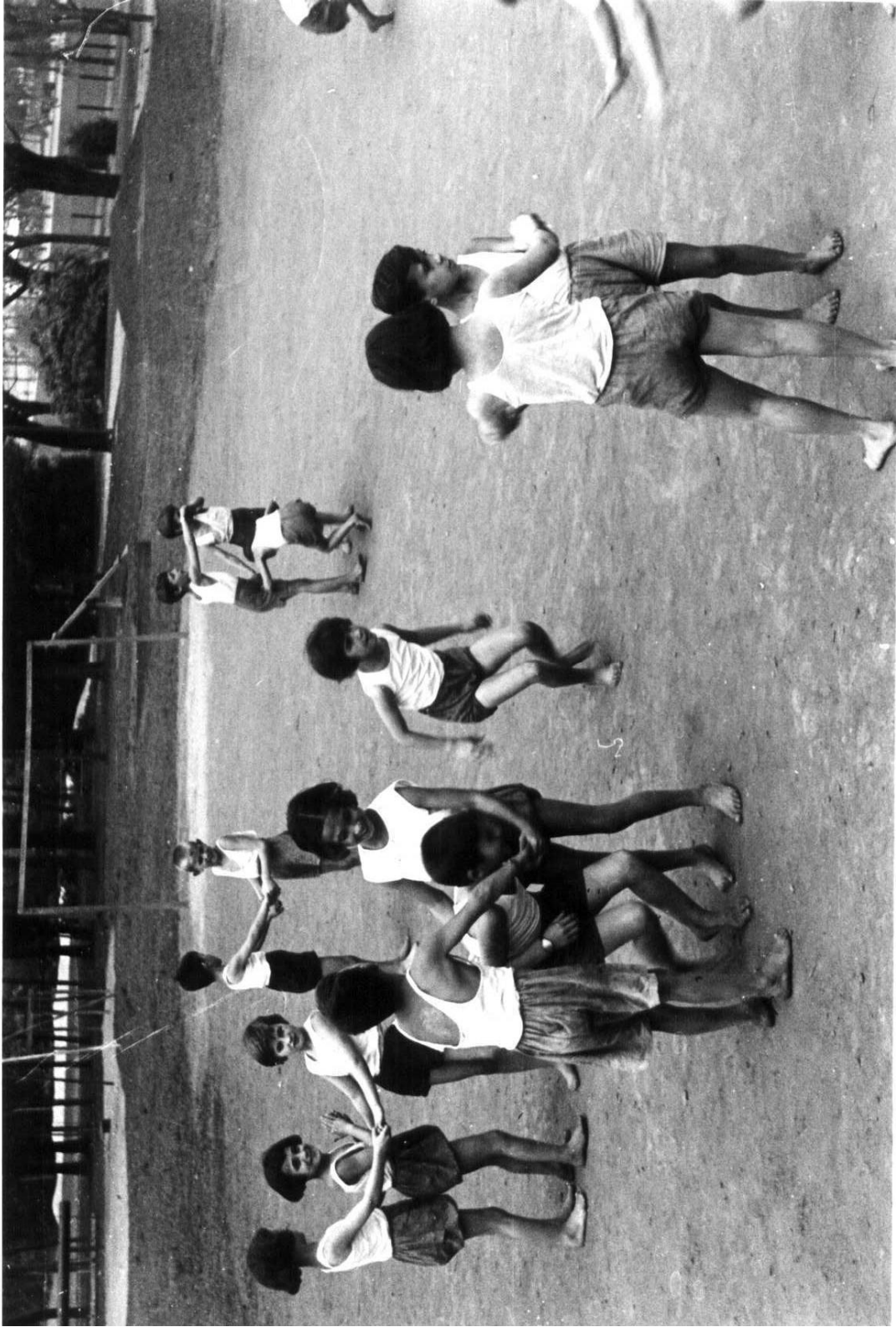
naquelas consideradas benéficas para o desenvolvimento físico, para o aprimoramento moral ou intelectual.

Sob este enfoque constatei, em uma série de artigos da época, recomendações de que os jogos e demais atividades recreativas fossem “dirigidos”, “orientados” e “cuidadosamente escolhidos” pelos instrutores e instrutoras (MIRANDA, 1938, 1938a, 1941; DUARTE, 1941; SÃO PAULO, 1949). Entendo que não era qualquer atividade que deveria ser ministrada nos Parques Infantis, eram as atividades lúdicas que servissem de *instrumento educativo*. De acordo com o meu ponto de vista a construção de significados de recreação foi direcionada, portanto, para as “atividades-meio”.

A fotografia 11 exemplifica a fase de desenvolvimento de um jogo infantil organizado, que na obra de Miranda (1947) é denominado “O esquilo sai da toca” e, segundo o autor, foi inspirado em fontes norte-americanas. A aula é direcionada e, descalças, as crianças seguem uma prescrição higiênica.

A brincadeira retratada nesta imagem está presente em diversas classificações elaboradas por Miranda (1947): “jogos motores para crianças de 4 a 6 anos”, “jogos para aula de ginástica” e “jogos co-educativos”, isto é, possíveis de ser ensinados tanto para meninos, como para meninas dos 3 aos 9 anos de idade. Até esta faixa etária, os jogos poderiam ser desenvolvidos em grupos mistos, dependendo, para isso, apenas o bom senso do instrutor ou instrutora. Porém, o autor adverte que a partir dos 10 anos as atividades educativas deveriam ser diferenciadas para meninos e meninas.

Miranda (1947) aconselha que para trabalhar com as crianças abaixo de 6 anos é recomendável uma instrutora, jamais um instrutor. O autor justifica seu pensamento dizendo que somente a mulher, devido às suas características maternais “inatas”, poderia educar os pequeninos: dosando a correção, os ensinamentos e os conselhos com a devida atitude carinhosa, que é peculiar às mulheres.



Fotografia 11
Fase de evolução de um jogo infantil organizado, 1937
(Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo)

Para mim, o que fica claro é que esta visão reforça a mulher como um ser frágil e delicado, papel social a ela designado, culturalmente, em nosso meio.⁹¹ Além disso, na compreensão do autor está embutida a idéia de sexualidade, mas, como se esta se manifestasse apenas a partir de uma determinada idade.

Esta obra de Nicanor Miranda, publicada pela primeira vez em 1947, foi premiada pelo Ministério de Educação e muito elogiada pela crítica. Neste trabalho o autor esclarece que o livro foi fruto das pesquisas, investigações e trabalhos experimentais realizados durante dois anos nos Parques Infantis de São Paulo.⁹²

Em uma Nota Preliminar, Miranda (1947) esclarece os três objetivos da obra *200 jogos infantis*: a) elaborar um manual prático de jogos para as instrutoras e professoras dos Parques Infantis, tendo em vista a escassez de bibliografia em português; b) realizar um estudo experimental sobre o nível de interesse demonstrado pela criança, tanto no jogo livre, como no organizado, e c) orientar a organização e a direção dos jogos infantis, no sentido de contribuírem com a educação do senso social, selecionando e compondo jogos cuja execução dependia, em grande parte, do espírito de cooperação entre os jogadores.

O livro foi elaborado de maneira bastante criteriosa, de acordo com as concepções do autor e com os valores predominantes na época, e conta com três partes inter-relacionadas. A primeira discorre sobre atividade gímnica e atividade lúdica, fazendo um levantamento

⁹¹ Para o autor aos meninos impressionava a força, a destreza e outras habilidades pessoais dos instrutores, e a disciplina se estabelecia mais facilmente. No caso das meninas, o que encantava eram outras características como delicadeza, graça e meiguice. “Vários outros fatores, como a confiança mútua, a liberdade de entrar em entendimento, de conversar sobre assuntos ou temas que jamais abordariam com um instrutor, tornam a menina amiga de sua instrutora.” (MIRANDA, 1947, p.65). Muitos jogos eram propostos de acordo com o sexo. Para os meninos, o autor indica 48 jogos que exigiam força, persistência, agilidade, destreza, virilidade e combatividade, tais como “Biga humana”; “Briga de galo”; “Carrinho de mão”; “Combate de travesseiros”; “Gangorra humana”; “Levar o porco à feira”; “Luta de tração” e “Rodeio”. Os 8 jogos indicados especificamente para as meninas tinham outras feições, procurando não comprometer a sua “feminilidade” em formação, educando acima de tudo o gesto, a atitude, o andar, com pouco contato corporal. Para elas, os jogos propostos eram os seguintes: “Avance um círculo”; “Barra bola”; “Barra manteiga”; “Beliscador”; “Corrida de lenços”, “Lenço atrás”; “Passagem da pedrinha” e “Samaritanas”.

⁹² Mesmo que a vasta produção de Nicanor Miranda procurasse abranger os diversos elementos que integravam os programas de recreação, no Brasil, sua obra mais conhecida é o livro *200 jogos infantis* (MIRANDA, 1947). Ao examinar o conjunto de fotografias publicadas nesta obra, percebe-se uma vez mais que os 200 jogos

histórico do desenvolvimento dos jogos na Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Estados Unidos. A segunda parte, por sua vez, trata da técnica do jogo infantil organizado, o que demandou o conhecimento de uma série de princípios técnicos fundamentais, conforme ressalta o autor. Finalmente, a terceira e última parte apresenta um repertório de jogos, que poderiam ser categorizados pela idade, sexo, para festas, demonstrações e aulas de ginástica, entre outras possibilidades.

A terceira parte do livro representa a essência da obra, pois constitui a efetiva concretização dos princípios postulados nos dois primeiros Títulos. Além disso, engloba o acervo que permitiu, ao autor, elaborar um manual prático de jogos que pudesse orientar a organização e direção dos jogos infantis, meta do livro. A importância desta última parte do texto pode ser visualizada, ainda, no substancial número de páginas que a integra, cujo conteúdo procura enfatizar os elementos necessários para a prescrição de jogos recreativos.

Na “orelha” da 13^a edição desta obra, de 1993, são apresentadas várias apreciações que valorizam o livro de Nicanor Miranda, publicadas em jornais nos anos de 1948 e de 1966. Uma delas, publicada no *Diário Popular* de 10/4/1948, indica como a parte prescritiva do livro é, efetivamente, aquilo que mais importava para o trabalho com os jogos recreativos. Esta matéria afirma que a parte final da obra é “de grande interesse para todos os que cuidam da matéria, especialmente os professores em geral, quer de educação física ou não”.

Todos os 200 jogos contidos no livro possuem fases distintas de preparação, evolução e final, indicando a maneira de desenvolvê-los: a preparação do local, o material necessário, o número de jogadores, a formação dos alunos, os estágios do jogo, o número de participantes. Ademais, indica como escolher um jogo, como ensiná-lo e como conduzi-lo; como observar as crianças, os cuidados que precisam ser tomados pelos instrutores e

propostos e desenvolvidos nos Parques Infantis representam a essência das aulas de educação física infantil no ensino formal, inclusive hoje.

instrutoras. Além da necessidade de conhecer um grande número de jogos, lamentavelmente a dimensão “prática”, técnico-metodológica e operacional vem marcando, historicamente, o desenvolvimento da recreação em nosso contexto.

Para tanto, basta tomar contato com a terceira parte do livro de Miranda (1947), não sendo necessário aprofundar conhecimentos sobre os fundamentos apresentados pelo autor no primeiro Título, nem mesmo no segundo, que trata dos princípios fundamentais que caracterizam, na visão do autor, a técnica do jogo infantil organizado. Em minha experiência pedagógica, observei que esta obra é amplamente consultada na biblioteca da instituição onde atuo e serve de subsídio para muitos trabalhos de intervenção profissional com caráter prescritivo. Sua parte mais procurada, senão a única, é a terceira, que trata especificamente da operacionalização de jogos. Isso evidencia, uma vez mais, que a dimensão prescritiva caracteriza os sentidos de recreação em nossa realidade até mesmo nos dias de hoje, tornando desnecessária a busca de fundamentos e de reflexões sistematizadas para este objeto.

Para Faria (1993) foi Mário de Andrade, na qualidade de diretor do Departamento de Cultura, quem idealizou uma política cultural que não pôde ser totalmente concretizada nos Parques Infantis porque algumas pessoas acabaram “didatizando o lúdico”. Esta crítica é atribuída, pela autora, a Nicanor Miranda, pela forma como o autor sistematiza suas idéias sobre o jogo infantil organizado. No início de sua tese a autora escreve uma “carta” endereçada a Mário de Andrade, de onde transcrevo as seguintes palavras:

Algumas idéias do Nicanor [Miranda] sobre os jogos orientados, às vezes me fazem ver uma situação semelhante. Felizmente, apesar dele jamais ter enfatizado o caráter livre dos jogos tradicionais infantis, conviveram no PI [Parque Infantil] todos esses tipos de jogos. Você, como o Paulo Duarte, também considerou o Nicanor um traidor? (FARIA, 1993, p.i).⁹³

⁹³ Duarte (1971) considerou Nicanor Miranda um “traidor” porque este, apesar de ter sido um dos poucos que não foi expulso do Departamento de Cultura em decorrência da ditadura do Estado Novo, o que lhe possibilitou seguir uma trajetória do êxito na Prefeitura, não cumpriu o “pacto” estabelecido pelos seus dirigentes de “salvar” este órgão cultural, dando continuidade às idéias concretizadas em 1935. Além disso, segundo Paulo Duarte, Nicanor “perseguuiu” a sua irmã Maria Aparecida Duarte a ponto de infernizar a vida desta, na Prefeitura, com “[...] implicancinhas, mácriações e hostilidades de toda natureza” (DUARTE, 1971, p.85). Adiante, no tópico 2.4, retomarei esta questão.

No que se refere ao jogo infantil organizado, compartilho, em parte, com a visão da autora acima. Para mim o trabalho desenvolvido pelos instrutores/instrutoras nos Parques Infantís, sob orientação de Nicanor Miranda, apesar de seu incontestável valor e importância, pode realmente ter seguido referências distintas da política cultural idealizada pelos organizadores do Departamento de Cultura e Recreação. Afinal, o já citado Ato 861 destaca que aos instrutores/instrutoras caberia não apenas orientar as atividades recreativas das crianças e velar sobre elas sem, contudo, ameaçar a liberdade e a espontaneidade do brinqueado, mas também ensiná-las a prática dos jogos infantís e participar com as crianças das atividades lúdicas e recreativas. No meu entender, o caráter prescritivo dos jogos não significa, contudo, que seja operado um forte enquadramento, que supõe uma rígida disciplina.

De acordo com as reflexões de Faria (1993), assim como o folclore, os jogos e as brincadeiras eram as principais atividades do Parque Infantil, fazendo com que as crianças participassem do projeto de construção da cultura nacional. Para a autora, Mário de Andrade

[...] acreditava que a criança não só aprende e consome cultura do seu tempo, como também produz cultura, seja a cultura infantil de sua classe, seja reconstruindo a cultura à qual tem acesso. Provavelmente inspirado pelas suas leituras marxistas [...], Mário acreditava que todo ser humano produz cultura, faz história. Portanto, o povo e a elite, as crianças e os adultos, os negros, os índios e os portugueses, italianos etc, produzem e consomem cultura, influenciando-se e construindo, na diversidade, a identidade nacional. (FARIA, 1993, p.21)

Na fotografia 12 vemos Mário Andrade junto a algumas crianças, na ocasião de uma festa realizada em 1937 em um dos Parques Infantís. Consagrando a importância das manifestações culturais folclóricas, o destaque da festa foi a apresentação de danças dramáticas brasileiras que incluiu, num elogiado trabalho, até mesmo a construção de uma “Nau Catarineta”.



Fotografia 12
Mário de Andrade entre crianças no Parque Infantil, 1937
(Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo)

Mário de Andrade parece conversar com as meninas que se encontram ao redor de uma mesa. Num gesto de aproximação, o ato de se inclinar para frente sugere interesse, respeito e afeição pelas crianças, sentimentos que também podemos identificar na expressão serena estampada em sua face.

Conforme previsto no Ato 861, os instrutores deveriam propagar brinquedos e jogos nacionais que, pela experiência universal, pudessem ser incorporados ao patrimônio daqueles inspirados nas tradições locais e nacionais, atraindo as crianças para os jogos mais apropriados para cada idade. Esta foi uma das preocupações do Departamento de Cultura e Recreação, na época em que este órgão foi criado.

Entretanto, se analisarmos os conhecimentos exigidos na prova escrita e na prova prática do concurso realizado pelo Departamento de Cultura em 1936, veremos que os instrutores não deveriam ser preparados para dominar apenas a dimensão cultural das atividades desenvolvidas nos Parques Infantis. Na avaliação escrita, o saber exigido dos profissionais estava relacionado com “a teoria e a prática da educação física elementar”. A prova prática, por sua vez, dava ênfase aos exercícios de postura e correção do andar; exercícios para crianças com problemas cardíaco-respiratórios; exercícios com bastão (fotografia 13) e com o espaldar. Nesta aula deveria ser incluída, ainda, a dramatização de um tema nacional e a realização de dois jogos. Este programa evidencia uma disparidade entre algumas idéias contidas no Ato 861, e os saberes realmente requeridos para que os instrutores/instrutoras aprovados no concurso atuassem nos Parques Infantis. O peso maior foi, sem dúvida, atribuído aos conhecimentos relacionados à educação física, mostrando-nos que estes profissionais desenvolviam uma parte do programa de recreação muito específica.

Para os cargos de instrutores/instrutoras poderiam ser nomeados candidatos aprovados em concurso público desde que fossem

[...] professores diplomados em Escola Normal do Estado, que tenham feito cursos de educadores sanitários no Instituto de Higiene de São Paulo, ou de

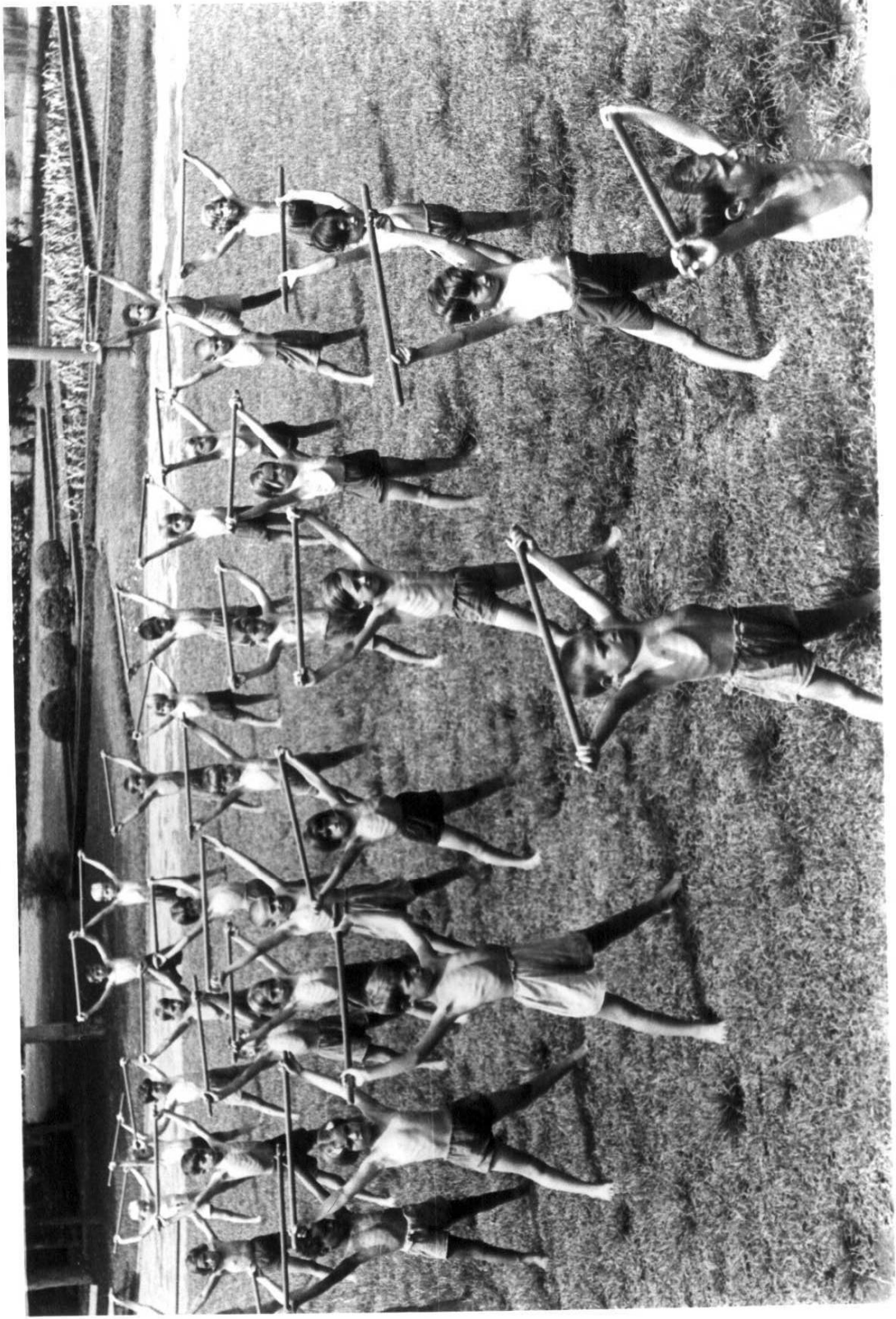
educação física infantil no Departamento de Educação Física do Estado, ou cursos de especialização de educação pré-primária no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. (SÃO PAULO..., [s.d.], p.10)

O pensamento higienista exerceu vasta influência sobre as ações educativas em meados da década de 1930, sendo um dos aspectos mais observados nos Parques Infantis. Conforme salienta Lourenço Filho (1963, p.56): “O objetivo da higiene é prevenir e, o da medicina, curar; num caso, evitar tudo quanto possa impedir o livre desenvolvimento de capacidades vitais; no outro, compensar, corrigir ou remediar.”

Era neste âmbito que a chamada ginástica corretiva deveria ser realizada nos Parques Infantis. Conforme o Ato 861, os instrutores deveriam aproveitar todas as oportunidades para ministrar a educação física sistematizada por meio dos exercícios, zelando assim pela saúde das crianças. Neste sentido, deveriam considerar as funções profiláticas e terapêuticas da educação, investigando sobre as condições sanitárias do meio social de que as crianças provinham e encaminhando-as aos postos de saúde, quando necessário, para que pudessem ser tratadas.

A fotografia 13 registra crianças fazendo “ginástica com bastão”, e na imagem observa-se que o ideário higienista se mantém: meninos e meninas se exercitam ao ar livre, estão descalços e sem camisa, aproveitando os “efeitos benéficos das primeiras horas do dia” (SÃO PAULO..., 1937). A postura ereta, com a barriga encolhida e o tórax estufado transmite a idéia de “robustez” do corpo. Este assunto, segundo Sandroni (1988), mobilizou o Departamento de Cultura e Recreação a realizar um concurso de “Robustez infantil”, evento realmente realizado em 1937.

Provavelmente, as lideranças políticas que criaram o novo órgão cultural se sentiam orgulhosas pelo fato de possibilitarem, por meio do trabalho desenvolvido nos Parques Infantis, crianças desnutridas e debilitadas em crianças fortes, saudáveis e vigorosas. Esta idéia foi colocada em relevo por vários autores da época, dentre os quais Miranda (1938).



Fotografia 13
Crianças praticando ginástica com bastão no Parque Infantil, 1937
(Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo)

Desde 1936 os Parques Infantis já vinham contando com a atuação de educadoras-sanitárias, profissionais contratadas pela Divisão de Educação e Recreio para fazer fichamentos, exames, curativos; aplicar injeções, orientar tratamentos especializados, vacinações e distribuir medicamentos gratuitamente, quando necessário, aos “parqueanos”:

Se uma assistência médica preventiva não fôr rigorosamente estabelecida, o Parque Infantil constituirá, aqui como em outras partes, um foco de moléstias. A criança proletária é portadora quase sempre de duas a três moléstias contagiosas, ao mesmo tempo. A pediculose, a gripe, a coqueluche, o tracoma, a coriza aguda, a escabiose, a varicela, a paroditite epidêmica, o sarampo, a difteria, a sífilis, a tuberculose e a escarlatina são as mais frequentes. (MIRANDA, 1941, p.20).

A trajetória seguida pela recreação nos Parques Infantis foi, segundo Miranda (1936), desenvolvida a partir de três raios de ação: *parte técnica*, *parte educacional* e *parte social*.

A *parte técnica*, consolidada a partir do recenseamento demográfico urbano de São Paulo, seria responsável pelo estudo dos locais mais indicados para a construção de Parques Infantis. Além disso, verificava quais as instalações mais aconselháveis e observava que organização de serviço interno seria mais eficiente nesses logradouros. Esses procedimentos urbanísticos deveriam ser consoantes com o meio, o pessoal e a qualidade da população infantil, resolvendo os problemas suscitados pelos locais, pelas instalações e pela organização do serviço interno.

A *parte educacional*, cuidadosamente desenvolvida pelos instrutores e instrutoras, fundamentava-se numa “concepção ampla e integral” (idealizada pelos organizadores do Departamento de Cultura e Recreação), tendo em vista concretizar as teses dos vários ramos da educação: física, moral, intelectual, social e higiênica. Como sublinha Miranda (1936), esta concepção integral e ampliada foi o que permitiu considerar os Parques Infantis como “verdadeiras instituições extra-escolares”.⁹⁴

⁹⁴ A *educação física* era organizada em bases rigorosamente científicas e sob controle médico, procurando desenvolver a emulação das crianças em competições próprias e adequadas à idade, formando quadros para

Para conseguir alguns dos objetivos visados na parte educacional, (MIRANDA, 1936, p.97) salienta que foram organizadas

[...] pequenas bibliotecas infantis nos parques, afim de que nas horas de descanso, nos dias de sol muito intenso em que o exercício físico deve ser moderado, nos dias de chuva, sob os galpões das pergolas, as crianças procurem, “sponte-sua”, a recreação pelo livro, recomendando ás instrutoras que façam leitura oral de contos, apólogos, fabulas e textos de fundo moral com a necessária interpretação.

As crianças retratadas na fotografia 14, reunidas em pequenos grupos, demonstram interesse pela leitura de jornais, livros e revistas. Todos os Parques infantis contavam com uma biblioteca, e esta poderia ser vista como o local mais apropriado para este tipo de atividade. Mas, a leitura das crianças “parqueanas” também era realizada ao ar livre, à sombra de uma árvore.

Dispostas em mesas para quatro crianças, à esquerda da foto encontra-se um grupo formado com mais componentes, que parecem desenvolver uma atividade diferenciada dos demais. Enquanto alguns dos meninos que integram este grupo conversam e trocam idéias, outros utilizam régua, tesoura e grandes folhas em branco. Possivelmente, estas crianças faziam parte da “diretoria” do Parque, eleita “democraticamente pelo voto secreto”, tal como postulado pelo *Partido Democrático*. A diretoria era encarregada, entre outras tarefas, de elaborar o “jornalzinho” do Parque Infantil.⁹⁵

disputar pequenos torneios e estabelecendo jogos e práticas infantis que, ao mesmo tempo em que recreavam, despertavam nobres sentidos de luta e solidificavam o companheirismo. A *educação moral* procurava incutir, na criança, o conceito de comportamento social, os sentimentos de lealdade e justiça, assim como a noção de dever no parque, na escola, no lar e na sociedade. Pretendia-se criar “[...] no pré-pubere a tendência para a verdadeira noção do seu lugar na sociedade e na vida.” (MIRANDA, 1936, p.97). À *educação intelectual*, por sua vez, cabia exercitar os sentidos, desenvolver o raciocínio, estimular a imaginação e o espírito de observação, próprios à idade. A *educação social* procurava orientar os hábitos da vida coletiva, “[...] exercitando-a no convívio social, incentivando o ideal de solidariedade humana, mediante espírito de uma harmoniosa colaboração em constante proveito do progresso e do bem estar da comunidade” (p.97). Por fim, a *educação higiênica* significava um compromisso em ensinar os princípios mais elementares da higiene e os meios de defender, proteger, cultivar a amar a saúde, o que demandava instruir e difundir, quando oportuno, os conhecimentos rudimentares sobre as moléstias mais comuns, e as maneiras mais eficientes de evitá-las.

⁹⁵ O acervo *Mário de Andrade*, que integra o IEB/USP, possui vários exemplares dos jornais produzidos pelas crianças nos Parques Infantis.



Fotografia 14
Atividades de leitura ao ar livre no Parque Infantil, 1937
(Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo)

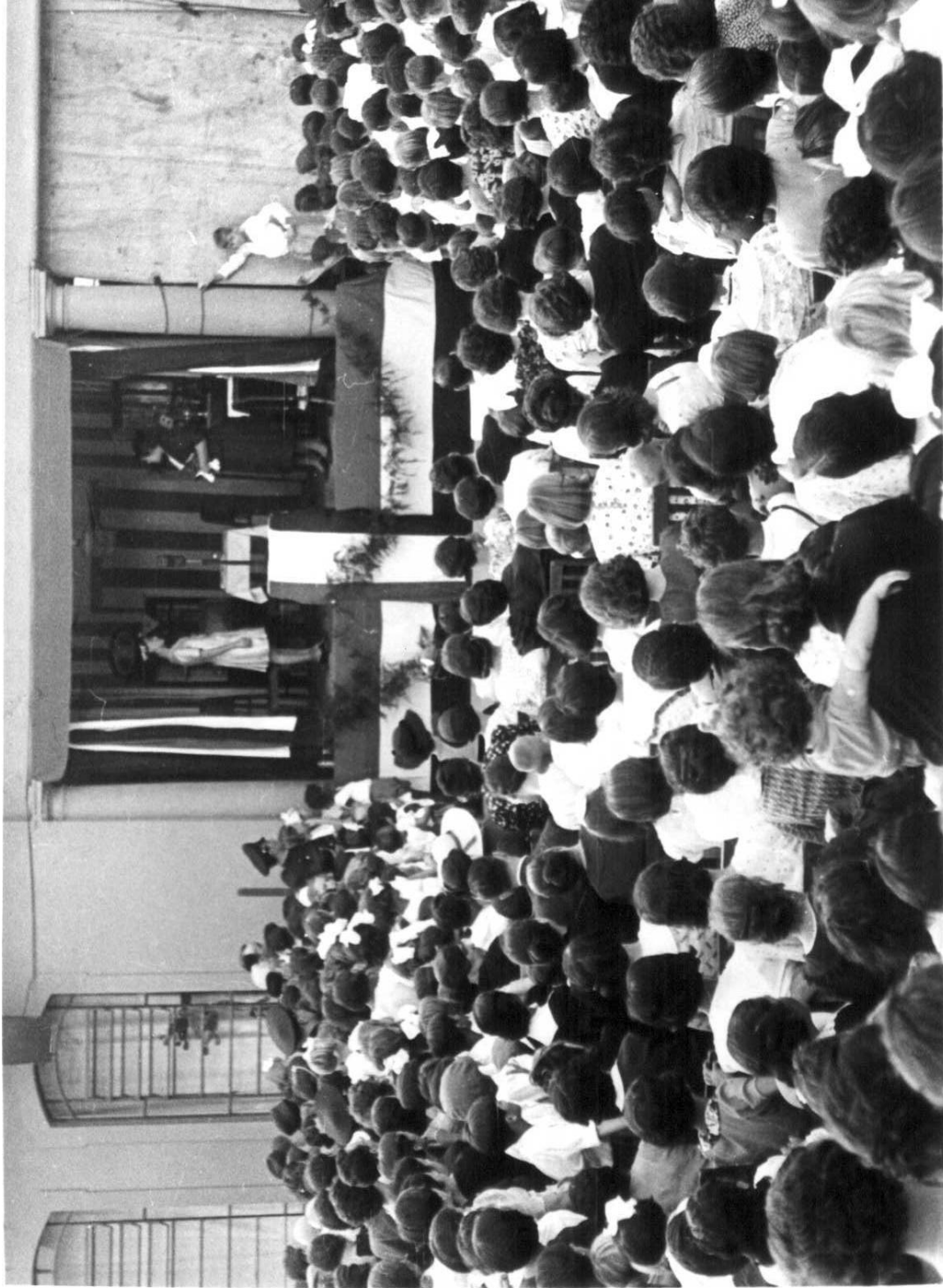
Como se percebe na fotografia 15, os frutos do trabalho desenvolvido nos Parques Infantis eram, literalmente, “apresentados” às famílias das crianças. O público, fotografado de costas, é composto na sua maioria por mulheres acomodadas em cadeiras, muitas das quais segurando pequenas crianças no colo. Nas laterais, algumas crianças e homens civis e fardados estão de pé, amontoados num esforço para acompanhar a apresentação teatral.

Segundo Miranda (1936, p.97) o teatro infantil foi fundado para “cultivar o desembaraço, adestrar o trato social e formar a personalidade moral”, mas, diversas outras estratégias também promoviam o alcance dos objetivos da parte educacional:

[...] formando uma pequena discoteca afim de cultivar o seu comportamento musical e consequentemente fomentar as vocações intuitivas e congenitas; ensinando-lhe sob modalidades recreativas as noções primarias da musica e do canto coral, proporcionando audição de discos e de radio.

A experiência institucional paulista tratava-se, portanto, de um projeto consistente, amplo e muito bem estruturado naquele momento histórico. Além da *parte técnica* e da *parte educacional*, esta proposta institucional preocupou-se em desenvolver também um “raio de ação social”, que contava com dois eixos. Um deles foi desenvolvido pelo Conselho Consultivo, órgão técnico e orientador das atividades sociais realizadas.

Ao outro eixo do raio de ação social, por sua vez, coube desenvolver um trabalho de propaganda e serviço social, envolvendo a “Associação de Parques Infantis” e a “Associação de pais e instrutores”, as quais possibilitavam uma aproximação “[...] entre aqueles que convivem com a criança no lar e os que convivem com a criança no parque, afim de, em perfeita colaboração harmônica, enriquecer a função educativa do Parque.” (MIRANDA, 1936, p.98).



Fotografia 15
Apresentação teatral no Parque Infantil, 1937
(Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo)

Como esclarece Miranda (1936), uma das metas da Seção de Parques Infantis da Divisão de Educação e Recreio foi proporcionar incentivos para que este sistema educativo fosse largamente difundido.⁹⁶ A Seção de Campos de Atletismo, do Estádio e das Piscinas, que também integrava esta mesma Divisão, por sua vez, seria incumbida de administrar o Estádio do Pacaembu e as piscinas públicas.⁹⁷ Além disso, esta Seção deveria propor a instalação, sobretudo nos bairros operários, de campos para atividades atléticas, ginásticas e esportivas, ao ar livre, para adolescentes e adultos, “[...] desviando os operários em folga dos ambientes improdutivos ou prejudiciais.” (SÃO PAULO..., [s.d.], p.27).

Conforme destacado no documento acima, seria necessário despertar nas municipalidades do interior o interesse pela organização de um serviço idêntico ao desenvolvido na capital paulista, de modo que não ficasse restrito apenas a uma cidade, mas, se possível, fosse disseminado em todos os municípios do Estado de São Paulo e do país, cuidando assim para que as horas de folga fossem preenchidas com atividades “saudáveis, recomendáveis e lícitas”.⁹⁸

Sobre este aspecto, é importante nos reportarmos ao “Noticiário” publicado em três edições da Revista do Arquivo Municipal. A edição publicada em maio de 1937 dá publicidade a uma “opinião nacional” e a uma “opinião estrangeira” sobre os Parques Infantis.

⁹⁶ Lembro que o Serviço Municipal de Jogos e Recreios, posteriormente denominado Serviço Municipal de Parques Infantis, acabou sendo transformado, pelo Ato 861 de 30/05/1935 – que criou o Departamento de Cultura e Recreação – em uma das Seções da “Divisão de Educação e Recreio”. Enquanto esta Divisão foi chefiada por Nicanor Miranda, a Seção de Parques Infantis ficou sob a responsabilidade de Maria Aparecida Duarte.

⁹⁷ Contando com a presença de diversas autoridades, a solenidade de lançamento da Pedra Fundamental do Estádio Municipal do Pacaembu ocorreu no dia 28/11/1936. Como Mário de Andrade não esteve presente neste acontecimento, Nicanor Miranda foi o responsável pelo discurso proferido, na ocasião, em nome do Departamento de Cultura. Entre outros aspectos, o discurso destaca que, com construção do Estádio Municipal, a prefeitura dava o primeiro passo no sentido de resolver o problema da recreação popular (REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, 1936).

⁹⁸ Maria Aparecida Duarte, além de pertencer ao quadro de pessoal da Prefeitura até a sua aposentadoria, atuou como “Inspetora Geral dos Parques Infantis” do *Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo*, sendo encarregada de prestar orientações e assistência aos municípios paulistas interessados em instalar novos Parques pelo interior do Estado. A autora informa que, em Campinas, um Parque Infantil já se encontrava em funcionamento em 1940 e outro estava sendo preparado para ser construído; Araraquara também tinha um em pleno funcionamento; Pirajuí, Santos e Amparo estavam com seus Parques quase concluídos, devendo inaugurar-

A primeira trata-se da transcrição de uma matéria publicada no Jornal do Comércio, de autoria de Dr. Waldemar de Oliveira, ex-chefe da Higiene Escolar da capital pernambucana que teve a oportunidade de visitar São Paulo e percorrer os Parques Infantis. Tendo como cicerone o próprio Nicanor Miranda, o autor do texto teceu elogios a esta “encantadora personalidade” de sociólogo e pedagogo que vinha realizando, em São Paulo, uma obra “sem similar na América do Sul”. Na sua opinião, era um verdadeiro espetáculo entrar no Parque com o chefe da Divisão e, rapidamente, serem rodeados por várias crianças que queriam lhes dar as boas vindas.

Fazem-na a nós por cortezia e ao dr. Nicanor Miranda pela simpatia agradecida a tantos e repetidos benefícios. Nos dois parques que visitei – o do Pedro II e o do Ipiranga – foram as mesmas as manifestações de alegria á sua chegada. Abelhas em torno a um favo de mel não se sentiriam mais felizes. (REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, 1937, p.273).

A personalidade de Recife relata que o Dr. Nicanor ia de mesa em mesa conversando com as crianças, animando-as e acariciando-as. Do seu ponto de vista era impossível que essa gente, “de coração sem maldade”, não morresse “de amores por esse homem admirável que tanto e tão profundamente a compreende.” E conclui: “De fato, para os filhos de operários de São Paulo, são pedaços de céu os parques que o Departamento de Cultura lhes oferece.” (p.274).

Por um lado, a matéria enaltece o papel de Nicanor Miranda, revelando que a ação deste dirigente, bem como da obra desenvolvida pelo Departamento de Cultura, gerou diversos benefícios para os filhos de operários. Por outro lado, evidencia uma visão assistencialista, como se o Estado concedesse “favores” à população carente pelo fato dos governantes municipais serem “bons”, verdadeiros “anjos alegres”, como salientou o próprio autor do texto.

los ainda naquele ano; sem contar que 21 cidades do Estado já estavam se mobilizando e aguardando a verba para a execução dos seus projetos (DUARTE, 1941).

A opinião estrangeira, por sua vez, foi emitida por John Nash, professor do Instituto de Educação de Nova Iorque e ex-superintendente da Recreação e Educação Física da Califórnia, através de uma carta endereçada a Nicanor Miranda. Inicialmente, o professor norte-americano agradeceu as revistas e fotografias enviadas pela chefia da Divisão de Educação e Recreio e disse se congratular com o trabalho realizado em São Paulo. Destacou a importância de ser mantido um contato constante e solicitou que a sua mensagem em reconhecimento ao trabalho realizado nos Parques Infantis fosse tornada pública, desejando êxito no empreendimento. O teor da carta indica, entre outros aspectos, o empenho da Divisão de Educação e Recreio em divulgar o seu trabalho, enviando publicações e documentos iconográficos para diversas personalidades no Brasil e no exterior.

Como resultado desta ampla divulgação, o “Noticiário” da edição de novembro de 1937 da *Revista do Arquivo Municipal* apresenta mais algumas “valiosas opiniões” sobre os Parques Infantis, anunciadas por três autoridades americanas: Joseph Lee, presidente da *National Recreation Association*, considerado o “pai” da recreação nos estados Unidos; Howard Braucher, secretário da *National Recreation Association* e Lois Williams, ex-diretora de playgrounds nos Estados Unidos. Esta última personalidade atuava como superintendente de Educação Física, Recreação e Jogos do antigo Distrito Federal e, na época, teve a oportunidade de conhecer os Parques Infantis na ocasião de uma visita a São Paulo.⁹⁹ Essas autoridades agradeceram o envio de material, fizeram elogios à proposta de recreação desenvolvida nos Parques Infantis e também desejaram que o trabalho continuasse alcançando sucesso (REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, 1937a).

A *Revista do Arquivo Municipal* de janeiro de 1938 continua dando destaque ao tema “ação internacional desenvolvida pelo Departamento de Cultura”. Nesta edição, há referência sobre os trabalhos apresentados pelo Departamento no *1º Congresso Internacional*

⁹⁹ Para a obtenção de informações referentes ao trabalho desenvolvido por Lois Williams junto à *Superintendência de Educação Física, Recreação e Jogos*, verificar Werneck (2003).

de Folclore, realizado em Paris em agosto de 1937, no qual foi possível estabelecer contato com outros países interessados na “ciência folclórica” e na recreação operária em São Paulo, assuntos focalizados pelos representantes do Departamento.

Em virtude dos dados divulgados neste evento internacional, Nicanor Miranda foi convidado para integrar a “Comissão dos Atlas Folclóricos” instituída pelo Congresso. O “Noticiário” desta edição traz, ainda, informações sobre a repercussão da obra dos Parques Infantis no Brasil e no exterior, transcrevendo as apreciações enviadas à chefia da Divisão de Educação e Recreio por diversas personalidades.¹⁰⁰ Curiosamente, a Seção publica novamente as cartas elaboradas por Joseph Lee, Howard Braucher e Lois Williams, provavelmente devido ao incontestável valor da opinião desses profissionais, cujo trabalho no âmbito da recreação representava, na época, uma referência para os estudos e intervenções realizadas por diversas instituições, tanto no Brasil, como no exterior.

Segundo Miranda (1942), muitas das instituições criadas pelo poder público e por associações privadas como hospitais, sanatórios, creches, abrigos e reformatórios, eram altamente dispendiosas devido a sua natureza corretiva. Outras instituições, por sua vez, tinham finalidade preventiva e, por isso, não tinham custo tão elevado, como as escolas ao ar livre, as colônias de férias e os Parques Infantis. Para o autor, essas instituições preventivas precisavam ser difundidas entre a população carente, pois, procuravam solucionar uma série de problemas sociais que eram decorrentes, em sua maioria, de precárias condições materiais, higiênicas, culturais e morais.

Seria necessário, assim, incentivar a criação de instituições com finalidades preventivas. Em palestra proferida no dia 16 de janeiro de 1938, por ocasião do festival comemorativo da inauguração do Parque Infantil de Santo Amaro, Miranda (1938, p.8)

¹⁰⁰ Essas personalidades são o Dr. Clemente Ferreira, presidente da Liga paulista contra a tuberculose; Dr. Evaristo de Moraes, jurista patricio; Dr. Osvaldo Orico, diretor da Educação do Estado do Pará e o professor Afrânio Peixoto. A formação/atuação profissional dessas pessoas que receberam o material enviado pelo

salientou: “A criança de hoje é o cidadão de amanhã. Mas os cidadãos de amanhã são, antes de mais, vossos filhos! Colaborando na felicidade dos vossos filhos estais contribuindo acima de tudo, para a grandeza da Pátria!”

Como visto, um dos pontos centrais do trabalho desenvolvido nos Parques Infantis girava em torno da aquisição de “bons hábitos higiênicos”. De acordo com as análises de Adriano Duarte (1999), a criança representava o vetor do projeto de higienização desenvolvido em São Paulo. À criança foi atribuída a capacidade de constituir a nação forte e a Pátria una; sendo ainda encarregada de transformar as famílias através da reeducação de seus pais, mães e irmãos.

Nicanor Miranda ressaltou que o projeto do primeiro Parque Infantil de São Paulo surgiu graças ao pensamento voltado para a proteção da criança. Um Parque Infantil representava, com isso, “[...] uma instituição recomendada pelos mais eminentes sociólogos, médicos e educadores contemporâneos e experimentada por algumas das nações mais civilizadas do globo.” (MIRANDA, 1938, p.8).

Pouco depois da inauguração do Parque Infantil de Santo Amaro, Armando de Salles Oliveira, candidato à Presidência da República, assim como Fábio Prado, Paulo Duarte e Mário de Andrade, entre outros, foram destituídos de seus cargos em decorrência do golpe que marcou o anoitecer do dia 10 de novembro de 1937. Ademar de Barros já se encontrava no governo de Estado de São Paulo quando Prestes Maia assumiu a Prefeitura, em substituição a Fábio Prado, e o Departamento de Cultura e Recreação foi entregue a Francisco Pati. Paulo Duarte (1971, p.56), ressentido, diz que nenhuma dessas personalidades políticas compreendeu o Departamento de Cultura. O novo prefeito “[...] catalepsiou-o sem extirpar-lhe a faculdade de pensar. Tirou-lhe os movimentos sem tirar a sensibilidade para a dor. E ele ficou sofrendo dentro de nós, os seus sonhadores.”

Departamento de Cultura revela que a chefia da Divisão de Educação e Recreio pretendia divulgar o seu trabalho em diversos âmbitos.

Nicanor Miranda, entretanto, permaneceu na chefia da Divisão de Educação e Recreio, acumulando posteriormente a Divisão de Expansão Cultural.¹⁰¹ Miranda ocupou diversos cargos de destaque na Prefeitura e em outras instituições da capital paulistana, mesmo depois do Estado Novo.

A fotografia 16 destaca Nicanor Miranda cumprimentando uma criança. Por que será que, entre tantos brancos, a criança negra foi fotografada? Provavelmente, esta etnia deveria ser rara entre os filhos de operários que freqüentava os Parques Infantis, a maioria de descendência européia. Nicanor Miranda foi fotografado no momento da entrega do diploma à criança negra. Este ato pode estar simbolizando uma solenidade de premiação, ou marcando o final da trajetória das crianças matriculadas no Parque Infantil, quando estas completavam 12 anos de idade. Trata-se de uma cerimônia pública e oficial, pois todos estão bem vestidos e alguns oficiais fardados zelam pela segurança do acontecimento.

Conforme a declaração de Paulo Duarte, Nicanor Miranda traiu o grupo que idealizou o Departamento de Cultura e Recreação, o que impossibilitou que este fosse o germe de um Instituto Paulista e, posteriormente, de um Instituto Brasileiro de Cultura. Nicanor “foi premiado com a confiança dos donos do Brasil e de São Paulo, àquele momento. Mas foi praticamente expulso do nosso grupo, pois todos, sem exceção, manifestaram-lhe sua repulsa.” (DUARTE, 1971, p.85).

Paulo Duarte explica que antes de serem expulsos do poder público municipal, os organizadores do Departamento de Cultura se mobilizaram em defesa do órgão, pois estavam receosos com as conseqüências da política ditatorial do Estado Novo. Mário de Andrade escreveu uma carta ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, com quem mantinha cordiais relações, pedindo-lhe que fosse “anjo da guarda” do Departamento de Cultura. Não obteve resposta.

¹⁰¹ A “Divisão de Expansão Cultural” estava a cargo do próprio Mário de Andrade, que por alguns meses ainda continuou à sua frente, mesmo sendo retirado da direção do Departamento.



Fotografia 16
Nicanor Miranda em solenidade no Parque Infantil, 1937
(Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo)

Paulo Duarte também escreveu a José Lins do Rego, pois sabia que este tinha amigos influentes junto ao governo federal. Sua iniciativa também foi em vão. Preocupados com a situação, convocaram uma reunião com todos os chefes de Divisão do Departamento de Cultura.

Naquele momento os participantes reunidos decidiram que, independente do novo prefeito, aquele que contasse com relações prestigiosas na nova situação se aproximaria dos dirigentes para “salvar” o Departamento, dando continuidade à política cultural implantada em 1935. Segundo o relato de Paulo Duarte:

Nicanor Miranda foi o primeiro que teve oportunidade, mas foi longe demais: aderiu inteiramente à nova situação. Com ele foi também o médico chefe nomeado por mim, José de Deus Bueno dos Reis, cuja adesão se fez através de uma verdadeira traição a todos nós. (DUARTE, 1971, p.85).

Mesmo com esta afirmação de Duarte (1971), que é reforçada por Faria (1993), não se sabe até que ponto Nicanor Miranda foi visto por Mário de Andrade como um “traidor”. Como será tratado no próximo tópico, artigos jornalísticos de autoria de Mário de Andrade, datados de abril de 1941, fazem menção respeitosa, com elogios publicamente atribuídos ao trabalho de Nicanor Miranda.

Uma das ações do prefeito Prestes Maia que atingiu o Departamento de Cultura no despertar de 1938, foi, além da extinção da Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos, a supressão do cargo de chefia da Seção de Estádio e Campos de Atletismo (DUARTE, 1971).¹⁰² Esta Seção, como visto, também integrava a Divisão de Educação e Recreio. Os campos de atletismo eram vistos como complementos dos Parques Infantis e os dois primeiros terrenos já haviam sido localizados e seriam inaugurados em 1938, o que acabou não ocorrendo.¹⁰³

¹⁰² A Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos foi instituída pelo Ato n. 1146 e, segundo Duarte (1971), sua organização estava prevista no programa de 1938. Mesmo que todos os estudos para a instalação desta Divisão já estivessem concluídos em novembro de 1937, com o ato do novo prefeito ela não pôde ser inaugurada.

¹⁰³ Esta foi a razão de minhas buscas acabarem privilegiando a discussão da Seção de Parques Infantis da Divisão de Educação e Recreio, carro chefe da experiência institucional paulistana.

Quanto à continuidade dos Parques Infantis após a implantação do Estado Novo, as informações encontradas em Miranda (1942) e em Duarte (1971) são contraditórias. Enquanto o primeiro ressaltava o pleno êxito dos Parques Infantis no início da década de 1940, o segundo comentava os seus descaminhos a partir de 1938.

Duarte (1971) assinala que, quando foi expulso da Prefeitura, o prefeito Fábio Prado abriu e colocou quatro Parques em pleno funcionamento (D. Pedro II, Lapa, Ipiranga e Santo Amaro), deixando dois prontos para serem inaugurados (Tatuapé e Barra Funda) e o de Vila Romana em fase final de construção. Outros 46 Parques Infantis figuravam no programa de construções do Departamento para o ano de 1938, mas Prestes Maia apenas conservou os quatro existentes e ainda fechou os de Tatuapé, Barra Funda e Vila Romana. Esses dois últimos Parques ficaram desativados por um período de dois anos, quando, num “ato patriótico fictício” foram inaugurados por Getúlio Vargas, ficando fechados e em “lamentável abandono” por igual período.

Miranda (1941), em contrapartida, assinala que nesta época os sete Parques Infantis instalados na cidade de São Paulo, localizados nos bairros de maior população proletária (Braz, Móoca, Ipiranga, Lapa, Santo Amaro, Barra Funda, Tatuapé e Vila Romana), vinham funcionando plenamente. O autor esclarece que todos os serviços desenvolvidos nesses locais estavam sendo custeados pela Prefeitura através da verba destinada ao Departamento de Cultura.¹⁰⁴

O autor ainda salienta que três Parques já estavam funcionando à noite. Essa orientação visava a utilização desses locais para crianças de 3 a 12 anos durante o período diurno e, de 13 a 21 anos, no período noturno. A utilização dos Parques Infantis à noite

¹⁰⁴ Miranda (1941) dizia que, além dos Parques Infantis da capital, no Estado de São Paulo existiam mais 3 em funcionamento – em Campinas, Ribeirão Preto e Marília –, embora apenas um deles contasse com organização e direção, essencial para a caracterização de um “Parque Infantil”. Além disso, havia alguns Parques em construção em várias cidades do interior paulista.

começou a ser processada em 1937, ano que marca a instituição dos *Clubes de Menores Operários*.

2.4. Extensão dos programas de recreação, nos Parques paulistanos, para os adolescentes operários

Os censos realizados em São Paulo mostram que entre os anos de 1928 e 1937 o número de estabelecimentos industriais se elevou de 6.923 para 9.051. Neste mesmo período a massa de trabalhadores operários quase dobrou, passando de 148.376 para 245.715. De acordo com a investigação de Simão (1966, p.69),

[...] como sempre e em toda parte, a indústria de São Paulo empregou fartamente o trabalho de mulheres e crianças de ambos os sexos, conforme revelam as notícias sobre a composição do pessoal de vários estabelecimentos e censos industriais. Essa mão de obra predominava nas indústrias têxteis, do vestuário e da alimentação, estando a feminina presente em quase todos e a masculina em todos os demais setores de atividades. A remuneração do trabalho não se fazia segundo o critério de igual salário por igual serviço, sendo de menor preço o prestado por mulheres e jovens.

O autor acima esclarece que as crianças das famílias operárias começavam a trabalhar muito cedo, e pequenos de até 5 anos eram ocupados em pequenos serviços.

Este foi um dos problemas sociais que o trabalho desenvolvido nos Parques Infantis procurou minimizar, pelo menos até que as crianças atendidas por este serviço municipal completassem 12 anos, idade limite para usufruírem os benefícios educacionais, assistenciais e recreativos proporcionados nesses logradouros.

Com a política trabalhista do governo Vargas, a idade mínima legal para o trabalho foi estipulada em 14 anos, quando a quase totalidade dos menores da classe operária era encaminhada para as atividades profissionais. Mas aos 12 anos os menores, em “casos especiais” e mediante autorização judicial, já podiam começar a trabalhar.

A recreação para o adolescente e para o adulto da classe operária era, conforme o entendimento de Miranda (1984), um complemento necessário e indispensável da recreação infantil. O problema era o fato de os menores, após frequentarem um Parque Infantil durante vários anos, recebendo os proveitos da assistência médica, alimentar e dentária; da educação física, moral e intelectual; e da recreação organizada e dirigida, ficarem privados, bruscamente, de todos esses benefícios. Assim, o adolescente não tinha outra saída a não ser interromper sua “verdadeira vida social” e ingressar no trabalho.

O autor acima pondera que o Estado não deveria cuidar apenas da vida da criança, pois os adolescentes operários seriam os homens de amanhã que, bem ou mal integrados na sociedade, iriam constituir a massa de trabalhadores da Nação. “Porque não integrá-los bem, proporcionando-lhes quanto antes, os meios e os recursos para que venham a ser profissionais aptos, cidadãos nobres e dignos das suas funções na coletividade?” (MIRANDA, 1984, p.34).

Ao analisar o problema da mocidade operária, e refletindo sobre as conseqüências negativas decorrentes do abandono social, moral, educacional e recreativo após os 12 anos, em 1936 Nicanor Miranda propôs a Mário de Andrade, na condição de diretor do Departamento de Cultura e Recreação, a criação de *Clubes de Menores Operários*. Respalado pelas experiências de recreação para a juventude, desenvolvidas com sucesso em vários países, o autor sublinha que os clubes para menores eram uma sociedade em miniatura de valor inestimável, preparando a mocidade para a participação na vida social.

Descrevendo o exemplo do primeiro clube de menores da América Latina, fundado no Chile em 1932, Miranda (1984) afirma que essa organização foi elaborada a partir do estudo do problema nos Estados Unidos. Para pertencer ao Clube, os menores deviam assinar um compromisso, tendo em vista cumprir as normas da vida clubística:

Respeitar os companheiros e os superiores, andar sempre limpo, dizer sempre a verdade, não tomar nunca o alheio, não dizer nem escrever palavrões e nem cometer ações impróprias, auxiliar os companheiros e o clube e demonstrar, com sua conduta, em todas as partes, ser digno de ser sócio do 1º Clube de Menores do Chile. (MIRANDA, 1984, p.32)

Muitos problemas dificultavam a organização de propostas de recreação para os menores operários na capital paulista, tais como a escassez de terrenos municipais, o custo vultoso das obras e a demora decorrente do próprio serviço público em criar novos serviços. Visando equacionar esses problemas, Miranda (1984) esclarece que a alternativa encontrada foi estabelecer que os novos Parques instalados pela Prefeitura não fossem Parques “Infantis”, mas “Parques de Jogos”, para que também pudessem ser destinados aos adolescentes.

Assim, os Parques deveriam conter instalações que não fossem específicas apenas para crianças: deveriam conter pistas de corrida, piscinas, locais para jogos atléticos e esportivos, campos de futebol e quadras de bola ao cesto. Essa orientação foi adotada pela municipalidade de São Paulo e os Parques de Jogos de Barra Funda, Catumbi, Belenzinho e Vila Romana foram projetados dentro desses moldes.

O 1º *Clube de Menores Operários* foi instituído, em São Paulo, no ano de 1937 e, segundo Miranda (1984, p.32), esta foi “[...] uma realização que aconteceu pela primeira vez no país.” O Clube também visava proporcionar educação, assistência e recreação para os trabalhadores adolescentes, responsáveis pelo contínuo engrandecimento econômico e cultural do país. Esses O Clube poderia colaborar, ainda, com a constituição de corpos disciplinados e aptos para o trabalho, em um mercado cambiante e flexível que precisava de trabalhadores vigorosos, preparados e disponíveis para funcionar. Destinado à educação da juventude operária, o *Clube de Menores Operários* adotava meios para a firme realização deste propósito. O que em outras realizações semelhantes poderia constituir um fim, tais como os jogos, os esportes e a recreação, no Clube representavam um meio, e era esta a característica fundamental e inconfundível deste sistema.

Por intermédio de atividades várias, utilizadas como formas de recreação, contando-se entre as principais os jogos, os esportes, o canto coral, bibliotecas, excursões, acampamento, organização de conselho de líderes, seu objetivo precípua tem sido formar a personalidade do adolescente proletário de hoje, e firmar essa personalidade no proletário adulto de amanhã. (SÃO PAULO, 1943, p.1).

Cuidando da fase crítica de transição entre a infância e a adolescência, o 1º *Clube de Menores Operários* foi instituído no Parque D. Pedro II. Funcionando à noite, atendia egressos dos Parques Infantis, muitos dos quais já se encontravam empregados como operários. Segundo Nicanor Miranda, o aumento da despesa com o Clube se resumia apenas na contratação de um instrutor.

No ano de 1938, mais dois Clubes estavam previstos para serem inaugurados no Parque da Lapa e do Ipiranga. Mas a Prefeitura, administrada por Prestes Maia, contratou apenas um instrutor. Assim, o Clube de Menores da Lapa foi inaugurado nos primeiros meses do ano, mas acabou sendo fechado pouco depois em decorrência da exoneração do profissional contratado. Nessas condições funcionou, neste período, apenas o Clube D. Pedro II (SÃO PAULO, 1938).

De acordo com as estatísticas da época, 300 adolescentes estavam sendo atendidos no Clube de Menores Pedro II (MIRANDA, 1938a) e, a partir das 18:00 horas, iniciava-se o serviço com os seus “associados”.¹⁰⁵ As atividades realizadas eram diversificadas, e seguiam uma programação fundamentada, sobretudo, nos conhecimentos produzidos nos campos da Pedagogia e da Psicologia (MIRANDA, 1984). Ao chegarem no Parque os menores se dedicavam a atividades consideradas tranquilas (como xadrez, dama, dominó, leitura); participavam de reuniões das comissões esportivas do Clube, de aulas teóricas sobre jogos ou assistiam palestras (ministradas pelos próprios professores). Após a refeição, tinham início as aulas de educação física, seguidas de jogos e esportes: futebol, bola ao cesto, voleibol, pugilismo, esgrima, corrida, arremesso de peso, salto em altura, entre diversos outros.

Além da educação física e dos jogos, havia um programa de recreação que incluía festivais, acampamentos, excursões e viagens. Foi organizado um acampamento permanente

¹⁰⁵ Ao ser registrado, cada sócio recebia uma carteira de identificação. Segundo Miranda (1984) a ficha de registro acusava, entre outros dados, a nacionalidade, profissão e salário dos pais; nacionalidade, escolaridade, salário e profissão do menor.

na praia da represa Guarapiranga, em Santo Amaro, para proporcionar ao menor operário uma vida em contato com a natureza (MIRANDA, [s.d.]). Esta foi uma das “oportunidades socializantes” proporcionadas por esses sistemas educativos.¹⁰⁶

Minhas buscas indicaram que entre 1939 e 1941 os Clubes de Menores da Lapa e do Ipiranga entraram em funcionamento. A capacidade de atendimento desses Clubes totalizava, no início de 1941, quase 300 rapazes, como pode ser constatado em artigos jornalísticos de autoria de Mário de Andrade, publicados em abril deste último ano. Ou as estatísticas apontadas por Miranda (1938a) não estavam corretas quando este afirmou que 300 menores estavam sendo atendidos apenas no Clube Pedro II, ou a capacidade de atendimento do Clube foi alterada, de maneira que cada Parque de Jogo passou a beneficiar em torno de 100 rapazes.

As matérias elaboradas por Mário de Andrade fazem menção a uma excursão feita pelos menores operários dos três Clubes a duas exposições de pintura: o *Sétimo Salão Paulista de Belas-Artes* e o *Salão do Sindicato dos Artistas Plásticos*. No artigo “Pintura e assunto”, Mário de Andrade esclarece que na primeira exposição “reinavam os acadêmicos e os copiadores da natureza” e, na segunda, figuravam “violentos modernistas”. (*O Estado de São Paulo*, 13/4/1941).¹⁰⁷

Em “As escapatórias do amor” (*Diário de São Paulo*, 16/4/1941), Mário de Andrade diz que entre os trabalhos mais recentes executados nesses Clubes, a visita às exposições de pintura instigou o seu interesse. Essa informação revela que, mesmo afastado

¹⁰⁶ As viagens eram muito apreciadas pelos menores, como enfatiza Miranda (1984, p.35-36): “Cada menor contribuía com a medida de suas posses para a viagem que se realizava em grupo de 60 a 90 sócios. As viagens eram realizadas a cidades próximas e vizinhas, sendo que Santos, com seus arredores, despertavam um entusiasmo fora do comum, devido talvez ao fato de muitos menores terem atingido a idade de 16 e 17 anos sem jamais terem visto o mar! [...] O conhecimento de outras cidades despertava-lhes o desejo de travar relações com pessoas de fora e estrangeiros. Trocando cartas com argentinos, foi estabelecido um interessante contato internacional, mediante o qual ficaram os menores conhecendo noções elementares sobre países estrangeiros e dando a conhecer alguma coisa do nosso.”

¹⁰⁷ Esses artigos jornalísticos integram o acervo do IEB/USP.

do Departamento de Cultura, o escritor modernista procurou manter contato e acompanhar a obra desenvolvida nos Parques paulistanos.

Mário de Andrade salienta que as visitas coletivas não foram seguidas de explicações que orientassem os rapazes, ou mesmo que pudessem despertá-los para uma atitude estética. Mas tomou-se o cuidado de distribuir a todos um simples questionário que continha três perguntas: a primeira interrogava qual era a exposição preferida, a segunda indagava sobre os melhores quadros e a terceira solicitava as razões desta última preferência. “Pela gentileza de Nicanor Miranda”, Mário pôde examinar o inquérito feito com os rapazes, dele tirando algumas conclusões sobre a questão estética.

Mário de Andrade apreciou a “ótima iniciativa” tomada por Nicanor Miranda, que procurou “[...] mostrar um pouco de arte aos rapazes dos Clubes de Menores”. A princípio, os menores se recusaram a ir às exposições. “Nem o instinto da curiosidade excitava esses menores operários achanados pelo trabalho bruto. Mas o certo é que em seguida gostaram da visita, muitos voltaram espontaneamente às exposições e levaram suas famílias.” (*O Estado de São Paulo*, 13/4/1941). Mário de Andrade afirma ainda:

Graças à iniciativa inteligente de Nicanor Miranda e à dedicação de Alceu Maynard de Araújo e seus colegas instrutores, um número já ponderável de menores operários se aglomera nesses clubes, em vez de ficar vagando pelas ruas à noite, más conselheiras em geral. São rapazes de 13 a 21 anos os freqüentadores desses clubes de menores; nos seus vários tamanhos e forças, executando em franco modo maior, toda a escala da puberdade. E posso testemunhar o quanto é difícil o trabalho desses instrutores, na orientação dessa rapaziada aspérrima na força física de trabalhadores manuais, mas conservando na alma essa delicadeza inesperada e sempre insondável da juventude. (*Diário de São Paulo*, 16/4/1941).

Meu interesse não incide sobre as considerações que Mário de Andrade tece, nesses artigos, sobre a atitude estética dos rapazes, mas sobre as informações que nos fornece sobre o trabalho desenvolvido nos Clubes de Menores Operários. Tal encaminhamento me permite mapear mais alguns elementos que auxiliam a compreensão dos significados de recreação e de lazer construídos pela experiência institucional paulistana. Destaco, assim, um

aspecto relevante: o desenvolvimento de atividades recreativas que evitassem a entrega dos adolescentes ao ócio e à vadiagem geradora de vícios e criminalidade.

As imagens a seguir (fotografias 17 e 18) estão contidas no álbum fotográfico elaborado pela chefia da Divisão de Educação e Recreio para dar ampla divulgação do trabalho desenvolvido pela municipalidade de São Paulo com os jovens operários (MIRANDA, [s.d.]). Imagens de época nem sempre retratam o real, mas nos revelam o real que deveria ser registrado e mostrado.

A primeira fotografia (17) retrata dois garotos brigando na rua: um negro com um branco. Para apartar os desordeiros, a imagem evidencia que havia necessidade de contar com intervenção policial. A atitude estática e pouco enérgica do oficial, assim como a postura tranqüila dos espectadores, sugere que a cena foi simulada para transmitir uma mensagem. Será que a briga revela um conflito social da época?

A imagem se completa, na seqüência, com uma outra fotografia (18), nítido exemplo que os adolescentes melhoravam o comportamento no Clube de Menores Operários. No Clube todos deveriam ser amigos para que reinasse a paz e a harmonia social.

Os mesmos garotos que brigavam na rua aparecem abraçados, sorridentes e vestidos com o uniforme do Clube, evidência de que haviam aprendido os princípios morais e as regras sociais que garantiam uma harmoniosa convivência na sociedade. Este exemplo reforça os códigos “dominantes” e “dominados” difundidos no contexto dos Parques.

Em suma, na rua os adolescentes estavam à mercê da ociosidade geradora de vícios e crimes, mas no Clube desenvolviam uma personalidade cooperante. Este pensamento que concebe o lazer como regra, e o ócio como desvio, constitui os pilares de um preconceito ainda existente, recorrente no senso comum e em algumas áreas de conhecimento.



Fotografia 17
Menores operários na rua, 1937.
(Divisão de Arquivo do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo)



Fotografia 18
Menores operários no Clube, 1937.
(Divisão de Arquivo do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo)

Convém lembrar que a criação de sistemas educativos como os Clubes de Menores Operários ocorreu paralelamente ao advento da legislação intervencionista de proteção ao trabalho, como indica MARINHO (1957, p.135):

O Estado, com a evolução das leis trabalhistas, veio paulatinamente reduzindo a jornada de trabalho para 12, 10, 9 e 8 horas de labor, aumentando os momentos de folga, e, desta forma, criando o problema do uso adequado das horas de lazer. Poderemos, também, afirmar que os povos não se depauperaram nem se degeneraram nas suas horas de trabalho, mas, isto sim, nas suas horas de lazer, de ócio. Em conseqüência, todo esforço dos poderes públicos no sentido de atender às imperiosas necessidades de recreação do povo constituiriam medida preservadora das suas energias físicas e morais.

Desde a década de 1940 o lazer dos moços operários, decorrente da ampliação do tempo livre, funcionava como um intervalo plenamente aproveitável, como um momento a ser gerido, controlado e inspecionado pelo poder público, a fim de extrair todo o proveito moral e higiênico possível. O controle do tempo de não trabalho foi concebido como uma forma de controle social que repudiava o ócio e valorizava atividades consideradas úteis, saudáveis e produtivas. Entre outras, esta foi uma das razões que levou a municipalidade paulista a criar e a manter os Clubes.

Esta suposição é confirmada por Nicanor Miranda em um artigo jornalístico publicado no Jornal *O Estado de São Paulo* (4/4/1943), no qual o autor presta informações sobre os Clubes de Menores Operários. Àquele momento o Departamento de Cultura e Recreação não havia instalado mais nenhum Clube além dos outros três criados anteriormente. Nicanor Miranda explica que os Clubes de Menores eram em número muito reduzido, funcionavam diariamente de 19:00 às 23:00 horas (exceto nos sábados e domingos), congregando aproximadamente 350 rapazes.

Conforme observa o autor, a parte educacional vinha sendo constantemente aperfeiçoada e promovia interessantes conquistas, como, por exemplo, a elevação do nível intelectual dos jovens. Mas este avanço não vinha sendo acompanhado pela ampliação das instalações. Todavia, a benéfica influência dessa ação acabava se estendendo a milhares de

adolescentes operários, pois muitos grupos de jogadores e esportistas “surgiam de todas as partes para disputar peladas de futebol, bola ao cesto, voleibol, pugilismo, atletismo, com os sócios dos Clubes.” (*O Estado de São Paulo*, 4/4/1943).

O autor finaliza sua exposição ressaltando o grande interesse das pessoas por este tipo de proposta voltada para a organização do lazer dos menores operários:

O Clube de Menores Pedro II é visitado anualmente por mais de 30.000 jovens, o do Ipiranga por mais de 20.000 e o da Lapa por mais de 5.000. O que representa alguma coisa em prol da organização dos lazes dos moços operários. (*O Estado de São Paulo*, 4/4/1943).

As palavras de Nicanor Miranda expressam a vinculação das horas de lazer do operariado com o trabalho produtivo. Desta maneira, considerando a realidade de uma cidade como São Paulo, fica evidente que na década de 1940 o lazer era entendido como tempo/espaço destinado à vivência de atividades “lícitas, saudáveis e produtivas”, as quais eram organizadas “em benefício” dos próprios operários. Este processo de institucionalização do lazer, como visto, correspondeu à organização social e industrial capitalista.

Para a Prefeitura de São Paulo, os Clubes, restritos aos menores operários do sexo masculino, constituíam um serviço público de grande valor que, cada vez mais prestigiado pelos governantes, representava uma notável obra social. Afinal, estes sistemas não visavam apenas à educação física da juventude trabalhadora de São Paulo, tendo uma finalidade mais ampla e universal: criar uma personalidade vigorosa no adolescente operário, cuja expressão seria formada com a prática dos jogos, dos esportes e do cultivo de determinadas formas de arte.

Pode-se concluir, portanto, que o propósito dos Clubes era desenvolver atividades consideradas lícitas e saudáveis, tanto do ponto de vista biológico, como moral e social, que pudessem ocupar as horas de lazer dos menores operários, desenvolver a educação e aumentar a resistência física desses jovens.

Segundo Soares (1994) a preocupação com a educação higiênica do povo vinculou o tempo de trabalho com o de recreação, fazendo do primeiro o necessário contraponto da segunda. Paralelamente, o pensamento higienista difundiu a idéia da recreação como um meio eficiente de recuperar as forças despendidas ao longo da jornada de trabalho não apenas dos homens, mas também das mulheres e das crianças operárias.

A importância de se organizar os momentos de lazer também perpassa artigos jornalísticos de Nicanor Miranda que colocam em evidência a moça operária. Neste momento visualizei a preocupação do chefe da Divisão de Educação e Recreio em possibilitar, às moças, as mesmas vantagens que vinham sendo concedidas aos rapazes.

A lembrança das “horas de alegria e saúde” vividas pela criança nos Parques Infantis se perpetuava no coração do adolescente, fato evidenciado nas freqüentes visitas que os egressos faziam à instrutora, à educadora-sanitária, ao médico e aos seus pequenos companheiros. A maioria dessas visitas objetivava “[...] reviver momentos de prazer proporcionados pela vida ao ar livre, ao sol, com exercícios físicos, jogos e atividades recreacionais livres ou organizadas.” (*O Estado de São Paulo*, 24/7/1943).

Quando crianças, as meninas contavam com orientadores para as suas atividades mais corriqueiras, mas, em plena juventude, no momento em que mais precisavam, não encontravam mais o auxílio seguro: seja para uma orientação profissional, um problema íntimo, tratamento de moléstias, desenvolvimento de trabalhos manuais, confecção de enxoval. Se esses problemas representavam um resultado das falhas de uma educação que anos e anos de vida no Parque não conseguiram sanar, a situação das moças operárias que não tiveram essa oportunidade deveria ser ainda pior.

No caso dos rapazes, o autor afirma que enquanto ao Estado competia a formação de personalidades fortes e vigorosas, indivíduos cheios de entusiasmo e energia para servirem como eficientes “obreiros da Nação”, no caso da jovem operária o problema era “[...] mais

complexo, mais delicado e mais fundamental: serem aptas para formar gerações mais capazes e mais robustas que as atuais.” (*O Estado de São Paulo*, 7/8/1943).

O Brasil, país novo e cheio de viço, não pode considerar secundário – e não o considera – um problema tão básico como o da formação de mães operárias. E é por isso que toda a contribuição, ainda mesmo que possa parecer exígua e mínima aos olhos dos céticos como a de um Clube de Moças Operárias, representa mais uma estaca da construção de um Brasil grandioso, respeitado e considerado no concerto das Nações. (*O Estado de São Paulo*, 7/8/1943).

Segundo o meu entendimento, nesses textos jornalísticos o autor reforça a idéia de que as mulheres, mesmo exercendo o ofício operário, não deveriam descuidar do papel social a elas reservado, ou seja, a maternidade. Para esta sublime missão as jovens deveriam ser formadas e conduzidas pelos poderes públicos, pois uma “educação incompleta” das moças operárias acabava gerando várias deficiências.

As falhas, erros, vícios e defeitos provenientes de uma educação incompleta da moça operária podem resumir-se mais ou menos no seguinte: ausência da noção de responsabilidade, do sentimento do dever; do valor da pontualidade; falta de escrúpulos em relação às coisas alheias; atitudes levianas nos lugares públicos, na rua, no teatro, no cinema, na saída das festas, na vida em sociedade; falta de tino no comportamento em relação ao sexo masculino, respondendo aos gracejos, inocentes ou não, com inconveniência ou brutalidade; incapacidade para escolher as suas leituras e divertimentos; *incompetência para preencher conscientemente as suas horas de lazer e organiza-las sob forma educativa* [...]. (*O Estado de São Paulo*, 24/7/1943. Grifo meu).

As idéias expostas pelo autor, na citação acima, são uma evidência de que o emprego “consciente e educativo” das horas de lazer das moças e dos rapazes operários realmente constituía uma grande preocupação de Nicanor Miranda. Este profissional atuou, por aproximadamente uma década, como chefe da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura, sendo um dos responsáveis pelo encaminhamento das propostas de recreação organizadas pela experiência institucional paulistana. Por esta razão, suas idéias eram importantes para a experiência institucional analisada nesta pesquisa.

O autor acreditava que, assim como a educação de qualquer ser humano, a formação da moça operária deveria ser “total”, isto é, física, intelectual, moral, estética, social

e sexual. Para tanto, seria fundamental que elas tivessem a oportunidade de freqüentar, de maneira semelhante aos rapazes, *Clubes de Moças Operárias*.

Conforme a sua visão, em linhas gerais, as atividades mais indicadas para a moça operária eram aquelas que constituíam um programa de recreação adequado à adolescência, podendo ser classificadas em físicas, manuais, dramáticas, musicais e sociais. “São, aliás, atividades pertinentes a um programa de recreação para qualquer idade.” (*O Estado de São Paulo*, 5/9/1943).

A iniciativa de classificar as atividades que deveriam constituir um programa de recreação representa, para mim, uma ação inovadora e de extrema importância para os estudiosos do lazer. Seja ou não uma proposta de autoria do próprio Nicanor Miranda, o fundamental é que em 1943 este autor já esboçava um sistema de categorização que englobava vários campos de interesses.

Geralmente os estudiosos brasileiros do lazer adotam a classificação proposta por Dumazedier (1979), que distingue cinco campos fundamentais, assim denominados: os interesses físico-esportivos, os sociais, os manuais, os intelectuais e os artísticos.¹⁰⁸ Esta classificação, apesar de ser vista com ressalvas por alguns pesquisadores pelo fato de que toda categorização acaba negligenciando alguns aspectos, é amplamente reproduzida por diversos autores da área. Sua larga difusão é justificada, principalmente, por ser considerada uma referência que diversifica as atividades de lazer.

Contudo, enquanto o sociólogo francês apresentou esta classificação na década de 1970, recebendo ampla aceitação pelos estudiosos do lazer, mais de 30 anos antes um autor brasileiro (Nicanor Miranda) já delineava uma proposta desta natureza, fato ainda desconhecido em nosso meio. No jornal *O Estado de São Paulo* de 5/9/1943, este autor fez algumas recomendações quanto a um programa de recreação adequado às jovens

¹⁰⁸ Camargo (1986) acrescenta a esta classificação o campo dos interesses turísticos.

trabalhadoras. No caso das atividades físicas, estas deveriam corresponder aos imperativos do trabalho produtivo:

As atividades físicas para a moça operária devem ser cuidadosamente escolhidas. Em primeiro lugar é preciso lembrar que tipo de trabalho a moça realiza na fábrica onde está empregada, pois é mister não esquecer que o exercício físico deve estar condicionado ao trabalho jornalheiro que a jovem realiza. Pode-se apontar alguns tipos de exercícios, jogos e esportes recomendáveis. Ginástica analítica, corretiva e terapêutica, ginástica rítmica, danças, bailados, voleibol, “ring toss” (erroneamente chamado “deck tennis” entre nós), “badminton”, shurfeboard”, “handball” em campo reduzido, natação, pingue-pongue, croqué, etc, etc.

No que se refere às *atividades manuais*, o autor recomenda adotar, em primeiro lugar, todas aquelas que tivessem uma aplicação doméstica imediata. Fornece vários exemplos, dentre os quais bordado, tricô e costura.

As jovens moças da fotografia 19 se dedicam a atividades consideradas “femininas”, isto é, atividades calmas, tranqüilas, delicadas, minuciosas, sensíveis. Esses afazeres eram considerados apropriados para a mulher que se desejava formar, pois, mesmo trabalhando e executando ofícios duros e desgastantes, essas atividades seriam um recurso para aguçar a sensibilidade feminina da moça operária.

Diferentemente dos rapazes, que se dedicavam a atividades consideradas masculinas, como, por exemplo, a marcenaria (fotografia 20), as jovens operárias deveriam desenvolver habilidades manuais voltadas para a decoração do lar, para pequenos trabalhos de madeira, confecção de bonecas, desenho, pintura, escultura, modelagem, pintura de cenários e decoração de palco.

Assim, os programas de recreação desenvolvidos para moças e rapazes nos Clubes construía e perpetuavam as imagens de mulheres e de homens conforme os valores hegemônicos naquele período histórico.



Fotografia 19
Atividades de costura, tricô e bordado para meninas e moças, 1937
(Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo)



Fotografia 20
Atividades de marcenaria para meninos e rapazes, 1937
(Divisão de Iconografia e Museus/Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo)

As *atividades dramáticas*, por sua vez, seriam constituídas por vivências que envolvessem todos os gêneros teatrais, incluindo as comédias, os dramas e a operetas. As musicais poderiam ser “vocais ou instrumentais. Coros, pequenos grupos orquestrais, concertos, espetáculos e festivais de música, audições de discos e de rádio.” (*O Estado de São Paulo*, 5/9/1943).

Finalmente, as *atividades sociais* seriam constituídas de todas as possibilidades que pudessem, simultaneamente, “proporcionar o ensino das boas maneiras e socializar, no mais alto grau, a adolescente operária” (*O Estado de São Paulo*, 5/9/1943). Neste âmbito, são inúmeros os exemplos dados pelo autor: convescotes, excursões, viagens de curta distância, visitas educativas, festivais esportivos, artísticos e sociais; festas cívicas em datas nacionais, festas de pais e mães, entre outras experiências.

Ainda considerando o universo das atividades sociais, o autor destaca que, para atribuir maior eficiência à obra educacional, os poderes públicos deveriam organizar uma sala na qual pudessem ser desenvolvidos jogos diversos (xadrez, damas, dominó); auxiliando também a estruturação de conselhos de líderes das principais atividades realizadas no *Clube de Moças Operárias*.

Nicanor Miranda finaliza seu texto (*O Estado de São Paulo*, 5/9/1943), dizendo que um plano elaborado nesses moldes serviria apenas para um trabalho inicial, pois apenas a experiência seria capaz de apontar as necessárias ampliações e modificações a serem observadas em um programa de recreação para as jovens trabalhadoras.

Analisando as matérias de autoria de Nicanor Miranda sobre a moça operária, publicadas no jornal *O Estado de São Paulo* em 1943 (nos dias 24/7; 7/8 e 5/9), tem-se a impressão de que o autor empreende esforços para justificar a necessidade de se estender o serviço prestado aos rapazes dos *Clubes de Menores Operários* para as adolescentes.¹⁰⁹

¹⁰⁹ Conforme ressaltado, estas matérias jornalísticas foram identificadas a partir das referências postuladas por Nicanor Miranda (1984). Os textos foram obtidos, na íntegra, no Arquivo do Estado de São Paulo.

Assim, até o ano de 1943 o *Clube de Moças* parecia ainda não estar implantado, apesar de na obra de MIRANDA (1984) observarmos que o autor revela que este serviço prestou educação, assistência e recreação para as jovens.

É a informação também contida em um documento elaborado pela agora denominada “Divisão de Educação, Assistência e Recreio” da Prefeitura Municipal de São Paulo (1949), chefiada pelo médico João de Deus Bueno dos Reis, colega de Nicanor Miranda que vinha participando desta proposta desde a época de criação do Departamento de Cultura.¹¹⁰ O texto indica que o Parque Infantil da Barra Funda também funcionava como um “Centro de Moças”, e outros Parques continham “Centro de Rapazes”. Possivelmente, as novas denominações foram dadas à Divisão e aos Clubes de Menores, e de Moças Operárias, a partir da reforma administrativa realizada em 1947.

No início da gestão do prefeito Abrahão Ribeiro, em dezembro de 1945, um Decreto-Lei redefiniu o organograma da máquina administrativa paulistana. Várias outras modificações foram processadas em 1947 atingindo vários setores, dentre os quais o Departamento de Cultura e Recreação. Com esta reforma, este órgão cultural fundado em 1935 deixou de ser um Departamento autônomo e passou a integrar a estrutura administrativa da recém criada *Secretaria Municipal de Educação e Cultura* (REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, 1991).

Ressentindo-se com esta reforma, Duarte (1971, p.70) declarou que:

O Departamento de Cultura, outrora subordinado ao prefeito, passou a fazer parte de uma secretaria municipal invertebrada, absurda, caríssima, inútil, parasitária, inconveniente e perniciosa, como se revelaram quase todas as secretarias criadas na administração municipal. O Departamento de Cultura passou pois para esta secretaria municipal [...] sob a égide de uma incompreensão cultural capaz de abalar a Serra do Mar!

¹¹⁰ Neste documento constatei que durante a gestão do prefeito Prestes Maia (1938-1945) estiveram funcionando sete Parques Infantis, mas em novembro de 1946 o prefeito Abrahão Ribeiro criou o primeiro “Recanto Infantil” da capital paulista. O Parque e o Recanto, aparentemente semelhantes, destinavam-se a crianças de classes sociais e níveis econômicos diferentes, tendo, portanto, finalidades distintas. Os Recantos Infantis não se preocupavam em educar, recrear e assistir crianças carentes, mas oferecer “[...] condições de vida sadia e alegre para as crianças residentes em casas coletivas e apartamentos, com espaços exíguos para a recreação infantil.” (p.11)

Esta modificação foi determinante para que as ações desenvolvidas nos Parques Infantis perdessem o caráter de educação extra-escolar e fossem gradativamente encaminhadas para o ensino formal. Esta nova orientação culminou com a transformação desses logradouros nas atuais Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIS) de São Paulo.

Desta maneira, a proposta política idealizada em 1935 preocupou-se, entre outros pontos, com a organização de programas de recreação para a criança pobre e o adolescente operário. Mas esta política foi interrompida na trajetória da experiência municipal paulistana em 1947, ano que marca o ponto de chegada deste capítulo.

Em síntese, a educação, fundamentada no pensamento escolanovista e nos princípios higienistas, representa a principal matriz de pensamento que permeou a construção do significado de recreação na proposta institucional analisada neste capítulo. Este conceito de educação conjugou, por meio da recreação, três dimensões: a técnica, orientada pelo urbanismo; a social, caracterizada pela assistência, e a saúde, relacionando-a com os aspectos físico, mental, intelectual, social e higiênico.

Assim, os Parques Infantis implantados em São Paulo foram considerados valiosos sistemas de educação extra-escolar e, por serem destinados às crianças das classes proletárias, tinham uma tríplice finalidade: recrear, educar e assistir. Os Parques Infantis também contribuíram com a constituição da recreação como um campo de atuação para os profissionais da educação física, no âmbito do ensino não-formal.

A análise da proposta difundida nos Parques Infantis paulistanos nos indica, ainda, que o significado de recreação englobava várias práticas culturais concebidas como atividades-meio. Assim, o significado de recreação, em voga, não se restringia aos jogos e exercícios ginásticos, incluindo inúmeras outras práticas culturais, tais como a música, a dança, a leitura, a poesia, a dramatização, os passeios e os festivais. Essas atividades tinham,

como finalidade, promover o desenvolvimento físico, intelectual, social, moral e higiênico das crianças. Destaco também a preocupação dos dirigentes em produzir fundamentos sobre a recreação que, na prática concreta, na maioria das vezes acabava situando-se em um nível prescritivo. Entretanto, apesar das críticas que podem recair sobre os princípios que sustentavam esta proposta de recreação, acredito que se tratava de uma iniciativa muito inovadora para a época.

Além disso, os programas de recreação desenvolvidos nos Parques Infantis procuravam despertar as novas gerações para a importância de empregar suas horas de lazer em atividades saudáveis. As trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer nesta experiência institucional foram distintas, embora coexistentes. Por essa razão, os *Clubes de Menores Operários* foram vistos como empreendimentos que poderiam colaborar com a constituição de corpos disciplinados, aptos e vigorosos para o trabalho produtivo, matriz de pensamento que delineou a construção de significados de lazer.

Concluindo, a proposta de recreação constituída pelo poder público paulistano não objetivava promover meros passatempos para crianças e jovens, mas desenvolver atividades educativas que poderiam evitar que as horas de lazer propiciassem a ocorrência do ócio ou fossem ocupadas com alcoolismo, promiscuidade, delinquência, jogos de azar e todo tipo de vício que pudesse provocar a degradação física, moral e social da miserável população operária. Essas atividades foram desenvolvidas em um espaço próprio, que demarcava a distribuição do poder na sociedade por meio dos segmentos sociais atendidos.

Esta orientação foi também observada na experiência institucional desenvolvida, no Rio de Janeiro, com vistas à formulação de uma proposta de recreação que pudesse atender os trabalhadores adultos e suas famílias. Trata-se da experiência concretizada pelo governo federal em 1943, a partir da criação do Serviço de Recreação Operária, assunto ao qual me dedicarei no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA (1943-1964): ÓRGÃO IMPLANTADO PELO GOVERNO FEDERAL INCUMBIDO DE ORGANIZAR AS HORAS DE LAZER DOS TRABALHADORES OPERÁRIOS E SUAS FAMÍLIAS

A Comissão Técnica de Orientação Sindical, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criou ultimamente o Serviço de Recreação Operária, para cumprir um programa de assistência social, desenvolvendo esforços no sentido de melhor aproveitamento das horas de folga do trabalhador. (*Hora do Brasil*, 8/6/1944. In: (BRASIL. 1944a, p.284).

Este capítulo tem, como propósito, compreender os significados de recreação e de lazer no contexto das diretrizes trabalhistas adotadas, em especial, pelo governo Vargas. Busca-se, assim, conhecer as trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer a partir da proposta institucional desenvolvida, no antigo Distrito Federal, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Neste sentido, a análise do *Serviço de Recreação Operária* (1943-1964) possibilitou discutir os fundamentos que nortearam as ações concretizadas por aquele órgão federal, observando atentamente como a recreação e o lazer foram analisados na política pública desenvolvida na época.

Procurando dialogar com o contexto brasileiro daquele momento histórico, procurei refletir sobre as relações constituídas entre a recreação e o lazer, identificando as matrizes de pensamento que influenciaram a construção de sentidos de ambos no seio das relações de trabalho.

3.1. A política trabalhista adotada no governo Vargas: Seguindo as orientações internacionais que postularam a racional organização do trabalho... e do lazer

De acordo com as análises empreendidas por Fausto (2000), um dos aspectos mais coerentes do governo Getúlio Vargas foi a política trabalhista desenvolvida nos períodos em que conduziu o país. Com o crescimento das cidades, principalmente nas décadas de 1920 e 1930, fábricas e serviços foram se concentrando em alguns centros urbanos, atraindo grande massa de trabalhadores.

Nesses centros foi intensa a circulação de pessoas, assim como a difusão de idéias, o que colaborou com a constituição de movimentos operários cuja finalidade era dar ampla ressonância às reivindicações do proletariado. Este segmento social foi visto, por Getúlio Vargas, como um dos principais pontos de referência para as intervenções do Estado nas relações de trabalho. Mesmo sendo eleito pelo voto indireto e ditador para chefiar o governo provisório em 1930, ao propor algumas medidas de proteção aos trabalhadores o novo Presidente foi recebido com entusiasmo pela massa operária.

A partir de 1930, a política trabalhista do governo Vargas passou por várias fases, revelando-se inovadora com relação ao período anterior. Seus principais objetivos foram reprimir os esforços de organização da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo (FAUSTO, 2000). Com a criação do *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, em novembro de 1930, este segundo objetivo tornou-se alvo de uma política governamental específica que não derivou das pressões de uma determinada classe social, mas da própria ação do Estado getulista.

Análise do discurso proferido por Lindolfo Collor (1930) ao assumir a pasta deste Ministério permitiu-me identificar alguns aspectos importantes da ação do Estado. O recém empossado Ministro, uma das personalidades mais expressivas da Revolução de 1930,

afirmava que, no Brasil, os males decorrentes da desorganização do trabalho exigiam solução imediata, pois o desocupado desejava trabalho para evitar ou saciar a fome de sua família. Dessa forma, o poder público deveria intervir imediatamente no sentido de criar um ambiente econômico favorável ao desenvolvimento do trabalho.

O Ministro afirmava ainda que, àqueles que julgassem ser esta uma tarefa muito árdua, responderia que poderia ter sido fácil se as ações tivessem sido bem conduzidas na realidade brasileira, o que tornaria a assistência do Estado desnecessária naquele momento. Os problemas que afligiam a sociedade brasileira já teriam sido resolvidos e não haveria falta de trabalho, tampouco injustiças sociais a sanar (COLLOR, 1930).

Segundo as palavras do Ministro,

[...] o aspecto econômico por forma alguma pode ser considerado o exclusivo na solução de tais problemas. Pelo contrário, ao fator econômico sobreleva em importância a necessidade de justiça social. Examinemos com olhos humanos as condições do trabalho no Brasil e concluiremos que o operariado brasileiro merece e requer a nossa assistência e proteção em vários e vários capítulos. Onde, por muitas regiões, a garantia de salários dignos e remuneradores? Onde a proteção indispensável a todo esforço humano? Onde a regularização do trabalho de mulheres, de adultos e menores? Onde os seguros sociais, as aposentadorias, as casas higiênicas e baratas, as escolas, os recreios para não falar senão naquilo que todo homem deve ter direito como tem direito ao Sol? (COLLOR, 1930, p.2-3).

Ao propor um exame sobre as condições do trabalho no Brasil, Lindolfo Collor concluiu que o operariado brasileiro requeria, e merecia, assistência e proteção do poder público em vários âmbitos: com relação à garantia de salários dignos; à segurança do trabalho humano; à regularização do trabalho; aos seguros sociais; à aposentadoria, moradia, educação e recreio, entre tantos outros direitos que deveriam ser garantidos a todo cidadão brasileiro.

Conforme as constatações do Ministro, os poderes públicos vinham dando aos problemas sociais que assolavam o Brasil um desprezo inaceitável. Prova disso era o fato de o governo ter gasto, no exterior, somas de vulto ao tomar assento em assembléias cujas resoluções nunca tiveram nenhum valor entre o povo brasileiro.

Signatários do Tratado de Versalhes, obrigamo-nos a cooperar na “Organização Internacional do Trabalho”, de maneira a melhorar as condições de existência das populações operárias, condições que significam para um grande número de pessoas a miséria, a injustiça e as privações, dando causa ao descontentamento que perturba a ordem social, com grande perigo para a paz e a harmonia universais. Mas, apesar dessa declaração, cuja assinatura nos custou muito dinheiro, nunca ratificamos nem examinamos a maior parte das Convenções por nós aprovadas. E um presidente houve que, na vigência desse compromisso, afirmou a absoluta inexistência de qualquer questão social no Brasil.” (COLLOR, 1930, p.2).

Em oposição ao antigo Presidente Washington Luís, para quem a questão social no Brasil era uma simples “questão de polícia”, a política trabalhista preconizada por Lindolfo Collor previa a organização racional do trabalho em nosso país. Nos primeiros meses em que atuou como Ministro dedicou-se, com empenho, à estruturação das bases da legislação trabalhista brasileira. Como afirmou Maurício de Medeiros, “não foi longa a permanência de Collor na direção do Ministério que criou, mas as diretrizes principais de sua construção subsistiram através das sucessivas reformas que se seguiram a sua administração.” (*Diário Carioca*, 23/9/1942. In: MELLO, 1990, p.107).¹¹¹

Vários pontos podem ser destacados na política trabalhista inaugurada pelo Ministro Lindolfo Collor, possibilitando-nos conhecer os rumos seguidos pelo Estado getulista. Tem-se, assim, a organização de Juntas de Conciliação e Julgamento, encarregadas de arbitrar conflitos entre patrões e operários. A criação deste órgão representou uma tentativa de buscar soluções justas, e pacíficas, para os contraditórios interesses que permeavam as relações de trabalho.

A política trabalhista postulada pelo governo Vargas previu, ainda, o enquadramento dos sindicatos pelo Estado, medida estabelecida pelo Decreto n. 19.770 de 19/3/1931. Este Decreto dispôs não apenas sobre a sindicalização das classes operárias, mas

¹¹¹ Lindolfo Collor pediu demissão do cargo de Ministro em março de 1932, indignado com o ataque à sede do jornal *Diário Carioca* e insatisfeito, entre outros pontos, com a forma como o governo provisório de Vargas sufocava a liberdade de opinião, agindo de maneira contrária ao que havia sido postulado na revolução de 1930. Foi substituído por Joaquim Pedro Salgado Filho, que permaneceu como Ministro até julho de 1934. Posteriormente, o cargo foi assumido por Agamenon de Magalhães, que atuou até o golpe de 1937 (MELLO, 1990).

também das patronais. Contudo, Fausto (2000) esclarece que o operariado foi o foco de interesse do governo, sendo o sindicato concebido como órgão consultivo e “de colaboração” com o Poder Público. A sindicalização não era “obrigatória”, mas, vários benefícios, como o direito ao gozo de férias, dependiam da condição de ser membro de sindicato reconhecido pelo governo.

Foi também adotado o princípio de unidade sindical, no qual o Estado reconheceria apenas um único sindicato por categoria profissional. O governo procurou, dessa maneira, participar da vida sindical, designando até mesmo alguns funcionários do Ministério para assistir às assembléias organizadas pelos sindicatos. Esta determinação vigorou até 12/7/1934, quando foi substituído pelo Decreto n. 24.694. A principal alteração foi com relação à possibilidade da pluralidade sindical, mas este princípio não teve muita repercussão, desaparecendo posteriormente da legislação (FAUSTO, 2000).

Leis que asseguravam alguns direitos aos trabalhadores foram também aprovadas pelo governo Vargas, como as que regularam o trabalho das mulheres e dos menores, limitaram a jornada de trabalho em oito horas diárias e determinaram a concessão de férias. A questão da diminuição do tempo de trabalho a partir da adoção do regime normal de oito horas para todos os operários, sem exceção, constituiu um dos problemas que mais despertou o interesse da classe proletária.

Como a lei de férias dependia de regulamentação, por pressão dos industriais até o ano de 1930 ainda não havia sido aplicada na indústria. Segundo Sant’Anna (1994), políticos e empresários atentavam para os perigos da ociosidade e do alcoolismo que rondavam as horas vagas reivindicadas.

Sussekind et al. (1952) assinalam que as poucas leis voltadas para a proteção do trabalho não visavam, lamentavelmente, restaurar a dignidade humana do trabalhador. Tratava-se de leis inevitavelmente cedidas pelo Estado em face da constante pressão do

operariado. Embora a primeira lei a fixar a jornada máxima de trabalho em dez horas diárias tenha sido aprovada no ano de 1847, pelo Parlamento Inglês, nem sempre era respeitada. Foi apenas no decorrer do século XX que as leis referentes à limitação da jornada, ao repouso semanal e às férias foram regulamentadas no mundo contemporâneo. Todavia, destaco que o fato dessas conquistas sociais terem sido garantidas legalmente não representa o seu efetivo cumprimento.

A partir de 1915 alguns países começaram a aderir à jornada de oito horas, tais como o Uruguai, a Suécia, o Equador, a Finlândia e o México. Mas, como lembram Sussekind et al. (1952), foi somente depois do *Tratado de Versalhes* (acontecimento citado no discurso de posse do primeiro Ministro do Trabalho do Brasil, Lindolfo Collor), e da realização da primeira *Conferência Internacional do Trabalho*, ambos no ano de 1919, que muitos países atenderam a essa reivindicação.¹¹²

Nesta Conferência, realizada em Washington, foi adotada uma Convenção tendente a fixar a jornada diária em oito horas, e em 48 horas semanais o trabalho nos estabelecimentos industriais.¹¹³ Seu propósito foi garantir aos trabalhadores, além das necessárias horas de sono para reposição de energias, um tempo suficiente para que pudessem fazer algo que os distraíssem.

Segundo a minha interpretação, à medida que as leis fixadas em diferentes países provocavam a redução da jornada de trabalho dos assalariados, crescia também a preocupação dos dirigentes da sociedade em torno dos usos que poderiam ser feitos deste tempo extra.

¹¹² O Brasil, como um dos países vitoriosos na 1ª Guerra Mundial, foi um dos 29 signatários do *Tratado de Versalhes* – firmado, em Paris, em julho de 1919. Sussekind (1994) sublinha que este Tratado dispôs sobre a criação da *Organização Internacional do Trabalho* (OIT) e enunciou os princípios que deveriam ser adotados no campo do trabalho, visando restabelecer a paz universal fundada na justiça social. Era justamente a urgência de promover este princípio no Brasil que Lindolfo Collor ressaltou em seu discurso.

¹¹³ A *Conferência Internacional do Trabalho* é a assembléia geral de todos os Estados membros da OIT, fórum onde se elabora e aprova as normas que regulam o trabalho em âmbito internacional, a seguridade social e as questões que lhes são conexas, com a finalidade de fomentar a universalização da justiça social. Essa atividade normativa é instrumentalizada por meio de “Convenções” e “Recomendações”. (SUSSEKIND, 1994)

De acordo com as pesquisas realizadas no início da década de 1950 por Sussekind et al. (1952, p.11), foi nesta ocasião que Mr. Barnes, um dos fundadores da *Organização Internacional do Trabalho* (OIT), declarou: “Discutimos neste momento os meios de garantir certos lazeres aos trabalhadores e não aumentar seus salários”. Com esta declaração, observa-se que a OIT tratou do “problema dos lazeres” e dos meios para a sua ocupação desde a sua fundação, reforçando a importância de desenvolver atividades que não fossem consideradas nociva à sociedade.

Arnaldo Sussekind esclareceu, em seu depoimento para a presente pesquisa, que a OIT tem um campo de atuação muito vasto, uma vez que não trata apenas

[...] do direito do trabalho stricto sensu. Mas é uma organização internacional de trabalho que visa sobretudo a universalização da justiça social no seu sentido mais lato, mais amplo. E por isso mesmo, como um dos aspectos importantes da OIT são as férias remuneradas, e também a redução da jornada de trabalho, para que sobrasse tempo para os trabalhadores, para que eles vivessem. [...] Se o trabalhador continuasse, como antes da criação das leis do trabalho, a trabalhar 10, 12 horas por dia, e não ter meios para o seu lazer, na realidade não teria uma vida digna. O problema da dignidade humana importava em tratar do aproveitamento das horas de folga. (SUSSEKIND, 2001, p.5).

Estudos de Dumazedier (1979) também discorrem sobre a questão do aproveitamento das horas de folga do trabalhador. Este sociólogo francês afirma que a gradativa redução da jornada de trabalho no início do século XX provocou a esperança e também a inquietude dos reformadores sociais, preocupados com o seguinte dilema: o tempo liberado será utilizado para o florescimento, ou para a degradação da personalidade? Em face desta preocupação, foi enfatizada a necessidade de organizar o lazer, condição *sine qua non* para a diminuição do tempo de trabalho.

De acordo com o autor francês, a necessidade de organização do lazer foi discutida em vários eventos internacionais, tais como o primeiro *Congresso Internacional sobre o Tempo Livre dos Trabalhadores*, promovido pelo *Bureau Internacional do Trabalho*

de Genebra, em 1920. Este evento reuniu 300 membros de 18 países e divulgou essa preocupação em nível mundial.

Cabe ressaltar que, do meu ponto de vista, esta “necessidade” foi, estrategicamente, articulada pelos segmentos hegemônicos, e não pelos próprios trabalhadores que reivindicaram o direito à redução da jornada, ao repouso semanal e às férias anuais.¹¹⁴ Por um lado, há que se destacar a importância da questão da mobilização política dos trabalhadores pela conquista de direitos, mas, por outro lado, fica evidente o aspecto da inevitável “concessão” de alguns benefícios por parte dos setores que vinham conduzindo os rumos da nossa sociedade. Visto por este ângulo, não se trata apenas de um tempo “conquistado”, mas, também, de um tempo “concedido” aos trabalhadores assalariados. Por esta razão este tempo extra, destinado ao lazer das camadas operárias, deveria ser bem empregado, organizado e conduzido.

Esta problemática foi também amplamente discutida na *Conferência Internacional do Trabalho* promovida nos anos de 1920. Neste âmbito, algumas Convenções da OIT assumiram grande importância na configuração social do lazer em relação ao trabalho produtivo. Como exemplo, cito a Convenção n.14, aprovada na 3ª reunião da *Conferência Internacional do Trabalho* (Genebra, 1921), que dispôs sobre o repouso semanal na indústria. De acordo com o 2º artigo desta Convenção, todas as pessoas ocupadas em qualquer estabelecimento industrial, público ou privado, deveriam ser beneficiadas, no correr de cada período de sete dias, com um repouso de pelo menos 24 horas consecutivas. No Brasil, esta Convenção entrou em vigor em 19/6/1923 (SUSSEKIND, 1994).

Na Conferência da OIT de 1924, por sua vez, foi divulgada uma Recomendação concernente à “utilização dos lazes” do trabalhador, na qual foram ressaltados como pontos capitais: a) a preservação dos lazes e a sua utilização como um meio de higiene social, e b) a

¹¹⁴ Por *segmentos hegemônicos*, compreendo as elites econômicas e de projeção política, cujos interesses são, direta ou indiretamente, privilegiados em diferentes contextos históricos e sociais.

criação de instituições encarregadas de orientar os lazeres, nos quais pudessem ser desenvolvidos jogos familiares, círculos de palestras sobre assuntos domésticos, prática de esporte, instrução primária e educação extra-escolar, por meio do teatro, do cinema e da música.

As informações relativas à organização social do lazer do trabalhador foram salientadas nas conclusões desta Conferência como um aspecto que deveria ser largamente difundido em todo o mundo, sendo também enfatizada a importância de continuar o estudo sobre o assunto. No âmbito internacional, portanto, na década de 1920 tem-se uma série de discussões sobre o lazer, e esses conhecimentos foram disseminados, no Brasil, a partir dos anos de 1930, acentuando-se na década seguinte.

Conforme sublinhou Foucault (1987), o exercício do poder implica a constituição de um campo de saber e, dessa forma, para exercer o controle do lazer da população assalariada seria imprescindível aprofundar nesta questão, buscando fundamentos capazes de ampliar o conhecimento das diversas variáveis que interferiam no problema.

O aprofundamento de conhecimentos sobre o assunto foi efetuado a partir de várias iniciativas, dentre as quais a realização de eventos internacionais. Ao final do *Congresso Internacional de Lazer Operários*, realizado em Liege no ano de 1930, foi sugerida a criação, junto à OIT, de uma Comissão Permanente encarregada de coordenar os empreendimentos concretizados em diferentes países, de maneira que todas as formas de educação popular e uma “judiciosa, higiênica e saudável” utilização das horas de lazer pudessem ser asseguradas aos trabalhadores (SUSSEKIND et al., 1952). Na visão da OIT, recreação “saudável e útil” nas horas de lazer era, indiscutivelmente, preferível ao vício e ao ócio do trabalhador. Aqui vigora, uma vez mais, o significado de lazer como *licere*, englobando as horas de “não trabalho” destinadas à vivência de manifestações culturais consideradas lícitas e permitidas.

Como pode ser verificado em várias obras que tratam do assunto (tais como MARINHO, 1952; MARINHO et al., 1955; CONGRESO MUNDIAL DE RECREACIÓN, 1964; MIRANDA, 1993), essa iniciativa direcionada para a organização do lazer das massas populares foi difundida, em vários países, como “movimento pela recreação”. Este movimento, preocupado com a racional utilização do lazer dos trabalhadores operários, integrou diversas propostas de recreação organizada em vários países, fossem eles socialistas ou capitalistas.¹¹⁵

As principais organizações operárias estabelecidas em todo o mundo também foram convocadas, pela OIT, para participar das reuniões preparatórias da constituição da *Comissão Internacional de Lazeres Operários*, cujos estatutos provisórios foram redigidos em 29 de junho de 1934. No ano seguinte, foi criado um Comitê incumbido de estudar os meios de facilitar o emprego das férias remuneradas dos trabalhadores, a instituição de campos de férias para os jovens laboriosos e apresentar proposições numa futura sessão.¹¹⁶

Dessa maneira, na 20^a Reunião da *Conferência Internacional do Trabalho* (Genebra, 1936) foi aprovada uma Convenção sobre as férias remuneradas dos trabalhadores, determinando o direito, depois de um ano de serviço contínuo, a férias anuais remuneradas de, no mínimo, seis dias úteis. No Brasil esta Convenção passou a vigorar, no plano legal, em 22/9/1939 (SUSSEKIND, 1994).

A regulamentação do direito do trabalhador ao repouso semanal remunerado enfatizou ainda mais a necessidade de organização social do lazer, evitando o ócio e as atividades perniciosas ao indivíduo e à sociedade. Todavia, este direito foi outorgado aos trabalhadores de diversas nações somente depois da 2^a guerra mundial, cabendo observar que

¹¹⁵ Como visto anteriormente, este tipo de iniciativa já vinha sendo desenvolvida, com sucesso, entre crianças e jovens desde o final do século XIX, sobretudo nos Estados Unidos. O movimento da recreação procurava ocupar o tempo ocioso com jogos e divertimentos considerados educativos do ponto de vista físico, moral, social e higiênico.

os países da América Latina, dentre os quais o Brasil, figuram na vanguarda da difusão desse princípio de justiça social. A Áustria foi o primeiro país a regulamentar o repouso anual remunerado a todos os trabalhadores da indústria e do comércio, no ano de 1919. Poucos países seguiram o exemplo austríaco até 1939, sendo que a grande maioria regulamentou esse direito apenas em 1948, e a mesma situação se verificou na universalização do direito a férias anuais remuneradas (SUSSEKIND et al., 1952).

Em muitos países a regulamentação desses direitos não significou um processo pacífico, sendo fruto de muitas lutas e reivindicações sociais. No Brasil, à medida que se inflamavam as lutas pela redução da jornada de trabalho nas primeiras décadas do século XX, aumentavam também as preocupações com os “usos do tempo livre” dos trabalhadores assalariados. Essa preocupação instigou a mobilização de projetos e ações voltados para o controle deste “tempo ocioso” por parte de várias entidades.

Em suma, com a universalização do direito do trabalhador aos repouso diários, semanais e anuais, ampliou-se a preocupação em torno da melhor maneira de se preencher e organizar, racionalmente, as horas de lazer, visando restaurar o equilíbrio biológico e promover a integração dos trabalhadores na sociedade. Assim como o trabalho produtivo, os momentos de lazer dos trabalhadores operários também deveriam ser racionalmente organizados, idéia rapidamente propagada em diversos países. O controle do tempo também representa, neste contexto, um mecanismo de controle social.

A OIT dedicou-se, com afinco, à solução deste problema, principalmente após o término da 2ª guerra mundial. Tomando conhecimento das Resoluções concernentes aos “lazer dos trabalhadores”, e dos informes a ela submetidos, o Comitê de Correspondência daquele órgão elaborou uma Resolução baseada em alguns princípios básicos, ressaltando a

¹¹⁶ Como esclarece Sussekind et al. (1952), esse processo foi dificultado com a ocorrência da 2ª guerra mundial, mas a expressiva ação da OIT já havia sido suficiente para consagrar, universalmente, a idéia de que ao Estado moderno competia facilitar a utilização das horas de lazer dos trabalhadores.

importância de desenvolver, em todos os países, a racional utilização dos lazeres (SUSSEKIND et al., 1952).

Após discutir e aprofundar sobre várias questões o Comitê de Correspondência da OIT concluiu, entre outros aspectos, que deveriam ser fixados dois objetivos para solucionar o problema da organização do lazer dos trabalhadores: *educação e recreação* (SUSSEKIND et al., 1952). Entre os argumentos levantados pela Comissão foi salientado que a utilização dos lazeres com esses dois elementos correspondia a um desejo geral e a uma necessidade universal, contribuía com o desenvolvimento integral da personalidade humana e era fundamental para o bem estar do povo, assim como à sua saúde e educação.

Em artigo publicado no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* em dezembro de 1943 (BRASIL, 1943), constatei que o significado de recreação em voga no país, àquela época, estava relacionado com as atividades que possibilitavam a diversão. Essas atividades poderiam ser proporcionadas, por exemplo, por “escolas de sambas, cantos, músicas e danças” (BRASIL, 1943, p.129).

Mas, do ponto de vista daqueles que estudavam o problema da organização e utilização dos lazeres dos trabalhadores, o entendimento de recreação deveria ir além da mera realização de atividades que visassem à diversão.

Considera-se, pois, *recreação do trabalhador, à utilização adequada das suas horas de lazer, compreendendo-se por lazer o período entre duas jornadas consecutivas de trabalho e os repousos obrigatórios, isto é, o descanso semanal e as férias anuais*. Seu conceito corresponde, então, a um processo educativo, físico, moral e intelectual. De um ponto de vista geral, a educação serve para desenvolver as aptidões do indivíduo normal, para ampliar seu entendimento, estimular sua imaginação criadora e ajudá-lo a melhor compreender o mundo que o cerca. (SUSSEKIND et al., 1952, p.16-17. Grifo meu).

Nesta citação identifiquei significados distintos para a recreação e o lazer, que estabelecem uma relação de complementaridade: enquanto o lazer é concebido como uma fração de tempo decorrente do intervalo entre duas jornadas consecutivas de trabalho, a recreação é entendida como a ocupação “sadia” dessas horas vagas, traduzida no

desenvolvimento de atividades culturais diversas, como música, teatro, cinema, esporte, ginástica, entre outras, ministradas com finalidades educativas.

De acordo com a minha interpretação o que estava em jogo, em princípio, não era a questão do mero emprego de atividades, mas a necessidade de controlar, gerir e organizar, racionalmente, o direito concedido aos trabalhadores na forma de uma ampliação das “horas de folga”, decorrente da regulamentação do tempo de trabalho. Neste âmbito a recreação, enquanto uma possibilidade educativa, representava a essência da organização social do lazer dos trabalhadores assalariados.

Ora, como todas as dimensões da vida social, o lazer também está sujeito a coerções de diferentes naturezas, principalmente devido à sua vinculação com o controle social do tempo “livre” das massas trabalhadoras, traduzido na idéia de diversão “sadia e educativa”. A lei passou a assegurar maiores proporções do chamado tempo livre para os trabalhadores, mas este tempo de “não-trabalho” foi controlado e condicionado a algumas finalidades específicas. Por esta razão o poder público, a iniciativa privada e outras instituições, desde as primeiras décadas do século XX, assumiram a responsabilidade de organizar e preencher, racionalmente, as horas de lazer. Isso não ocorreu apenas no Brasil, mas em várias nações.

Quando os homens trabalhavam 12 a 14 horas por dia, seis dias na semana, o problema do uso recreacional das horas de lazer, tão importante atualmente, não existia. Para a maior parte das pessoas, era muito pouco o tempo disponível para recreação e muito poucas as oportunidades. [...] A crescente tendência em incluir férias remuneradas nos contratos de trabalho aumentou, consideravelmente, as horas de lazer de grande número de trabalhadores. A semana de quatro dias, vaticinada pelos líderes trabalhistas, para futuro não muito distante, afetará apreciavelmente os padrões de lazer. A aquisição, por milhões de homens e mulheres, de maiores períodos de lazer, que muitos deles não estão preparados para usar inteligentemente, criou um novo problema social. Sabiamente utilizado, este tempo de lazer promete tornar-se uma grande dádiva para o indivíduo e para a sociedade. Por outro lado, pode tornar-se um risco, se utilizado para fins anti-sociais. (BUTLER, 1973, p.17).

Para os segmentos hegemônicos, a redução da jornada de trabalho paralelamente à sua racional ocupação gerou resultados interessantes em diferentes países. Na França, por exemplo, os estudos realizados no início da década de 1920 revelaram que essa redução aumentou o bem-estar dos trabalhadores e as condições de vida melhoraram, com a tendência da população laboriosa de se estabelecer nos subúrbios. Além disso, cresceu o número de parques e jardins, desenvolveram-se distrações ao ar livre e a frequência às bibliotecas foi aumentada. Na Alemanha, Grã Bretanha, Dinamarca e Suécia o sistema estabelecido para educação dos trabalhadores nas horas de lazer também obteve um êxito impressionante, de uma amplitude até então desconhecida (SUSSEKIND et al., 1952).

Não se pode negligenciar o fato de que, mesmo que esta estratégia tivesse, como firme propósito, o controle do tempo de não-trabalho do operariado, do ponto de vista social muitas ações desenvolvidas foram de grande proveito para os segmentos populares. Afinal, a “racional utilização do tempo de lazer” contribuiu, entre outras possibilidades interessantes, com a difusão dos jogos e dos esportes entre os segmentos populares. Além disso, ampliou a infra-estrutura física e material para a realização de vários conteúdos culturais, facilitou o turismo popular, difundiu e incentivou as manifestações artísticas, bens culturais geralmente restritos às classes privilegiadas.

Atendendo as orientações internacionais postuladas pela OIT de maneira coerente com a política trabalhista desenvolvida pelo governo Vargas, no despertar da década de 1940 o *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, dirigido pelo Ministro Alexandre Marcondes Filho, assumiu a responsabilidade de organizar as horas de lazer dos operários e suas famílias. Para alcançar este objetivo, seria imprescindível que o Ministério contasse com o apoio dos sindicatos e, juntos, Estado e instituições sindicais poderiam proporcionar meios de recreação “saudável e educativa” ao operariado.

3.2. Criação do Serviço de Recreação Operária, em 1943: A recreação como aproveitamento adequado dos lazeres do operário e sua família

O governo getulista pretendeu criar novos conceitos de trabalho e de trabalhador no Brasil. Como esclarece Lenharo (1986), esta pretensão foi uma contrapartida do que já se praticava no setor urbano industrial: o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo.¹¹⁷

Proporcionar recreação organizada para as massas trabalhadoras poderia representar uma das mais eficientes estratégias para difundir os novos conceitos de trabalho e de trabalhador. Era esta a base de sustentação para o engrandecimento do país, segundo os princípios do modo de produção capitalista em desenvolvimento no Brasil.

Assim, no contexto dos últimos anos da fase ditatorial do governo getulista, foram mobilizadas ações com o intuito de se promover o adequado aproveitamento das horas de lazer do trabalhador, bem como de sua família. Este aproveitamento representava o corolário sem o qual os repousos assegurados em lei, na execução dos contratos de trabalho, não poderiam atingir seus objetivos.

De fato, conforme proclamara o Presidente Getúlio Vargas, “o homem do trabalho já se acha hoje protegido contra os imprevistos da existência e os seus efeitos mais imediatos. Resta ampliar agora a organização dos serviços de assistência e educação”. (SUSSEKIND, 1946, p.11).

Antes de discorrer sobre a organização do *Serviço de Recreação Operária*, criado em 1943, considero imprescindível retomar a trajetória de Arnaldo Sussekind. Além de ter

¹¹⁷ Desde a década de 1930 observa-se um amplo projeto de reordenamento da sociedade, apoiado na imagem de organicidade do corpo humano. Este modelo corporativista procurava pensar a sociedade como sendo integrada, e sem contradições. “O objetivo do projeto, portanto, visava neutralizar os focos de conflitos sociais, tornando as classes (órgãos) solidárias umas com as outras. Ao lado dessa referência, uma outra também ganhava ressonância: toda uma pedagogia do corpo foi sendo detalhada, de modo a colonizá-lo para a produtividade do trabalho.” (LENHARO, 1986, p.18).

sido o primeiro Presidente deste Serviço, esta personalidade foi também responsável pela extinção deste órgão, em 1964, na época em que atuou como Ministro do Trabalho.

Arnaldo Lopes Sussekind nasceu no Rio de Janeiro em 1917. Formou-se em 1939 pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, mas foi no decorrer de sua formação acadêmica que teve a oportunidade de ingressar no *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* como “Auxiliar de escrita”, função hoje conhecida como Escriturário. Logo após a sua formatura, passou a atuar, mediante um processo seletivo, como Assistente Jurídico do Conselho Fiscal do Trabalho. Embora ocupasse o cargo de Escriturário, o então Procurador Geral deste órgão – Joaquim Leonel de Rezende Alvim – incumbiu-lhe de elaborar Parecer sobre inquéritos relacionados à demissão de empregado estável. Mesmo sendo um advogado recém formado, Arnaldo Sussekind já estava habituado com o Direito do Trabalho.

Segundo o depoimento de Sussekind (2001), naquele tempo a *Justiça do Trabalho* ainda não existia, de maneira que o *Conselho Nacional do Trabalho* e as *Juntas de Conciliação e Julgamento* eram encarregados de decidir a matéria, conforme a competência. Das decisões do Conselho caberia a Votatória do Ministro, cujo Parecer era elaborado pelas mãos do próprio Arnaldo Sussekind.

Esta atribuição estreitou as relações profissionais entre Arnaldo Sussekind e o Ministro Waldemar Falcão, que atuou à frente do *Ministério do Trabalho* de novembro de 1937, a junho de 1941. Em janeiro deste último ano o Presidente Getúlio Vargas resolveu nomear Procuradores para, juntamente com os Delegados Regionais do Trabalho, preparar a instalação da *Justiça do Trabalho* dos Estados em 1º de maio de 1941. Foi nesta ocasião que Waldemar Falcão recomendou ao Presidente que Arnaldo Sussekind fosse nomeado Procurador Regional do Trabalho do Estado de São Paulo.

Transferindo-se para São Paulo, Sussekind preparou a instalação da *Justiça do Trabalho* do Estado junto com o Delegado Regional. Escolheram para abrigá-la um edifício

no qual, coincidentemente, no 13º andar estava situado o escritório do advogado Alexandre Marcondes Filho, com o qual Arnaldo Sussekind passou a desenvolver um contato cordial nas dependências do prédio. No final deste mesmo ano de 1941 Sussekind foi convidado, por Marcondes Filho, para fazer um lanche em sua casa. Embora Marcondes Filho fosse advogado da área de Direito Comercial, fez diversas perguntas sobre o Ministério do Trabalho ao novo Procurador Regional do Trabalho, que ficou muito surpreso com o interesse demonstrado pelo anfitrião. Esta curiosidade decorria do fato de que Alexandre Marcondes Filho já havia sido convidado, por Getúlio Vargas, para ser Ministro do Trabalho assim que Waldemar Falcão fosse para o Supremo Tribunal. A gestão do novo Ministro foi iniciada no dia 29 de dezembro de 1941.

Poucos dias depois (2/1/1942) Arnaldo Sussekind recebeu o convite para ser o Assistente de Alexandre Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O novo Ministro desejava elaborar a consolidação da Justiça do Trabalho e da Previdência e, nos primeiros despachos com seu Assistente, disse que o “Dr. Getúlio” já havia autorizado a composição de uma Comissão que pudesse se dedicar a esta tarefa. Para esta Comissão, foram sugeridos os nomes de Fernandes Viana, a pedido de Getúlio Vargas, e o de Oscar Saraiva, Consultor Jurídico do Ministério. Solicitado pelo Ministro, Sussekind recomendou mais dois: Luiz Augusto Monteiro, Diretor do Departamento do Ministério do Trabalho, e o Procurador Durval Lacerda. Mas, para Alexandre Marcondes Filho, nesta Comissão ainda faltava mais uma pessoa de sua confiança: Arnaldo Sussekind.

Eu levei um susto. Eu disse: Eu? Eu tinha 23, para 24 anos, e ele disse: É. Tem algum desses aí que é meu Assistente, que pode me representar? Eu quero estar lá, e tem que ser através de um Assistente meu, e tem que ser você. (SUSSEKIND, 2001, p.2).

Assim sendo, Arnaldo Sussekind integrou a Comissão responsável pela elaboração da *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT) e, na opinião do Ministro

Marcondes Filho, os direitos outorgados aos trabalhadores neste documento dialogavam com a promoção da “paz social” no Brasil.

O trabalhador brasileiro está bem seguro de que ninguém lhe pode dar garantias e benefícios mais justos e melhores dos que obteve por espontânea outorga de uma legislação conhecida como a mais adiantada do mundo; está consciente de que só a ordem pode assegurar a observância das prerrogativas sociais, porque as prerrogativas dependem da harmonia das classes e a harmonia das classes da paz interna; está perfeitamente esclarecido de que as agitações poderão reduzir-lhes os direitos e sacrificar a tranquilidade dos seus lares, que as leis do Presidente Vargas, com tão superior clarividência souberam resguardar e proteger. (BRASIL, 1944, p.287).

Acreditava-se que a almejada harmonia entre as classes poderia ser alcançada por meio do desenvolvimento de diversas ações organizadas pelo Estado getulista, dentre as quais a promoção de atividades recreativas para o operariado. Com este intuito, em meados de 1943 Arnaldo Sussekind foi designado para presidir uma Comissão encarregada de verificar a possibilidade de criar um serviço que proporcionasse o desenvolvimento de atividades recreativas e educativas para os operários, pois iniciativas dessa natureza acabaram despertando a atenção do Ministro Alexandre Marcondes Filho.

Foi nesta época que alguns jovens da *Associação de Escotismo Machado de Assis* fizeram uma visita ao Ministro. Esta foi, segundo Sussekind (1946), a primeira tropa de escoteiros mantida por um sindicato no Brasil. O objetivo dessa Associação era “elevar a cultura física e moral” dos filhos dos operários.¹¹⁸ Sentindo o alcance desse sistema de educação extra-escolar, Marcondes Filho ficou muito entusiasmado com a iniciativa, dadas as boas impressões que lhe causaram a tropa constituída por filhos de trabalhadores. Por este motivo solicitou a Arnaldo Sussekind um estudo sobre a possibilidade de criar um órgão com o objetivo de estimular e desenvolver o escotismo no meio sindical.

Dos estudos efetuados, chegou-se à conclusão de que seria mais oportuno que este órgão não se limitasse ao escotismo, “[...] mas que difundisse e estimulasse, igualmente, a

¹¹⁸ Essa Associação de Escotismo pertencia ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro.

prática de atividades físicas e culturais entre trabalhadores adultos, *visando o melhor aproveitamento de suas horas de lazer.*” (SUSSEKIND, 1946, p.6. Grifo meu).

Concordando com a diretriz elaborada pela Comissão, no dia 21 de setembro de 1943 o Ministro Marcondes Filho assinou a Portaria número 52, na qual constava o seguinte:

O Ministro do Estado do Trabalho considerando que se faz mister difundir cada vez mais as atividades físicas e morais entre a classe operária, facilitando-se-lhe os meios de recreação em geral a prestando aos respectivos sindicatos a colaboração que fôr necessária, resolve designar os assistentes técnicos do seu Gabinete, Arnaldo Lopes Sussekind, Evaristo de Moraes Filho e Antonio Almeida Manhães; e Jelmirez Belo da Conceição, como representante dos Empregados Sindicalizados, para, em Comissão, sob a presidência do primeiro, elaborarem projeto de portaria criando um serviço especial, junto à Comissão Técnica de Orientação Sindical, para atendimento daqueles objetivos. (SUSSEKIND, 1946, p.7).

Segundo minha compreensão, o teor da Portaria Ministerial 52 indica a preocupação do poder público federal em colocar os operários sindicalizados, devidamente representados por um empregado, como partícipes do processo de criação do SRO. Este órgão ficou encarregado de promover “os interesses dos trabalhadores” e, atuando como mediador, o Estado parecia exercer o papel de um representante neutro. Desta maneira, o Estado foi responsável por estender sua ação aos diferentes segmentos da sociedade, mas, neste caso específico, acabou privilegiando os trabalhadores operários sindicalizados e seus dependentes.

Exatamente um mês após a assinatura desta Portaria, a Comissão entregou o projeto ao Ministro assinalando, na justificativa do documento, os efeitos benéficos da recreação sobre o organismo e o espírito do homem, observação empreendida por especialistas das mais variadas ciências. Assim, o grupo concluiu que era preciso proporcionar ao ser humano que trabalhava e produzia algo que pudesse entretê-lo e que o fizesse esquecer, mesmo que fosse por apenas alguns instantes, o ambiente de sua oficina (SUSSEKIND, 1946).

É importante salientar que, nesta época, a CLT estava em processo final de elaboração, entrando em vigor no dia 10/11/1943. Lembro que, entre outros aspectos, ao

assumir as orientações postuladas pela OIT, a CLT exerceu impacto no trabalho e regulamentou as horas de lazer legalmente concedidas aos trabalhadores no Brasil. Abaixo, transcrevo alguns artigos da CLT, publicados no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em setembro de 1943, que evidenciam esta questão:

Art. 58 – A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de oito horas diárias. [...]

Art. 66 – Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.

Art. 67 – Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de vinte e quatro horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte. [...]

Art. 129 – Todo empregado terá, anualmente, direito ao gozo de um período de férias sem prejuízo da respectiva remuneração. [...]

Art. 132 – Após cada período de doze meses [...], os empregados terão direito a férias, na seguinte proporção:

a) quinze dias úteis, aos que tiverem ficado à disposição do empregador durante os doze meses;

b) onze dias úteis, aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de 200 dias;

c) sete dias úteis, aos que tiverem ficado à disposição do empregador menos de 200 e mais de 150 dias. [...]

Art. 136 – As férias serão concedidas em um só período. [...]

Art. 140 – O empregado, em gozo de férias, terá direito à remuneração que perceber quando em serviço.” (BRASIL, 1943, p.33-47).

Em síntese, a criação do SRO foi concomitante a CLT e, mesmo que ambos não tivessem nenhuma relação, como afirmou Sussekind, (2001), nada mais oportuno do que criar um Serviço como este, que poderia promover a ocupação das “horas vagas” do operariado e sua família e contribuir com a promoção da “paz social” postulada pelo Estado getulista.

Cumprindo as determinações do artigo 7 do Decreto-lei n. 4298 de 14/5/1942, que previa a aplicação do imposto sindical em finalidades culturais e esportivas, o *Serviço de Recreação Operária* (SRO) foi instituído no antigo Distrito Federal em 6 de dezembro de 1943, através da Portaria Ministerial número 68. O preâmbulo deste documento assinalava que: “Para melhor consecução dos objetivos visados pelo legislador, faz-se mister a instituição de um órgão que coordene os meios de recreação da classe operária, prestando aos sindicatos sua assistência e colaboração.” (SUSSEKIND, 1946, p.7).

Foi possível constatar que a preocupação em ter o sindicato como aliado nesta proposta seria imprescindível para o alcance dos propósitos do SRO, como pode ser evidenciado na citação abaixo.¹¹⁹ No discurso pronunciado por Arnaldo Sussekind, na condição de Presidente do Conselho Central do SRO, foi frisado que:

Este órgão não interfere na vida dos sindicatos, para a realização dos seus fins, como acontece em alguns países, porquanto apenas coordena os meios de recreação, possibilitando a todos os associados de sindicatos o gozo dos prazeres culturais e desportivos e prestando, com este objetivo, às entidades profissionais sua colaboração e assistência técnica. O Serviço de Recreação Operária não é, portanto, um órgão para cercear a liberdade dos sindicatos, mas para com eles colaborar. (SUSSEKIND, 1946, p.9).

No seu primeiro ano de funcionamento, a ação do SRO ficaria restrita ao Distrito Federal para que, após a fase experimental, pudesse se estender aos outros Estados da Federação. Seria fundamental “[...] averiguar se o novo órgão seria bem compreendido pelos sindicatos profissionais, cuja colaboração tornava-se condição preponderante para o êxito da empreitada.” (SUSSEKIND, 1946, p.8).

Por um lado, a organização da recreação operária proporcionava diversão, alegria e satisfação aos trabalhadores, o que poderia ser considerado de grande valia por todos os envolvidos. A participação do sindicato, junto ao SRO, deveria ser encaminhada para garantir o alcance desses princípios. Por outro lado, ao mesmo tempo em que o operário e sua família estivessem felizes e entretidos, poderiam esquecer e aceitar as suas reais condições de trabalho e de vida. Desta maneira, seria mais fácil promover a paz e a harmonia social, pré-requisito para a manutenção do *status quo* almejado pelo governo Vargas.

Para os sindicatos a criação do SRO também poderia ser uma alternativa interessante. Afinal, as propostas de recreação organizada atendiam a algumas aspirações dos

¹¹⁹ O SRO funcionaria junto à Comissão Técnica de Orientação Sindical, sendo mantido por uma verba destacada, anualmente, pela própria Comissão. O Serviço seria superintendido por um Conselho Central, constituído por 3 membros, sendo um deles representante dos trabalhadores, devendo exercer suas atribuições em todo o território nacional – diretamente, no Distrito Federal, e nos Estados e Territórios Federais através de autoridades regionais, designadas pelo Ministro. No *Diário Oficial* do Distrito Federal de 23/12/1943 consta a designação de Arnaldo Lopes Sussekind para a Presidência do Conselho Central do *Serviço de Recreação*

órgãos sindicais, que viam nas possibilidades de diversão uma forma de atrair o operariado para a mobilização política. Assim, o alcance político, social, cultural e educativo do empreendimento ultrapassou, em muito, a mera dimensão recreativa. Não se pode ignorar, contudo, que o SRO proporcionou novas oportunidades recreativas à população economicamente desfavorecida, muitas vezes privada de vivenciar experiências enriquecedoras e significativas, seja do ponto de vista social, ou cultural.

Na opinião de Arnaldo Sussekind, a recreação operária se esforçou por aproximar os trabalhadores, estimulando-os e fazendo com que se divertissem coletivamente, com alegria e prazer. Ressalta-se que a preocupação básica do SRO incidia sobre o tempo de lazer, e várias obras de autoria de Sussekind (1946, 1948) sobre o assunto destacam as possibilidades de ocupação saudável e útil dessas horas vagas.

Com a redução da jornada de trabalho, imperava o pensamento de que as horas adicionais poderiam ser “perigosamente” empregadas, pelo operariado, com alcoolismo, prostituição, delinquência, jogos de azar e todo tipo de ação que poderia provocar a degradação física, moral e social. Por essa razão, as oportunidades de recreação organizada deveriam ter “alto nível cultural” e ser facilmente acessíveis a todos, tamanha a sua importância em orientar o “adequado, racional e inteligente uso do lazer”. De acordo com a minha compreensão, o controle social dos trabalhadores passaria a acontecer não apenas no seu tempo de trabalho, mas também em seus momentos de lazer.

Lembro que o controle é necessário em qualquer contexto social, e não possui apenas objetivos negativos, tais como a coerção e a manipulação sociais. No âmbito do SRO, para que o controle social do lazer fosse mais efetivo seria necessário conhecer, com profundidade, o seu funcionamento, suas implicações sociais, seus desdobramentos políticos.

Foi assim que a estratégia de controlar este tempo possibilitou a emergência de um saber

Operária, assim como o procurador Evaristo de Moraes Filho e Jelmirez Belo da Conceição, representando os sindicatos, para completarem o referido Conselho (SUSSEKIND, 1946).

específico sobre o lazer, encontrando na recreação uma forma de preenchê-lo, organizá-lo e conduzi-lo, tendo em vista melhorar o padrão de vida dos trabalhadores. Neste sentido, as publicações realizadas por Arnaldo Sussekind e colaboradores, desde meados da década de 1940, já trazem contribuições consistentes para o estudo do lazer no Brasil, publicações estas fundamentadas em obras nacionais e estrangeiras.

Assim, o lazer colocava-se como uma questão social, que precisava ser “corajosamente encarada e inteligentemente resolvida”. Foi pensando neste e em outros aspectos que os principais países do mundo passaram a considerar “o problema da recreação” como de interesse nacional, promovendo medidas de grande alcance social. A universalização das leis atinentes à limitação do tempo de trabalho desencadeou um problema de natureza social, que cuidou de associar o lazer (o tempo de “não trabalho” conquistado/concedido) e a recreação (a racional organização deste tempo). Mas, como advertem Marinho et al. (1955, p.83): “Certo é que a recreação não corresponde simplesmente a divertimento, como muitos supõem[...]”, uma vez que visava fins educacionais, políticos e sociais.

Como nos esclareceu Bernstein (1996), a distribuição de poder e os princípios de controle são transformados, no nível do sujeito, em diferentes princípios de organização, os quais incidiram, respectivamente sobre o lazer e a recreação. Para mim, o que fica claro é que a criação, por parte do poder público, de um *Serviço de Recreação Operária*, não pretendia promover apenas a diversão para as pessoas, mesmo que a busca pelo prazer e pela satisfação fosse a razão básica que motivasse a participação das famílias operárias nos programas oferecidos. Esta constatação revela que, por mais que os participantes dos programas de recreação organizada buscassem apenas satisfazer necessidades hedonísticas, não foi com este objetivo que elas foram elaboradas pelos dirigentes e entidades preocupadas com o eficaz aproveitamento do lazer.

Trata-se, assim, de tornar o lazer capaz de responder às necessidades e interesses de caráter econômico, moral, político, institucional, de torná-lo de

algum modo útil e passível de utilização pelos diversos setores sociais.” (SANT’ANNA, 1994, p.20).

Assim sendo, não era suficiente apenas descansar nas “horas de lazer”. Os trabalhadores deveriam ter acesso, nesses momentos de folga, a experiências que proporcionassem alegria e colaborassem com a harmonia social. Era esse o projeto do Estado, impulsionado pelos interesses que norteavam os rumos da nossa sociedade.

3.3. A fase experimental do SRO e a diversidade de ações proporcionadas ao operariado do Distrito Federal nas suas horas de folga

Como destacado anteriormente, trabalho, repouso e recreação constituíam a “fórmula ideal” para a existência feliz do operário que produzia o progresso e a riqueza nacional. À recreação cientificamente empregada, e competentemente dirigida, caberia restaurar o equilíbrio biológico entre o espírito e o corpo e fazer com que os trabalhadores se sentissem felizes no ambiente em que viviam. Esta foi, segundo Sussekind (1946), uma das metas primordiais do SRO.

Tomando como base um texto de Hollanda Loyola, publicado em 1944, Lenharo (1986) sublinha que, nesta época, o trabalho industrial era associado com a tristeza, o que gerava vários problemas sociais. O SRO representava, pois, um “combate otimista” contra a tristeza ancestral que dominava o povo brasileiro, o que demandava efetuar um vínculo entre o cotidiano da fábrica e o cotidiano externo a ela. Neste sentido o operário acabaria trazendo, para o lar, o “bom exemplo” do Estado, do sindicato, do clube ou da fábrica, instituições geradoras de uma alegria “comunicativa e sadia” que poderia animar a esposa e os filhos para a compreensão da nova concepção de vida requerida naquele momento histórico. Daí a

indiscutível importância de se proporcionar alegria e felicidade, via serviços de recreação organizada, para o operário e sua família.

Embora tivesse sido criado em dezembro de 1943, foi em maio do ano seguinte que o SRO conseguiu montar uma estrutura básica de atendimento desportivo, cultural e educacional para o operariado. Conforme Sussekind et al. (1952), a ação deste Serviço foi ao encontro da preocupação contida na *Carta de Filadélfia*, elaborada em 1944, antes mesmo de terminada a 2ª guerra mundial. Este aspecto foi confirmado pelo próprio Ministro do Trabalho. Valendo-se da rede difusora do Departamento de Imprensa e Propaganda, através da “Hora do Brasil”, Alexandre Marcondes Filho esclarece no dia 22/6/1944 que a *Carta de Filadélfia*:

[...] é um código internacional de Direito Social, que deverá nortear as legislações de todos os povos civilizados. O entrelaçamento entre a política social e a econômica e a interdependência de todas as medidas de proteção aos trabalhos foram bem salientados e reafirmada a competência daquele aparelho [OIT] para cooperar com os demais organismos incumbidos de saúde, de educação e do bem estar de todos os povos. [...] Todas as teses [da Carta de Filadélfia] foram adotadas com os votos dos representantes governamentais e classistas do Brasil, depois de terem eles verificado que coincidiam com a orientação política e social do nosso país e a política trabalhista e assistencial do Presidente Vargas. (BRASIL, 1944a, p.284).

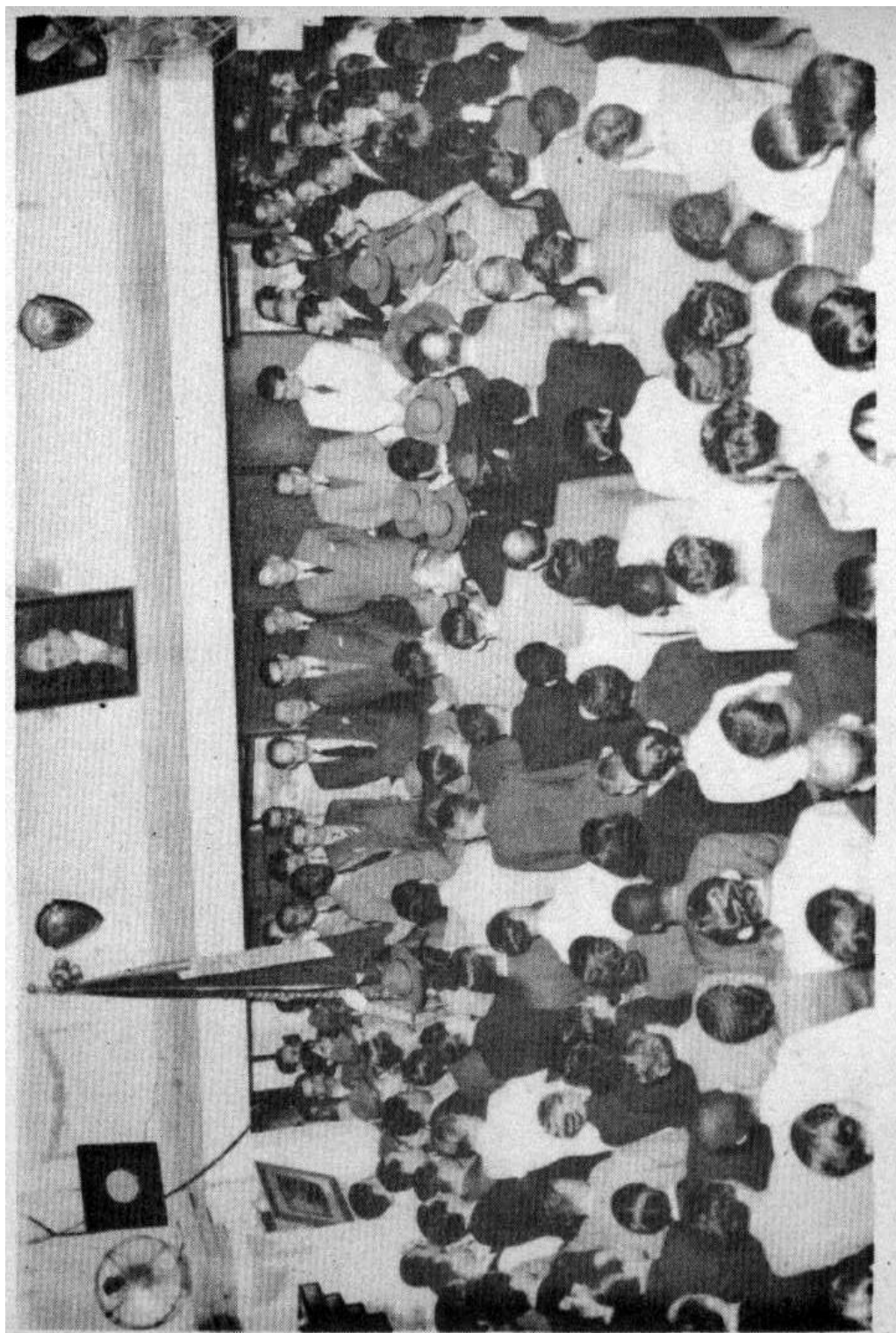
Nesta Carta definiu-se que a OIT deveria incentivar, em todas as nações do mundo, o estabelecimento de medidas com a finalidade de garantir a todos não apenas alimentação adequada e habitação, mas também recreio e cultura, aspectos enfatizados pelo SRO.

As classes burguesas sempre dispuseram de porções do chamado tempo livre e de condições financeiras que lhes permitiam usufruir atividades diversas, tais como esporte, teatro, viagens, visita a museus e galerias de arte. Penso que, se por um lado, proporcionar atividades recreativas para o proletariado foi uma estratégia de controle, por outro lado, representou uma forma democrática de acesso a bens e serviços que, historicamente, vinham sendo privilégios da burguesia.

Obviamente, sempre existiram diversas formas de lazer na cultura popular, mas a falta de recursos financeiros dos segmentos proletários dificultava o acesso a determinadas experiências de lazer. A preocupação do Estado em proporcionar e ampliar as atividades recreativas nos momentos de lazer dos trabalhadores tinha, portanto, um duplo sentido, marcado pelo controle e pela democratização. Espaço e tempo, novamente, são correlacionados, por meio dos mecanismos de distribuição do poder (lazer) que posicionavam os sujeitos, e também dos princípios de controle (via organização das atividades de recreação).

Ao ser instituído, o SRO ficou incumbido de difundir e coordenar atividades nos setores cultural, desportivo e de escotismo. Com a designação da estrutura administrativa do SRO, foi iniciada a fase experimental deste serviço. A princípio, as ações realizadas ficariam restritas ao Distrito Federal, sendo deflagradas com a inauguração de um “Centro de Recreação” na Gávea, em 23 de maio de 1944, data em que foram iniciadas as atividades oficiais deste serviço em um espaço próprio.

A fotografia 21 registra a solenidade de instalação do órgão no *Centro de Recreação da Gávea*. Destacando na sua parte superior um quadro com o retrato de Getúlio Vargas e, à esquerda, a bandeira do Brasil, a imagem salienta os símbolos do nacionalismo pretendido. Arnaldo Sussekind, de branco, está ao lado de seu pai e, no centro, o Ministro Alexandre Marcondes Filho entre outras autoridades. Este solene acontecimento foi prestigiado por várias pessoas, entre homens e mulheres, além de membros do setor de escotismo do SRO.



Fotografia 21
Instalação da sede do Serviço de Recreação Operária na Gávea, 1944. (Arnaldo Sussekind – Arquivo pessoal)

O Centro de Recreação da Gávea se localizava na rua Jardim Botânico e funcionava aos domingos, pela manhã, e à noite nas terças e quintas-feiras, de 19:30, às 23:00 horas. Pouco depois foi criado o segundo Centro de Recreação do SRO, no Meyer, alternando os dias e horários de funcionamento com o Centro da Gávea. As atividades do Meyer eram realizadas aos domingos após às 12:00 horas; e às quartas e sextas-feiras no horário noturno. A frequência a esses espaços era privativa aos operários sindicalizados. Nesses locais, tanto o trabalhador como sua família poderiam preencher suas horas de folga com “[...] cinema, rádio, discoteca, biblioteca, aulas de educação física e quase todas as modalidades do esporte” (BRASIL, 1944a, p.289).

O SRO baseava-se na tese de que:

O adequado aproveitamento dessas horas de folga, objetivando eliminar os resíduos da fadiga gerada pelo trabalho constitui, destarte, o principal fundamento da Recreação. E, para consecução dessa finalidade, utiliza-se o Serviço de Recreação Operária das atividades sociais, culturais ou desportivas aconselháveis para cada grupo profissional. (SUSSEKIND, 1948, p.6).

Conforme esclarece Sussekind (1946), os primeiros Centros de Recreação foram instalados em bairros de grande densidade operária. Nestes locais os trabalhadores e suas famílias encontravam, gratuitamente, bibliotecas, discotecas, exposições teatrais e cinematográficas, aulas de canto, jogos de salão, sessões de ginástica, campos de futebol, quadras de voleibol e basquetebol, entre outras inúmeras possibilidades de enriquecimento pessoal, social e cultural. Essas oportunidades eram vistas como ações essenciais para garantir o alcance das finalidades sociais e educativas do SRO, tais como o aprimoramento da mente, o fortalecimento do corpo, a melhoria da saúde, o desenvolvimento do caráter e da formação moral, o aumento da produtividade e o esquecimento de problemas. Afinal,

[...] a recreação tem relevante papel nessa educação. Utilizando o livro, os cursos, a música, o teatro, o cinema, o rádio, a televisão, os esportes e a ginástica, torna-se ela o melhor meio para se conseguir o levantamento do nível educacional e social do trabalhador. (SUSSEKIND et al., 1952, p.17).

O SRO preocupou-se em organizar uma filmoteca, que era modesta devido às dotações orçamentárias do Serviço. A maioria dos filmes projetados era emprestada pela Prefeitura do Distrito Federal e pela Coordenação dos Assuntos Inter-Americanos. As exibições de filmes aconteciam semanalmente nos Centros de Recreação, atraindo grande público, como podemos observar na fotografia 22. Muitos homens e mulheres aguardam o início da apresentação cinematográfica.

Como o teatro não era visto como um luxo, mas como um “instrumento de recreio e de educação”, O SRO criou o “Teatro do Trabalhador Brasileiro”. O elenco desse teatro foi composto por integrantes pertencentes à própria classe trabalhista, sendo selecionado e ensaiado pelo SRO. “O palco é uma tribuna que diverte e semeia, a um só tempo, fecundos conceitos e lições, necessários à compreensão dos mais variados problemas sociais.” (SUSSEKIND, 1946, p.18).

A música também foi privilegiada no conjunto das ações desenvolvidas pelo SRO, pois seus dirigentes acreditavam que ela exercia influência tanto na formação cultural de um povo, como na eliminação da fadiga proporcionada pelo trabalho. Sussekind (1946) assinala que as experiências produzidas nos modernos núcleos de recreação dos Estados Unidos, Rússia e Inglaterra atestaram os efeitos benéficos da música sobre o organismo e o espírito do trabalhador, subordinando o equilíbrio do seu sistema nervoso.

A música foi até mesmo utilizada, com sucesso, nos locais de trabalho durante a guerra, pois elevou o nível da produção através do combate à fadiga, seja ela gerada pelo trabalho mental, ou pelo manual.



Fotografia 22
Público presente em apresentação cinematográfica do Serviço de Recreação Operária [s.d.]
(Arnaldo Sussekind – Arquivo pessoal)

Uma vez comprovada a importância da música, o SRO organizou dois coros orfeônicos constituídos de trabalhadores e de filhos de operários. Além disso, doou inúmeras discotecas, “com música para todos os gostos”, a sindicatos profissionais, medidas bastante valorizadas pela população operária.

A educação física e os esportes, por auxiliar o processo de recuperação dos músculos e do sistema nervoso, restaurando o equilíbrio biológico do trabalhador, também integravam o conjunto de preocupações do SRO. A ginástica, “educativa ou de correção”, não deveria ser colocada em plano secundário: acreditava-se que ela constituía o meio, e os esportes o fim.

Para os dirigentes do SRO, os esportes desempenhavam relevante papel na solução dos problemas gerados pelo trabalho sedentário e mecânico. Ademais, exercia demarcada influência no físico, no espírito e na educação social do homem, preparando os indivíduos para o trabalho e para a vida em coletividade: “[...] porque ensinam a obedecer a regra, a acatar disciplinadamente a decisão da autoridade constituída, a reconhecer a derrota e a honrar o adversário digno.” (SUSSEKIND, 1946, p.23). A educação física, as sessões de ginástica, os jogos e as competições esportivas promovidas pelo SRO funcionavam, assim, como um fator de higiene física e mental.

A fotografia 23 retrata uma demonstração feita, pelos operários, em frente à barraca que, esporadicamente, o SRO montava na praia de Ramos. Nesses momentos de diversão, na praia, os operários tinham a oportunidade de praticar esportes na área, como vôlei, futebol e natação. Nesta imagem não percebemos a presença de mulheres ou crianças e, enquanto os operários estão trajados apenas com um calção para banho de mar, alguns homens que assistem a apresentação estão elegantemente vestidos com terno, o que indica que eles deveriam estar apenas de passagem pela barraca de Ramos.



Fotografia 23
Barraca do Serviço de Recreação Operária na praia de Ramos, [s.d.]
(Arnaldo Sussekind – Arquivo pessoal)

Quanto ao escotismo, este era visto como o melhor sistema de educação extra-escolar. O escoteiro aprendia a servir, a ajudar, a escorar, a encorajar, a honrar a sua palavra, a ser leal. O escoteiro estava sempre alerta para ajudar o próximo e praticava diariamente uma boa ação; era amigo de todos; cuidava e respeitava os animais e as plantas; era obediente e disciplinado; alegre e sorria nas dificuldades, era econômico e respeitava o bem alheio (SUSSEKIND, 1946).

Na fotografia 24 vemos alguns escoteiros, filhos de operários atendidos pelo SRO, junto com o Presidente Getúlio Vargas, que aparenta estar muito satisfeito no momento em que uma medalha é colocada em seu peito. Cada criança está caracterizada com trajes que correspondem às forças armadas brasileiras (marinha, exército e aeronáutica) e, possivelmente, este evento foi realizado em novembro de 1944. Em meados de junho daquele ano o Ministro Marcondes Filho havia anunciado que os escoteiros do SRO já estavam se preparando para que pudessem desfilar “saudáveis e garbosos” perante o Chefe de Estado no dia 10 de novembro, pois essas crianças já estavam convictas de que elas não eram

[...] apenas a esperança do Brasil, mas a própria semente das gerações futuras, para as quais trabalhamos nessas horas difíceis do mundo, sem medir esforços e sacrifícios, no cumprimento do dever que nos foi imposto pelo Presidente Vargas, que é o grande amigo da juventude e protetor da infância brasileira. (BRASIL, 1944, p.287).

A citação acima, bem como a fotografia 24, evidenciam a preocupação do SRO em formar cidadãos conscientes de seu papel enquanto defensores do país, que, naquele momento, premiam o líder da nação brasileira.



Fotografia 24
Presidente Getúlio Vargas entre escoteiros do Serviço de Recreação Operária no estádio do Pacaembu, 1944
(Arnaldo Sussekind – Arquivo pessoal)

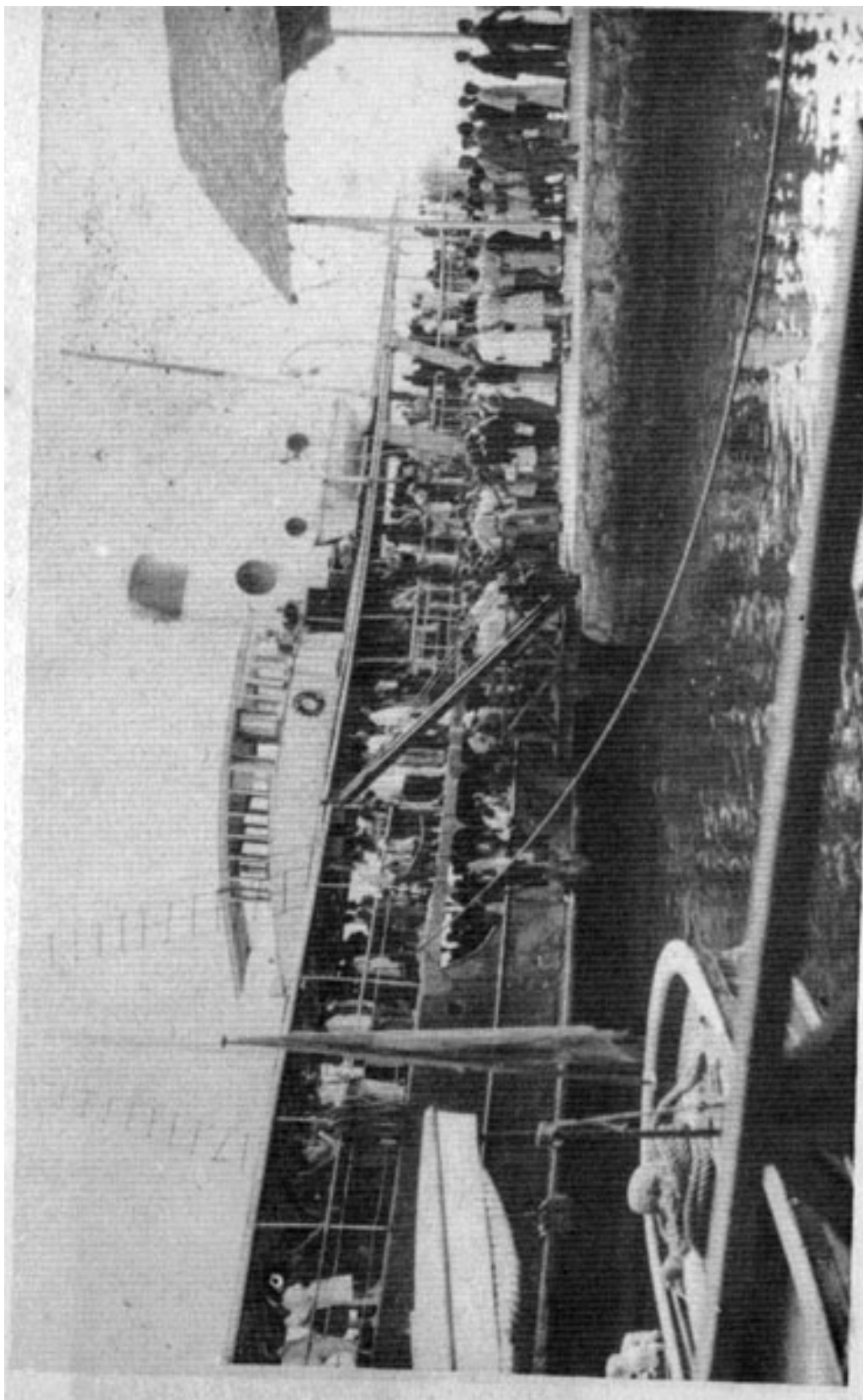
No programa oficial de rádio “Hora do Brasil”, de 15/6/1944, o Ministro Marcondes Filho fez menção às obrigações assumidas pelo Brasil no desenvolvimento da 2ª guerra mundial, destacando o “alto espírito compreensivo” dos trabalhadores com relação a este aspecto. Na ocasião, o Ministro recordou a consagração deste mérito no discurso proferido pelo Presidente Getúlio Vargas, no Pacaembu, a 1º de maio daquele ano:

Para alcançarmos resultados satisfatórios nestes dias difíceis e conturbados, em que os obstáculos se multiplicam – declarou o presidente – a vossa colaboração foi decisiva e o governo reconhece tão patriótico devotamento. A vossa conduta tem sido exemplar. Nem greves, nem perturbações, nem desajustamentos. Haveis compreendido, com a mesma inteireza de ânimo posta no desempenho das tarefas cotidianas, as graves circunstâncias que atravessamos. (BRASIL, 1944, p.287).

As excursões e os piqueniques organizados pelo SRO representavam a opção favorita da maioria dos operários, o que foi comprovado pelos questionários de avaliação aplicados aos integrantes deste Serviço de Recreação. Os passeios marítimos às ilhas da Guanabara, como as ilhas de Brocoió e das Flores, eram bastante apreciados por homens e mulheres pela variedade de encantos naturais, sociais e desportivos que ofereciam aos excursionistas. Além disso, passeios desta natureza não deviam ser muito comuns entre a população operária devido aos gastos necessários para arcar com as despesas da excursão.

Como pode ser observado na fotografia 25, O SRO providenciava grandes embarcações para transportar os operários e operárias excursionistas e seus acompanhantes, oferecendo-lhes a alimentação necessária neste dia de passeio. Momentos nos quais os adultos, pertencentes às camadas operárias, concretizavam o direito ao lazer.

Porém, enquanto os operários se divertiam colaboravam, conseqüentemente, com a promoção da harmonia social preconizada pelo Estado getulista. As trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer não podem deixar de ser vistas isoladamente deste duplo aspecto contraditório, ou seja, do controle e da democracia.



Fotografia 25
Excursão do Serviço de Recreação Operária à ilha das Flores e ilha de Brocoió, [s.d.]
(Arnaldo Sussekind – Arquivo pessoal)

Em suma:

Difundindo sua ação educativa e recreativa, através do livro, da música, do teatro, do cinema, dos jogos sociais, da educação física, dos desportos e do escotismo, o Serviço de Recreação Operária procura devolver ao trabalhador, transformada em utilidade, a pequeníssima parcela do imposto sindical que lhe é destinada para o financiamento dos seus encargos. Por isto mesmo, os benefícios proporcionados por êste Serviço não constituem um favor ou uma esmola do Estado, mas um direito de todo aquele que paga o imposto sindical. (SUSSEKIND, 1948, p.8).

Segundo os idealizadores do SRO, para que as horas de repouso do trabalhador operário fossem utilizadas com proveito, seria necessário que a recreação fosse associada, no mínimo, à educação primária. Segundo Sussekind (1946), de nada valeria o direito ao trabalho e ao descanso para o operário analfabeto, ou apenas alfabetizado, porque este não teria a chance de progredir no seu emprego, obtendo melhores salários. Para o autor, as formas mais sadias de recreação eram sempre situadas num plano que não poderia ser alcançado por uma inteligência restrita.

Neste âmbito, paralelamente à realização de atividades recreativas, o SRO cuidou da instrução dos trabalhadores, promovendo cursos de alfabetização de adultos e de conhecimentos gerais. Além disso estimulava, orientava e assistia, materialmente, os cursos de alfabetização instalados pelos próprios sindicatos. Considerando que uma das principais finalidades do SRO era “elevar o nível de cultura” dos trabalhadores brasileiros, este órgão procurou desenvolver as qualidades intelectuais dos operários, auxiliando-os a compreender fenômenos científicos, econômicos, sociais, políticos e artísticos.

Em edições do *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* de 1944 (BRASIL, 1944; 1944a) constatei a preocupação com a “elevação do nível cultural” do operariado, sendo a cultura entendida como sinônima de conhecimento erudito. Um dos artigos identificados na edição de abril, destaca o êxito alcançado pelo sistema de educação operária nos Estados Unidos. Este sistema abrangeu estratégias diversas: cursos, conferências e palestras sobre problemas contemporâneos, ciências, artes e função do operariado em tempo

de guerra; serviço de biblioteca; estímulo de atividades recreativas, artísticas e de habilidade manual adaptadas aos interesses operários; atividades desportivas, teatrais, artísticas e literárias; rádio, cinema, exposições. O sistema norte-americano de educação operária estabeleceu, assim, muitas semelhanças com o trabalho realizado pelo SRO em nosso país.

Procurando proporcionar ao trabalhador os meios de aumentar o seu conhecimento e de recrear o espírito foi incentivado, por exemplo, o gosto pela leitura, através da doação de bibliotecas aos sindicatos profissionais e do empréstimo de livros nos Centros de Recreação e na sede do SRO. Para Sussekind (1946, p.12),

[...] o problema não se restringe sómente à aprendizagem das primeiras letras, mas à educação em geral, desde que levemos em conta que não é possível a vida do indivíduo que não se adapte ao grupo em que vive.

No contexto dos anos de 1940, educação ainda era sinônimo de adaptação e ajustamento à sociedade. Nenhum problema haveria nesta concepção se a sociedade fosse justa e oferecesse condições dignas de existência para todas as classes sociais. A educação do povo alcançava uma dimensão incontestavelmente importante na sociedade e, por meio dela, acreditava-se ser possível acelerar a evolução econômica e social do Brasil. Sussekind (1946) esclarece que, apenas por meio da educação, os 45 milhões de brasileiros poderiam produzir, efetivamente, a riqueza nacional.

E quando o autor fala em riqueza nacional alude, igualmente, à riqueza biológica do ser humano. Na época, inquestionavelmente, a maior riqueza de uma Nação era o homem em sua dimensão biológica: “o seu sangue, o seu cérebro e os seus músculos”. Todavia, para o autor acima o organismo não teria saúde, a inteligência não teria luz, nem o físico teria higiene, a menos que os mais rudimentares princípios de medicina, de cultura e de educação física fossem compreendidos pelo homem liberto do analfabetismo, sendo este classificado como a mais cruel das doenças.

A ação do Estado não deveria se restringir, portanto, à satisfação dos interesses materiais dos operários, embora esta condição fosse, para Sussekind (1946), básica para que o trabalhador vivesse com dignidade e procurasse, na coletividade da qual fazia parte, os prazeres que estimulavam a existência humana. Com isso, esta ação não deveria sofrer limites na dignificação do trabalhador, estimulando-lhe e facilitando-lhe o melhor aproveitamento das suas “horas de alheamento”. Debilitado pelo trabalho, o operário poderia *refazer o organismo* por meio de atividades recreativas.

Baseado em Garcia Oviedo, Sussekind (1946) esclarece que pela instituição do descanso se satisfaziam legítimas exigências sociais. Interessava ao Estado que a população tivesse algumas condições de saúde e, para isso, era preciso *evitar o desgaste que um regime de trabalho sem repouso produzia no organismo*. Afinal, várias pesquisas realizadas no mundo inteiro, por especialistas no assunto, comprovaram que o organismo humano poderia resistir a um máximo de desgaste de energia, além do qual o trabalho se apresentava improdutivo e prejudicial ao indivíduo e à coletividade. Este foi um dos motivos que justificaram a necessidade de se regulamentar o lazer dos trabalhadores. Ao invés do lazer do operariado ser pautado no direito social de usufruí-lo, foi lamentavelmente submetido à lógica da produtividade típica do trabalho industrial capitalista.

Como visto, ao Estado cumpria não apenas velar pela saúde da população, subtraindo tudo quanto pudesse debilitar os seus membros, a ele interessava também que o nível de cultura não decrescesse, procurando um sistema de descanso que também proporcionasse ao espírito ocasião de ilustrar-se. Assim, constituía dever do Estado

[...] evitar que o tédio das horas de repouso conduza o operário aos vícios perniciosos ou a prazeres prejudiciais que estão ao alcance de seu bolso. Por isso, proporcionando recreação sadia e gratuita àqueles que não estão em condições de encontrá-la com a remuneração do seu trabalho honesto, o Estado estará concorrendo para que o repouso que a lei concede ao trabalhador atinja sua alta finalidade social e biológica. Porque somente com o alimento do espírito e o retemperamento das energias físicas poderá o operário reabilitar os seus músculos e revigorar seu sistema nervoso. Do contrário, os fenômenos patológicos produzidos pela fadiga concorrerão para destruir seu

organismo, torna-lo um eterno exaltado, exterminar-lhe a alegria de viver e de trabalhar, aumentar o número de acidentes, prejudicar a execução do serviço, reduzir o rendimento do trabalho, criando, enfim, uma série de males sociais que tanto afligem àqueles que crêem no surgimento de um mundo melhor. (SUSSEKIND, 1946, p.3).

Com esta afirmação é possível observar como a proposta de recreação organizada, pelo SRO, comprometia-se não apenas com a diversão e com o enriquecimento social e cultural da população operária, apesar de ser um dos seus objetivos. Entendemos que este Serviço se preocupava, também, com a busca de meios que pudessem moralizar da sociedade, promover a harmonia social, compensar as energias despendidas no exercício laboral e a minimizar os prejuízos e males sociais que poderiam prejudicar o processo produtivo, sobretudo a partir da regulamentação das horas de lazer.

Para o SRO a institucionalização do descanso obrigatório, apesar de importantíssima para o processo produtivo, não se preocupava apenas com esta dimensão, pois a produção sempre contou com grandes contingentes de exército de reserva. Assim, uma vez estabelecido o padrão de oito horas diárias, os benefícios gerados com o descanso obrigatório foram de grande valia para o bem-estar dos trabalhadores, principalmente para a população operária.

Segundo as observações de Sussekind (1946), embora a preocupação de preservar a capacidade produtiva do trabalhador tivesse sido a razão primordial que levou a maioria quase absoluta de Estados a regulamentar a duração do trabalho, o descanso semanal e as férias anuais, não eram apenas os motivos de ordem técnica e de melhoria da produção que deveriam ser invocadas para justificar a implantação do sistema de repousos obrigatórios em nosso país.

O que deve preocupar os Estados – e, na verdade, anima alguns governos – é a restauração, no operário, da dignidade da pessoa humana, porque não existem nem super-homens nem sub-homens, mas apenas indivíduos que formam uma coletividade. Sem o sentimento de solidariedade não é possível que a felicidade e o progresso marchem imanados numa Nação. (SUSSEKIND, 1946, p.5).

Seria importante, assim, combater a fadiga não apenas porque ela diminuía o rendimento no trabalho, mas porque ela era fonte de exaltação, exterminava a alegria, aumentava o número de acidentes, enchia os hospitais e os hospícios, “embrutecia” a inteligência, estimulava o alcoolismo, destruía o organismo e elevava o índice de mortalidade, como resultante dos males sociais que acaba gerando. Era a partir deste receio que a recreação deveria ser desenvolvida pelo Estado, uma vez considerada a forma mais saudável e adequada de aproveitamento e ocupação do lazer do operário. Recreação “saudável e adequada” não apenas do ponto de vista biológico, mas também político, econômico, moral, social e cultural.

Por estas razões, o Estado deveria se responsabilizar pelo sadio aproveitamento das horas de lazer dos operários, estimulando e facilitando os meios que pudessem lhes proporcionar alegria. É importante ressaltar que, apesar da política preconizada pelo SRO ter, em muitos pontos, “instrumentalizado” o lazer, a preocupação de Arnaldo Sussekind (1946, 1948), nos momentos em que dirigiu o órgão, foi pautada na questão do direito do trabalhador operário ao lazer.

Sempre que solicitado pelos sindicatos, o SRO desenvolvia sua obra com um cronograma de atividades, fossem elas realizadas nos Centros de Recreação, nas sedes sindicais ou em outros locais que possibilitassem o desenvolvimento da recreação operária. Afirma Sussekind (1948) que, para a consecução da sua finalidade, isto é, possibilitar o adequado aproveitamento das horas de folga, o SRO disponibilizava a sua infra-estrutura física e material. Para tanto, realizava atividades sociais, culturais ou desportivas aconselháveis aos diversos grupos profissionais.

Ao final de 1945, sob a direção de Arnaldo Sussekind, o SRO concluiu a fase experimental de suas atividades, cuidando de pesquisar o grau de aceitação dos trabalhadores e de levantar críticas e sugestões. Este cuidado, segundo minha opinião, representa uma ação altamente inovadora para a época.



Fotografia 26

Solenidade de Abertura da Mostra Fotográfica das atividades realizadas pelo Serviço de Recreação Operária, [s.d.]. (Arnaldo Sussekind - Arquivo pessoal)



Fotografia 27

Mostra Fotográfica das atividades realizadas pelo Serviço de Recreação Operária, [s.d.]. (Arnaldo Sussekind - Arquivo pessoal)

Um aspecto que merece destaque é o fato de que esta pesquisa foi citada na obra de Ferreira (1959), mas este autor não teve a oportunidade, à época da publicação do livro *Lazer Operário*, de tomar conhecimento dos resultados levantados por Sussekind.

Os resultados obtidos com a política do SRO foram divulgados na “Primeira Exposição de Atividades do Serviço de Recreação Operária”, um acontecimento que mobilizou as famílias operárias que estavam usufruindo as ações proporcionadas por este órgão. Os escoteiros, um dos símbolos do trabalho desenvolvido pelo SRO, ocupam posição de destaque na fotografia 26. Eles estão dispostos à frente dos painéis que contêm uma mostra fotográfica das atividades realizadas no primeiro ano de funcionamento deste Serviço.

No centro da imagem, que retrata um momento solene do SRO, acompanhado pelo coro orfeônico formado pelos próprios operários. A mostra fotográfica realizada durante esta exposição, segundo Sussekind (1946), foi apreciada por homens, mulheres e crianças que tiveram a oportunidade de reviver alguns dos momentos organizados pelo SRO para preencher as suas horas de lazer (fotografia 27). Examinando essas duas imagens, percebe-se que este acontecimento foi um momento político solene e formal, de celebração da trajetória do SRO. Com a ampla colaboração da maioria dos sindicatos do Distrito Federal e de seus associados ficou atestado o êxito e a “esplêndida aceitação” das atividades empreendidas pelo SRO.

As lideranças políticas do órgão federal concluíram, dessa forma, que as ações deste Serviço poderiam ser estendidas aos outros Estados brasileiros. Afinal, de acordo com o entendimento de Sussekind (1946, p.8) o SRO, além de concorrer decisivamente para restaurar o equilíbrio biológico entre o espírito e o corpo, tornava-se uma fonte de saúde para o povo e de produção para o país, desempenhando “[...] relevante papel na educação social do operariado e na dignificação do trabalhador.”

Foi iniciada, assim, uma segunda fase do SRO.

3.4. “Caminhos e descaminhos” do *Serviço de Recreação Operária* no contexto do *Ministério do Trabalho: Abrindo mão do lazer em benefício do trabalho*

Após 15 anos no poder, a gestão de Getúlio Vargas foi encerrada com a derrubada do Estado Novo, que em 1945 não tinha mais condições de sustentação política no país. Foi grande o desejo de se construir um novo país, baseado na redemocratização, impulsionado pela industrialização e pelo comércio, setores que se expandiam e se diversificavam. José Linhares, por um curto período de tempo, assumiu as rédeas do governo federal, até que a cadeira da Presidência da República fosse ocupada por Eurico Gaspar Dutra. Este Presidente escolheu, para a Pasta do Ministério do Trabalho, Morvan Dias de Figueiredo.

Mesmo com a queda de Getúlio Vargas, Arnaldo Sussekind permaneceu à frente do SRO, dando continuidade ao trabalho iniciado em 1943. Embora concentradas no Distrito Federal, a partir de 1946 as ações do SRO procuraram abranger, mesmo que modestamente, outros Estados além do Rio de Janeiro, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná, Paraíba e Minas Gerais. No entanto, segundo as ponderações de Sussekind (1948), a extensão do SRO foi dificultada devido à sua restrita possibilidade orçamentária, fazendo com que a maioria de suas atividades ficassem concentradas na antiga capital federal.

Neste mesmo ano de 1946, com a promulgação de uma nova Constituição e a ampliação das perspectivas políticas e econômicas no Brasil, tem-se a criação de novas instituições, mantidas pela iniciativa privada e encarregadas de assistir e promover o bem-estar dos trabalhadores do comércio e da indústria. Os empresários brasileiros tinham ciência de que o Estado estava sendo pressionado além de sua capacidade de atendimento e, diante da nova conjuntura brasileira, o quadro seria altamente favorável “[...] ao acirramento das tensões sociais.” (REVISTA E, 1996, p.12).¹²⁰

¹²⁰ Esta idéia começou a ser construída pela classe empresarial brasileira em maio de 1945, durante a *Conferência das Classes Produtoras*. Neste evento os empresários reunidos discutiram e acataram as recentes

Em face desta realidade, os empresários do comércio e da indústria se mobilizaram para elaborar uma proposta que pudesse assegurar, aos trabalhadores, melhores condições. Para tanto, chegaram à conclusão de que seria necessário criar instituições encarregadas de desenvolver o serviço social em benefício do trabalhador e sua família.

Foi assim que em setembro de 1946 o Presidente Eurico Gaspar Dutra assinou Decretos que previram a criação de entidades de direito privado, mantidas exclusivamente pela contribuição patronal e destinadas à promoção do bem-estar dos trabalhadores do comércio e da indústria, respectivamente, bem como de seus dependentes. Surgiram, dessa maneira, o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Social do Comércio (Sesc).

Inicialmente, o Sesi e o Sesc procuravam prestar assistência nos setores que pareciam ser os mais necessários, isto é, educação e saúde. No entanto, aproximadamente a partir da década de 1950, essas instituições passaram a contemplar com mais destaque, no conjunto de suas ações, atividades de cunho recreativo e cultural. O Sesi, por exemplo, contratou Nicanor Miranda em 1949 para organizar o seu Departamento de Recreação. O Sesc, preocupado com a “redução gradativa das horas de trabalho” criou, em meados dos anos de 1950, uma Divisão de Recreação e Cultura e, no final da década seguinte, assumiu o lazer como uma das suas linhas prioritárias de ação.

Contudo, mesmo contando com parco recurso, até o final da década de 1940 o SRO ainda era uma das poucas instituições brasileiras encarregadas de organizar o lazer da população operária. Foi em 1947 que O SRO realizou a primeira Olimpíada Operária, um “certame inédito na América”. Participaram das competições funcionários de empresas e sindicatos do Distrito Federal e representantes dos Estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul. Tratado como tendo “[...] caráter

conquistas sociais dos trabalhadores e tomaram a iniciativa de elaborar um documento que teve, como título, “Carta de paz Social”. Conforme assinalou o líder empresarial João Daudt D’Oliveira ao assumir a Presidência da *Confederação Internacional do Comércio* em janeiro de 1946, esta “Carta” deveria contribuir “para

eminentemente apolítico, tal movimento encontrou, de imediato, o apóio irrestrito tanto das autoridades governamentais e desportivas, como dos sindicatos e empresas.” (SUSSEKIND, 1948, p.30).

Conforme Bernstein (1996), no campo do controle simbólico as agências e funções tendem a ser vistas como separadas e especializadas.¹²¹ Dependendo da autonomia do campo em relação ao Estado, concorrem posições opostas, cujas ideologias subjacentes são menos transparentes e, geralmente, não são partilhadas pelos agentes dominantes do campo. Nesta direção, podemos entender a importância, para o governo federal, de que a Olimpíada Operária fosse reconhecida como um evento de caráter apolítico.¹²²

Pela qualidade e consistência teórica das publicações de autoria de Arnaldo Sussekind, bem como de seus colaboradores, percebe-se que os dirigentes do SRO procuravam estar a par dos estudos e eventos dedicados ao aprofundamento de conhecimentos e de experiências sobre a organização do lazer dos trabalhadores em âmbito internacional. Foi com este intuito que Arnaldo Sussekind foi convidado para participar da *Comissão de Lazeres dos Trabalhadores* instituída, pela OIT, em 1948.

Esta Comissão se reuniu, em Londres, no mês de dezembro de 1948 para debater o problema da organização do lazer e trocar experiências sobre iniciativas bem-sucedidas em diversos países do mundo. Na impossibilidade de participar desta reunião, Arnaldo Sussekind enviou o professor Osvaldo Colatino de Araújo Góes para representá-lo. Dessa maneira, o trabalho realizado pelo SRO pôde ser divulgado em âmbito internacional, tendo-se ainda a

harmonizar e pacificar o capital e o trabalho [...] num plano superior de entendimento recíproco.” (REVISTA E, 1996, p.12)

¹²¹ Bernstein (1996) designa por “campo de controle simbólico” um conjunto de agentes e agências que se especializam nos códigos discursivos que eles dominam. Os códigos representam as formas de se relacionar, de pensar e de sentir. Assim, códigos discursivos especializam e distribuem formas de consciência, relações sociais e disposições. No campo do controle simbólico, o autor inclui agências tais como escolas, serviços sociais e psiquiátricos, mídia e aparelho jurídico, entre outras.

¹²² Seria necessário investigar como os agentes, neste processo, se posicionavam em relação a este evento, assunto no qual não me aprofundarei nesta pesquisa.

oportunidade de tomar conhecimento das propostas que vinham sendo desenvolvidas em vários países (SUSSEKIND, 2001).

Cabe salientar que, neste percurso, os dirigentes do SRO tiveram acesso a várias publicações sobre o estudo da problemática do lazer no cenário internacional, como a obra de Becque (1939), *L'organisation des loisirs des travailleurs*; os estudos e documentos elaborados na ocasião do *Congresso Internacional dos lazeres do trabalhador*, realizado em Bruxelas no ano de 1935 (BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL, 1936), e também ao relatório sobre a *Comissão dos Lazer Operários*, constituída em 1937, a partir da 79ª sessão do *Bureau International du Travail* (1939), cuja preocupação básica foi discutir os modos de facilitar, aos operários, o emprego de suas férias pagas. Todo o trabalho desenvolvido no SRO procurou seguir a orientação dos órgãos internacionais mobilizados em torno das questões referentes ao trabalho e às horas de lazer, destacando-se a OIT.

As análises realizadas por Sussekind et al. (1952) evidenciam que no final da década de 1940 a OIT continuou estimulando uma ampla discussão sobre o problema do lazer dos trabalhadores. No documento elaborado ao final da 32ª Sessão da *Conferência Internacional do Trabalho*, ocorrida em Genebra em maio de 1949, foi salientado que a boa ocupação dos lazeres detinha grande valor preventivo. Com isso, os programas encarregados de organizar os lazeres deveriam salvaguardar a liberdade de cada um; desenvolver a vida familiar, manter uma base coletiva e promover saúde, educação e bem-estar dos trabalhadores. Além disso, foi destacado que caberia ao Estado coordenar, estimular e apoiar a iniciativa dos interessados.¹²³

¹²³ Nesta Conferência, aprovou-se que a OIT ficaria encarregada de preparar um informe capaz de dar visibilidade aos usos de lazer em todo o mundo, aos métodos utilizados em diferentes países, segundo os quais o trabalhador pudesse se beneficiar com o repouso semanal, com as férias e os lazeres em geral, tendo em vista o seu desenvolvimento físico e a elevação do seu nível cultural e de vida. Deveria divulgar, ainda, os métodos segundo os quais o Estado, as entidades de assistência social e as organizações de trabalhadores/empregadores deveriam contribuir para facilitar a melhor organização dos lazeres do operário.

Nesta época Arnaldo Sussekind deixou a Presidência do SRO, passando a se dedicar, exclusivamente, ao cargo de Procurador. Uma análise das edições do *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* que fazem menção ao SRO (publicadas nos anos de 1948 a 1952) evidencia que a denominação deste Serviço foi alterada, possivelmente, em 1950. O SRO passou a ser designado *Serviço de Recreação e Assistência Cultural*, conhecido pela sigla SERAC, com as mesmas atribuições anteriores, não sendo identificadas as ações realizadas pelo órgão no período 1949/1950.

Com a vitória de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1951, pelo voto direto, este determinou que todos aqueles que tivessem perdido os seus cargos em decorrência da sua queda deveriam ocupar os mesmos lugares. O Ministro do Trabalho Danton Coelho procurou Arnaldo Sussekind para assumir a Presidência do SERAC, que, a princípio, relutou em aceitar o convite, dizendo que gostava mais da parte jurídica proporcionada pelo seu trabalho na Procuradoria (SUSSEKIND, 2001). Mas, pela insistência do Ministro por ser algo que o Dr. Getúlio desejava, Sussekind voltou a dirigir o SERAC durante as gestões de Danton Coelho (1951), Segadas Viana (1951-1953) e João Goulart (1953-1954) junto ao *Ministério do Trabalho*. Com seu retorno, mais alguns trabalhos sobre a recreação operária e sobre o lazer dos trabalhadores foram publicados pelo Ministério (SUSSEKIND et al., 1952; MARINHO et al., 1955), e o SERAC prosseguiu nos mesmos moldes anteriores.

Um desentendimento de Arnaldo Sussekind com o Ministro João Goulart que fez com que o primeiro pedisse demissão do cargo de Presidente do SERAC. João Goulart pretendia fazer uma reforma em todos os serviços mantidos pelo imposto sindical, conforme projeto elaborado pelo então Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho, Gilberto Campos de Sá. Em depoimento prestado nesta pesquisa, Sussekind (2001) esclareceu que, ao ver o projeto, observou que cerca de 75% dos recursos do SERAC seriam destinados ao pagamento de pessoal, ficando o restante para custear as atividades proporcionadas aos

operários. Esta reforma invertia, portanto, a lógica que até então vinha sendo observada neste Serviço, conforme indicavam os relatórios elaborados anualmente. O argumento dado pelo Ministro João Goulart foi baseado no fato de que, sendo um ano pré-eleitoral, esta mudança seria necessária. Pela justificativa apresentada, Sussekind pediu demissão de seu cargo, voltou à Procuradoria e escreveu uma carta a Getúlio Vargas explicando os motivos de sua saída. Este desentendimento repercutiu amplamente no Ministério e, como será relatado adiante, foi lembrado dez anos depois, em 1964.

Antonio Silveira Thomaz assumiu a Presidência do *Serviço de Recreação Operária* em 1954. Em pesquisa ao arquivo morto do Ministério do Trabalho, não encontrei nenhum documento, nem mesmo nos Boletins editados pelo *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* entre os anos 1954 e 1964, que pudesse revelar os encaminhamentos seguidos por este órgão neste período.¹²⁴

Entretanto, foi em uma das entrevistas concedidas a Castellani Filho (1988)¹²⁵ pelo professor de educação física e militante de movimentos estudantis Vinicius Ruas Ferreira da Silva, que identifiquei mais algumas informações sobre o percurso da experiência institucional que vinha sendo desenvolvida pelo *Ministério do Trabalho*.

Em seu depoimento, o professor Vinicius (último dirigente do *Serviço de Recreação Operária*) esclareceu que, em 1959, foi convidado por Pascoal Barroso, Assessor de Assuntos Estudantis do Presidente Juscelino Kubitschek, para ser professor daquele *Serviço* mantido pelo imposto sindical.

Encontrei o Serviço de Recreação Operária dominado por pelegos, que promoviam atividades, de cunho assistencialista, de acordo com a força do sindicato, em nada contribuindo para a organização dos trabalhadores. Com o passar dos anos, já no governo Jango, recebi um convite do Almino Afonso para ser o Diretor da Divisão. Um belo dia, vi meu nome no Diário

¹²⁴ No *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* de 1954 identifiquei, novamente, a denominação *Serviço de Recreação Operária*. Isso pode ser uma evidência de que a denominação do SERAC foi alterada novamente naquele ano, ou que, informalmente, o Serviço continuava sendo chamado pelo nome original com que fôra criado.

¹²⁵ Esta entrevista foi publicada, na íntegra, nos anexos do livro publicado por Castellani Filho (1988).

Oficial. Havia sido nomeado Diretor. (Vinicius Ruas Ferreira da Silva. Depoimento. In: CASTELLANI FILHO, 1988, p.160).

Durante sua gestão à frente do *Serviço de Recreação Operária*, o professor Vinicius procurou instrumentalizar o operário para que este pudesse “[...] reivindicar o seu lazer, [saber] como ocupar o seu fim de semana, o tempo que dispunha depois que saísse da fábrica, de como deveria repousar.” (CASTELLANI FILHO, 1988, p.160).

Foi com este objetivo que o professor Vinicius, junto com os operários, criou “Núcleos de Recreação” nas favelas e nos lugares onde esses trabalhadores moravam. Os operários se reuniam nesses Núcleos e decidiam quais as atividades recreativas seriam programadas e realizadas pelo Serviço. Este órgão integrava o agora denominado *Ministério do Trabalho e Previdência Social*.

Então eles [os trabalhadores] vinham, conversavam e passaram a formar os Conselhos de Operários, que diziam o que eles desejavam de nós como recreação. Eles é que faziam. Nós encaminhávamos as verbas, era o dinheiro deles, recolhido através do imposto sindical. Por isso eu trabalhei com todos aqueles caras comunistas, não comunistas, nacionalistas... (CASTELLANI FILHO, 1988, p.161).

Com a Revolução de 1964, o exílio do professor Vinicius tornou-se inevitável. O diretor do SRO foi exonerado do Ministério do Trabalho e perseguido, mesmo encontrando-se fora do país. Um dos motivos decisivos para sua expulsão do Brasil foi o fato de ter passado o filme “O encouraçado Potemkin” no sindicato dos metalúrgicos, entidade que estava causando muitos “distúrbios” no país. De acordo com o depoimento do professor, ele não foi o responsável por esta ação, apenas cumpriu uma determinação do Ministro do Trabalho Amaury de Oliveira e Silva, que autorizou que as máquinas de projeção fossem entregues ao sindicato dos metalúrgicos. De qualquer maneira, os responsáveis pelo *Serviço de Recreação Operária* foram até o sindicato e deram toda a assistência necessária, o que fez com que o seu Diretor sofresse as conseqüências do golpe político descerrado em 31 de março de 1964.

Em seu depoimento, Sussekind (2001) argumenta que não participou da Revolução de 1964, uma vez que estava trabalhando integralmente como Procurador, não

tendo, portanto, nenhuma ligação política com os militares. Mas, foi convidado pelas novas lideranças do país para ser o *Ministro do Trabalho e Previdência Social*, função exercida até dezembro de 1965. Na ocasião, procuravam alguém com trajetória no Ministério do trabalho que conhecesse bem as atividades desenvolvidas pelo órgão, tivesse habilidade com as organizações sindicais e pudesse ser da confiança daqueles que estavam derrubando o Presidente João Goulart. Todos se lembraram do nome de Arnaldo Sussekind devido ao desentendimento anterior com o “Jango”.

Ao tomar posse do *Ministério do Trabalho e Previdência Social*, uma de suas primeiras ações foi extinguir todos os setores financiados pelo imposto sindical para criar dois departamentos: o de emprego e mão de obra, e o de salário. Nessa época,

[...] o Sesi e o Sesc já estavam bem desenvolvidos, tinham recursos e eu precisava de recursos para criar, no Ministério do Trabalho, departamentos importantes. Ministério do Trabalho, quando você pensa em trabalho, você pensa em emprego e salário. (SUSSEKIND, 2001, p.9).

Dessa maneira, pelas mãos do Ministro Arnaldo Sussekind o *Serviço de Recreação Operária*, que o próprio havia ajudado a criar e a desenvolver, foi extinto em 1964. O Ministro esclarece que não houve nenhum acordo entre o Ministério do Trabalho e o Sesc ou Sesi que fosse determinante para que esta decisão fosse tomada. A escassez de verba sempre foi um dos maiores problemas enfrentados pelo SRO, e, como nesta época as entidades prestadoras de serviço social contavam com recursos substanciais, estando muito bem desenvolvidas, cuidando muito da parte do lazer dos trabalhadores, não haveria problema se toda a contribuição sindical arrecadada pelo Ministério fosse destinada aos imperativos do trabalho, abrindo mão dos parques investimentos até então reservados ao lazer do operariado.

Em síntese, correspondendo aos imperativos sociais da década de 1940 foi instituído, no Distrito Federal, o *Serviço de Recreação Operária*, órgão mantido pelo Ministério do Trabalho com uma pequena parcela do imposto sindical. O SRO foi encarregado de proporcionar aos operários sindicalizados e seus dependentes uma proposta de

recreação que pudesse ser revertida em proveito das suas horas de lazer. Enquanto o significado de lazer foi traduzido como um tempo decorrente do intervalo entre duas jornadas consecutivas de trabalho, o de recreação foi visto como a ocupação “sadia” dessas horas vagas. As trajetórias seguidas pela recreação e pelo lazer se entrelaçaram, passando a ser coexistentes no âmbito desta política pública federal. Assim, a proposta de recreação foi idealizada em função da própria necessidade de se controlar e organizar, racionalmente, o lazer.

Uma das preocupações das lideranças do SRO foi diversificar as oportunidades recreativas desenvolvidas nos Centros de Recreação ou em outros espaços, de maneira que elas pudessem elevar o nível de cultura e educação dos trabalhadores sindicalizados e suas famílias. Referendando-se por um fraco enquadramento, atividades culturais diversas, como música, teatro, cinema, esporte, ginástica e cursos voltados para a educação primária, entre outras iniciativas, procuravam aliviar, mesmo por alguns instantes, as duras condições impostas ao operariado.

A matriz de pensamento que fundamentou os significados de recreação e de lazer nesta experiência institucional foi, sobretudo, o Direito do Trabalho. Os conhecimentos produzidos pela Sociologia e pela Higiene, entre outras áreas, também forneceram fundamentos para a proposta desenvolvida, delineando novas possibilidades de discussão para a recreação e para o lazer no Brasil. A análise do percurso seguido pelo SRO evidenciou ainda que, no contexto dessa experiência institucional, foi expressivo o empenho das lideranças políticas no sentido de estudar, compreender e organizar o lazer, preenchendo-o com atividades recreativas “saudáveis e educativas”.

Neste sentido, as relações constituídas entre recreação e lazer podem ser facilmente compreendidas, pois, as horas vagas do operariado não deveriam ser preenchidas com atividades que pudessem degradar a sociedade, mas com atividades recreativas que

pudessem lhes “proporcionar alegria e elevar o seu nível cultural”. Entretanto, não foi enfatizada apenas a questão do desenvolvimento de atividades, mas do direito ao lazer, socialmente concedido/conquistado pelos trabalhadores.

Estas considerações finais sobre a experiência institucional concretizada pelo *Ministério do Trabalho* no período 1943-1964 marcam, assim, o ponto de chegada desta pesquisa.

CONCLUSÃO

Considerando as experiências institucionais analisadas nesta pesquisa, a categoria fundamental que determinou a recreação foi o *espaço*, estratégia de controle relacionada com a distribuição de poder e processada por meio do desenvolvimento de atividades encarregadas de organizar o trabalho proposto pelo poder público. No que diz respeito ao lazer, por sua vez, o *tempo* foi uma categoria fundamental e determinante.

O espaço diz respeito ao lugar dos indivíduos e das fronteiras existentes entre objetos. Assim, o espaço situa as pessoas e expressa relações de poder. A recreação, enquanto espaço, está relacionada com as fronteiras mais fortemente demarcadas, ou menos nitidamente separadas. Com isso, por meio da classificação, o espaço posiciona as pessoas, revelando as manifestações culturais apreciadas e legitimadas, conforme o status social alcançado.

O tempo expressa controle e se relaciona com a forma assumida, por essas atividades, na vida dos sujeitos e grupos sociais, por meio do que Basil Bernstein denomina de enquadramento. Apesar das particularidades específicas, a concretização desses aspectos foi recorrente nas três experiências institucionais, as quais estabeleceram conexões entre a recreação e o lazer no período 1926-1964.

Neste sentido, no decorrer de seu processo de emergência e evolução, à medida que o campo do lazer foi adquirindo fisionomia própria, foi configurando-se no âmbito das políticas públicas com o auxílio das propostas institucionalizadas de recreação. Esta constatação me permite, assim, retomar as questões norteadoras deste estudo.

No contexto da experiência institucional deflagrada, em Porto Alegre, no ano de 1926, os significados de recreação foram construídos em estreita relação com a educação física e o esporte, em consonância com a política social e urbana propagada na época. Neste

percurso, até 1955, o Serviço de Recreação Pública preocupou-se, sobretudo, com a massificação das atividades físicas nos Jardins de Recreio, logradouros públicos destinados a promover a “sadia formação” física, social e moral da população gaúcha. As lideranças políticas determinavam previamente, e com precisão, como as atividades seriam conduzidas, porque, quando, para quem e com quem.

Além disso, a recreação, tendo como matriz de pensamento principalmente a educação física, foi entendida como sinônimo de atividades físicas e culturais diversas. Essas atividades integravam, na visão das lideranças, um programa completo de educação física. Neste trajeto, a recreação também foi vista como uma metodologia de trabalho diferenciada para a educação física, fosse ela desenvolvida no âmbito do ensino formal, ou da educação extra-escolar.

No que se refere à proposta municipal construída, em São Paulo, em 1935, o significado de recreação não se restringiu ao domínio da educação física, revelando-se, portanto, mais amplo do que a concepção desenvolvida em Porto Alegre. Esta experiência institucional foi idealizada como parte da política cultural estruturada, pela intelectualidade, com o auxílio de personalidades adeptas do movimento modernista. Contudo, na Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura e Recreação, até o ano de 1947, predominou a idéia da recreação como um conjunto de “atividades-meio”, com destaque para o jogo infantil organizado. Diferentemente de Porto Alegre, em São Paulo verifiquei que a intervenção do poder público municipal focalizou especificamente as crianças e adolescentes pobres.

A matriz de pensamento que possibilitou a construção do significado de recreação nesses moldes foi a educação, sendo esta fundamentada no pensamento escolanovista. A educação foi também compreendida de maneira abrangente, ou seja, envolvendo neste processo aspectos técnicos, sociais e educativos que deveriam estar presentes no recreio, na

assistência e na educação das crianças pobres, filhas de operários. Observa-se na proposta paulistana uma grande preocupação com a produção de fundamentos sobre a recreação que, na maioria das vezes, acabou se situando em um nível prescritivo.

Nessas duas experiências institucionais foi identificada, em meados da década de 1930, uma preocupação em preparar crianças e jovens para o adequado emprego de seus momentos de lazer. O significado de lazer identificado tanto na proposta porto-alegrense, como na paulista, foi entendido como um tempo decorrente da ampliação do chamado tempo livre. Este tempo foi regulamentado, em todo o mundo, na primeira metade do século XX, por meio do estabelecimento de leis sociais.

Assim, o “bom uso das horas de lazer” foi visualizado, pelas lideranças dessas municipalidades, como um problema que deveria ser estudado e resolvido. Esta constatação evidencia que na primeira metade do século XX já havia uma preocupação em aprofundar conhecimentos sobre o assunto, o que efetivamente acabou ocorrendo. Com isso, considero imprescindível rever a afirmação de que foi apenas a partir da década de 1950 que emergiram os primeiros estudos sobre o lazer, no Brasil, idéia reproduzida por diversos autores da área.

No entanto, a ênfase dos estudos e das intervenções realizadas pelas lideranças das experiências institucionais porto-alegrense e paulistana foi dada à recreação, e não ao lazer, sendo este tratado apenas indiretamente. No caso da proposta desenvolvida pelo *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, no antigo Distrito Federal, ocorre justamente o contrário. Permanece o significado de lazer como uma fração de tempo, mas, a inevitável ampliação das horas de folga do trabalhador foi o ponto de partida para que as lideranças pesquisassem alternativas para enfrentar este problema. Os estudos sobre a questão das horas de lazer do operariado, referenciados pelos órgãos internacionais que subsidiavam a política trabalhista getulista, acabaram salientando a importância da recreação, vista como um eficiente meio de educação revestido de grande potencial para solucionar esta questão.

Caso não fossem “bem empregadas”, as horas de lazer poderiam contribuir com a degradação da sociedade, sustentando vícios, promiscuidade, ociosidade. Por essa razão, o poder público federal assumiu a responsabilidade de preencher os momentos de lazer do operariado com propostas de recreação orientada, ou seja, com diversão saudável, educativa e socialmente útil. O significado de recreação, desta maneira, correspondeu à *utilização adequada* das horas de lazer dos trabalhadores sindicalizados e suas famílias.

Relações de classe refletem desigualdades na distribuição de poder e nos princípios de controle entre grupos sociais. Esses elementos se encarregaram, pois, de vincular trabalho, lazer e recreação. À luz do Direito do Trabalho, o trabalho produtivo foi, assim, a matriz de pensamento que possibilitou a construção dos significados de recreação e de lazer no âmbito do Serviço de Recreação Operária (1943-1964).

A partir das reflexões aqui realizadas, foi possível perceber que, apesar de vários autores afirmarem que o livro publicado por Acácio Ferreira em 1959 representa o primeiro trabalho dedicado exclusivamente ao lazer no Brasil, a presente pesquisa mostrou que diversos estudos sistematizados já procuravam refletir sobre o lazer na primeira metade do século XX. Neste âmbito, destaco os conhecimentos aprofundados nas obras de autoria de Arnaldo Sussekind, especialmente o livro *Trabalho e Recreação*, publicado pelo Ministério do Trabalho em 1946. Este texto, entre outros analisados nesta pesquisa, apresenta análises específicas, fundamentadas e contextualizadas sobre a problemática do lazer, realizando estudos que ultrapassam o caráter instrumental, técnico e prescritivo muitas vezes associado à recreação. As análises deste autor procuram aprofundar as questões referentes ao trabalho, ao lazer e à recreação, tendo em vista compreendê-los em seus desdobramentos mais complexos.

Arnaldo Sussekind, apoiando-se em referências nacionais e estrangeiras, realizou consistentes estudos sobre o trabalho e as conseqüências sociais da fadiga, sobre o repouso obrigatório e o aproveitamento das horas de lazer dos operários e suas famílias. Para avançar

conhecimentos sobre o lazer foi necessário, assim, compreender melhor o seu funcionamento, os processos instituídos, as possibilidades de intervenção. Por essa razão, a recreação foi vista como uma questão de grande relevância social, que demandava e realização de estudos e a criação de recursos, especialmente por parte do Estado, que viabilizassem o aproveitamento do lazer por meio de propostas de intervenção específicas.

O fato de a maioria dos trabalhos de Arnaldo Sussekind não apresentarem, no título, a palavra lazer, e sim recreação, deve-se ao fato de a segunda ser o termo mais conhecido e empregado na época. Esta medida não invalida, ao meu ver, a constatação de que as obras desse autor constituem um exemplo de estudos específicos sobre o lazer na década de 1940. Possivelmente, o livro de Acácio Ferreira pode ter sido um dos primeiros a apresentar, no título, a palavra lazer, mas o assunto já estava configurado e vinha sendo estudado, no Brasil, há muitos anos. Além disso, em outras obras publicadas por Arnaldo Sussekind em parceria com outros autores, observa-se que, aos poucos, a palavra lazer começou a aparecer no subtítulo de alguns trabalhos editados pelo Ministério. Como ilustração, podemos citar o *Manual de Recreação*, editado em 1952, cujo subtítulo é *Orientação dos Lazeres do Trabalhador*.

Mesmo que as reflexões sistematizadas sobre o lazer tenham constituído iniciativas isoladas em nosso país, pode ser uma evidência das origens que possibilitaram a emergência de um campo de estudos sobre o assunto. Ficou constatado que o lazer foi, desde o final do século XIX, associado com a marca do poder por meio das estratégias de controle e normalização sociais. No século XX, a recreação e o lazer passam a ser geridos como estratégias de controle do tempo das atividades desenvolvidas pelos segmentos populares, assim como de distribuição do poder no espaço social.

Para o poder público, ao mesmo tempo as experiências institucionais procuravam promover a diversão, acabavam colaborando com a manutenção da ordem e da disciplina.

Inevitavelmente, as regras que imperavam na sociedade acabavam sendo reproduzidas, com vistas a aliviar problemas e sanar males sociais, dentre os quais a ociosidade e a delinquência. Tal como a recreação desenvolvida para as crianças, na adolescência e na idade adulta estas metas poderiam ser alcançadas por meio da realização de práticas culturais com finalidades educativas.

Apesar das intenções coercitivas, não se pode negar que as propostas de recreação analisadas nesta pesquisa contribuíram com a disseminação de diversas práticas culturais, principalmente para os segmentos sociais desfavorecidos. Mesmo privado de condições dignas de existência, estes grupos sociais puderam ter acesso a várias possibilidades de interação social e cultural. Muitas vezes esteve presente a preocupação em, realmente, proporcionar bem-estar àqueles que participavam dos programas de recreação fomentados pelo poder público, que seguiam os preceitos vigentes em cada época.

Como evidenciado ao longo do estudo, é desta maneira que surge um campo. Todas as instituições sociais, como a família, a escola, a fábrica, o hospital, o clube, a igreja e o Estado, entre inúmeras outras, são relacionadas e revelam formas de controle. Em qualquer sociedade existe o controle, e a democracia necessita dele para ser concretizada. O importante é distinguir se o controle é apenas exercício de dominação e tirania, ou se ele se coloca como elemento que favorece as relações democráticas. Mesmo que as experiências institucionais selecionadas nesta pesquisa tenham sido propostas como mecanismo de controle social, elas também ampliaram oportunidades e geraram diversos benefícios para os segmentos populares. Com isso, foi possível compreender um aspecto muito importante do poder: ele controla, mas também cria e subverte a ordem instituída.

Segundo meu entendimento, a recreação e o lazer foram constituídos, em nosso contexto, a partir da mesma matriz inicial, ou seja, ambos se inserem no âmbito das chamadas atividades lúdicas. No percurso histórico analisado neste estudo, recreação e lazer foram

assumindo características próprias, determinantes para as suas construções como fenômenos autônomos e normativos.

Concluindo, podemos afirmar que recreação e lazer tiveram significados distintos no período 1926-1964. Os sentidos de ambos, apesar de preservar suas distinções em diferentes momentos e circunstâncias, ao longo dos anos foram se entrelaçando, notadamente no âmbito das políticas públicas de intervenção. Inicialmente a recreação esteve direcionada, de maneira geral, para a educação física e para a educação, mas, aos poucos, foi também canalizada para o trabalho produtivo. Daí a importância da recreação para as propostas encarregadas de preencher e organizar, racionalmente, as horas de lazer dos segmentos operários, possibilitando-os vivenciar atividades consideradas educativas e saudáveis. Assim, as experiências institucionais analisadas revelaram semelhanças e singularidades entre a recreação e o lazer, cujas trajetórias, a princípio distintas, passaram a ser coexistentes, mantendo suas identidades nos diversos momentos do período focalizado.

A dificuldade de compreendermos porque a recreação e o lazer parecem ter trajetórias sobrepostas, hoje, é decorrente do fato de o lazer não ser mais entendido em sua dimensão temporal, concepção hegemônica entre 1926-1964. Este conceito de lazer foi revisto na década de 1970, uma época que o conceito elaborado por Joffre Dumazedier foi amplamente difundido em nosso país. Para o autor, o lazer representa um conjunto de ocupações às quais o indivíduo poderia se entregar, após livrar-se de obrigações de diversas naturezas.

Ora, este conceito de lazer, que o restringe a determinadas atividades, é muito parecido com o significado de recreação construído, em nosso país, até mesmo nos dias de hoje. A recreação vem sendo vista, de maneira geral, como sinônimo de atividades realizadas nas horas de lazer, revelando as congruências entre esses objetos. O programa completo de recreação, proposto por Nicanor Miranda em 1943, por exemplo, é muito similar à

classificação dos interesses do lazer elaborada, por Joffre Dumazedier, aproximadamente três décadas mais tarde. As trajetórias da recreação e do lazer somente serão sobrepostas, em nossa realidade presente, se não tivermos o cuidado de contextualizar e refletir sobre os papéis de cada um deles, buscando compreender a construção de seus significados e entender suas aproximações e especificidades. Desta forma, embora entrelaçados, a recreação e o lazer podem, por meio da trajetória das experiências no campo das chamadas atividades lúdicas, encontrar as marcas que os distinguem.

Compartilhando com o pensamento dos autores estudados nesta pesquisa – pensamento este que vem se perpetuando em nosso contexto histórico-social – entendo que a “recreação” pode ser compreendida como sinônimo de atividades realizadas com o intuito de promover diversão, especialmente aquelas desenvolvidas a partir da atuação de uma liderança (profissional ou voluntária) que conduz as ações propostas. Neste sentido, a recreação preserva o caráter de *atividade*. As atividades recreativas são diversas e não são exclusivas dos momentos de lazer, podendo ser vivenciadas em diversos tempos/espços sociais, tais como: na escola, na igreja, na família, na instituição política, no trabalho produtivo, entre outros.

No entanto, é essencial buscar o avanço do que tradicionalmente convencionou-se chamar de “recreação”, ou seja, é preciso buscar o aprofundamento teórico-prático sobre as práticas culturais (jogos, brinquedos, brincadeiras, festas, danças, dramatizações, rodas cantadas), tendo em vista colaborar com a substituição da estratégia da “reprodução cultural” pela “produção cultural”. Este encaminhamento poderá, ainda, auxiliar a preservação da memória cultural, a sistematização de novas vivências e a realização de pesquisas sobre o assunto. Os jogos e brincadeiras, por exemplo, precisam continuar sendo vivenciados não apenas como um instrumento, mas também como uma *finalidade* da educação comprometida com o brincar.

Na atualidade, o lazer vai além da mera “realização de atividades”, sendo um campo autônomo, dotado de características próprias, que ocorre em um tempo/espaço específico. Assim, o lazer inclui a *fruição* de diversas manifestações da cultura, tais como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e as diversas formas de artes (pintura, escultura, literatura, dança, teatro, música, cinema), entre inúmeras outras possibilidades. Inclui, ainda, o ócio, uma vez que esta manifestação cultural pode constituir, em nosso meio social, notáveis experiências de lazer.

Minha concepção de lazer pauta-se no entendimento deste como uma *dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo.*

Além disso, o lazer é construído socialmente, em nosso contexto, a partir de quatro elementos inter-relacionados:

- *Tempo*, que corresponde ao usufruto do momento presente e não se limita aos períodos institucionalizados para o lazer (final de semana, férias, etc.);
- *Espaço-lugar*, que vai além do espaço físico por ser um “local” do qual os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro (consigo, com o outro e com o mundo) e de convívio social para o lazer;
- *Manifestações culturais*, conteúdos vivenciados como fruição da cultura, seja como possibilidade de diversão, de descanso ou de desenvolvimento;
- *Ações*, que são fundadas no lúdico – entendido como expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com a realidade.

Tomando esses quatro elementos como referência, observa-se que o lazer se inscreve no seio das relações estabelecidas com as diversas dimensões da nossa vida cultural (o trabalho, a economia, a política e a educação, entre outras), sendo institucionalizado como um campo dotado de características próprias. Mas o lazer não é um fenômeno isolado, pois está em franco diálogo com o contexto. Por um lado, o lazer pode contribuir com o mascaramento das contradições sociais, mas, por outro, pode representar uma possibilidade de

questionamento e resistência à ordem social injusta e excludente que predomina em nosso meio.

Face às considerações aqui tecidas, reporto-me novamente à epígrafe desta pesquisa (ARIÉS, 1981). Foi a busca pela compreensão do passado que me permitiu compreender alguns dos desafios que se colocam no momento presente. O ponto de partida e o ponto de chegada do presente estudo relacionaram-se, portanto, com uma das questões que vinham marcando minhas reflexões e ações profissionais no campo do lazer.

REFERÊNCIAS

ABDANUR, Elizabeth F. *Os “ilustrados” e a política cultural em São Paulo; O Departamento de Cultura na gestão Mário de Andrade*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1992. (Dissertação, Mestrado em História).

ALMEIDA, Milton José. Cerimônia do corpo e da luz nas Olimpíadas de 1936. In: BRUHNS, Heloisa T.; GUTIERREZ, Gustavo (Org.). *Representações do lúdico: II Ciclo de debates “Lazer e motricidade”*. Campinas, SP: Editora Autores Associados-Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física/Unicamp, 2001. p. 27-32.

ALVES, Vânia de F. N. A transdisciplinaridade no lazer: corpo, lúdico e cultura. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 13, 2001, Natal. *Anais...* Natal: Centro Federal de Educação Tecnológica/RN, 2001. p.52-59.

AMARAL, Silvia Cristina F. Lazer/recreação: Estudos de memória na cidade de Porto Alegre – uma proposta em andamento. *Licere*. Belo Horizonte, v.4, n.1, p.129-123, set. 2001.

AMARAL, Silvia Cristina F. Espaços e vivências públicas de lazer em Porto Alegre: Da consolidação da ordem burguesa à busca da modernidade urbana. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.23, n.1, set. 2001a. p.109-121.

AMARAL, Silvia Cristina F. et al. Lazer e recreação: o resgate da memória lúdica na cidade de Porto Alegre e as contribuições dos Gaelzer. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 6, 1998, Rio de Janeiro. *Coletânea...* Rio de Janeiro: Editoria Central da Universidade Gama Filho: IHGB: INDESP, 1998. p. 582-590.

ARIÉS, Philippe. *História Social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARISTÓTELES. *Política*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].

AZEVEDO, Fernando de. *Novos caminhos e novos fins*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958 [1932].

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1999.

BAKHTIN, Mikhail (Voloshinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

BATALHA, Cláudio Henrique M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

BECQUE, Ivonne. *L’organisation des loisirs des travailleurs*. Paris: Éditions A Pedone, 1939.

BERNSTEIN, Basil. *A estruturação do discurso pedagógico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BERNSTEIN, Basil. Classes e pedagogia: visível e invisível. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.49, p.26-42, maio 1984.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

- BRACHT, Valter. Educação Física escolar e lazer. In: WERNECK, Christianne; ISAYAMA, Hélder F. *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003. (no prelo).
- BRAMANTE, Antonio Carlos. Lazer: concepções e significados. *Licere*. Belo Horizonte, v.1, n.1. p.9-17, set. 1998.
- BRASIL. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 109, set. 1943.
- BRASIL. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 112, dez. 1943.
- BRASIL. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 116, abr. 1944.
- BRASIL. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 119, jul. 1944a.
- BRUHNS, Heloisa T. (Org.). *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- BUISSON, F. *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'instruction primaire*. Paris: Librairie Hachette et cie., 1888.
- BUTLER, George D. *Recreação*. Rio de Janeiro: Editora Lidador Ltda, 1973.
- BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL. *Les loisirs du travailleur*. Genève, [s.ed.], 1936.
- BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL. *Les moyens de faciliter aux travailleurs l'employ de leurs congés payés*. Genève: [s.e.], 1939.
- CAMARGO, Luiz Octávio L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- CAMPAGNE, E. M. *Diccionario Universal de Educação e ensino*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1886. (v. III)
- CAMPOS, Maria Elisa R.; GOUVÊA, Ruth, CUNHA, Maria Augusta A. . *Jogos infantis; Guia e coletânea*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1934.
- CARR, Edward H. *Que é História*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1984.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo: Utopias e realidades – uma antologia*. São paulo: Perspectiva, 1979.
- COLLOR, Lindolfo. Discurso à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930. In: CARONE, Edgard. *A Segunda República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- CONGRESO MUNDIAL DE RECREACIÓN, 1, 1964, Caracas. *Anais...* Caracas: Asociación Internacional de Recreación/Asociacion Nacional de Recreacion de Japan, 1964. 194p.
- COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

- DAMASIO, Cláudia P. A construção e a imagem cidade-progresso em Porto Alegre na virada do século. In: SOUZA, Célia F. de; PESAVENTO, Sandra J. (Org.). *Imagens urbanas: Os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 147-155.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- DE GRAZIA, Sebastian. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madrid: Editorial Tecnos, 1966.
- DIAS NETO, Ricardo. Lissére... litchére... likére. Afinal, o que é lícito? *Licere*. Belo Horizonte, v.2, n.1. p.11-15, set. 1999.
- DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania & exclusão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- DUARTE, Maria Aparecida. Parques infantis no Estado de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. 77, p. 301-308, jun./jul. 1941.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Edarte, 1971.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ECO, Umberto. *Sobre os espelhos e outros ensaios*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 8, 1996, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1996.
- FARIA, Ernesto. Licet, licere. *Dicionário escolar latino-português*. 4. ed. Rio de Janeiro: s.e., 1967.
- FARIA, Ana Lúcia G. *Direito à infância: Mário de Andrade e os Parques Infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1993. (Tese, Doutorado em Educação).
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação para o desenvolvimento da educação, 2000.
- FÁVERO, Leonor L., KOCH, Ingedore G. V. *Linguística textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 1983.
- FERREIRA, Acácio. *Lazer Operário: Um estudo de organização social das cidades*. Salvador: Livraria Progresso, 1959.
- FERREIRA, António G. Licere. Recreatio. Recreo. *Dicionário de latim-português*. Porto: Porto Editora, [s.d.].
- FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. Lazer. Recreação. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2.ed. rev/aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FONSECA, João Pedro. O cinquentenário dos parques infantis de São Paulo: 1935/1985. *Revista da Faculdade de Educação/USP*. São Paulo, 11 (1/2), p. 135-148, jan./dez. 1985.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir; História da violência nas prisões*. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GAELZER, Frederico G. Recreação Pública. *Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, p.44-45, set. 1951.
- GAELZER, Frederico G. Recreação Pública; Organização de uma campanha de boa postura. *Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, p.46, out. 1951.
- GAELZER, Frederico G. Recreação Pública; a recreação sob o conceito militar. *Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, p.39, ago. 1952.
- GAELZER, Frederico G. Recreação Pública; a recreação no conceito da arte. *Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, p.64, set. 1952.
- GAELZER, Frederico G. Recreação Pública; a recreação no conceito religioso. *Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, p.72, set. 1952.
- GAELZER, Lenea. *A recreação pública em Porto Alegre: evolução histórica*. ENCONTRO NACIONAL SOBRE LAZER, 1, 1975, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio/Serviço Social da Indústria, 1975. p.132-135.
- GAELZER, Lenea. *Lazer: bênção ou maldição*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 1979.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GODBEY, Geoffrey. Urban Open Space: North American Perspectives. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES EM LAZER: Atualidade e Perspectivas, 1, 1986, Bertioga/SP. *Anais...* Bertioga/SP: SESC/ALATIR/WLRA, 1986. p.30-42.
- GRANDE LAROUSSE ENCICLOPÉDIQUE. *Loisir*. Paris: Librairie Larousse, 1962.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- KISCHIMOTO, Tizuko M. *Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- KLIASS, Rosa Grena. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1993.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas: Papirus, 1986.
- LOPES, Eliane Marta T. Métodos e fontes na história da educação e educação física. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 4, 1996, Belo Horizonte. *Coletânea...* Belo Horizonte: UFMG/EEF, 1996. p.35-41.
- LOURENÇO FILHO, M. B. *Introdução ao estudo da escola nova*. 8.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963. [1930].
- MACHADO, José P. *Lazer. Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência Ltda., 1969. v. II.
- MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.
- MARCELLINO, Nelson C. A ação profissional no lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.). *Lazer: Formação e atuação profissional*. Campinas: Papirus, 1995. p.13-22.

- MARCELLINO, Nelson C. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MARINHO, Inezil P.; SUSSEKIND, Arnaldo L.; RODRIGUES, Augusto B.; BRAGA, Henriqueta Rosa F., ALENCASTRO, Lúcia B. *Curso de Fundamentos e Técnica da Recreação*. Rio de Janeiro: Baptista de Souza & Cia. Editores, 1955.
- MARINHO, Inezil Penna. *Educação física, recreação e jogos*. São Paulo: Cia Brasil Editora, 1957.
- MARINHO, Inezil P. *Raízes etimológica, histórica e jurídica do lazer*. Brasília: [s.ed.], 1979.
- MEDEIROS, Ethel B. *O lazer no planejamento urbano*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- MEDEIROS, Ethel B. *Jogos para recreação na escola primária*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais-Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1959.
- MEDEIROS, Ethel B. Brasil. In: CONGRESO MUNDIAL DE RECREACIÓN, 1, 1964, Caracas. *Anais...* Caracas: Asociación Internacional de Recreación/Asociacion Nacional de Recreacion de Japan, 1964. p. 45-50.
- MELO, Luís C. Miranda, Nicanor Teixeira de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 1954.
- MIRANDA, Nicanor. *200 jogos infantis*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Edição da Livraria do Globo, 1947.
- MIRANDA, Nicanor. *200 jogos infantis*. 13. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 1993.
- MIRANDA, Nicanor. A casa da criança proletária. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v.72, p.319-322, mar./abr., 1942.
- MIRANDA, Nicanor. Clubes de Menores Operários. *Separata da Revista do Arquivo Municipal* n. 48. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938a.
- MIRANDA, Nicanor. *Clubes de Menores Operários*. São Paulo: Departamento de Cultura, [s.d.].
- MIRANDA, Nicanor. *O significado de um parque infantil em Santo Amaro*. São Paulo: Sub-Prefeitura de Santo Amaro, 1938.
- MIRANDA, Nicanor. *Origem e propagação dos Parques Infantis e Parques de jogos*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.
- MIRANDA, Nicanor. *Organização das atividades da recreação*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 1984.
- MIRANDA, Nicanor. Plano Inicial da Secção de Parques Infantis. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v.21, p. 95-98, março/1936.
- MUNNÉ, Frederic. *Psicosociologia del tiempo libre; uma análise critica*. Ciudad del Mexico: Trillas, 1980.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira República*. São Paulo: EPU, 1976.
- OLIVEIRA, Paulo de S. O lazer e a máquina: um debate entre Marx e Lafargue. In: SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”, 3, 2002, Belo Horizonte. *Coletânea...* Belo Horizonte: Imprensa Universitária/CELAR/DEF/UFMG. p.36-42.
- PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada*, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- PESAVENTO, Sandra J. A cidade maldita. In: SOUZA, Célia F. de; PESAVENTO, Sandra J. (Org.). *Imagens urbanas: Os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 25-38.
- PESAVENTO, Sandra J. *Memória Porto Alegre: Espaços e vivências*. 2.ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999.
- PINTO, Leila Mirtes S. de M. *A Recreação/Lazer e a Educação Física: a manobra da autenticidade do jogo*. Campinas: Unicamp, 1992. (Dissertação, Mestrado em Educação Física).
- PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL. *Lazer*. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1982.
- PRADO, Maria Lígia C. *A democracia ilustrada: O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de (Org.). *Sociologia rural*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. Departamento de Cultura. São Paulo, nov. 1936.
- REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. Departamento de Cultura. São Paulo, mai. 1937.
- REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. Departamento de Cultura. São Paulo, nov. 1937a.
- REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. Divisão do Arquivo Histórico. São Paulo, 1984.
- REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.
- REVISTA E, Publicação do SESC-São Paulo. *Os 50 anos do SESC*. São Paulo, set. 1996.
- RIBEIRO, Carolina. Os parques infantis como centros de educação extra-escolar. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. 89, p.229-264, mar./abr. 1943.
- RIO GRANDE DO SUL. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Lei n. 500 – Cria o Serviço de Recreação Pública (SRP). Porto Alegre: Sistema de Referência de Legislação Municipal, 1950.
- RIO GRANDE DO SUL. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Lei n. 501 – Cria a taxa de Recreação Pública. Porto Alegre: Sistema de Referência de Legislação Municipal, 1950.
- RODRIGUES, Adyr B. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. *Licere*. Belo Horizonte, v.5, n.1. p.149-164, set. 2002.
- ROULAND, Norbert. *Roma, democracia impossível? Os agentes do poder na urbe romana*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1992.
- RUSSEL, Bertrand. *Elogio do Lazer*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.
- SALLES, Catherine. *Nos submundos da Antiguidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SANDRONI, Carlos. *Mário contra macunaíma*. Cultura e política em Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- SANT'ANNA, Denise B. *O prazer justificado; História e lazer – (São Paulo, 1969/1979)*. São Paulo: Marco Zero/MCT-CNPq, 1994.

- SANT'ANNA, Denise B. Depois do trabalho, o lazer. *Proj. História. São Paulo*, n.16, p.245-248, fev. 1998.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Departamento de Cultura. *Legislação de Parques Infantis*. São Paulo: Departamento de Cultura, [s.d.].
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Departamento de Cultura. *Parques Infantis*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937. (Documentação Fotográfica).
- SÃO PAULO. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. *Clubes de menores operários*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1943.
- SÃO PAULO. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. *Divisão de Educação e Recreio*. Relatório Anual. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.
- SÃO PAULO. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. *O que são os parques e recantos infantis de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura, 1949.
- SARAIVA, F. R. S. *Recreatio. Recreator. Recreo. Recreabilis. Novissimo Diccionario latino-portuguez*. Lisboa: Livraria Bertrand, Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1888.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 30.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1966.
- SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.
- SOUZA, Célia F. de. Construindo o espaço da representação: Ou o urbanismo de representação. In: SOUZA, Célia F. de; PESAVENTO, Sandra J. (Org.). *Imagens urbanas: Os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p.107-122.
- SUSSEKIND, Arnaldo. *Recreação operária*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1948.
- SUSSEKIND, Arnaldo. *Trabalho e Recreação*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.
- SUSSEKIND, Arnaldo, MARINHO, Inezil P., GÓES, Oswaldo. *Manual de Recreação (Orientação dos lazeres do trabalhador)*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1952.
- SUSSEKIND, Arnaldo. *Convenções da OIT*. São Paulo: Editora LTR, 1994.
- TAFFAREL, Celi N. Z. *A formação profissional da Educação Física: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de Educação Física*. Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp, 1993. (Tese, Doutorado em Educação).
- THEML, Neyde. *O público e o privado na Grécia do VIII ao IV século a. C.: o modelo ateniense*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p.44-93.
- TORRINHA, Francisco. Licet, licére, licuit ou licitum. *Dicionário latino-português*. Porto: Gráficos Reunidos Ltda., 1937.

VALENTE, Márcia C. *Lazer e recreação no currículo de Educação Física*. Maceió: Edufal, 1997.

VARELA, Julia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: Do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa V. (Org.). *Escola básica na virada do século: Cultura, política e currículo*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 73-106.

VEIGA, Cynthia G. Escola de alma branca. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, Edição especial, set. 2000.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1987.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora UFMG/CELAR-DEF, 2000.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. Recreação e lazer: Apontamentos históricos no contexto da educação física. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder F. *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003. (no prelo)

WERNECK, Christianne Luce Gomes. Recreação, lazer e estilo de vida no Rio Grande do Sul: Refletindo sobre algumas ações desenvolvidas na capital gaúcha no período 1926-1978. In: BURGOS, Míria; PINTO, Leila Mirtes S. de M. *Lazer e estilo de vida*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2002. p. 95-138.

WILKOSZYNSKI, Artur de C.; SOUZA, Célia F. de. Tristeza: a imagem que formou sua imagem. In: SOUZA, Célia F. de; PESAVENTO, Sandra J. (Org.). *Imagens urbanas: Os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 181-188.

XAVIER, Libânia N. *O Brasil como laboratório: Educação e Ciências Sociais no Projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE/INEP/MEC (1950-1960)*. Bragança Paulista: FAN/CDAPH/EDUSF, 1999.

FONTES

- ANDRADE, Mário de. *Carta a Oneyda Alvarenga*. São Paulo, 15/5/1935. Arquivo Mário de Andrade, IEB/USP.
- BONOW, Andréa. *Depoimento*. Porto Alegre, 18 abr. 2002.
- Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 23/9/1942.
- Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 2/4/1925.
- Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 11/9/1925.
- Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 19/11/1926.
- Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 20/12/1926.
- Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 21/12/1926.
- Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 21/7/1927.
- Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 30/12/1928.
- Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 1/11/1933.
- Diário de São Paulo*. São Paulo, 3/4/1935.
- Diário de São Paulo*. São Paulo, 16/4/1941.
- Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 14/2/1936.
- Diário Oficial*. Rio de Janeiro, 23/12/1943.
- Diário Popular*. 10/4/1938.
- GAELZER, Frederico G. *Álbum de recortes*. Porto Alegre, [s.d.].
- GAELZER, Frederico G. *Relatório de viagem aos Estados Unidos*. Chicago, 1919.
- Gazeta de Alegrete*. Alegrete, 21/3/32.
- Hora do Brasil*. Rio de Janeiro, 8/6/1944.
- Hora do Brasil*. Rio de Janeiro, 15/6/1944.
- Hora do Brasil*. Rio de Janeiro, 22/6/1944.
- Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1/11/1931.
- O Estado de São Paulo*. São Paulo, 18/10/1930?.
- O Estado de São Paulo*. São Paulo, 6/12/1936.
- O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13/4/1941.
- O Estado de São Paulo*. São Paulo, 4/4/1943.
- O Estado de São Paulo*. São Paulo, 24/7/1943.
- O Estado de São Paulo*. São Paulo, 7/8/1943.
- O Estado de São Paulo*. São Paulo, 5/9/1943.
- SUSSEKIND, Arnaldo L. *Depoimento*. Rio de Janeiro, 19 abr. 2001.

ANEXOS

ANEXO A - Entrevista concedida pelo Dr. Arnaldo Lopes Sussekind, em sua residência, no Rio de Janeiro, no dia 19 de abril de 2001.

Christianne: *A primeira coisa que eu queria saber é onde o senhor nasceu, a sua formação acadêmica, e alguns cargos e funções de destaque na sua trajetória profissional.*

Arnaldo Sussekind: Eu nasci aqui no Rio de Janeiro, no bairro Botafogo, em 1917. Portanto, estou com 83 anos. E ingressei, bom, estudei aqui mesmo no Rio, e me formei pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, e na ocasião era a única. A Universidade do Brasil, que hoje é a Universidade Federal, dividida em Estados, portanto Federal do Rio de Janeiro, Federal de Minas Gerais, etc. Eu ingressei no Ministério do Trabalho como Auxiliar de escrita, que era o nome, hoje Escriturário, isso em 1938, janeiro de 1938, quando cursava ainda a Faculdade de Direito, estava no quarto ano. Em janeiro de 1940, quer dizer, logo depois da minha formatura, que é de 1939, eu passei para Assistente Jurídico do Conselho Fiscal do trabalho. Essa passagem foi relativamente simples, porque embora escriturário (porque estava no quarto ano de Direito), o Procurador Geral do Conselho Fiscal do Trabalho, mineiro de Viçosa, Joaquim Leonel de Rezende Alvim, disse "não, você não vai ser escriturário não, você vai fazer aqui os inquéritos, dar parecer sobre os inquéritos para despedida de empregado estável". O Conselho autorizava na ocasião, porque isso é matéria de fato. Então, quando eu me formei, eu praticamente já estava habituado com o Direito do Trabalho, e até que foi fácil, mediante uma prova, eu passar para Assistente Jurídico. E eu fiquei funcionando na Procuradoria Jurídica. E entre outros mistérios, eu tinha um encargo de dar parecer sobre as vocatórias. E o que é vocatória? Este é um termo mais jurídico, mas você está pedindo eu estou dando, embora sua carreira seja outra. A vocatória é que, naquele tempo, não existia ainda a Justiça do Trabalho, então a parte trabalhista era administrativa, o Conselho Nacional do trabalho e a Junta de Conciliação e Julgamento é que decidiam a matéria, conforme a competência, e das decisões do Conselho caberia a vocatória do Ministro, que era o Waldemar Falcão. E, como eu dava as vocatórias para o Ministro, ele ficou me conhecendo, pelo menos os meus pareceres, e todo aquele que perde tenta recorrer. De maneira que eu dava vários pareceres, até por dia. Quando o Getúlio criou a Justiça do Trabalho, em 1941, a primeiro de maio de 1941 instalou a Justiça do Trabalho, e em janeiro de 1941 ele resolveu nomear os Procuradores para, juntamente com os Delegados Regionais do Trabalho, preparar a instalação da Justiça do Trabalho dos Estados. Foi aí que o Ministro me convidou, dizendo que o Dr. Getúlio tinha autorizado me nomear Procurador Regional do Trabalho do Estado de SP.

Christianne: *Já era o Ministro Marcondes Filho?*

Arnaldo Sussekind: Aí não, o Ministro ainda era o Waldemar Falcão, o Marcondes foi depois. Eram várias coincidências, o destino fez com que a minha vida trilhasse como trilhou. Então, eu vou para SP preparar a instalação da Justiça do trabalho junto com o Delegado Regional do trabalho, que se chamava Luiz Mezavida. E escolhemos como local – aí vem a coincidência com o Ministro Marcondes – escolhemos como local para instalar a Justiça do Trabalho na rua Barão de Tapetininga, 29, sobreloja, primeiro, segundo e terceiro andares. No 13º andar era o escritório, o grande escritório do advogado Alexandre Marcondes Filho, que eu passei a conhecer de elevador, inclusive o filho dele, o Alex, que de vez em quando vinha com ele, e tal. E ele, já no fim deste ano, me convidou para fazer um lanche, na casa dele, na rua Bartira, e fez muitas perguntas sobre o Ministério do Trabalho. Eu até estranhei, porque ele era um advogado de Direito Comercial. Mas é que ele já estava convidado, pelo Getúlio,

para ser Ministro do Trabalho, assim que desse uma vaga, no Supremo, para o Waldemar Falcão, o que ocorreu, novamente no fim do ano, portanto em janeiro de 1942, no dia 2 de janeiro de 1942 ele me convidou para Assistente dele, no Ministério do Trabalho. Aí eu esperei, na Central do Brasil, o trem azul, o trem noturno, pois naquele tempo não havia ponte aérea, e passei a ser Assistente dele. E como assistente dele, ele logo logo queria fazer a Consolidação da Justiça do Trabalho e da Previdência e, nos primeiros despachos, ele disse, o Dr. Getúlio já mandou dizer (ele sempre chamava o Getúlio de Dr. Getúlio) já me autorizou a fazer a Consolidação, vamos montar uma Comissão, na parte do Trabalho. ??? Eu dizia pequena, uma comissão pequena, e ele disse não, vamos botar pouca gente???. Na parte do Trabalho ele disse que o Dr. Getúlio havia mandado colocar o Dr. Fernandes Viana, que ele gostava muito, e eu acho que o meu consultor jurídico, Oscar Saraiva, naturalmente, quem você sugeriria mais? Eu disse o professor Luiz Augusto Monteiro, que é o diretor do departamento do Ministério do Trabalho, mais importante elemento do Ministério. E ele perguntou: "Quem é, na sua opinião, o melhor procurador, no sentido cultural da palavra?" Na minha opinião é o Durval Lacerda, e ele disse então pode botar. Aí eu disse: acabou? E ele: "Não, ainda está faltando um". Quem é? "Arnaldo Sussekind". Eu levei um susto, eu disse EU? Eu tinha 23, para 24 anos, e ele disse: "É. Tem algum desses aí que é meu assistente, que pode me representar? Eu quero estar lá, e tem que ser através de um assistente meu, e tem que ser você".

Em 1943, ele (Marcondes Filho) resolveu nomear uma Comissão para fazer o *Serviço de Recreação Operária*.

Christianne: *Por quê?*

Arnaldo Sussekind: Por que ele achava que era importante para os trabalhadores, dar a possibilidade de lazer. O trabalhador, de um modo geral, não tinha recursos para lazeres, e então o objetivo do Serviço de Recreação Operária (não existia ainda o SESI e o SESC) seria fazer, nas vilas operárias, criar um centro de recreação. Foi criado o Centro de Recreação em Bangú, Olaria, na Gávea, etc, e também promover espetáculos para os trabalhadores. Como nas segundas-feiras não há teatro, eu usava (eu usava, porque nessa época eu já era o presidente do Serviço de Recreação Operária), eu usava a folga dos teatros para apresentar shows e peças teatrais, etc. Então, um dos serviços, uma das divisões do Serviço de Recreação Operária era a Divisão Cultural, que tinha como encargo preparar os shows para as segundas feiras, cujos ingressos eram distribuídos nos sindicatos gratuitamente, naturalmente os sindicatos distribuíam entre os associados. E tinha o teatro operário, que foi feito com o apoio da *Casa do Estudante*, através de Gerusa Camões. Ela tinha muito contato na Casa do Estudante, na parte de teatro, etc, e eles fizeram o teatro operário, que revelou muita gente. Uma das artistas revelada pelo teatro operário foi a Natalia Timberg, que está na moda hoje, foi do Teatro Operário, está nas novelas, é uma grande artista, e ela se apresentou várias vezes. A Nícia Magna, foi do Teatro Operário. E aí desenvolvemos o Serviço de Recreação Operária, depois foi transformado em *Serviço de Recreação e Assistência Cultural*, o SERAC, isso mais tarde. Quando o SESI e o SESC foram criados, eles passaram a cuidar muito dessa parte, inclusive esportiva. E nós fizemos as duas primeiras olimpíadas operárias, antes do SESI e do SESC, com apoio do *Jornal dos Sports*. Na ocasião dirigia o *Jornal dos Sports* o Mario Rodrigues, irmão do Nelson Rodrigues, mas ele era mais conhecido sem o Rodrigues, era... Mario, Mario... o nome do Estádio do Maracanã, oficial, era o nome dele, Mario Filho, exato, era Mario Rodrigues Filho, irmão do Nelson Rodrigues. Ele escrevia muito para *O Globo*. E com o apoio dele nós fizemos duas olimpíadas operárias nacionais, e empresas. Depois o SESI e o SESC se envolveram com essa parte, é que o Serviço de Recreação Operária, era muito mais pobre, porque o SESI, e o SESC, têm uma contribuição, sempre

tiveram uma contribuição, que incide sobre a folha de salário, de maneira que sempre tiveram muito recurso. E se desenvolveram muito. O SESI de SP desenvolveu-se muito, e fazia competições, Tearo Operário, enfim, tudo o que o Serviço de Recreação Operária fazia, eles passaram a fazer com melhores recursos. Isso fez com que mais tarde o SERAC, já transformado, fosse extinto.

Inclusive, um fato meio paradoxal, que eu como Ministro do Trabalho e Previdência Social, do governo Castelo Branco, é que o extingui. Extingui porque, extingui todo o serviço, a comissão de imposto sindical, porque nós encontramos muitas irregularidades. Inclusive, a minha briga com o Ministro João Goulart da qual resultou talvez o fato de eu ser convidado para o Ministério do Trabalho, foi por causa do SERAC. Eu tinha deixado de ser o Presidente do Serviço de Recreação Operária quando o Getúlio caiu, em 1945. E aí o serviço continuou. Quando o Getúlio voltou, em 1951 (ele foi eleito em 1950 e tomou posse em 1951), eu fui chamado pelo Ministro do Trabalho, que era o João Goulart, não, perdão, o João Goulart não era Ministro do Trabalho, era o Danton Coelho. E o Ministro Danton Coelho falou que o Getúlio queria que todos os que saíram, e fossem diretores do serviço do Ministério do Trabalho, por causa da queda dele, voltassem para o mesmo lugar. Mas eu sou Procurador, eu gosto mais da parte jurídica. Não, não, é que o Dr. Getúlio deseja. Está bem. Então eu voltei a ser Presidente do SERAC.

Christianne: *Isso foi quando?*

Arnaldo Sussekind: Isso foi em 51. Quer dizer, eu fui de 43 a 54, não, não, de 43 a... Depois volto em 51, volto em 51 com o Danton. Danton Coelho, Ministro do Trabalho. E o Danton Coelho é substituído depois por Segadas Viana, e este foi substituído pelo João Goulart. Que me chama e diz, "olha, eu estou querendo fazer uma reforma no Serviço de Recreação Operária, em todos os serviços do imposto sindical, e eu estou incumbido, pelo Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho, Gilberto Campos de Sá, de preparar essa reforma". Está bem. Eu já estranhei, eu não pensei que essa reforma no Serviço de Recreação Operária eu fosse incumbido de fazer. Aí o Gilberto Campos Sá me mostrou o projeto. E o projeto, vamos dizer, eu não me lembro do número exato, mas, vamos dizer que eu gastava 25% com pessoal e 75% com atividades. E esse projeto dele invertia. Passava a gastar 25% em atividades, e 75% em pessoal. E eu disse: Mas isso não é possível, iam cair totalmente as atividades do Serviço de Recreação Operária. Ele disse: "O senhor está esquecendo que nós estamos em um ano pré-eleitoral. Que eu preciso disso". Eu disse: tudo bem, mas eu não sou mais o presidente do Serviço de Recreação Operária. Pedi demissão, voltei à Procuradoria e escrevi uma carta ao Dr. Getúlio, explicando os motivos pelos quais, mas não mandei por ele. Por isso que ele ficou zangado. Não mandei por ele, mandei pela Alzerinha, que era uma colega de faculdade, e eu sei que o Getúlio falou com ele que não gostou, e aí nós nos separamos para sempre. Isso repercutiu no Ministério, todo mundo sabia, e eu sei que quando foi feita a Revolução de 31 de março de 1964 (eu não participei da Revolução, eu era Procurador, trabalhava no campo), e aí eu fui chamado, fui chamado para ser Ministro e a razão foi essa. Perguntaram, na ocasião, quem seria a pessoa dentro do Ministério do Trabalho que conhecesse bem as atividades, o sindicato, aquela coisa toda, e que pudesse ser da confiança daqueles que estavam derrubando o Jango. E eles disseram: "É o Sussekind". Aí me chamaram, de madrugada para tomar posse no Ministério da Guerra, depois ocupei o Ministério e eu fui pra lá normalmente. E nessa ocasião, fizemos vários inquéritos. Aliás, o Jânio Quadros – tem esse dado anterior – o Jânio Quadros tinha nomeado comissões para fazer inquéritos, e tinha me designado interventor da Constituição da Comissão Sindical. Tinha vários inquéritos, e onde eu apurei muita coisa, inquéritos que não foram nem propostos, foram entregues para o Jânio Quadros pelo Ministro Castro Neves. Mas que logo

em seguida, poucos dias depois, ocorreu justamente a tentativa de golpe de Jânio Quadros, e consequentemente ele saiu. Depois veio o João Goulart, e os inquéritos devem Ter sido arquivados, incendiados, jogados ao vento. Só sei que não aconteceu nada depois. De maneira que isso também marcou, na ocasião, que o Jânio quadros me designou procurador geral, ele marcou a minha posição.

E o SESI e o SESC já estavam bem desenvolvidos, tinham recursos e eu precisava de recursos para criar, no Ministério do Trabalho, departamentos importantes. Ministério do Trabalho, quando você pensa em trabalho, você pensa em emprego e salário. E não havia, no Ministério do Trabalho, nenhum departamento de emprego, mão de obra e nem o departamento de salário. Então eu extingui todos os departamentos financiados pelo imposto sindical para criar esses dois departamentos. Isso foi em 1964. Os departamentos novos foram criados e funcionam até hoje. E para criar isso eu extingui o SERAC, que eu tinha ajudado a criar e a desenvolver.

Christianne: *Eu fiquei com uma dúvida. Primeiro foi criado o Serviço de Recreação Operária, que depois foi transformado em Serac. Qual foi o período de existência de um e de outro?*

Arnaldo Sussekind: Não, o Serviço de Recreação Operária existiu por muito mais tempo.

Christianne: *E o SRO começou com a CLT?*

Arnaldo Sussekind: Não, não é bem com a CLT. A CLT é uma coisa, apenas foi concomitante. A CLT entrou em vigor em 10 de novembro de 1943 e o SRO foi criado no fim do ano de 1943. Mesma data.

Christianne: *E teve alguma relação?*

Arnaldo Sussekind: Não, não. Não tem nada a ver.

Christianne: *Aí, foi instituído em 1943 o Serviço de Recreação Operária e ele funcionou até quando, antes de ser modificado para SERAC?*

Arnaldo Sussekind: A data certa, a data certa eu não sei, mas podemos ver aqui, não é? Acho que aqui é o segundo trabalho meu. Até 1948, comigo o tempo todo. O SERAC, ele é da segunda fase, e eu sou nomeado para o serviço por Danton Coelho em 1951. Nesse período, foi no 2º período de Getúlio, que ele funciona.

Christianne: *Além das atividades de teatro, espetáculos e as olimpíadas de esportes, o SERAC fazia alguma outra ação para o trabalhador?*

Arnaldo Sussekind: Bom, ele tinha a parte de esportes sempre, permanente. Tinham campeonatos inter-sindicais. A inauguração do Pacaembu, em São Paulo, foi um jogo entre a seleção Carioca e a Paulista; a preliminar foi uma seleção de operários carioca e paulista, então organizada pelo Serviço de Recreação Operária. Eu assisti a inauguração do Pacaembu com o Ministro Alexandre Marcondes Filho. Tínhamos também o setor de escotismo. Nós incentivamos a criação. Bom aí não era uma criação do serviço, o serviço apenas motivava e organizava atividades, então motivava os sindicatos a organizarem centros, núcleos de escotismos para filhos de operários. Tínhamos vários núcleos de escotismo, sobretudo aqui no RJ. O RJ que teve maior ação, porque o Serviço de Recreação Operária tinha sede aqui, que

era a capital da República. De maneira que a ação mais ostensiva era aqui mesmo. Eu tenho até a medalha Santo André do escotismo por causa disso. E nós tínhamos atividades teatrais, esportivas e bibliotecas. Bibliotecas. Nós tivemos não sei quantas bibliotecas nos sindicatos. Biblioteca padrão, aquilo que mais interessava na literatura brasileira, que pudesse bem compreendida pelos operários, pela família operária? Então esses centros, essas bibliotecas eram distribuídas, inclusive nesse trabalho que lhe mostrei, eu tenho. Olha, instituição no Brasil de serviços, elevação do nível intelectual, cinema, teatro, música, coros, discotecas, cursos de alfabetização, educação de adultos, tudo isso nós fizemos. Tínhamos uma barraca de praia em Ramos, para esportes de praia.

Christianne: *E quem eram os profissionais que estavam trabalhando?*

Arnaldo Sussekind: Eram funcionários contratados.

Christianne: *Eles tinham alguma formação específica?*

Arnaldo Sussekind: Só alguns que eram chamados para colaborar, como o caso da Gerusa, na parte de teatro, na parte de escotismo tinha formação, claro, tinha de ser até, nessa, no escotismo, passaram a ser funcionários do Serviço de Recreação Operária. A instalação do Serviço de Recreação Operária, a portaria de criação é de dezembro de 1943. Ele foi instalado em 1944, aqui o Ministro Marcondes Filho, eu, esse de branco aqui sou eu, esse era meu pai. Segadas Viana, que depois viria a ser Ministro, e na ocasião ele era diretor da Divisão de Organização e Assistência Sindical, se não me engano. A excursões, nós fazíamos muitas excursões de barco à ilha de Brocoió, isso aqui é uma das ilhas. Passava o domingo todo lá. Olimpíada tinha tudo, olimpíada era completa. Judô...

Christianne: *Então parece com o serviço que o Sesc e o Sesi vêm fazendo hoje?*

Arnaldo Sussekind: É, parece. Tem proposta orçamentária, inclusive. O Inezil Penna Marinho era professor de Educação Física.

Christianne: *E como ocorreu o envolvimento de vocês?*

Arnaldo Sussekind: É porque eu tinha de convidar alguém. E o tal negócio, naquele tempo, não eram os partidos políticos que indicavam as pessoas. Eram os Ministros, Presidentes e Diretores que escolhiam os melhores. Eu por exemplo, quando fui Ministro do Trabalho não tive um, podia Ter, mas o Presidente, quando eu levava o Decreto para nomear, ele perguntava: "É de sua confiança? É esse que o senhor quer? Porque o sr é que é o responsável?" Todos os Presidentes de instituto que tinham, na ocasião. Todos foram escolhidos por mim dentre funcionários, menos um do IAPC, e infelizmente eu tive de demiti-lo em duas horas. Eu peguei um plano de corrupção que estava sendo feito por ele, ia se iniciar, e na mesma hora eu demiti, nomeei um interventor e fui procurar o Presidente da República, para dizer que, depois, depois de exonerar. Hoje eu não podia fazer isso, porque se o cara é de um partido político tal, se ele fizesse isso ele é que perdia o lugar. Negócio hoje é diferente, bom...

Christianne: *E o Osvaldo Góes? Ele era de que área?*

Arnaldo Sussekind: Cultural, ele era professor. Osvaldo Colatino de Araújo Góes. Eu vou ver se lhe arranjo pelo menos pra você levar, e depois me devolver, esse dois primeiros livros aqui.

Christianne: *Nessas duas obras que eu tive acesso, "Manual de Recreação" e "Curso de fundamentos e Técnica de Recreação", o sr fala que a OIT incluiu, entre os seus problemas de maior relevância, a recreação do trabalhador. Porque que ela assumiu isso como uma coisa tão importante? O que motivou, politicamente?*

Arnaldo Sussekind: Bom, a OIT tem um campo de atuação muito amplo. Ela trata até de migrantes, índios, quer dizer, não é só o direito do trabalho *stricto sensu*. Mas é uma organização internacional de Trabalho que visa, sobretudo, a universalização da justiça social no seu sentido mais lato, mais amplo. E por isso mesmo, com um dos aspectos importantes da OIT são as férias remuneradas, e também a redução da jornada de trabalho, para que sobrasse tempo para os trabalhadores, para que eles vivessem. Partiu desse princípio, quer dizer, se o trabalhador continuasse como antes da criação das leis do trabalho, a trabalhar dez, doze horas por dia, e não ter meios para o seu lazer, na realidade não tinha mais uma vida digna. O problema da dignidade humana importava em tratar do aproveitamento das horas de folga. Então por isso é que ele se importou com isso, e isso começou desde 1939? Desde 1936 que houve um congresso nesse sentido. A OIT é de 1919, e não há uma convenção – convenção é um tratado unilateral, aberto aos países que são Estados membros da OIT. Não há uma convenção sobre lazes operários, mas tudo sobre lazes operários, divulgação dos lazes operários como algo importante para preenchimento das horas de lazer, sobretudo das férias. Nos países comunistas foi muito desenvolvido o problema de férias, problema de colônias de férias. Hoje não, mas na Rússia teve, durante muito tempo, bastante. Não sou comunista não, sou cientista social, mas tem que contar o que há. Assim como na Dinamarca, Suécia, etc, mas na Rússia desenvolveu-se muito os lazes operários, talvez até com aspectos políticos. Quer dizer, você, enquanto está tratando de gozar suas férias, não está pensando em ser contra o Estado, contra o governo, que foi também o princípio pelo qual Mussolini desenvolveu o *dopo lavoro*. Nenhum país desenvolveu tanto o *Dopo Lavoro*, quer dizer o "depois do trabalho", que é a tradução de *dopo lavoro*, como Mussolini, mas ele tinha esse intuito político. Porque fazia com que, desde as crianças, fosse preparada a sua consciência, para o fascismo. É foi o que aconteceu realmente, porque ele conseguiu fabricar. Seria um termo um pouco forte, levar uma geração a um apoio total. O pessoal, depois da guerra, é que eles viram que o negócio não era muito bom. Não ter liberdade nenhuma. De maneira que dos países totalitários, quer dizer esta é uma conclusão que eu tiro: dos países totalitários, sobretudo Rússia e Itália, dois extremos, os serviços de lazes, colônias de férias, etc, foram mais desenvolvidas que nos países democráticos, pelo próprio Estado, com um intuito nitidamente político.

Christianne: *Pode-se dizer que havia uma intenção de controle? Se não fosse dentro do trabalho, então seria fora do trabalho?*

Arnaldo Sussekind: É, isso facilitaria a supervisão e o controle. Porque o controle nem sempre é no sentido de controle policial. Você pode dizer que se você coloca grupos de trabalhadores ou grupos de filhos de trabalhadores também dentro de algo que você, com boa técnica desenvolve, você não precisa controlar, você está formando a consciência daquelas pessoas. E o *dopo lavoro* e, sobretudo, o serviço de colônia de férias – na Rússia era mais colônia de férias, na Itália era mais programas de lazes assim. E isso pode ter tido uma influência muito grande. E a OIT resolveu (porque a OIT não tem nada a ver com comunismo

nem fascismo, pelo contrário) ela resolveu desenvolver esses lazeres, procurando estimular inclusive empresas, países, etc. Daí quer dizer nós temos no primeiro deles que é em 1936 a OIT faz pesquisas e promove e elabora um relatório para um congresso que não é da OIT, é um congresso internacional de lazeres de trabalhadores que se realiza em Bruxelas, de 15 a 17 de junho de 1935. Esse é o primeiro documento que eu tenho nesse sentido, *Le loisir des travailleurs*, o Lazer dos Trabalhadores, relatório apresentado pela OIT, e aí ele estuda problemas e métodos, depois algumas realizações em torno de uma ação internacional para o assunto. Depois desse tem dois outros trabalhos de 1939: Meios de facilitar aos trabalhadores o emprego de suas férias remuneradas e esse, portanto, é restrito às férias que ele trata, na 1ª parte do relatório internacional submetido na comissão de lazeres dos trabalhadores. Foi uma comissão que inclusive se reuniu depois, em dez de dezembro de 1948, se não me falha a memória, em Londres, e que eu mandei representando o Brasil, o Prof. Osvaldo Colatino de Araújo Góes, que pegou uma pneumonia lá. Foi em dezembro, frio em Londres, tava fazendo, ele foi lá apresentou trabalhos nossos e apenas que não ficou até o fim do congresso freqüentando o congresso, foi atendido lá por serviços médicos.

Christianne: *O senhor fez parte também da Comissão de Lazer Operários, não fez?*

Arnaldo Sussekind: Fiz, fiz parte, mas na reunião ele é que foi nos representando. Eu estava com problemas aqui e não podia ir.

Christianne: *E o senhor enviou relatórios, estudos... sobre o quê?*

Arnaldo Sussekind: Ele fez relatórios, etc, mas isso tudo ficou arquivado lá no Serviço de Recreação Operária, cujo arquivo depois foi para o serviço de documentação do Ministério do Trabalho. Não sei se lá a senhora encontraria alguma coisa. Está em Brasília. Quando foi extinto o serviço, os relatórios, etc foram todos para lá, para o serviço de documentação. Pra você ver, esse trabalho de 1939 da OIT, é dividido em: regulamentação das férias, ação coletiva para facilitar os trabalhadores no período das férias, natureza da ação que tende a facilitar o aproveitamento das férias. E a resolução adotada pela comissão de lazeres dos trabalhadores. Debate no conselho de administração sobre isso. Isso aqui é interessante pra você. Se você me prometer me devolver...

Christianne: *Prometo! O senhor falou sobre os países europeus. E os trabalhos do Nicanor Miranda, de São Paulo, o senhor conhecia?*

Arnaldo Sussekind: Trabalho de quem?

Christianne: *De um autor chamado Nicanor Miranda. O senhor conheceu?*

Arnaldo Sussekind: Só de nome.

Christianne: *Ele foi um dos responsáveis pela criação dos parques infantis, desenvolvendo recreação mais voltada para crianças, em São Paulo. Fazendo uma análise dos documentos, eu percebi que havia uma grande influência dos EUA. O senhor me disse que os eventos e ações internacionais envolviam vários países. O senhor percebia alguma atuação expressiva dos EUA, ou não?*

Arnaldo Sussekind: Governamental, não. Mas muitas empresas sim. Algumas grandes empresas se preocupando com problema, mas na iniciativa privada.

Então vou lhe emprestar esses dois livros [...], um da OIT e outro da Ivone Beque, uma francesa.

Christianne: *Deixe-me perguntar só mais uma coisa. Neste livro, "Curso de Fundamentos e Técnica da Recreação", consta no início que foi um curso ministrado no Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, e que ele teve muito sucesso e teve de ser repetido várias vezes.*

Arnaldo Sussekind: O curso era mais do Inezil, né?

Christianne: *Estava mais ligado com ele? Era ele quem ministrava o curso?*

Arnaldo Sussekind: Ele coordenava mais, ele e os outros. Aí ele convidou o pessoal para falar, ele que organizou esses cursos. Eu apenas como presidente do serviço ajudei-o a patrocinar o curso.

Christianne: *Só mais uma pergunta, para finalizar: nesse contexto dos anos 40, 50 e 60, como o senhor via os trabalhos de recreação que eram feitos para os trabalhadores? O resultado era importante?*

Arnaldo Sussekind: Olha, na minha fase, valeu assim como núcleo experimental e motivador, por assim dizer, estimulador de outras coisas. Por que eu digo isso? Porque ele não chegou a ser nacional, o SERAC, tanto na 1ª fase, quanto na 2ª não chegou a ser nacional. Ele era basicamente aqui no RJ, mas tinha também no RS, MG, SP. Agora, a olimpíada era nacional, mas olimpíada não tinha um órgão local de cada Estado. De maneira que eu vejo como um gerador de idéias, e do espírito da necessidade da recreação. O que foi absorvido pelo SESC e pelo SESI, que hoje têm muito mais dinheiro. E foi a razão pela qual eu achei que o Ministério não tinha mais que fazer aquilo. Eu não podia concorrer com eles. Já tinha plantado a idéia, já tinham absorvido a idéia, então eram os órgãos mais fáceis. Até porque são órgãos patronais e há um entendimento direto com as empresas. São mantidos com a contribuição descontados na folha de salários pelas empresas.

Christianne: *E teve algum acordo entre o Ministério do Trabalho, o Sesc e o Sesi?*

Arnaldo Sussekind: Não. Eu, como Ministro do Trabalho, eu procurei, quer dizer, isso é uma ação de convencimento, mais política do que jurídica, eu procurei estimular o Sesc e o Sesi a desenvolver serviços de lazeres e creches. O que eu achei que foi uma das coisas principais... Em matéria de mulheres, fiz muitas coisas, no bom sentido. Eu sempre achei que a maior causa de discriminação do trabalho da mulher era primeiro o fato de ela poder ter filho, segundo o fato de ter o filho. Então eu consegui, um projeto meu, que o Geisel adotou e mandou e o Congresso aprovou sem mudar uma vírgula. Consegui passar a manutenção do salário da mulher durante a gestação, durante o período de licença obrigatório, que era diretamente do empregador. Eu consegui passar para Previdência, mediante uma contribuição de todos. Todos contribuem igualmente e a mulher em idade de gerir ou não e para não burocratizar que a mulher precisar ir de barriga, receber seu salário lá, essa lei que eu fiz e que o Geisel mandou e o congresso aprovou determinava que o empregador pagava o salário normalmente e ele mesmo descontava das contribuições que tinha de recolher da Previdência. Um "ovo de colombo". Ah, que idéia brilhante a sua. Eu apenas identifiquei que isso já existia em outros países.

E as creches têm sido mais desenvolvidas pelas prefeituras. Eu procurei ver se o Sesc e o Sesi faziam também, mas não quiseram muito não. Com isso as mulheres passaram a ser menos discriminadas, embora continuem discriminadas.

Christianne: *Dr. Arnaldo, muito obrigada pela sua contribuição, que foi muito valiosa para a minha pesquisa. O senhor me autoriza publicar esta entrevista em minha tese de doutorado e outros meios impressos, com finalidade acadêmica?*

Arnaldo Sussekind: Claro, não há problema algum.

ANEXO B - Entrevista concedida por Andréa Mostardeiro Bonow na Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, as 17:00 horas, no dia 18 de abril de 2002.

Christianne: *Como ocorreu a constituição do CELAR de Porto Alegre?*

Andréa Bonow: Primeiro quero dizer que Porto Alegre tem um marco histórico. Porto Alegre é a primeira cidade do Brasil que teve uma praça de recreação: a praça Alto da Bronze. A própria Secretaria Municipal de Educação e, posteriormente, a Secretaria de Cultura do município, têm origem no Serviço de Recreação Pública, que foi o primeiro que se criou. Este Serviço foi se desmembrando ao longo dos anos, e hoje vem a ser a Secretaria Municipal de Esportes de Porto Alegre. Até a década de 1970 a recreação na prefeitura era vista mais sob o ângulo do esporte, não tinha uma abrangência maior para as áreas culturais, ou outras manifestações. Até 1970, em alguns momentos ocorreram atividades artístico-culturais, mas a sistemática da recreação pública era mais direcionada para a área do esporte e da atividade física recreativa. Na década de 1970 o então Secretário Municipal de Educação e Cultura, professor Frederico Lamachia Filho, educador de larga visão, reuniu um grupo constituído por pessoas que não pertenciam à prefeitura – do qual não fiz parte – para fazer um estudo e buscar referencial teórico para essa área. Esse grupo ampliou o conceito de recreação para o conceito de lazer, e dentro deste inseriu as manifestações artísticas e culturais. A partir daí a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Porto Alegre começou a realizar projetos com caráter de lazer, voltando-se também para a área cultural. Foi implantado o “Projeto Recom” (um dos documentos que coloco à disposição), que era direcionado para a recreação, para a educação fora da escola e para a comunicação. O “Projeto Recom” estendia à população dos bairros mais distantes de Porto Alegre oportunidades de contato com a cultura e a educação, procurando suprir a ausência de opções para as horas de lazer. O primeiro teatro (próprio) do município, que é o “Teatro de Câmara”, também foi inaugurado nessa época, em 1971/1972, não me recordo bem, e foram criados os “Centros de Comunidade”. Na estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura era muito fácil enquadrar as atividades recreativas quando elas tinham um caráter de esportes, um caráter mais voltado para a atividade física e recreativa. Era muito fácil enquadrar quando elas possuíam um aspecto muito mais cultural, mais artístico, sendo administradas pela então Divisão de Cultura. Quando o Teatro de Câmara foi criado, automaticamente foi vinculado à Divisão de Cultura. Quando uma praça recebia um equipamento, uma cancha, uma quadra, ou um playground, por exemplo, ficava sob orientação do Serviço de Recreação Pública. Em 1970 esse grupo (citado anteriormente) propôs a criação de “Centros de Comunidade”, procurando englobar uma diversidade de atividades, uma programação mais abrangente. Ficou difícil, dentro da secretaria, conciliar sem repartir, sem compartimentar. Os “Centros de Comunidade” tinham salas para cursos, salões de atividades, piscina, canchas de esporte, e ali eram realizados projeção de filmes, cursos de artesanato, aulas de música, shows artísticos, campeonatos dos mais variados esportes, atividades recreativas na piscina, etc. Dessa forma, os “Centros de Comunidade” não se enquadravam em nenhum setor. Eles não tinham nem o perfil do Serviço de Recreação Pública, nem o da Divisão de Cultura. Havia assim um problema de identidade desta nova proposta que a secretaria estava oferecendo. Em vista disso se começou a procurar alternativas. Qual seria o melhor encaminhamento, criar um terceiro setor para cuidar dos “Centros de Comunidade”? Havia o problema crônico da administração pública, que é a falta de agilidade, a dificuldade de contratação de pessoal, a necessidade de criar cargos.

Inicialmente, esses Centros ficaram vinculados, em caráter experimental à Assessoria de Planejamento da então Secretaria de Municipal Educação e Cultura. Foi neste momento que passei a integrar a área de planejamento, porque, naquele momento, eu era uma das poucas especialistas em planejamento dentro da Secretaria. E como era uma experiência piloto, (primeiro havia apenas um Centro de Comunidade, depois foi criado um segundo, um terceiro e assim por diante) entendemos que nós faríamos um acompanhamento e veríamos o que fazer com essa proposta, como defini-la. A professora Zilah Totta havia sido Secretária de Educação e Cultura do Estado, já tinha criado e sido diretora de um colégio importante de Porto Alegre, era professora da PUC, enfim, uma das expressões intelectuais e educacionais da época, com grande projeção. Ela foi chamada por nós para auxiliar a discussão sobre uma nova maneira de administrar os “Centros de Comunidade”, de encaminhar essa proposta. O assunto evoluiu para uma aproximação da Prefeitura com a PUC de Porto Alegre. Foi formado um grupo de trabalho com quatro membros da prefeitura, e quatro da PUC. Essas pessoas estudaram e reformularam a preocupação inicial, que antes era apenas definir como administrar os “Centros de Comunidade”, que eram centros de lazer, ou centros culturais, e não centros esportivos. Surgiu a idéia da criação de um “Centro de Estudos de Lazer”, que entre outras atribuições poderia administrar os “Centros de Comunidade” através de um contrato de prestação de serviços com a PUC, o que daria mais agilidade ao processo.

Christianne: *Por que este contrato foi firmado com a PUC, e não a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, já que o professor Frederico Gaelzer foi um dos responsáveis pela criação do Serviço de Recreação Pública da Prefeitura, e nesta época a sua filha, professora Lenea Gaelzer, já pertencia ao quadro docente da UFRGS, tendo portanto esta universidade uma certa tradição na área?*

Andréa Bonow: Porque a UFRGS, sendo também um órgão público, estaria com as mesmas dificuldades que nós já enfrentávamos como órgão público. Além da administração dos “Centros de Comunidade”, o CELAR se propunha a oferecer um Curso de Especialização em Lazer em caráter de pós-graduação, visando formar pessoal especializado para atuar não apenas naqueles espaços recém criados pela prefeitura, mas em toda a área do lazer. Este Centro de Estudos também seria voltado para uma área de pesquisa. A pesquisa, a formação e a prática profissional seriam os três vértices do Centro de Estudos, como você pode constatar plenamente nos objetivos explicitados nos documentos da época. O projeto de criação deste Centro de Estudos foi aceito pela PUC e também foi aceito pelo prefeito – estão aqui os dois ofícios de encaminhamento, tanto para o prefeito, como para o reitor da universidade. Sendo aprovada, a proposta começou com a realização de um “Encontro Estadual sobre o Lazer”, em 1974. Este foi mais do que um evento estadual, pois reuniu mais de 800 pessoas. Foi uma surpresa, foi bem além do que imaginávamos. O convênio da prefeitura com a PUC para administrar os “Centros de Comunidade” ainda demorou um pouco, sendo estabelecido logo após o início do Curso, em caráter de pós-graduação. Eu atuei no CELAR especificamente na área do Curso porque a minha disponibilidade pessoal era à noite. Neste momento eu já estava afastada da prefeitura, já era 1975, 1976, já estava na FUNLAR – “Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação”. A Zilah, que era a Diretora do Centro de Estudos, se envolveu diretamente com a atuação nos “Centros de Comunidade”. Eu lecionei apenas no primeiro Curso, trabalhei a disciplina da área de Planejamento, e quem me sucedeu foi a professora Maria de Lourdes Medeiros. Como vice-diretora do CELAR, eu também desenvolvia outras atividades próprias desta função.

Christianne: *A professora Lenea Gaelzer teve alguma participação no CELAR?*

Andréa Bonow: Como membro da equipe, não. Havia uma certa “rivalidade”, no bom sentido, entre o pessoal da UFRGS e do CELAR. A Lenea era filha do professor Gaelzer, que foi um grande pioneiro na área da recreação aqui no Estado, e também no Brasil. Mas ele enfatizava a recreação, a atividade mais física, o esporte. A ESEF – Escola Superior de Educação Física da UFRGS – realizou também um Curso de pós-graduação, porém este era um curso direcionado para as atividades recreativas ligadas à educação física. Havia, assim, uma certa “rivalidade”, por que o nosso conceito de lazer era mais abrangente, o conceito desenvolvido por eles era mais restrito, mais ligado à recreação, mais voltado para o pessoal da educação física. Mas essa “rivalidade” era cordial. A Lenea sempre participava das nossas palestras, encontros, mas não atuava no nosso grupo de estudos, enfim, no CELAR. Ela não participava do grupo do CELAR, ela participava das promoções do CELAR. Ela também foi, várias vezes, convidada para ministrar palestras nos projetos desenvolvidos pelo CELAR.

Christianne: *Como o CELAR foi o primeiro Centro de estudos sobre o lazer no Brasil, qual foi a repercussão obtida na época?*

Andréa Bonow: O primeiro evento que realizamos diz muito: 800 pessoas, isso em 1974. O “Salão de Atos” da PUC praticamente lotado, o tempo inteiro. Eu participei de todo este Encontro Estadual. Além disso, os Cursos de Especialização sempre tiveram uma procura maior do que o número de vagas oferecidas, sempre tivemos que fazer uma seleção entre os alunos. Ou seja, havia uma procura, um interesse muito grande. No decorrer desses quatro anos o Centro trouxe ao Brasil especialistas do mundo inteiro: trouxemos o Pierre Fourter; o Joffre Dumazedier nós trouxemos três vezes; Paul Chauchard; nós trouxemos da Argentina o Juan Cutrera (que era mais um “ativista” da área da recreação). Em todas as palestras, seminários e cursos nós sempre tivemos uma grande fluência de alunos, de público, de interesse. Comparado ao esforço que nós fazemos hoje – em termos de mídia, de cartazes, de publicação, enfim, todas as estratégias possíveis para atrair a atenção das pessoas para os eventos –, nossa divulgação era precaríssima, era uma simples “noticiuzinha” no jornal. Mas nós tínhamos a casa sempre cheia. Trouxemos também o Renato Requiza, de São Paulo, que é um pioneiro da área, bem como a reconhecida professora Ethel Bauzer Medeiros. Trouxemos personalidades importantes do Brasil e do exterior, muitas vezes com apoio de outras entidades. Para trazer o Dumazedier, por exemplo, nós sempre tivemos o apoio do consulado francês. E foram sempre os cursos e as iniciativas próprias do CELAR que se auto financiaram, por que sempre tivemos uma fluência de público tão grande que nunca precisamos pagar a mais por essas iniciativas. Ainda hoje pessoas pedem, escrevem, telefonam, solicitam sempre alguma informação sobre este trabalho, e a gente vê que nós lançamos uma semente que se espalhou e foi bem mais longe do que imaginávamos, pois na época não tínhamos condições de fazer essa avaliação. Quanto à professora Zilah Totta, o que eu poderia dizer é que ela certamente era um dos expoentes na área da educação no Estado, uma pessoa inovadora. Ela era formada em Filosofia, lecionava na PUC, na Faculdade de Serviço Social, e fundou o “Colégio João XXIII”. Para os padrões da época este era um colégio inovador, diferente das escolas particulares até então existentes. As coisas evoluíram muito hoje, mas na época as escolas eram convencionais, e a Zilah trouxe um novo padrão de ensino. Ela era uma pessoa que não apenas acompanhava, mas que enxergava à frente de sua época; aderiu a causas novas, nunca se acomodou, sempre foi uma pioneira nos projetos em

que se envolveu, e era uma pessoa extremamente qualificada. E quando o CELAR fechou ela continuou lecionando na PUC, na sua cadeira, no Curso de Serviço Social.

Christianne: *Quando, e porquê, este Centro de Estudos foi extinto?*

Andréa Bonow: O Centro funcionou entre os anos de 1973 a 1978, mais ou menos, quando a PUC se desinteressou pelo trabalho com os “Centros de Comunidade”. A nossa proposta era de que esses espaços servissem, para a PUC, como um laboratório, como um “centro avançado”, o que acabou não acontecendo. Acontecia pontualmente, mas não na amplitude que esperávamos. E a PUC optou por permanecer exclusivamente com a oferta do Curso de Especialização, e nós entendemos que a proposta original, que era um Centro de estudos com um caráter embasado em três alicerces – da pesquisa, da prática e da formação – ficaria desfigurada. No momento em que excluíram a prática, não nos identificamos mais com o CELAR. Pedimos o nosso afastamento do CELAR, e apenas permaneceram os professores que estavam acompanhando o trabalho final de Curso de alguns alunos que ainda não o haviam concluído. Mas, quando terminaram, também se afastaram do CELAR. Assim, o Centro foi fechado, em 1978.

Christianne: *A professora Zilah Totta continuou atuando com o lazer depois que o CELAR foi extinto?*

Andréa Bonow: Ela foi convidada, várias vezes, para dar palestras sobre o lazer, para dar assessoramento nessa área. Havia também muitas outras pessoas preparadas na equipe. Nós tivemos a professora Liz Cintra Rolim, que é de São Paulo, que fazia parte da nossa equipe. Ela foi contratada para trabalhar no CELAR, e veio de São Paulo para Porto Alegre com esta finalidade. O primeiro Curso de Especialização foi coordenado pelo professor Luiz Oswaldo Leite, que, posteriormente, ocupou vários cargos na administração pública do Estado e Município. Hoje ele é professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A professora Lúcia Castillo foi responsável pela área da pesquisa e o professor Wilmar Figueiredo de Souza responsabilizou-se pela supervisão dos “Centros de Comunidade”.

Christianne: *Depois disso a senhora continuou desenvolvendo estudos sobre o lazer, ou trabalhando na área? Manteve vínculos profissionais com o lazer?*

Andréa Bonow: Eu trabalhei na “Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação”, a FUNLAR, que foi criada no governo Euclides Triches. Fui Diretora Técnica por oito anos, e participei da implantação dos Centros Sociais Urbanos em todo o Rio Grande do Sul. Na época, o grupo responsável pela criação e implantação do “Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos” (que era coordenado pelo Arquiteto Jorge Francisconi e, posteriormente, pelo atual Ministro Marcos Villaça) também se inspirou nos “Centros de Comunidade” de Porto Alegre. Tivemos, na FUNLAR, a competência de implantar no Rio Grande do Sul os Centros Sociais Urbanos. Era uma proposta mais abrangente ainda, pois, além da área da cultura, do esporte, do lazer, etc, os “Centros Sociais Urbanos” também atuavam na área da saúde e na área da educação pré-escolar, com jardins de infância e creches. No período em que trabalhei na

FUNLAR, implantamos no Estado 42 “Centros Sociais Urbanos”. Em 1983, com a mudança do governo (sou funcionária pública do município de Porto Alegre), voltei para a prefeitura – pois estava cedida para o governo do Estado desde 1975 –, e fui trabalhar na Divisão de Cultura do município. Dentro da Divisão de Cultura nós passamos a elaborar o projeto de criação de um órgão cultural, que veio a ser a Secretaria Municipal da Cultura, uma aspiração antiga da comunidade cultural. Sob a orientação do professor Joaquim Felizardo (renomado intelectual e, posteriormente, primeiro Secretário Municipal da Cultura, sendo ainda um dos professores do CELAR), participei do grupo responsável pelo projeto de criação e pela implantação da Secretaria Municipal da Cultura e do Fundo Municipal de Cultura. E aqui estou ainda!

Christianne: *Obrigada pela sua contribuição. Seu depoimento certamente terá uma grande importância para as pessoas que estudam o lazer hoje, no Brasil, e desconhecem esta história. A “semente” que vocês plantaram na década de 1970 – ao desenvolver estudos, pesquisas e projetos de intervenção na área do lazer – realmente se espalhou pelo nosso país, e nosso desejo é que ela continue germinando cada vez mais...*